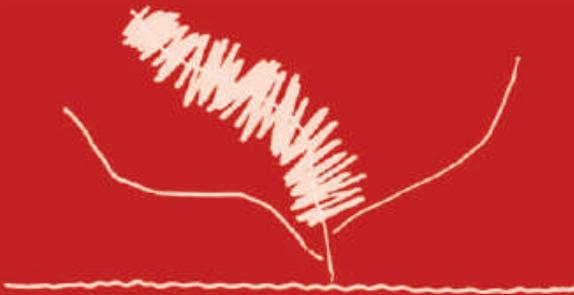


ALMA_E CORPO

a cidade como projeto
na reinvenção do Recife
entre os séculos XX e XXI

Roberto Montezuma Carneiro da Cunha



ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA

Doutor João Rafael Marques Santos (FA-ULisboa)

Doutora Maria de Jesus de Britto Leite (UFPE)

Doutor Fernando Diniz Moreira (UFPE)

DOUTORAMENTO EM URBANISMO

U LISBOA | UNIVERSIDADE
DE LISBOA



 **FACULDADE DE ARQUITETURA**
LISBON SCHOOL OF ARCHITECTURE
UNIVERSIDADE DE LISBOA

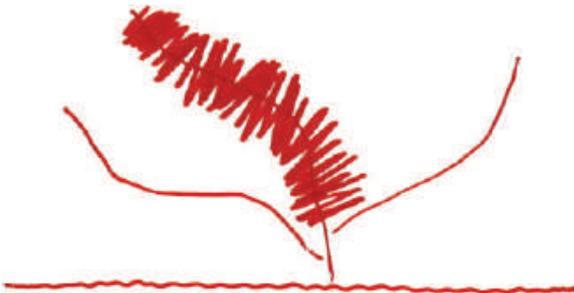


Documento especialmente elaborado para a obtenção
do grau de Doutor em Urbanismo | Fevereiro 2023

ALMA E CORPO

a cidade como projeto
na reinvenção do Recife
entre os séculos XX e XXI

Roberto Montezuma Carneiro da Cunha



ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA

Doutor João Rafael Marques Santos (FA-ULisboa)

Doutora Maria de Jesus de Britto Leite (UFPE)

Doutor Fernando Diniz Moreira (UFPE)

DOUTORAMENTO EM URBANISMO

U LISBOA | UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA
LISBON SCHOOL OF ARCHITECTURE
UNIVERSIDADE DE LISBOA



Documento especialmente elaborado para a obtenção
do grau de Doutor em Urbanismo | Fevereiro 2023

Catálogo na fonte
Biblioteca Joaquim Cardozo – Centro de Artes e Comunicação

- C972a Cunha, Roberto Montezuma Carneiro da
Alma e corpo: a cidade como projeto na reinvenção do Recife entre os séculos XX e XXI / Roberto Montezuma Carneiro da Cunha. – Recife, 2023.
410f.: il.
- Sob orientação de João Rafael Marques Santos e Maria de Jesus de Britto Leite.
Sob coorientação de Fernando Diniz Moreira.
Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco; Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2023.
- Inclui referências e anexo.
1. Urbanismo. 2. Mudanças climáticas. 3. Cidade como organismo vivo. 4. Cidade como projeto. 5. Processos de urbanização. 6. Desenvolvimento sustentável. 7. Reinvenção do Recife. I. Santos, João Rafael Marques (Orientação). II. Leite, Maria de Jesus de Britto (Orientação). III. Moreira, Fernando Diniz (Coorientação). IV. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. V. Título.
- 711.4 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2023-136)

RESUMO

A Era do Antropoceno é marcada por profundas alterações à escala do planeta que resultam numa crise ambiental global, tendo relações significativas com a intensificação da urbanização. Frequentemente associada a situações extremas de assimetria sócio-económica e desequilíbrio ambiental, esta crise traduz-se, em muitos casos, num processo de colapso urbano, sendo o Recife, objeto territorial da investigação e uma das cidades brasileiras mais vulneráveis às mudanças climáticas, exemplo relevante e paradigmático. Entendendo a cidade como projeto, baseado em múltiplos movimentos e iniciativas mobilizados de forma auto-organizativa, co-criativa e de base local, a tese tem como objetivo revelar as bases metodológicas de intervenção urbana que possam contribuir para a reinvenção de cidades em processo de colapso, numa procura de reequilíbrio ambiental, de resposta às mudanças climáticas e de coesão social e do território.

Parte-se da hipótese de que as cidades constituem-se como organismos vivos de alma-e-corpo, ou seja, reconhecendo na sociedade a energia vital e criativa necessária para estimular processos de transformação, articulando-os de forma sistêmica e relacional com as dimensões materiais e biofísicas, superando as disjunções funcionais, de planeamento ou de conceituação que persistem ainda hoje entre Cidade, Natureza e os múltiplos subsistemas que organizam o metabolismo ecossistêmico da paisagem urbana.

Para isso, investigou-se a cidade do Recife sob a ótica do corpo (a dimensão material), através da compreensão do seu processo de urbanização e seus respectivos componentes: água, vegetação, topografia, ar, construções, população faunística e população humana; e da alma (a dimensão imaterial), com base nos movimentos da sociedade, ou acontecimentos significativos dos últimos trinta anos. O reconhecimento das dimensões materiais e imateriais constitui uma ferramenta relevante para ler, decodificar e compreender a evolução do organismo urbano e das suas componentes constitutivas, mas também para construir sínteses interpretativas e com potencial projetual para informar e contribuir para passos futuros de Projeto de Cidade.

A investigação permitiu a identificação de uma conexão entre os movimentos reconhecidos nos últimos trinta anos no Recife e os princípios apresentados no documento *The City We Need 2.0*, que integrou a Campanha Urbana Mundial das Nações Unidas, que poderá ser relevante e impactante de forma mais generalizada e noutros contextos geográficos.

Por fim, através do cruzamento entre as dimensões do Corpo e da Alma do Recife, foi apresentada a base metodológica IDEAS (Investigar, Desenvolver, Encantar, Ativar e Sustentar), enquanto modelo operacional de apoio ao projeto da reinvenção da cidade, ilustrado em torno do processo de concepção do Projeto Parque Capibaribe (PPC), laboratório vivo do habitat, assente num sistema de parques e numa renovada relação com a água como tema central para a necessária reinvenção do Recife.

Palavras-chave: Urbanismo; Mudanças Climáticas; Cidade como Organismo Vivo; Cidade como Projeto; Processos de urbanização; Desenvolvimento Sustentável; Recife.

ABSTRACT

The Anthropocene Era is marked by profound changes at the scale of the planet that result in a global environmental crisis, having significant relationships with the intensification of urbanization. Often associated with extreme situations of socio-economic asymmetry and environmental imbalance, this crisis translates, in many cases, into a process of urban collapse, with Recife being the territorial object of the research and one of the most vulnerable Brazilian cities to the climate change, a relevant and paradigmatic example. Understanding the city as a project, based on multiple movements and initiatives mobilized in a self-organizing, co-creative and locally based way, the thesis aims to reveal the methodological bases of urban intervention that can contribute to the reinvention of cities in the process of collapse, in a search for environmental rebalancing, a response to the climate change and social and territorial cohesion.

It starts from the hypothesis that cities constitute themselves as living organisms of soul-and-body, that is, recognizing in society the vital and creative energy necessary to stimulate transformation processes, systemically articulating them and relating with the material and biophysical dimensions, also overcoming the functional, planning or conceptual disjunctions that persist today between City, Nature and the multiple subsystems that organize the ecosystem metabolism of the urban landscape.

For this, the city of Recife was investigated from the perspective of the body (the material dimension), through the understanding of its urbanization process and its respective components: water, vegetation, topography, air, buildings, fauna and human population; and the soul (the immaterial dimension), based on the movements of society, or significant events of the last thirty years. The recognition of material and immaterial dimensions is a relevant tool to read, decode and understand the evolution of the urban organism and its constitutive components, but also to build interpretive syntheses with projectual potential to inform and contribute to future steps of the Project of a City.

*The investigation allowed the identification of a connection between the movements recognized in the last thirty years in Recife and the principles presented in the document *The City We Need 2.0*, which was part of the United Nations World Urban Campaign, which could be relevant and impactful in a more generalized way and in other geographic contexts.*

Finally, through the intersection between the dimensions of the Body and Soul of Recife, the methodological basis IDEAS (Investigate, Develop, Enchant, Activate and Sustain) was presented, as an operational model to support the project of reinventing the city, illustrated around of the design process of the Capibaribe Park Project (PPC), a living laboratory of the habitat, based on a system of parks and on a renewed relationship with the waters as a central theme for the necessary reinvention of Recife.

Keywords: Urbanism; Climate change; City as a living organism; City as Project; Urbanization processes; Sustainable development; Recife.

Às nossas cidades
com Alma-e-Corpo.

E assim,
Às gerações passadas.
Às gerações presentes.
Às gerações futuras.

A todas as Almas que, juntas,
reinventam o Corpo das cidades.

A Mila e Bruna.
A Guilherme e Otávio.

AGRADECIMENTOS

Nunca se chega numa tese de doutorado sozinho. A conclusão dessa investigação traz as marcas dos debates de ideias, aulas lecionadas, leituras, estudos, seminários, conversas, diálogos, consultas e elaboração de projetos que compartilhei com diferentes profissionais, colegas e amigos ao longo da vida.

Neste recorte de minha vivência, agradeço especialmente:

Ao meu orientador na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, professor doutor João Rafael Marques Santos, pela interação constante, partilha de seu talento e pela amizade construída através das ideias. Aos orientadores colegas da Universidade Federal de Pernambuco: professora e doutora Maria de Jesus Britto Leite (Juju), pela amizade fraterna, sensibilidade, compreensão filosófica e visão holística do mundo que, particularmente, me fascinam e nos conectam; e professor doutor Fernando Diniz Moreira, pelo incentivo a iniciar e estruturar essa jornada. Gratidão aos três pela dedicação e amizade.

Ao Laboratório Internacional de Pesquisa e Inovação, ao qual estou integrado na companhia de ex-alunos, colegas e amigos: José Evandro Henriques, por sua visão precisa e estruturadora, de enorme importância na condução investigativa. A Mila Montezuma, por seu fascínio pelas águas, inventividade e articulações internacionais. A Patrícia Ataíde, pela contribuição com os conhecimentos da história urbana. A Laura Cortizo, pela participação nos debates e contribuição na revisão dos textos. A Felipe Gonçalves, que, com sua energia e garra, colaborou na seleção dos estudos de caso e no projeto gráfico desta investigação. A Matheus Nascimento, por seu apoio no levantamento de mapas e pesquisa iconográfica da Região Metropolitana do Recife. A Larissa Garrido, por seu sugestivo olhar poético para as Almas da cidade. A Dirceu Marroquim, que ajudou a esclarecer um pouco mais a história e cultura do Recife. A Luís Vieira, gratidão pela tranquilidade e competência na longa parceria. A Deborah Echeverria, por contribuir na leitura atenta e proposições essenciais à tese. A Ângela Carneiro da Cunha, pela fundamental contribuição na coordenação executiva do Laboratório de Pesquisa e ajuda na leitura e seleção de imagens do Recife. A Francisco Cunha, pelo permanente apoio e contribuição com sua visão estratégica para consolidação desse Laboratório.

Na pessoa do professor doutor Carlos Dias Coelho, agradeço à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, a todos os seus membros e grupo de professores do Doutorado de Urbanismo, em especial ao professor doutor João Pedro Costa, fundamental na orientação e estruturação do projeto de pesquisa.

À Universidade Federal de Pernambuco, na pessoa do Diretor de Relações Internacionais, professor doutor Mádisson Góes, pelo empenho de estruturar cotutela internacional. Ao atual e ao ex-chefe de departamento,

respectivamente, professor doutor Fabiano Diniz e professor doutor Ronald Vasconcelos; bem como à atual coordenadora do MDU, Natália Vieira. Através deles, estendo meus agradecimentos aos colegas da comunidade acadêmica.

Aos colegas das Nações Unidas, pelas trocas e cumplicidade no propósito de seguir ideias e objetivos comprometidos com a implementação da cidade que precisamos. Em especial a Elkin Velásquez, Alain Grimard, Rayne Ferretti e Cláudio Acioly.

Aos colegas pioneiros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, por encamparem temas e desafios locais, nacionais e internacionais para o desenvolvimento de cidades sustentáveis.

Aos integrantes do Recife Exchanges, que acreditaram na possibilidade de transformação da cidade e contribuíram com temas provocativos e inovadores, por nos ajudarem a nos reconectarmos com nossa essência anfíbia através da revelação do conceito Recife Árvore d'Água.

Aos pesquisadores do Projeto Parque Capibaribe e ao grupo de pesquisa INCITI que, por diversos anos, trabalhou para a compreensão, o desenvolvimento e a implementação de uma nova visão de cidade a partir de suas águas.

A Companhia Editora de Pernambuco – Cepe, em especial a Ricardo Leitão, pela sensibilidade e visão arrojada ao registrar, em publicações, ideias e proposições que contribuem para o desenvolvimento do Recife e de Pernambuco.

A minha família: minhas filhas, Mila e Bruna. A Deborah. Ao meu pai (*in memoriam*), a minha mãe e aos meus irmãos, Francisco, Jorge (*in memoriam*) e Luciana.

Aos amigos, amigas e demais parentes que, pacientemente, compreenderam minha ausência durante essa trajetória.

Recife
(...) Metade roubada ao mar,
Metade à imaginação,
Pois é do sonho dos homens
Que uma cidade se inventa.

Carlos Pena Filho

Guia Prático da Cidade do Recife, 1959

Recife,
(...) Metade roubada ao mar,
Metade à imaginação,
Pois é de Alma e Corpo
Que uma cidade se reinventa.

SUMÁRIO REDUZIDO

1	INTRODUÇÃO
23	PARTE I - UMA TEORIA CONCEITOS EM PROJEÇÃO
28	CAPÍTULO 1 A CIDADE COMO ORGANISMO VIVO DE ALMA-E-CORPO
36	CAPÍTULO 2 A CIDADE COMO PROJETO
46	CAPÍTULO 3 A CIDADE COMO MOVIMENTOS
59	PARTE II - UMA CIDADE ALMA E CORPO DO RECIFE
62	CAPÍTULO 1 UMA CIDADE, SETE CORPOS
69	1 Paranambuco Berçário d'Águas
72	2 Atenas Estuarina
78	3 Amsterdã nos Trópicos
84	4 Lisboa nas Águas
92	5 Paris Atlântica
106	6 Manhattan Tentacular
119	7 Recife em Reinvenção
124	CAPÍTULO 2 UMA CIDADE, SETE ALMAS
130	2.1 Alma Patrimônio - revelada nos Movimentos Memória
146	2.2 Alma Empreendedora - revelada nos Movimentos Econômicos
160	2.3 Alma Combativa - revelada nos Movimentos por Moradia
176	2.4 Alma Poética - revelada nos Movimentos Culturais
198	2.5 Alma Sábia - revelada nos Movimentos Educacionais
209	2.6 Alma Ecológica - revelada nos Movimentos Ambientais
222	2.7 Alma Política - revelada nos Movimentos por Planejamento
251	PARTE III - UM PROJETO A REINVENÇÃO DO RECIFE - LABORATÓRIO VIVO DO HABITAT
256	CAPÍTULO 1 COMO ESTÃO OS MOVIMENTOS A REINVENTAR O RECIFE
274	CAPÍTULO 2 OS MOVIMENTOS DAS ALMAS - DA TEORIA À PRÁXIS
282	CAPÍTULO 3 O SÉTIMO CORPO: SISTEMA DE PARQUES RECIFE EM REINVENÇÃO
290	CAPÍTULO 4 RECIFE CIDADE PARQUE + IDEAS:
343	REFERÊNCIAS
363	ANEXO

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO
3	1. Tema e problemática
15	2. Questões de investigação
15	3. Objetivos da investigação
15	3.1 Objetivo geral:
15	3.2 Objetivos específicos:
16	4. Hipóteses
16	5. Metodologia
20	6. Estrutura da Tese
23	PARTE I - UMA TEORIA CONCEITOS EM PROJEÇÃO
28	CAPÍTULO 1 A CIDADE COMO ORGANISMO VIVO DE ALMA-E-CORPO
33	1.1 Urbanismo de alma-e-corpo
36	CAPÍTULO 2 A CIDADE COMO PROJETO
37	2.1 Projeto como destino
38	2.2 Cidade como destino – A visão
46	CAPÍTULO 3 A CIDADE COMO MOVIMENTOS
47	3.1 Iniciativas globais: meio ambiente e cidade na ONU
51	3.2 Movimentos da sociedade: global – local
54	CONTRIBUTO
59	PARTE II - UMA CIDADE ALMA E CORPO DO RECIFE
62	CAPÍTULO 1 UMA CIDADE, SETE CORPOS
69	1.1 Paranambuco Berçário d'Águas
72	1.2 Atenas Estuarina
78	1.3 Amsterdã nos Trópicos
84	1.4 Lisboa nas Águas
92	1.5 Paris Atlântica
106	1.6 Manhattan Tentacular
119	1.7 Recife em Reinvenção
124	CAPÍTULO 2 UMA CIDADE, SETE ALMAS
130	2.1 Alma Patrimônio - revelada nos Movimentos Memória
131	2.1.1 Movimento 1: Patrimônio Porto-Cultural
137	2.1.2 Movimento 2: Patrimônio Porto-Natural
142	2.1.3 Movimento 3: Patrimônio Porto-Tecnológico
146	2.1.4 Síntese Gráfica da Alma Patrimônio
146	2.2 Alma Empreendedora - revelada nos Movimentos Econômicos

148	2.2.1 Movimento 4: Rede de Cidades
152	2.2.2 Movimento 5: Rede de Feirinhas Orgânicas
156	2.2.3 Movimento 6: Redes do setor terciário contemporâneo
160	2.2.4 Síntese Gráfica da Alma Empreendedora
160	2.3 Alma Combativa - revelada nos Movimentos por Moradia
163	2.3.1 Movimento 7: Beira Mar de Brasília Teimosa
168	2.3.2 Movimento 8: Movimento Ocupe Estelita (MOE)
172	2.3.1 Movimento 9: Beira Rio Graças
175	2.3.4 Síntese Gráfica da Alma Combativa
176	2.4 Alma Poética - revelada nos Movimentos Culturais
179	2.4.1 Movimento 10: Manguebeat
185	2.4.2 Movimento 11: Cinema Pernambucano
189	2.4.3 Movimento 12: Carnaval Multicultural
196	2.4.4 Síntese Gráfica da Alma Poética
198	2.5 Alma Sábia - revelada nos Movimentos Educacionais
199	2.5.1 Movimento 13: Recife Exchanges (RXA, RXH e RXN)
204	2.5.2 Movimento 14: Pequenos Profetas
206	2.5.3 Movimento 15: Rede de bibliotecas comunitárias
209	2.5.4 Síntese Gráfica da Alma Sábia
209	2.6 Alma Ecológica - revelada nos Movimentos Ambientais
210	2.6.1 Movimento 16: Projeto Parque Capibaribe (Cidade Parque)
214	2.6.2 Movimento 17: Membrana Anfíbia (Cidade-Membrana)
217	2.6.3 Movimento 18: Reedição de Roteiro para Construir no Nordeste (Arquitetura e Cidade Árvore)
221	2.6.4 Síntese Gráfica da Alma Ecológica
222	2.7 Alma Política - revelada nos Movimentos por Planejamento
223	2.7.1 Movimento 19: Redução das desigualdades sociais
223	2.7.1.1 Plano de Regularização de Zonas Especiais de Interesse Social - PREZEIS
226	2.7.1.2 Mais vida nos Morros
227	2.7.1.3 Compaz
230	2.7.2 Movimento 20: Preservação do Meio Ambiente
230	2.7.2.1 Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Parque Capibaribe- PURA
231	2.7.2.2 Plano Diretor de Drenagem do Recife – PDDR
233	2.7.2.3 Plano de Manejo das UCN
235	2.7.3 Movimento 21: Por Desenvolvimento Urbano Estratégico
235	2.7.3.1 Metrópole Estratégica
237	2.7.3.2 Recife 500 Anos
238	2.7.3.3 Plano Diretor do Município do Recife (PDMR)
240	2.7.4 Síntese Gráfica da Alma Política
242	CONTRIBUTO
251	PARTE III - UM PROJETO A REINVENÇÃO DO RECIFE - LABORATÓRIO VIVO DO HABITAT
256	CAPÍTULO 1 COMO ESTÃO OS MOVIMENTOS A REINVENTAR O RECIFE
257	2.1 Sobre a Alma Patrimônio na reinvenção do Recife
259	2.2 Sobre a Alma Empreendedora na reinvenção do Recife
260	2.3 Sobre a Alma Combativa na reinvenção do Recife
262	2.4 Sobre a Alma Poética na reinvenção do Recife

263	2.5 Sobre a Alma Sábia na reinvenção do Recife
265	2.6 Sobre a Alma Ecológica na reinvenção do Recife
267	2.7 Sobre a Alma Política na reinvenção do Recife
272	2.8 Síntese de como os movimentos das Almas estão a reinventar o Recife
274	CAPÍTULO 2 OS MOVIMENTOS DAS ALMAS: DA TEORIA À PRÁXIS
282	CAPÍTULO 3 O SÉTIMO CORPO: SISTEMA DE PARQUES RECIFE EM REINVENÇÃO
290	CAPÍTULO 4 RECIFE CIDADE PARQUE + IDEAS:
294	5.1 Investigar
298	5.2 Desenvolver
304	5.3 Encantar
305	5.3.1 Trecho A: do Parque de Santana à Praça Barão de Caiara
308	5.3.2 Trecho B: da Praça Barão de Caiara à Ponte da Torre
310	5.3.3 Trecho C: da Ponte da Torre à Ponte da Capunga
313	5.3.4 Trecho D: da Ponte da Capunga à Praça do Derby
315	5.4 Ativar
316	5.4.1 Ativação Jardim do Baobá
317	5.4.2 Ativação Capunga
319	5.4.3 Ativação Parque das Graças
321	5.5 Sustentar
321	5.5.1 Fase 1 - Encantamento
322	5.5.2 Fase 2 - Expansão
323	5.5.3 Fase 3 – Consolidação
326	CONTRIBUTO
331	PROJEÇÕES ABERTAS
332	Cidades na urgência de se reinventar
334	Das hipóteses à tese: um processo, um produto, um projeto
335	A experiência do Recife Cidade-Parque como visão integradora da reinvenção da cidade
337	Movimentos: forças a projetar uma visão de cidade
339	Um Planeta de Cidades: luzes a iluminar mudanças ou a apagar esperanças
343	REFERÊNCIAS
363	ANEXO

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Linha do tempo expansão das cidades. Fonte: Habitat III - Nova Agenda Urbana (2016).

Figura 2. Centro do Recife sob chuvas torrenciais no ano de 2022. Fonte: Revista Algo Mais.

Figura 3. Alagamentos devido a fortes chuvas no Recife no ano de 2022. Fonte: YouTube. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=UyHUBb-SirU4>>>. Acesso em: 24 maio 2022.

Figura 4. Deslizamento em morro do Recife no ano de 2019. Fonte: Folha de S. Paulo. Disponível em: <<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/deslizamento-deixa-cinco-mortos-e-dois-desaparecidos-no-recife.shtml>>>. Acesso em 24 maio 2022.

Figura 5. Galgamento na praia de Boa Viagem ilustrando notícia sobre o Recife como uma das cidades mais ameaçadas do mundo pelo avanço do mar. Fonte: O Povo. Disponível em <<<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2021/10/14/recife-esta-entre-as-cidades-mais-ameacadas-do-mundo-pelo-avanco-do-mar.html>>>. Acesso em 24 maio 2022.

Figura 6. Construções informais na Bomba do Hemetério no Recife. Fonte: JC Online. Disponível em: <<<http://jconlineinteratividade.ne10.uol.com.br/galeria/2015,07,24,4774,galeria.html>>>. Acesso em 24 maio 2022.

Figura 7. Urbanização assimétrica na cidade do Recife. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019, p. 69).

Figura 8. Palafitas no Recife. Fonte: O Globo. Disponível em: <<<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2020/eleicoes-sem-solucao-palafitas-sao-simbolos-da-desigualdade-social-no-recife-24770324>>> Acesso em 24 maio 2022.

Figura 9. A orla de Boa Viagem: região ameaçada pelo aumento do nível do oceano no Recife. Fonte: Revista Recife. Disponível em: <<<https://revistarecife.com.br/2021/03/03/restricoes-em-pernambuco/>>>. Acesso em 24 maio 2022.

Figura 10. Palafitas no Recife em notícia sobre as regras sanitárias durante a pandemia de Covid-19. Fonte: JC Online. Disponível em: <<<https://tconline.com.br/palafitas-no-recife-sofrem-em-dobro-para-cumprir-quarentena/>>>. Acesso em 24 maio 2022.

Figura 11. As veias abertas do Recife transbordam de lixo, e o canal do Arruda é símbolo. Fonte: Blog A Tal Mineira. Disponível em: <<<https://atalmineira.com/2020/01/14/as-veias-abertas-do-recife-transbordam-de-lixo-e-o-canal-do-arruda-e-simbolo/>>>. Acesso em: 24 maio 2022.

Figura 12. *A cidade como projeto.*

Figura 13. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Fonte: ONU, 2015. Disponível em: <<<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>>

Figura 14. Cartilha de divulgação dos 10 pontos do *The City We Need 2.0*. Fonte: ONU-Habitat, 2016. Disponível em: <<<https://drive.google.com/drive/folders/1damCg9xUi19Zi3XKuglckUMJumZKrouc>>>

Figura 15. Recife organismo vivo. Fonte: Daniel Almeida.

Figura 16. Configuração global da rede de cidades. Em destaque, o estado de Pernambuco/Brasil onde está localizada a Região Metropolitana do Recife. Fonte: Google Earth com edições do autor.

Figura 17. Configuração da ocupação na costa brasileira. Em destaque, a RMR. Fonte: Google Earth com edições pelo autor.

Figura 18. Configuração da ocupação na RMR. Em destaque, Recife ao centro. Fonte: Google Earth com edições do autor.

Figura 19. Mancha da Região Metropolitana, com destaque na cidade do Recife. Fonte: Google Earth com edições pelo autor.

Figura 20. Planta esquemática de contextualização da cidade do Recife. Fonte: Google Earth com edições pelo autor.

Figura 21. Estuário do Recife em foto do acervo do Laboratório Quapá, FAUUSP, 2014. Fonte: Cadernos de arquitetura e urbanismo: Cidade-paisagem, pg.35-CAU/PE.

Figura 22. *O Recife natural*, por J.C. Branner. Fonte: CASTRO (1956).

Figura 23. Esquema físico-territorial *Berçário D'Águas*. Fonte: CASTRO (1956) com edições do autor.

Figura 24. Estuário Itamaracá/Igarassu, Rio Santa Cruz; Estuário dos rios Beberibe, Capibaribe e Afogados e Enseada de Suape (dos rios Ipojuca, Massangana e Tatuoca). Fonte: Google Earth com edições do autor.

Figura 25. Cartografia da cidade do Recife de 1630. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Figura 26. Sistema físico-territorial Atenas Estuarina em Recife e Olinda. Batalha entre a República Holandesa e a frota hispano-portuguesa. Impresso em Utrecht 1652. Fonte: Acervo particular MEURS, 2022.

Figura 27. Sistema físico-territorial Atenas Estuarina em Recife e Olinda. Batalha entre a República Holandesa e a frota hispano-portuguesa. Impresso em Utrecht 1652. Fonte: Acervo particular MEURS, 2022 com edições pelo autor.

Figura 28. Plano da Cidade Maurícia, onde se vê o Bairro do Recife e a Ilha de Antônio Vaz conectados por uma ponte. Fonte: Laboratório Topográfico de Pernambuco. Reprodução de gravura do livro de Gaspar Barléu.

Figura 29. Plano da Cidade Maurícia, onde se vê o Bairro do Recife e a Ilha de Antônio Vaz conectados por uma ponte. Fonte: Laboratório Topográfico de Pernambuco. Reprodução de gravura do livro de Gaspar Barléu com edições do autor.

Figura 30. Palácio e Parque do Friburgo, 1644, em gravura do livro de Gaspar Barleus, executada a partir de desenhos de Frans Post. Fonte: VERAS et al. (2017).

Figura 31. Cidade Maurícia e seus arredores. Fonte: REIS (2001) pg. 336.

Figura 32. Traçado regular proposto para a Cidade Maurícia com seu sistema de canais. Fonte: REIS (2001) pg. 87.

Figura 33. Traçado estruturado por lotes estreitos e profundos. O sistema de canais foi substituído por ruas. Fonte: REIS (2001) pg. 98.

Figura 34. Visão do Bairro do Recife para a Ilha de Antônio Vaz com imagens sobrepostas da Ilha em 1648, sob domínio holandês, e em 1739, sob domínio português. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Figura 35. Vista do Porto do Recife a partir da Ilha de Antônio Vaz. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Figura 36. Vista da Ilha de Antônio Vaz. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Figura 37. Vista da Ilha de Antônio Vaz. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Figura 38. Sistema de pátios e igrejas. Fonte: REIS (2001) pg. 99.

Figura 39. Mapa de *Lisboa nas Águas*. Fonte: REIS (2001) com edições do autor.

Figura 40. Pátio do Carmo. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Figura 41. Pátio do Livramento. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Figura 42. Pátio do Terço. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Figura 43. Pátio de São Pedro dos Clérigos. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Figura 44. Posição dos engenhos de açúcar do Recife (círculos marrons) em relação às áreas centrais e rios. Rio Capibaribe ao centro, Rio Beberibe à direita e Rio Tejipió à esquerda. Na costa, ao centro, zona portuária do Recife e à direita, Olinda. Fonte: HENRIQUES (2018).

Figura 45. Planta da Cidade do Recife, por Douglas Fox em 1906. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.

Figura 46. Plano Urbanístico para o Porto de Pernambuco a estruturar uma cidade moderna, registrado no Projeto “Moraes Rego”. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Figura 47. Vista aérea do Bairro do Recife (Porto de Pernambuco) e, ao fundo, o de Santo Antônio. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <<villadigital.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 29 de jun. 2022.

Figura 48. Praça Rio Branco, atual Marco Zero, registrada na série de cartões postais de Josebias Bandeira. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <<villadigital.fundaj.gov.br/index.php/cartoes-postais/item/4856-jb-001041-praca-rio-branco>>. Acesso em: 29 de jun. 2022.

Figura 49. Avenida Marquês de Olinda no Bairro do Recife nos anos 1930. Fonte: Wikipedia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Avenida_Marqu%C3%AAs_de_Olinda_nos_anos_1930_-_Recife,_Pernambuco,_Brasil.jpg>>. Acesso em 29 de jun. 2022.

Figura 50. Rede de abastecimento de água e esgoto integrada ao planejamento da cidade por Saturnino de Brito, em 1917. Fonte: Iphan, Mapoteca nº 1875 (1983).

Figura 51. Reurbanização do bairro de Santo Antônio, início da abertura da Avenida Dantas Barreto. Fonte: Recife de Antigamente/Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Canh4Umul_c/>>. Acesso em 24 de maio 2022.

Figura 52. Conjunto de edifícios da Guararapes.

Figura 53. Avenida Guararapes: o plano de Recife em 1951. Fonte: VERAS et al. (2017).

Figura 54. Conjunto de *promenades* do Marco Zero, do Bairro do Recife até o do Derby. Fonte: Google Earth com edições do autor.

Figura 55. Vista aérea da Praça Rio Branco (Marco Zero), Porta do Mar do Recife. Fonte: Escola de Aviação Militar. (brasiliana.fotografica.bn.gov.br).

Figura 56. Vista aérea da Avenida Guararapes em 1951, Porta do Continente do Recife. Fonte: IBGE. Disponível em: <<<https://servicodados.ibge.gov.br/api/v1/resize/image?caminho=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/PE11264.jpg&maxwidth=800&maxheight=600>>>. Acesso em: 29 de jun. 2022.

Figura 57. Projeto do Derby: Recife Novo. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

Figura 58. *Promenade* no Recife. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

Figura 59. Sistema físico-territorial *Paris Atlântica*. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Figura 60. Diagrama do sistema de portas na *Paris Atlântica*. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife com diagramas pelo autor.

Figura 61. Aterro do Cais do Apolo na década de 1960. Fonte : Disponível em: <<https://scontent.frec5-1.fna.fbcdn.net/v/t1.18169-9/13139356_1758846510922558_4183781978779642698_n.jpg?stp=cp0_dst-jpg_e15_fr_q65&_nc_cat=102&ccb=1-7&_nc_sid=2d5d41&_nc_ohc=m2xulHbX6jcAX8grtc6&_nc_ht=scontent.frec5-1.fna&oh=00_AT-JOkqXtp5-TII44dOoTcTh_zBsuXh46gxS3XdT9P6gl-g&oe=62E0A198>>. Acesso em 24 de maio 2022.

Figura 62. Avenida Agamenon Magalhães, na década de 1970. Fonte: Alcir Lacerda.

Figura 63. Duplicação da Avenida Caxangá, em 1967. Fonte: Disponível em: <<https://scontent.frec5-1.fna.fbcdn.net/v/t1.6435-9/77165961_2630119543795246_1884834178667642880_n.png?_nc_cat=104&ccb=1-7&_nc_sid=730e14&_nc_ohc=2zgktW6LeSgAX8As-HE&_nc_ht=scontent.frec5-1.fna&oh=00_AT9zwzjwmE9fhZeqnBHn-GL73ACleCyZsLP9k4iLwWewEzw&oe=62E3249D>>. Acesso em 24 de maio 2022.

Figura 64. O Edifício Holiday foi um dos primeiros arranha-céus do Recife. Fonte : Disponível em: <<[https://s2.glbimg.com/gZqJrvRYQweCiz76aiqow-CAUx6k=/0x0:1280x912/1008x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2019/U/i/SrW7HwTB6exvYpVtD3AQ/edificio-holiday-recife.jpeg](https://s2.glbimg.com/gZqJrvRYQweCiz76aiqow-CAUx6k=/0x0:1280x912/1008x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2019/U/i/SrW7HwTB6exvYpVtD3AQ/edificio-holiday-recife.jpeg)>>. Acesso em 24 de maio 2022.

Figura 65. Enchente de 1966 em foto do acervo de Gisela Vieira de Melo. Fonte: Jornal do Comércio, 29 de maio de 1966. Disponível em: <<<https://jc.ne10.uol.com.br>>>. Acesso em 24 de maio 2022.

Figura 66. Grande Cheia de 1975. Fonte: Fonte: VASCONCELOS, 2022.

Figura 67. Mapa da Região Metropolitana do Recife (RMR) e seus Municípios. Fonte: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE PERNAMBUCO (2017).

Figura 68. Esquema do sistema físico-territorial *Manhattan Tentacular*. Fonte: PDUI (PERNAMBUCO, 2019) com edições do autor.

Figura 69. Verticalização da cidade do Recife capturada em vista da Zona Sul, com manguezal, planície estuarina e morros ao fundo. Fonte: Wikipedia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Boa_Viagem_%28Recife%29>>. Acesso em: 25 de jun. 2022.

Figura 70. Verticalização na Zona Norte do Recife. Fonte: JC Online. Disponível em: <<<https://jc.ne10.uol.com.br/economia/2022> >>. Acesso em: 19 de jun. 2022.

Figura 71. Rodoviarização sobre o manguezal da cidade e ocupação das áreas intersticiais, com bolsões de pobreza distribuídos em todo território. Fonte: Portal G1. Disponível em: <<<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/09/21>>>. Acesso em: 25 de jun. de 2022.

Figura 72. Planície e morros refletem a desigualdade socioespacial do Recife, com a natureza “asfxiada” na cidade. Fonte: Laboratório Quapa – USP.

Figura 73. Recife, o pior trânsito “em linha reta” do Brasil. Fonte: El País. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/26/politica/1530040918_051796.html>>. Acesso em: 24 maio 2022.

Figura 74. Muralhas urbanas em lotes condominiais segregando espaços públicos e vias sem arborização. Fonte: site Caos Planejado. Disponível em: <<<https://caosplanejado.com/recuo-obrigatorio-um-equivoco-que-precisa-acaba>>>. Acesso em: 24 maio 2022.

Figura 75. Ocupação precária nas regiões dos morros, acarretando deslizamentos. Fonte: Confederação Nacional de Municípios. Disponível em: <<<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/deslizamentos-de-terra-alagamentos-e-mortes-grande-recife-pe-padece-com-chuvas-intensas>>>. Acesso em: 25 de jun. de 2022.

Figura 76. Cidade assimétrica: a pressão imobiliária. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019, p. 68).

Figura 77. Síntese dos componentes naturais e do ambiente construído no *Corpo do Recife*.

Figura 78. Comemoração da abertura do Carnaval do Recife. Fonte: Origem Hostel. Disponível em: <<<https://www.picuki.com/media/2198051336809855995>>>. Acesso em 24 de maio 2022.

Figura 79. A Rua do Bom Jesus. Fonte: Ferreira Fotografia. Disponível em: <<<https://www.flickr.com/photos/ferreirafotografia/16633544908>>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 80. Museu Cais do Sertão. Fonte: Nelson Kon. Disponível em: <<<https://www.nelsonkon.com.br/en/museu-cais-do-sertao/>>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 81. Sinagoga Kahal Zur Israel, na Rua do Bom Jesus, Bairro do Recife. Fonte: Luciana Helena (2019).

Figura 82. Paço do Frevo, na Praça do Arsenal, Bairro do Recife. Fonte: Jéssica Cavalcanti (2017). Disponível em: <<<https://www.infonormas.com.br/2017/02/24/saiba-como-o-carnaval-pode-ajudar-na-escrita-da-sua-monografia/paco-do-frevo-recife-carnaval-01/>>>. Acesso em: 24 maio 2022.

Figura 83. Caixa Cultural, na Praça do Marco Zero, Bairro do Recife. Fonte: Cecília Almeida (2013). Disponível em: <<<https://br.pinterest.com/pin/452611831276538434/>>>. Acesso em: 24 maio 2022.

Figura 84. Esquema gráfico do movimento para requalificação do centro histórico do Recife e zona portuária a revelar o extrato arqueológico da cidade. 1. Paço do Frevo; 2. Sinagoga Kahal Zur Israel (Mikva); 3. Caixa Cultural (Muralha); 4. Centro Cultural Cais do Sertão.

Figura 85. O Marco Zero, no Bairro do Recife, uma grande praça à beira-mar. Fonte: Thales Paiva. Disponível em: <<<https://www.flickr.com/photos/thales-paiva/27528274170>>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figuras 86, 87 e 88. Linha de arrecifes que configura o Porto Natural e protege o sítio histórico da cidade, com destaque ao Parque de Esculturas. Fonte: Arthur de Souza/Folha de Pernambuco.

Figura 89. Vista aérea do Bairro do Recife com o mar, os arrecifes, o Rio e o Marco Zero, da esquerda para a direita. Fonte: DA CUNHA (2019).

Figura 90. Esquema gráfico do movimento para requalificação do Bairro do Recife, marco ambiental da cidade. 1. Estuário; 2. Arrecife; 3. Oceano Atlântico; 4. Praça do Marco Zero; 5. Parque das Esculturas.

Figura 91. O território do Porto Digital no Recife. Fonte: Porto Digital. Disponível em: <<<https://www.portodigital.org/parque/historia/territorio> >>. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 92. Esquema gráfico do movimento para requalificação do centro histórico do Recife a incorporar uma rede de organizações especializadas em tecnologia digital. Exemplos: 1.Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD); 2.Escola Técnica Estadual Porto Digital; 3.Neurotech; 4.Cesar Bom Jesus; 5.Softex; 6.Apolo 235; 7.Cesar School; 8.CESAR - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife; 9.Moinho; 10.Accenture.

Figura 93. O Centro Histórico do Recife em Reinvenção.

Figuras 94 e 95. Arranjos Produtivos Locais. Fonte: Disponível em: Fonte: Disponível em: <<<https://www.addiper.pe.gov.br/index.php/atuacao/arranjos-produtivos/>>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 96. Esquema gráfico do movimento por uma rede de cidades e seus arranjos produtivos locais como estratégia para projeção de um sistema de infraestruturas regionais, nacionais e internacionais. 1.Ferrovia Transnordestina; 2.Arco Metropolitano; 3.Recife Hub – Morfologia radial do sistema.

Figuras 97 e 98. Recife: a capital das feiras orgânicas e Mapa Feiras Orgânicas no Recife. Fontes: Disponível em: <<<https://www.cbnrecife.com/artigo/recife-e-considerada-a-capital-das-feiras-organicas-de-acordo-com-pesquisa>>> e <<<https://feirasorganicas.org.br/cidade/recife-pe/>>>, respectivamente. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 99. Recife: a capital das feiras orgânicas. Disponível em: <<encurtador.com.br/bsAF8>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 100. Recife: a capital das feiras orgânicas. Disponível em: <<<https://marcozero.org/feiras-agroecologicas-da-escolha-individual-a-politica-publica/>>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 101. Recife: a capital das feiras orgânicas. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g304560-d7055542-i-355193667-Praca_de_Casa_Forte-Recife_State_of_Pernambuco.html.

Figura 102. Esquema gráfico do movimento por uma rede de produção agroecológica como cinturão verde envolvendo a Região Metropolitana do Recife e seus entornos a estimular redesenho de novos espaços públicos na cidade.

Figura 103. Registro de uma Caminhada Domingueira, no Marco Zero do Recife. Fonte: Grupo Caminhadas Domingueiras

Figura 104. Esquema gráfico do movimento de desenvolvimento da rede de comércio de bens e prestação de serviços.

Figura 105. Recife como Hub econômico radial em Reinvenção.

Figura 106. Água do mar quebrando nos arrecifes próximos à palafitas na comunidade de Brasília Teimosa. Fonte GOMES, 2017

Figura 107. Ato simbólico do primeiro mandato do Ex-Presidente Lula em visita a Brasília Teimosa, como ação simbólica de combate às condições de pobreza, representadas historicamente pela precariedade das palafitas. Fonte: Disponível em: <<<https://pt.org.br/brasilia-teimosa-simboliza-com-promisso-de-lula-com-moradia>>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 108. Vista aérea de Brasília Teimosa, sentido Norte, antes da construção da Avenida Beira-Mar. Fonte: ?

Figura 109. Vista aérea de Brasília Teimosa, sentido Norte, com a avenida Beira-mar construída. Vista do Centro Histórico do Recife à esquerda. Fonte:

Figura 110. Vista aérea de Brasília Teimosa, sentido Sul, entre mar e rio. Zona Sul da cidade ao fundo. Fonte:

Figura 111. Esquema gráfico do movimento pioneiro por conquista de moradia em frente marinha na Zona Sul do Recife através da instituição legal da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Fonte: Autoria própria

Figuras 112 e 113. Primeira versão do projeto do projeto Novo Recife. Fonte:

Figuras 114 e 115. Redesenho do projeto Novo Recife depois de reivindicações por parte da população. Fonte:

Figuras 116 a 124. O Movimento Ocupe Estelita: a cidade é nossa, OCUPE-A. Fonte: Direitos Urbanos. Disponível em: <<<https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/>; <https://www.flickr.com/photos/marcelosoares/22369419220/in/album-72157621894095004/>>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 125. Esquema gráfico do movimento contra a especulação imobiliária em ilha histórica no Centro do Recife, buscando formas de moradia e de ocupação do território em prol da paisagem, do patrimônio e da mobilidade ativa.

Figuras 126 e 127. Concentração dos barqueiros para embarque dos moradores das Graças. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 248.

Figura 128. Queima virtual de pneus pela Beira Rio das Graças em julho de 2016. Disponível em: <<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10209117336826720&set=gm.1105212382868105&type=3>>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 129. Esquema gráfico do movimento contra a rodoviarização e pela viabilização de um parque à beira rio na Zona Norte do Recife.

Figura 130. Moradia e ocupação das frentes d'água do Recife em Reinvenção.

Figura 131. O grupo Mangubeat. Fonte: Fred Jordão; Disponível em: <<<http://www.fredjordao.com.br/albums/musica/>>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 132. Show do grupo Mangubeat. Fonte: Fred Jordão; Disponível em: <<<http://www.fredjordao.com.br/albums/musica/>>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 133. Chico Science e Nação Zumbi cobertos de lama posando para fotógrafo. Fonte: Fred Jordão.

Figura 134. Bloco do Manguê, que acontece no Carnaval, com integrantes banhados em lama (argila). Fonte: Raul Kawamura.

Figura 135. Capa do disco *Da Lama ao Caos*, referência do Mangubeat. À esquerda, QR Code que direciona para o áudio do disco no *YouTube*. Fonte: Fred Jordão; Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Da_Lama_ao_Caos>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 136. Esquema gráfico do movimento pela recuperação cultural do Recife a partir da hibridização rítmica e do reconhecimento do mangue, dos rios e dos estuários enquanto força motriz da cidade.

Figura 137. Montagem com pôsteres de filmes de diretores pernambucanos. Fonte: Montagem de autoria própria.

Figura 138. Esquema gráfico do movimento pelo reconhecimento do Recife enquanto palco e personagem de narrativas por meio da ênfase na relação entre as pessoas e a cidade.

Figura 139. Aglomeração no Carnaval de rua do sítio histórico recifense. Fonte: Raul Kawamura.

Figura 140. Multidão acompanha o Bloco da Ressaca, na Zona Norte do Recife. Fonte: Everaldo Silva / TV Globo.

Figura 141. Galo da Madrugada, o que já foi considerado o maior bloco de rua de carnaval do mundo. Fonte: Disponível em: <<<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/prefeitura-de-recife-anuncia-auxilio-emergencial-para-integrantes-do-carnaval/>>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 142. Encontro de blocos de carnaval do Recife no Pátio de São Pedro. Fonte: Camila Leão/ Prefeitura do Recife.

Figura 143. Foliões curtem Orquestrão de Frevo no último dia do carnaval do Recife Foto: Marlon Costa/Pernambuco Press.

Figura 144. Naná Vasconcelos , homenageado no carnaval de 2013, tocando no palco principal no Marco Zero, bairro do Recife. Disponível em : <<<https://brasil.estadao.com.br/blogs/carnaval-2013/nana-vasconcelos-um-dos-homenageados-da-festa-abre-o-carnaval-do-recife/>>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 145. Bloco Empatando Tua Vista desfilando na Rua da Aurora. Fonte: Blog Direitos Urbanos. Disponível em: << <https://direitosurbanos.wordpress.com/tag/empatando-tua-vista/>>>

Figura 146. Noite dos Tambores Silenciosos no Pátio do Terço no bairro de São José. Fonte: Fernando da Hora - JC Imagem

Figura 147. Cartograma produzido pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural: as áreas em vermelho representam as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e as áreas em verde representam os setores de conservação ambiental. As em azul significam as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH). Os pontos são manifestações culturais que participaram do carnaval do referido ano. Fonte: DPPC-SEPLAN-PCR, 2018.

Figura 148. Esquema gráfico do movimento pela diversidade de manifestações culturais e pela multiplicação de centralidades urbanas em conexão com a Praça do Marco Zero no Centro do Recife.

Figura 149. Multicentralidade cultural e urbanística do Recife em Reinvenção.

Figuras 150 e 151. O Recife Exchange Amsterdã (RXA). Fonte: Acervo Equipe RX.

Figura 152. O Conceito da Árvore D'água. Fonte: RXA. Fonte: Acervo Equipe RX.

Figuras 153 e 154. O Recife Exchange Holland (RXH). Fonte: Acervo Equipe RX.

Figuras 155 e 156. O Recife Exchange Netherlands (RXN). Fonte: Acervo Equipe RX.

Figura 157. Esquema gráfico do movimento por visão sistêmica e estratégias para controle e convivência com as águas, por meio de uma iniciativa acadêmica envolvendo ensino-pesquisa-extensão em intercâmbio técnico entre o Brasil e os Países Baixos.

Figuras 158, 159, 160 e 161. Projeto Telhado Eco Produtivo – semeando novos horizontes. Fontes: Rocío Perigo, disponível em: <<<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/08/09/hortas-montadas-em-telhados-de-casas-ajudam-familias-pobres-e-incentivam-alimentacao-saudavel.ghtml>>> e <<<https://www.atados.com.br/ong/comunidade-dos-pequenos-profetas/vagas>>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 162. Esquema gráfico do movimento pelo desenvolvimento comunitário através da arquitetura, educação, profissionalização, do exercício da cultura e da alimentação saudável.

Figuras 163, 164, 165 e 166. A Rioteca às margens do Rio Capibaribe. Fontes: Autoria própria, Disponível em: <<<https://portaldeprefeitura.com.br/2021/04/22/prefeitura-do-recife-ajuda-na-requalificacao-da-rioteca-da-vila-santa-luzia/>>> e <<<https://www.folhape.com.br/noticias/biblioteca-urbana-da-vila-santa-luzia-na-torre-e-requalificada/181047/>>> Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 167. Esquema gráfico do movimento por uma rede social que estimula novas centralidades urbanas por meio da literatura em aglomerados de baixa renda.

Figura 168. Árvore D'água do Recife em Reinvenção.

Figura 169. Recife Cidade-Parque. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA FILHO, MONTEZUMA (2019). pgs. 156, 157.

Figura 170. Recife Cidade-Parque. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA FILHO, MONTEZUMA (2019).

Figura 171. Esquema gráfico do movimento por uma nova relação com a cidade através da conexão com as águas do Rio Capibaribe, recuperando a bacia hidrográfica, fase I. Potencial de estender aos rios: Beberibe, fase II e Tejió, fase III.

Figuras 172 e 173. Simulações do Bairro de Boa Viagem atual e em 2010 para um aumento de até 4°C. Fonte: MONTEZUMA (2019).

Figura 174. Corte do Masterplan da Membrana Anfíbia. Fonte: MONTEZUMA (2019).

Figura 175. Esquema gráfico do movimento de adaptação e proteção do Recife em resposta às consequências das mudanças climáticas, principalmente frente ao aumento do nível do oceano.

Figura 176. Princípios do 1 ao 9. Fonte: HOLANDA (2018).

Figura 177. Esquema gráfico do movimento por uma arquitetura e “cidade-árvore” que enfatiza o regionalismo e a sustentabilidade, priorizando o uso de estratégias adequadas ao clima tropical quente e úmido.

Figura 178. Meio Ambiente Natural do Recife em Reinvenção.

Figura 179. Mapa de localização das Zeis no Recife. Fonte: NASCIMENTO (2020).

Figura 180. Relações entre o Poder Público e Prezeis. Fonte: MORAES, MIRANDA, 2015.

Figuras 181 e 182. Vista Aérea do Morro da Conceição sob a intervenção do programa Mais Vida nos Morros; Morro do Vasco da Gama sob intervenção do Programa Mais Vida nos Morros. Fontes: Prefeitura da Cidade do Recife (2018); Andrea do Rego Barros/Prefeitura da Cidade do Recife.

Figura 183. Compaz do Alto de Santa Terezinha. Fonte: Andrea Rego Barros (2018).

Figura 184. Esquema gráfico dos movimentos pelo enfrentamento às desigualdades sociais. Das ações isoladas às ações integradas.

Figura 185. Masterplan de implementação gradual do Parque Capibaribe. Na imagem destacam-se as áreas de influência direta do parque, assim como o processo de sua construção. Fonte: PURA, 2020.

Figura 186. Pontos Críticos de Alagamento na Microdrenagem. Fonte: Plano Diretor de Drenagem do Recife (2016).

Figura 187. Mapa das Unidades de Conservação da Natureza sobrepostas sobre os limites de bairros da cidade do Recife. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife (2018).

Figura 188. Esquema gráfico dos movimentos de re-articulação da cidade ao ambiente natural. Das ações isoladas às ações integradas.

Figura 189. Projetos estratégicos agrupados nos três vetores de desenvolvimento. Fonte: REYNALDO (modificado) (2005).

Figura 190. Futuros Alternativos. Fonte: RECIFE 500 ANOS (2022, p 159).

Figura 191. Protesto popular durante processo de revisão do Plano Diretor do Recife, etapa do Plano de Ordenamento Territorial (POT). Fonte: Articulação Recife de Luta (2018).

Figura 192. Esquema gráfico dos movimentos pela ênfase ao planejamento. Das ações isoladas às ações integradas.

Figura 193. Políticas Urbanas Integradoras para o Recife em Reinvenção.

Figura 194. Síntese dos componentes naturais e do ambiente construído dos seis Corpos que antecedem o sétimo Corpo em processo de reinvenção.

Figura 195 a. Gráfico de correlação entre as 7 *Almas* e as respectivas 7 Cidades.

Figura 195 b. Laboratório vivo do habitat em projeções.

Figura 196. Esquemas gráficos da *Alma Patrimônio*.

Figura 197. Esquema gráfico síntese da *Alma Patrimônio*.

Figura 198. Esquemas gráficos da *Alma Empreendedora*.

Figura 199. Esquema gráfico síntese da *Alma Empreendedora*.

Figura 200. Esquemas gráficos da *Alma Combativa*.

Figura 201. Esquema gráfico síntese da *Alma Combativa*.

Figura 202. Esquemas gráficos da *Alma Poética*.

Figura 203. Esquema gráfico síntese da *Alma Poética*.

Figura 204. Esquemas gráficos da *Alma Sábia*.

Figura 205. Esquema gráfico síntese da *Alma Sábia*.

Figura 206. Esquemas gráficos da *Alma Ecológica*.

Figura 207. Esquema gráfico síntese da *Alma Ecológica*.

Figura 208. Esquemas gráficos da *Alma Política*.

Figura 209. Esquema gráfico síntese da *Alma Política*.

Figura 210. Sistema de parques: 1) Parque Capibaribe; 2) Parque Beberibe; 3) Parque Tejipló e 4) Parque Marinho.

Figura 211. Movimento das *Almas* a reinventar o *Corpo do Recife* em um sistema de parques, configurando a Cidade-Parque.

Figura 212. O Recife em reinvenção.

Figura 213. IDEAS. Bases Metodológicas do Laboratório Vivo do Habitat, Sistema de projeções transversais da cidade como projeto.

Figura 214. Distribuição da flora silvestre no Rio Capibaribe - Habitat. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 278, 279.

Figura 215. Distribuição da fauna silvestre no Rio Capibaribe - Habitat. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 280, 281.

Figura 216. Fauna e flora: mata ciliar, mangue e rio. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 282, 283.

Figura 217. Perspectiva de recorte da cidade do Recife. Em destaque, os territórios das Portas e Águas identificados pelo Projeto Parque Capibaribe. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 126, 127.

Figura 218. A Zona Parque e as sete diferentes Águas identificadas pela equipe de investigadores no território do Parque Capibaribe. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 154, 155.

Figura 219. A Zona Parque, as quatro Portas e as sete diferentes Águas identificadas pela equipe de investigadores no território do Parque Capibaribe. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019).

Figura 220. Planta geral do projeto urbanístico no território da Zona Parque. Fonte: PURA (2020). pg. 95.

Figura 221. Perspectiva 3D do Projeto Parque Capibaribe. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 156, 157.

Figura 222. Planta do Encantamento: a) do Parque de Santana à Praça Barão de Caiara; b) da Praça Barão de Caiara à ponte da Torre; c) da ponte da Torre à ponte da Capunga e d) da ponte da Capunga à Praça do Derby. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 178, 179.

Figura 223. Planta baixa do trecho A e seus equipamentos. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 182, 183.

Figuras 224. A Praça Antônio Maria se expande até as margens do rio com a retirada da rua que as separa, com o píer flutuante. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 182, 183.

Figura 225. Perspectiva da Praça do Vintém, com fonte seca, gramados, escadaria e mirante. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 189.

Figura 226. Planta baixa do trecho B e seus equipamentos. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 190, 191.

Figuras 227, 228 e 229. Parque da Jaqueira à direita; aumento da largura do passeio; e arquibancada para contemplação das águas e do pôr do sol. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 192 a 195.

Figura 230. Gramado, equipamentos urbanos e atividades no Jardim do Baobá. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 196, 197.

Figura 231. Planta baixa do trecho C e seus equipamentos. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 204, 205.

Figura 232. Acesso arborizado ao parque no bairro das Graças, com vegetação preservada. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 206.

Figura 233. Ponte para pedestre e bicicleta. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 211

Figura 234. Corte e perspectiva de área de estar, rua compartilhada e passarela sobre as águas. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 212.

Figura 235. Planta baixa do trecho D e seus equipamentos. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg.214, 215.

Figura 236. Vista aérea do trecho da Capunga com piso de vegetação, ponte de pedestres e ciclistas. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 216.

Figura 237. Passeio compartilhado com ciclistas define o espaço gramado para usos múltiplos que margeiam o rio com a vegetação ciliar. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 218, 219.

Figura 238. Projeto da Praça Otávio de Freitas já executado. Fonte: Valença (2020).

Figura 239. Baobá que deu origem ao nome do jardim. Fonte: Diário de Pernambuco. Disponível em: <<<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2016/10/jardim-do-baoba-novo-espaco-de-convivencia.html>>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

Figura 240. Roda de Meditação. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 230.

Figura 241. Bicicleta estacionada próxima à mesa de uso coletivo no Jardim do Baobá. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 235.

Figura 242. Montagem de protótipo no Workshop Internacional de Prototipagem Urbana (WIPU). Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 242.

Figura 243. Reunião para avaliação das criações no Workshop Internacional de Prototipagem Urbana (WIPU). Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 242.

Figura 244. Proposta de projeto para as Graças com quatro faixas de rodagem. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife (2020).

Figura 245. Proposta de projeto para as Graças do Parque Capibaribe. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife (2021).

Figura 246. Evento de comemoração do Dia das Crianças no Jardim do Baobá. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 246.

Figura 247. Bandeira do Parque Capibaribe em barqueata organizada pela Associação por Amor às Graças. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 246.

Figura 248. Fase 1 - PURA - Parque Capibaribe Encantamento. Fonte: PURA (2020). pg. 100.

Figura 249. Fase 2 - PURA - Parque Capibaribe Expansão. Fonte: PURA (2020). pg. 101.

Figura 250. Fase 3 - PURA - Parque Capibaribe Consolidação. Fonte: PURA (2020) 7pg. 102.

Figura 251. Linha do tempo para implantação do PURA. Fonte: PURA (2020). pg. 94.

Figura 252. Das Hipóteses à Tese.

Figura 253. Planeta de Cidades. Fonte: Google Imagens com edições do autor.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. O desenho da tese: Objetivos, Questões de Investigação e Metodologia.

Quadro 2. Os conceitos de *alma* e *corpo* da Cidade.

Quadro 3. Conceitos em Projeção.

Quadro 4. Síntese dos sistemas físico-territoriais dos Corpos do Recife.

Quadro 5. *A Alma do Recife*: Etapas Metodológicas.

Quadro 6. A definição dos sete *movimentos* e das sete *Almas do Recife*.

Quadro 7. Equipamentos e Ações Culturais surgidas com o PRBR.

Quadro 8. Projetos Porto Digital.

Quadro 9. Recife cidade em reinvenção.

INTRODUÇÃO

1. Tema e problemática

Em *As Veias Abertas da América Latina*, Galeano (1971) reflete sobre o movimento renascentista europeu e o sistema econômico social e ambiental que começa a ser implantado no “Novo Mundo”. A partir de 1500, a expansão econômica para o novo continente, mais especificamente a América Latina, sob a lógica de uma colonização extrativista justificada por um ideário de desenvolvimento, impactou e desmontou toda uma estrutura ambiental e humana, em um processo marcado por devastação de florestas, exploração de ouro, prata e outros metais, além da introdução de monoculturas intensivas (açúcar, cacau, borracha, café). Esse processo de desmonte se deu por meio de um sistema social que reduziu drasticamente a população nativa, escravizada junto à população africana traficada como mão de obra para diversas atividades. Sucessivos sistemas econômicos foram adotados desde então, promovendo a ocupação de novos territórios, urbanizações, mas também desencadeando crises de diversas dimensões: ambientais, econômicas, sociais e culturais.

Tais condições particulares de fundação do Brasil deixaram marcas profundas, evidenciadas, entre outros pontos, na produção intelectual ao longo da história do País. Ainda no século XIX, o diplomata abolicionista brasileiro Joaquim Nabuco apontou que “acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão” (NABUCO, 1884, p. 15). Já no século XX, Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e Mocambos* (1936) revela as origens da formação socioespacial de grande parte do Brasil, defendendo que, apesar da existência de grandes conflitos entre indígenas, europeus e africanos, essa peculiaridade promoveu a formação de uma cultura particular. Na segunda metade do mesmo século, Milton Santos (1993) reflete sobre o processo de urbanização no Brasil, intensificado a partir dos anos 1930 e que até os dias atuais não responde às demandas básicas da totalidade da sua população, sendo marcado por uma desigualdade estrutural. As veias do país, portanto, continuam abertas.

Após cinco séculos desde a chegada dos europeus à América o novo milênio revela-se um marco estratégico para a reflexão e a ação sobre a condição humana e o planeta. Some-se a isso o fato de que a presente pesquisa foi desenvolvida no curso da pandemia da Covid-19, que assolou o mundo a partir de 2020, momento em que a humanidade se viu diante da necessidade urgente de repensar seu modo de vida, os impactos do ser humano no Planeta e os caminhos da globalização. Dessa maneira, acredita-se ser oportuna a indagação: seria esta uma oportunidade histórica para uma profunda mudança de paradigma sobre o modo de viver no Planeta e, conseqüentemente, nas cidades? **O projeto de cidade, portanto, é o tema desta tese, sendo o Recife definido como objeto de estudo.**

"A luta pelo desenvolvimento sustentável será vencida ou perdida nas cidades" (UN-Habitat, 2016, tradução nossa)¹. Tal síntese, registrada durante a Conferência das Nações Unidas para Habitação e Assentamentos Humanos realizada em 2016, em Quito, Equador, a Habitat III, ancora o olhar ao território urbano em toda a sua complexidade (Figura 1). O progressivo crescimento das cidades, através da urbanização massiva e, na maioria das vezes de maneira não planejada, caracteriza uma das transformações mais importantes do Planeta nos últimos anos. Nesse cenário, Antonucci et al (2010) ressalta:

Nos últimos duzentos anos, a população urbana mundial aumentou de 5% para mais de 50%, ultrapassando, pela primeira vez em 2007, a população rural. Para 2030, as estimativas apontam que mais de dois terços da população mundial residirão no meio urbano. Esse processo reflete as diversas alterações no modo de vida da sociedade contemporânea que ocorreram principalmente a partir do desenvolvimento industrial e tecnológico exponencial que tem o ponto estratégico deste cenário nos centros urbanos (ANTONUCCI et al., 2010).



Tais modificações no modo de vida contemporâneo contribuiram para o agravamento de uma crise ambiental que se revela em diferentes escalas: extinção de espécies (VIANNA, 2017); aumento da temperatura média global, principalmente pelas emissões de CO² (IPCC, 2021); elevação do nível dos oceanos que impactam cidades costeiras (LE, 2020; MACINTOSH, 2012); diminuição da biodiversidade e a intensificação da ocorrência de eventos extremos (CRUTZEN, STOETMER, 2000; VIANNA, 2017; FERRÃO, 2017). São exemplos de alguns dos resultados diretos do modo de vida prevalente no planeta cada vez mais urbano.

A partir das intensas intervenções humanas na natureza, ganha força a ideia de uma nova era geológica: o Antropoceno (CRUTZEN, STOETMER, 2000; VIANNA, 2017; FERRÃO, 2017). Entendida como a época do homem, a nova era é “marcada pela força da influência antropogênica na evolução dos sistemas biofísicos terrestres” (FERRÃO, 2017, p.288). Nesse sentido, as cidades, embora ocupem um pequeno percentual do globo, apenas 3% (IPCC, 2021), concentram também mais da metade da população mundial e, portanto, são responsáveis pela maior parte da utilização dos recursos naturais do planeta (FERRÃO, 2017):

Figura 1
 Linha do tempo expansão das cidades. Fonte: Habitat III - Nova Agenda Urbana (2016).

¹ “The sustainable development fight will be won or lost in our cities” (ONU-Habitat, 2016).

Tendo por base modelos de previsão probabilística, Seto et al. (2012) calculam que a população urbana em 2030 atingirá os 5 mil milhões, correspondendo a um acréscimo de 1,2 milhões de km² de solo urbano, o que significa triplicar o espaço ocupado por cidades em 2000. No contexto da relação cidades-Antropoceno, aquelas são crescentemente importantes não apenas pela população que concentram ou pela superfície que ocupam, mas também por outros motivos: por exemplo, consomem 76% dos recursos naturais do planeta e são responsáveis pela emissão de 60% dos gases com efeito de estufa (FERRÃO, 2017, p.292).

Ao comentar a contribuição de Taylor, O'Brien e O'Keefe para o debate em torno do Antropoceno, Ferrão destaca que os autores analisam o papel das cidades na gênese e no aprofundamento dessa era, defendendo o que chamam de uma "nova narrativa geohistórica que coloca as cidades no coração das alterações climáticas de origem antropogênica" (TAYLOR, O'BRIEN E O'KEEFE, 2015B apud FERRÃO, 2017, p. 294). As cidades, nesse ponto de vista, apresentam-se como elemento estruturante do Antropoceno.

A expansão das cidades canónicas, através de morfologias urbanas consolidadas, mas também das suas áreas envolventes, com subúrbios de diferentes densidades e com distintos graus de formalização, e ainda o aumento exponencial dos fluxos materiais interurbanos ao nível do planeta, induzem alterações profundas no funcionamento do sistema Terra pelo menos por quatro vias, as duas primeiras diretas e as restantes indiretas:

- Ocupação do solo: artificialização e impermeabilização da superfície terrestre, destruição e enterramento de linhas de água, terraplanagens, diminuição da biodiversidade, etc. (...);
- Aquecimento urbano: criação de ilhas de calor urbano e alteração dos regimes dos ventos locais, com impactos, nomeadamente, ao nível da qualidade do ar (poluição atmosférica) e dos consumos de água e de energia;
- Aquecimento global: alterações climáticas provocadas pela crescente emissão de gases com efeito de estufa, cujos impactos são hoje conhecidos, como o agravamento da ocorrência de fenómenos extremos, o aumento das temperaturas médias, a concentração dos períodos de chuva ou a subida do nível médio do mar, afetando, neste último caso, as cidades ribeirinhas;
- Empobrecimento das relações rural-urbano: degradação, nomeadamente por via dos efeitos das alterações climáticas, das áreas rurais envolventes enquanto espaços de aprovisionamento das cidades (água, produtos alimentares, etc.) e de lazer das populações urbanas (biodiversidade, qualidade paisagística, etc.), e crescente desconexão de ecossistemas transversais aos espaços rurais e urbanos (OECD, 2013; UN-HABITAT, 2015). (FERRÃO, 2017, p. 292-294)

Além disso, Ferrão (2017) critica a visão moderna de afastamento em relação ao ambiente natural, pontuando o fundamental entendimento das cidades como sistemas socioecológicos, um modo de reconciliação dos humanos com o meio:

O entendimento da cidade como sistema socioecológico leva a colocar a natureza no centro dos processos de metabolismo urbano (Lennon e Scott, 2016) e a defender a necessidade de gerir os espaços urbanos a partir de uma visão de coexistência e de coevolução dos diferentes sistemas sociais e ecológicos (FERRÃO, 2017, p. 296-297).

Considerando o cenário do Antropoceno, esta Tese parte do entendimento de que a relação da espécie humana com o meio natural é base para a compreensão e, sobretudo, para uma possível superação da crise urbana contemporânea. É nessa perspectiva que no presente trabalho adota-se a noção de cidades em processo de colapso.

Nesse sentido, Diamond (2007) relaciona a ideia de colapso aos danos causados ao meio ambiente pelos homens:

Os problemas ambientais que enfrentamos hoje em dia incluem [...] mudanças climáticas provocadas pelo homem, acúmulo de produtos químicos tóxicos no ambiente, carência de energia e utilização total da capacidade fotossintética do planeta. A maioria [...] se tornará crítica em âmbito mundial nas próximas décadas: ou resolvemos os problemas até lá, ou os problemas irão minar não apenas a Somália, mas também as sociedades do Primeiro Mundo (DIAMOND, 2020, p.11).

Embora não considere o fim da cidade como plausível, Fortuna (2009) aborda o “fim anunciado da cidade” por meio de uma análise sociológica da cidade contemporânea. Diante de uma romantização das ideias de crescimento, expansão e desenvolvimento, o autor explica que se tem como consequência, ao mesmo tempo, a exclusão das características das chamadas “cidades normais”.

[...] nas últimas décadas do século XX, foram-se avolumando as visões que propalavam o esgotamento e mesmo o “fim da cidade”; seja por via ambiental e do esgotamento de recursos renováveis, seja por incúria humana e ingovernabilidade política das (mega) cidades, seja ainda, em resultado do contínuo aprofundamento das desigualdades e da desluzante perda da qualidade de vida urbana (FORTUNA, 2009, p. 83-84).

Essa perspectiva acarreta, segundo o autor, em uma visão imaginária e apressada acerca do colapso, principalmente pelas mudanças nas formas urbanas e as expressões culturais contribuir para visões “apocalípticas”. Diante da complexidade das cidades, entretanto, ele afirma que “o que está a desaparecer realmente não é a cidade em si mas um determinado modelo histórico de cidade”² (2009, p. 84).

2 A cidade contemporânea com relação à cidade da antiguidade, medieval ou industrial, por exemplo.

Com um olhar na Teoria Social, Tainter (1988), por sua vez, caracteriza a ideia de colapso como um processo político que ocorre desde civilizações antigas, ou seja, considerando que uma sociedade colapsa quando perde seu estabelecido nível de complexidade sociopolítica. Segundo o autor, isso ocorre quando algum tipo de tensão demanda um ajuste na sociedade, ou seja, a mudança organizacional de um estado/situação para outro(a). Entretanto, o autor enfatiza as preocupações contemporâneas com a ideia do colapso, inclusive relacionadas aos problemas ambientais:

Certamente ninguém pode argumentar que o industrialismo não terá, algum dia, de lidar com o esgotamento de recursos e seus próprios desperdícios. A grande questão é quão longe esse dia está. Toda a preocupação com o colapso e a autossuficiência pode ser um indicador social significativo, o comportamento de escaneamento esperado de um sistema social sob estresse, no qual há vantagem em buscar soluções de custo mais baixo (TAINTER, 1988, p. 210, tradução nossa)³.

Concordando com o debate aqui apontado, nesta Tese adotamos a ideia de **idades em processo de colapso como aqueles centros urbanos em uma acentuada crise ambiental de causas e consequências simultaneamente econômicas e sócio-espaciais**. Tal crise, no contexto do Antropoceno, reflete um distanciamento do ser humano do meio ambiente natural, negando, a partir de suas ações, ser ele mesmo parte dessa natureza.

Como resposta a esse processo, crescem no cenário contemporâneo os questionamentos sobre como lidar com a população global sem provocar o esgotamento dos recursos naturais. Ainda em 1987, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada pela Organização das Nações Unidas, publicou o Relatório de Brundtland - Nosso futuro comum (1987), em que discute o conceito de desenvolvimento sustentável:

O desenvolvimento sustentável é mais que crescimento. Ele exige uma mudança de teor do crescimento, a fim de torná-lo menos intensivo de matérias-primas e energia, e mais equitativo em seu impacto. Tais mudanças precisam ocorrer em todos os países, como parte de um pacote de medidas para manter a reserva de capital ecológico, melhorar a distribuição de renda e reduzir o grau de vulnerabilidade às crises econômicas (Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento-Relatório Brundtland, 1987, p.56).

De acordo com Henri Acselrad (1999), a partir do documento e, mais intensamente, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, tornaram-se mais expressivas as discussões

³ *Certainly none can argue that industrialism will not someday have to deal with resource depletion and its own wastes. The major question is how far off that day is. The whole concern with collapse and self-sufficiency may itself be a significant social indicator, the expectable scanning behavior of a social system under stress, in which there is advantage to seeking lower-cost solutions* (TAINTER, 1988, p. 210).

em torno dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável⁴, evidenciando relevantes matrizes discursivas: eficiência, escala, equidade, autossuficiência e ética.

Com um recorte para a dimensão da cidade, Roggema (2016) traz a sustentabilidade para o domínio do urbano apoiando-se no tripple u-problem, ou seja, uma tríade de incertezas combinadas que influenciam a vida nas cidades, a saber: (1) desenvolvimentos incertos, como as mudanças climáticas e o avanço tecnológico; (2) as transições deliberadas impostas que modificam sistemas, a exemplo de transições para uma economia verde; (3) e o crescimento da população urbana diante das consequências dos desenvolvimentos incertos. O autor apresenta duas estratégias que devem ser tomadas frente a essas incertezas. A primeira delas é “consertar o futuro”, no sentido de aumentar a resiliência do espaço urbano (ROGGEMA, 2016). Os debates sobre resiliência urbana têm ganho cada vez mais destaque no urbanismo. De acordo com Meerow, Newell e Stults (2016), o conceito é definido como:

Resiliência urbana refere-se à capacidade de um sistema urbano – e todas as suas redes sócio-ecológicas e sociotécnicas constituintes em escalas temporais e espaciais – de manter ou retornar rapidamente às funções desejadas em face de uma perturbação, de se adaptar à mudança, e de transformar rapidamente os sistemas que limitam a capacidade adaptativa atual ou futura (MEEROW, NEWELL, STULTS, 2016, p.39)⁵

A segunda estratégia, “entregando-se ao futuro”, é uma maneira de aceitar e acomodar as mudanças – uma perspectiva do urbano adaptável frente às inevitáveis transformações. Assim, o urbanismo sustentável teria o papel de

projetar um sistema urbano sustentável, que cria espaço físico e mental para ajustar a forma urbana a qualquer momento no tempo, antecipa mudanças incertas, inesperadas e sem precedentes, e fica mais

4 A associação da noção de sustentabilidade ao debate sobre desenvolvimento das cidades tem origem nas rearticulações políticas pelas quais um certo número de atores envolvidos na produção do espaço urbano procura dar legitimidade a suas perspectivas, evidenciando a compatibilidade delas como os propósitos de dar durabilidade ao desenvolvimento, de acordo com os princípios da Agenda 21 resultante da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente de 1992.

5 *Urban resilience refers to the ability of an urban system – and all its constituent socio-ecological and socio-technical networks a cross temporal and spatial scales – to maintain or rapidly return to desired functions in the face of a disturbance, to adapt to change, and to quickly transform systems that limit current or future adaptive capacity* (MEEROW, NEWELL, STULTS, 2016, p.39).

forte e se torna mais resiliente quando a incerteza impacta sobre ele” (ROGGEMA, 2016, tradução nossa)⁶.

Nesse sentido, é fundamental que as ações e associações entre humanos e não-humanos (LATOURE, 2012)⁷ sejam consideradas, sobretudo, no contexto dos debates sobre sustentabilidade e frente à crise climática (VIGANÓ, 2021). O globo representa uma rede complexa que se interconecta, sendo os humanos apenas uma parcela desse sistema, em permanente relação com outros atores-rede. Ou seja, deve haver uma confluência mundial e uma consciência dos homens frente a essas questões.

[...] o fundamental é olhar todo o território como sujeito e habitado por sujeitos. Você precisa vê-los [não-humanos] como sujeitos. Quando você faz isso, seu ponto de vista já mudou. Ao redor de uma mesa onde as decisões são tomadas, digamos, os planejadores urbanos e territoriais também estão representando esses interesses, e esse território não pode ser mais visto como uma tela abstrata ou um objeto. Ele é o sujeito: tem uma identidade, uma morfologia, uma especificidade que o torna único. Por isso, cada projeto deve passar por essa busca de argumentos coerentes com o sujeito que você tem diante de si (VIGANÓ, 2021).

Daí que esta Tese se propõe a pensar a cidade como ponto particular de uma rede de cidades sempre articuladas ao Planeta, refletindo sobre um urbanismo – e um entendimento de território – que possa superar o padrão das legislações genéricas, que seja estratégico e adaptável às adversidades, especificidades e complexidades de cada local, bem como aos recursos naturais e à vida urbana já existente nele. Percebendo a dinâmica cotidiana da cidade do Recife enquanto objeto de estudo, são inúmeras as situações que sinalizam a problemática em **ênfase** neste trabalho: um Recife em **processo de colapso**. Citam-se como exemplos de expressões desse fenômeno os alagamentos frequentes, os congestionamentos no trânsito em diversas áreas da cidade, as precárias e insalubres moradias, o deslizamento das faces de morros com moradias, a poluição nos rios e canais, a impermeabilização do solo, a violência urbana, a diminuição dos espaços públicos para convivência, a proliferação de condomínios privados com seus muros elevados que agravam a insegurança urbana, a precarização dos passeios públicos, as ruas pouco arborizadas (Figuras 2 a 11).

⁶ *Design a sustainable urban system, which creates physical and mental space to adjust the urban form at any moment in time, anticipates uncertain, unexpected and unprecedented change, and grows stronger and becomes more resilient when uncertainty impacts on it* (ROGGEMA, 2016).

⁷ O sociólogo francês Bruno Latour busca, entre outros pontos, ampliar a relação de atores envolvidos nas relações sociais ao postular a Teoria Ator-Rede, segundo a qual “se quisermos ser um pouquinho mais realistas, em relação aos vínculos sociais, que os sociólogos ‘razoáveis’, teremos de aceitar isto: a continuidade de um curso de ação raramente consiste de conexões entre humanos (para as quais, de resto, as habilidades sociais básicas seriam suficientes) ou entre objetos, mas com muito maior probabilidade, ziguezagueia entre umas e outras” (LATOURE, 2012, p. 113)



Figura 2
Centro do Recife sob
chuvas torrenciais no
ano de 2022. Fonte:
Revista Algo Mais.



Figura 3
Alagamentos devido
a fortes chuvas no
Recife no ano de 2022.
Fonte: YouTube.



Figura 4
Deslizamento em morro
do Recife no ano de 2019.
Fonte: Folha de S. Paulo.

Figura 5

Galgamento na praia de Boa Viagem ilustrando notícia sobre o Recife como uma das cidades mais ameaçadas do mundo pelo avanço do mar. Fonte: O Povo.



Figura 6

Construções informais na Bomba do Hemetério no Recife. Fonte: JC Online.





Figura 7
Urbanização assimétrica na cidade do Recife. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019, p. 69).



Figura 8
Palafitas no Recife. Fonte: O Globo.

Figura 9
Orla de Boa Viagem: região ameaçada pelo aumento do nível do oceano no Recife. Fonte: Revista Recife.





Figura 10
Palafitas no Recife em notícia sobre as regras sanitárias durante a pandemia de Covid-19. Fonte: JC Online.



Figura 11
As veias abertas do Recife transbordam de lixo, e o canal do Arruda é símbolo. Fonte: Blog A Tal Mineira.

2. Questões de investigação

Por meio da presente pesquisa, pretende-se contribuir teoricamente com o debate apresentado acima sobre cidades em processo de colapso, avançando por novas ideias, estabelecendo novas conexões conceituais ao mesmo tempo em que articula-se as contribuições globais sobre o tema no sentido de apontar novos caminhos possíveis para os centros urbanos. Para tanto, algumas questões fundamentais norteiam esse trabalho de investigação, a saber:

1. Como compreender as dimensões materiais (sistemas físico-territoriais) e as dimensões imateriais (movimentos da sociedade) de uma cidade ao longo do tempo?
2. Quais são os sistemas físico-territoriais que identificam a Cidade do Recife ao longo dos séculos?
3. Quais são os movimentos significativos da sociedade na cidade do Recife nas últimas três décadas?
4. Qual a ideia motora, qual o sistema físico-territorial e quais as bases metodológicas que estão a reinventar a cidade do Recife?

3. Objetivos da investigação

A partir das perguntas acima, tem-se como objetivos geral e específicos:

3.1 Objetivo geral:

Revelar bases metodológicas de intervenção urbana, entendendo a cidade como projeto, que possam ajudar na reinvenção de cidades em processo de colapso, a partir da experiência do Recife nas últimas três décadas.

3.2 Objetivos específicos:

Objetivo Específico 1 (Parte I): construir o estado da arte em torno dos conceitos de cidade como organismo vivo de alma-e-corpo; cidade como projeto; e cidade como movimento.

Objetivo Específico 2 (Parte II): investigar as dimensões físicas que a cidade do Recife revela ao longo da sua história.

Objetivo Específico 3 (Parte II): investigar as dimensões imateriais que a cidade do Recife revela nos últimos 30 anos.

Objetivo Específico 4 (Parte III): investigar a inter-relação entre as dimensões físicas e imateriais da cidade do Recife para revelar a ideia motora e as bases metodológicas para a reinvenção do Recife.

4. Hipóteses

Ancora-se a análise na cidade do Recife enquanto ponto relevante dessa rede de cidades por tratar-se da mais antiga dos estados brasileiros, fundada em 1537, e ser uma das cidades vulneráveis às mudanças climáticas do planeta, tendo sido apontada pelo Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas da ONU (IPCC-2014) como 16^o *hotspot* global. Para a investigação, partiu-se das seguintes hipóteses:

1. A cidade é um permanente devir, está em permanente projeto, a partir dos múltiplos movimentos que operam no seu corpo, ou seja, na sua dimensão biofísica e material em contínua transformação. O reconhecimento das dimensões material e imaterial constitui uma ferramenta relevante para, não apenas ler, decodificar e compreender a evolução do organismo urbano e das suas componentes constitutivas, mas também para construir sínteses interpretativas com potencial projetual para informar e contribuir para passos futuros de projeto de cidade.

2. Cidades em processo de colapso sócioambiental podem ser reinventadas se compreendidas como organismos vivos de alma-e-corpo em constante inter-relação, ou seja, reconhecendo nas suas gentes a energia vital e criativa necessária para provocar processos de transformação, articulando-os de forma sistêmica e relacional, superando as disjunções funcionais, de planejamento ou de conceituação, que persistem ainda hoje entre cidade, natureza e os múltiplos componentes que organizam o metabolismo ecossistêmico da paisagem urbana.

3. A cidade do Recife está em processo de reinvenção a partir de movimentos significativos da sociedade nos últimos 30 anos. Este processo revela-se em múltiplas iniciativas que, sobretudo de forma auto-organizativa, cocriativa e de base local, produzem um sentido de projeto de cidade com capacidade para enfrentar os desafios estruturais da atualidade. Em particular, da interpretação que se pode fazer desses movimentos, sugere-se a hipótese de que as questões ambientais, a relação com a água e a definição de um sistema de parques, se afiguram como temas centrais para a necessária reinvenção do Recife, numa busca por reequilíbrio ambiental, por resposta às mudanças climáticas e por coesão social e do território.

5. Metodologia

Segundo Gil (2008),

“pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (GIL, 2008, p. 8).

Já as técnicas de pesquisa são, segundo Marconi e Lakatos (2003), a parte prática na obtenção dos propósitos. Nessa perspectiva, definiram-

-se os métodos e as técnicas de pesquisa referentes a cada objetivo específico (Quadro 1).

Para definição do estado da arte referente ao Objetivo Específico 1 – construir o estado da arte dos conceitos: a cidade como organismo vivo de alma-e-corpo; a cidade como projeto; e a cidade como movimento –, utilizou-se o método observacional e a técnica de pesquisa bibliográfica, ou seja, que abrange bibliografia tornada pública em relação ao tema de estudo (MARCONI, LAKATOS, 2003, p.183). Tomaram-se como base, principalmente, livros e artigos científicos.

Já para alcançar o Objetivo Específico 2 – investigar as dimensões físicas que a cidade do Recife revela ao longo da sua história –, a Tese utiliza em conjunto o método histórico e o comparativo (GIL, 2008), sendo o primeiro uma investigação do passado do Recife em seus respectivos contextos ao longo do tempo; e o segundo, na busca pelas similaridades e diferenças da forma urbana do Recife ao longo dos séculos. Para isso, além da técnica da pesquisa bibliográfica, empreendemos a documentação indireta de mapas e fotografias (MARCONI, LAKATOS, 2003).

Além dos métodos histórico e comparativo, utilizou-se o método monográfico para o Objetivo Específico 3 – investigar as dimensões imateriais que a cidade do Recife revela nos últimos 30 anos. Nessa abordagem metodológica, utiliza-se de estudos de caso para uma investigação mais aprofundada, possibilitando assim a representação de uma totalidade (GIL, 2008), que nesse caso foram os acontecimentos significativos do Recife nos últimos 30 anos. Assim, além das mesmas técnicas aplicadas para o objetivo específico 2, já citadas acima, foram utilizadas para coleta de dados a observação participante (pelas experiências do próprio autor da Tese) com auxílio de equipe multidisciplinar composta por líderes comunitários, jornalistas, arquitetos, urbanistas, políticos, historiadores, sociólogos e ambientalistas.

Por fim, para atingir o Objetivo Específico 4 – investigar a inter-relação entre as dimensões físicas e imateriais da cidade para revelar a ideia motora e as bases metodológicas para a reinvenção do Recife, empreendeu-se uma interpretação do corpo e da alma em sínteses gráficas que revelam a transformação urbana defendida por essa tese. A partir daí, construímos as bases conceituais e projetuais para o Sistema de Parques - Recife Cidade Parque como potencial catalisador da transformação apontada.

Para além das técnicas listadas acima, cabe destacar que, com esta Tese, busca-se apresentar uma base metodológica com o objetivo de conhecer, refletir e propor ideias e ações sobre um determinado lugar. Debruça-se em desvendar o Recife e seu território de influências, para, conhecendo suas dificuldades e potencialidades, vislumbrar possibilidades, superar os riscos de colapso urbano e manter viva a cidade. Mas o modo como esse conhecer é demonstrado, bem como as reflexões e as

proposições feitas, se apoiam em duas principais condições metodológicas: i) o envolvimento pessoal do pesquisador com o lugar (objeto) de estudo; ii) o pensar por imagens, como reflexo da prática projetual do arquiteto, autor da Tese.

(...) que a imagem não é um simples corte praticado no mundo dos aspectos visíveis. É uma impressão, um rastro, um traço visual do tempo que quis tocar, mas também de outros tempos suplementares – fatalmente anacrônicos, heterogêneos entre eles – que, como arte da memória, não pode aglutinar (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.207).

Quadro 1

O desenho da tese: Objetivos, Questões de Investigação e Metodologia. .

Neste ponto, cabe uma breve sintetização dos principais pontos da presente Tese listados até agora (ver quadro 1).

Questões de Investigação	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Métodos	Metodologia (Técnicas/ Ferramentas)	Estrutura
Q1: Como compreender as dimensões materiais (sistemas físico-territoriais) e as dimensões imateriais (movimentos da sociedade) de uma cidade ao longo do tempo?	Revelar bases metodológicas de intervenção na cidade como projeto que possa ajudar na reinvenção de cidades em processo de colapso, a partir da experiência do Recife nas últimas 3 décadas.	OBJ1: construir o estado da arte dos conceitos: a cidade como organismo vivo de alma-e-corpo; a cidade como projeto; a cidade como movimento.	Observacional e bibliográfico.	Documentação Indireta: Pesquisa Bibliográfica	PARTE I <i>Conceitos em Projeção</i>
Q2: Quais são os sistemas físico-territoriais que identificam a Cidade do Recife ao longo dos séculos?		OBJ2: Investigar as dimensões físicas que a cidade do Recife revela ao longo da sua história;	Histórico e Comparativo	Documentação Indireta: Pesquisa Documental (mapas e fotografias) e Pesquisa Bibliográfica	PARTE II <i>Corpo e Alma do Recife</i>
Q3: Quais são os movimentos significativos da sociedade na cidade do Recife nas últimas três décadas?		OBJ3: Investigar as dimensões imateriais que a cidade do Recife revela nos últimos 30 anos;	Histórico, Comparativo e Monográfico	Documentação Indireta: Pesquisa Documental (e fotografias) e Pesquisa Bibliográfica Observação Participante	
Q4: Qual a ideia motora, qual o sistema físico-territorial e quais as bases metodológicas que estão a reinventar a cidade do Recife?		OBJ4: Investigar a inter-relação entre as dimensões físicas e imateriais da cidade do Recife para revelar a ideia motora e as bases metodológicas para a reinvenção do Recife.	Interpretativo em sínteses gráficas.	Documentação Indireta: Pesquisa Bibliográfica; Pesquisa Documental (mapas e fotografias).	PARTE III <i>Reinvenção do Recife</i>

Pesquisadores já se debruçaram sobre a questão do envolvimento pessoal do pesquisador com o objeto de investigação, em oposição à posição neutra, distanciada que muitas vezes é exigida. Clifford Geertz (1978), por exemplo, diz que não existe pesquisador neutro, mas, ao contrário, que todo pesquisador é situado e traz com ele sua carga de subjetividades. Gilberto Velho (1987) fala em “empatia”, assim como adverte, se referindo a Da Mata, que nenhum conjunto de observações é homogêneo, assim como os níveis de conhecimento são desiguais, sobre um objeto pesquisado: “há descontinuidades vigorosas entre o mundo do pesquisador e outros mundos”(p. 126-127). Isso garantiria as experiências de estranhamento e de surpresa, bem como a relativização, sentimentos próprios de quem pesquisa, variando em função de várias condições. Wright Mills (2009), nesse mesmo contexto de relação de intimidade entre pesquisador e objeto de pesquisa, lembra que ter experiência significa saber que o passado influencia e afeta o presente. Daí ele comparar o pesquisador com o artesão:

O artesão é, por conseguinte, livre para aprender com seu trabalho e para usar e desenvolver suas capacidades e habilidades na execução do mesmo. O modo como o artesão ganha seu sustento determina e impregna todo o seu modo de vida (MILLS, 2009, p. 59)

Este é o caso desta Tese: o pesquisador é nativo do lugar e participante contumaz do seu dia a dia. As reflexões apresentadas certamente estão imbuídas da experiência do profissional, mas também das subjetividades inerentes a quem é do lugar. Ainda assim, a investigação permitiu-lhe descobertas que não faziam parte dos seus primeiros conhecimentos. Essa condição metodológica foi adotada para a construção da Tese, em seus argumentos, análises, proposições, nas imagens criadas para expressar o percebido.

A segunda condição metodológica, que adota o pensar por imagens⁸, também faz-se presente em toda a estrutura da Tese: quando aborda-se os fundamentos teóricos, constrói-se a imagem de que a cidade é um organismo vivo, dotado de alma e de corpo, uma espécie de conceito – *alma-e-corpo* – que ressignifica a imagem de uma cidade em sua estrutura e em suas pulsões. Essa imagem orienta todo o presente trabalho de investigação. Nos itens que abordam o conhecimento do lugar, onde estão justamente descritos a **Alma e o Corpo do Recife**, imagens foram criadas a partir de estudos em variadas fontes sobre a evolução urbana do Recife e sua relação com o território de influência. Essas imagens, enquanto são interpretações sobre o passado da cidade, também são reveladoras de visadas percebidas: ao mesmo tempo em que se apoiam nos conhecimentos da história, da geografia, das ciências

8 Fazendo referência ao que diz o Dicionário Houaiss, representação mental seria um instrumento do pensamento capaz de descrever aspectos da realidade. Aqui aproximamos “imagem mental”, ou “representação mental” de “conceito”, a partir do verbete “conceito”, em uma de suas 11 acepções apresentadas no Dicionário Houaiss.

sociais, do urbanismo, fundam-se no pensar por imagens como um guia que gera e sedimenta o conhecimento.

Desenhos feitos sobre mapas e fotografias se propõem a ser espécies de croquis ou de montagens, que tanto registram – enquanto processo – o pensamento e o conhecimento sobre o lugar, como descortinam possibilidades que o desenho “escava”. Certamente, sem perder de vista que, em sendo interpretações, têm graus de subjetividade, e têm caráter aproximativo e não definitivo, segundo Velho (1987), se apoiando em Clifford Geertz quando discute a natureza da interpretação.

Nesse entendimento, ao mesmo tempo que as imagens são criadas, também são objeto de reflexão. Dessa maneira, o pensamento por imagens acaba por guiar o conhecimento. Florio (2010), ao se referir aos croquis de arquitetura, diz que eles possibilitam o conhecimento de novas possibilidades a partir dos indícios que o desenho fornece: “Pode-se, portanto, perceber, imaginar e selecionar múltiplas interpretações por meio de um único croqui. Neste momento, atuam a memória, o repertório do sujeito e sua capacidade de manipular ideias” (p.374). Didi-Huberman (2012) também tem esse entendimento de que as imagens guiam o conhecimento, quando diz que elas “arde(m) em seu contato com o real” (p.208), que se constituem, ao mesmo tempo, em objetos de não saber e objetos de ciência. Isso porque uma mesma imagem tanto pode ser retrospectiva quanto prospectiva, imaginativa. Ele assim se refere às montagens, sejam literárias ou das artes plásticas.

Do mesmo modo, o método do pensar por imagem acompanha a parte final da Tese, que pretende mostrar como as latências existentes – fruto da fusão alma-e-corpo – permitem vislumbrar possibilidades de pulsão de vida que a cidade revelou ao pesquisador. Croquis, esquemas, são uma linguagem escolhida para comunicar o que a Tese revela.

6. Estrutura da Tese

Dito isto, cabe pontuar que a presente Tese estrutura-se em três partes que revelam o desenvolvimento de cada um dos objetivos específicos definidos. A decisão em defini-la em partes ao invés de capítulos foi justificada pela proporcionalidade do conteúdo de elaboração necessário para cada uma das partes.

Parte I - Conceitos em Projeção baseia-se na construção da fundamentação teórica, buscando realizar discussões entre diversos autores acerca de três principais tópicos: (1) **a cidade como organismo vivo de alma-e-corpo**, explorando os conceitos de cidade como organismo vivo e, então, de alma e corpo da cidade; (2) **a cidade como projeto**, através da tríade cidade-projeto-destino; e (3) **cidade como movimento**, detalhando iniciativas que de traçam caminhos para um desenvolvimento urbano sustentável.

Parte II - Corpo e Alma do Recife traz o objeto de estudo, a cidade do Recife, como foco de análise e, assim, divide-se em dois capítulos: o **Corpo do Recife** e a **Alma do Recife**. No primeiro, é feito um aprofundamento da forma urbana da cidade em seus cinco séculos de existência, buscando compreender os componentes dos sistemas físico-territoriais da cidade ao longo dos anos. No segundo, faz-se uma identificação dos acontecimentos significativos da sociedade nos últimos 30 anos e suas respectivas contextualizações históricas. São esses movimentos que definem a **Alma do Recife** contemporâneo e que revelam contributos de um possível **processo de reinvenção**.

Parte III - A Reinvenção do Recife faz uma articulação entre os pilares conceituais da Parte I com a Parte II, buscando identificar os caminhos do futuro com o potencial transformador de cada alma. Pretende-se investigar como as **Almas do Recife**, através de seus acontecimentos significativos, impactam seu corpo e revelam o sistema físico-territorial a reinventar a cidade.

PARTE



CONCEITOS EM PROJEÇÃO

UMA TEORIA

Esta Tese apoia-se na ideia de que existem inter-relações sistêmicas entre o que ocorre em uma cidade e o que ocorre em variadas partes do Planeta, tendo como argumento principal o entendimento da **cidade como organismo vivo** em constante mudança. Ou seja, um sistema onde a cidade é inseparável do território no qual ela está inserida e daquilo que acontece neste território. Desse mesmo modo sistêmico, o que nela acontece também repercute no território, com alcance planetário. Para além de investigar no nível teórico a condição de organismo vivo de uma cidade e oferecer uma interpretação sobre os caminhos trilhados que incidem na sua realidade, esta Tese se apresenta como uma possibilidade metodológica passível de aplicação que busca meios sistêmicos de reverter a condição de **idades em processo de colapso** por meio de seu **processo de reinvenção**. Nessa perspectiva, para discutir a cidade em sua complexidade de organismo vivo, três argumentos conectados apresentam-se fundamentais – uma visão articulada destes três argumentos poderá oferecer caminhos para enfrentar o risco de colapso que se presente na atualidade:

(1) o primeiro apresenta a cidade como um organismo vivo de alma e corpo interdependentes e intrinsecamente interligados. Desse entendimento surge a noção **alma-e-corpo** de uma cidade;

(2) o segundo entende **a cidade como projeto**, um grande laboratório de experimentações onde se contrapõem racionalidades e visões críticas de reconhecimento, interpretação e antecipação;

(3) o terceiro expressa a **cidade como movimento**, onde diversos atores articulam múltiplas ações concatenadas e em diferentes escalas.

A compreensão de que a **cidade é um organismo vivo** se fundamenta no entendimento de Gaia, termo resgatado da mitologia grega por James Lovelock, em 1990, quando defendeu que o planeta Terra seria uma unidade viva e que, em sendo viva, reagiria intencionalmente às ações humanas no meio ambiente. O autor afirma que a Terra foi se constituindo como tal através de um processo de sua habitação, por parte dos seres que nela existiram e existem. Um pensamento sistêmico, oposto a uma visão linear, que reconhece a complexidade do mundo, da experiência, da contribuição do inacabado, da incompletude, como processos de construção da vida. Para Lovelock (1990), Gaia seria, portanto, um organismo gigante com capacidade de criar, manter, alterar e transformar seu próprio ambiente e os seres que o habitam.

Através dessa compreensão sistêmica, a cidade pode também se caracterizar como um organismo vivo – uma célula do organismo gigante de Lovelock (1990), o Planeta: uma parte constituinte desse organismo complexo, vivo e auto regulável, que interage e reage aos acontecimentos, sejam eles de ordem física, concreta, sejam aqueles subjetivos oriundos das práticas culturais de cada povo.

A crise climática e ambiental (IPCC, 2021) fomenta, agora com mais vigor, esse sentido do Planeta como organismo, demonstrando reação aos maus tratos ambientais e comportamentais relacionados à ação humana, especialmente quando se reconhece que se vive a era do Antropoceno (CRUTZEN, STOETMER, 2000; VIANNA, 2017; FERRÃO, 2017), situação diferente dos anos 1980, por exemplo, quando ainda não era tão evidente essa condição de organismo vivo que está a se defender. Segundo o Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da FIOCRUZ (ALVES, 2022), “o Antropoceno representa um novo período da história do Planeta, em que o ser humano se tornou a força impulsionadora da degradação ambiental e o vetor de ações que são catalisadoras de uma provável catástrofe ecológica”¹. Assim, os desastres ambientais em várias partes do Planeta, de algum modo, confirmam-no.

Logo, ao buscar condições para que uma cidade se recupere de um **processo de colapso**, a partir do reconhecimento da sua relação sistêmica com o mundo e sob o prisma de que o mesmo ser humano catalisador de colapso também é passível de adquirir novas consciências, esta Tese se apropria do argumento de que cidade também é um organismo vivo, com a seguinte proposição lógica: **em sendo um organismo vivo, habitat do ser humano, a cidade, como os seres humanos, é dotada de alma e de corpo, interdependentes², daí surgindo o conceito de alma-e-corpo.**

Por isso, a discussão no primeiro capítulo desta Parte contextualiza **alma-e-corpo** de uma cidade, em que a alma representa a expressão das intersubjetividades culturais, artísticas, comportamentais dos seres que a habitam, e o corpo, sua estrutura física, sua geografia, sua paisagem resultante, os tipos construtivos, o modo como a cidade se assenta no espaço e se relaciona com o entorno, com o território, com a Natureza circundante. Interdependentes, **alma-e-corpo** garantem a condição de existência viva. Trata-se de um esforço interdisciplinar em conhecimentos da filosofia, das ciências sociais, da biologia e de teorias do urbanismo que se aproximam deste modo de ver sistêmico.

No segundo capítulo, desenvolve-se o entendimento de **cidade como projeto**, traçando uma linha de coerência com a ideia de sistema vivo que atravessa toda a Tese. Tomando Argan (2000) como base teórica inicial, discute-se a possibilidade do projeto se apresentar como um novo destino-visão para cidades que, como referido na Introdução, estejam em **processo de colapso**. Entretanto, entender **cidade como projeto** supera a dimensão apontada por Argan de projetar sempre contra alguma situação, porque o que a Tese propõe é o imperativo **projetar com**, a reforçar a **cidade como organismo vivo** e, por isso mesmo, sistêmico. Os argumentos apresentados para esta construção teórica

1 Fonte: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1106>. Acesso em 05/02/2022.

2 Esse argumento foi antecipadamente desenvolvido num artigo publicado na Revista Brasileira de Geografia Física (v.14, n.1) em janeiro de 2021, num esforço de fundamentar a presente Tese (MONTEZUMA, DE BRITTO LEITE, 2021).

se apoiam ainda em conhecimentos da geografia, da teoria da paisagem, da ecologia, enfatizando noções como “co-criação” e “participação”, sempre na dimensão do olhar regional que envolve os entendimentos de território e de paisagem, dos quais a cidade é destino e parte intrínseca: uma complexa rede de relações.

Finalmente, o terceiro capítulo apoia-se na noção de movimentos. Advindo de um estudo cuidadoso sobre os esforços da UN-Habitat, representado pelas contribuições e alternativas que a instituição oferece desde sua fundação, em 1976, tal noção busca unir e recriar ações da sociedade concenadas com o objetivo de integrar o global e o local em continuum. Trata-se, novamente, de reafirmar o pensamento sistêmico, no qual os esforços até então empreendidos mundialmente precisam ser revistos, reinterpretados e, então, reintegrados à cidade de modo a oferecer-lhe a possibilidade de se reinventar quando a situação exigir.

CAPÍTULO 1
A CIDADE COMO ORGANISMO VIVO
DE ALMA-E-CORPO

Já se apresentaram aqui os argumentos que fundamentam a proposição de que uma cidade pode ser considerada um organismo vivo, cuja espacialidade interage com o contexto, com a natureza, com seus habitantes e, ao mesmo tempo, afeta e é afetada pelas pessoas que a habitam, pelo ambiente, pelos acontecimentos da vida cotidiana, pelas manifestações culturais, sociais, políticas. Esses acontecimentos são aqui reconhecidos como acontecimentos significativos, porque têm esse poder de afetação. Reconhece-se, deste modo, uma interdependência entre a estrutura da cidade e os acontecimentos significativos, suas histórias e fatos subjacentes à sua estrutura, que moldam cada cidade como única, específica, mesmo considerando algumas semelhanças.

Para discutir teoricamente a constituição de um organismo vivo, construiu-se nesta Tese um conceito – alma-e-corpo de uma cidade – para defender a interação e a interdependência entre alma e corpo em um organismo vivo dotado de consciência e de memória, e para que ele ilumine a partir da ideia de interação orgânico-energética, a defesa da cidade como organismo vivo e dotada de alma e de corpo. A palavra alma-e-corpo, composta, afirma a indissociabilidade que reside em estruturas vivas, como a do ser humano e, no caso, como a da cidade aqui discutida. Embutida nesse entendimento está a defesa de que uma cidade é produtora de sentido e funciona como mecanismo de subjetivações dela mesma e daqueles que a habitam, denotando sua alma, sua energia; e seu corpo, com o reconhecimento nas centralidades urbanas – dos espaços públicos – das sinergias que se estabelecem e conformam uma cidade assim como as localidades de um território – e sua interdependência com o Planeta.

A dinamicidade que reside em um organismo vivo exige um exercício transdisciplinar para comunicá-la, principalmente quando se quer abordar um conceito da Biologia no campo do Urbanismo. A escolha foi por uma transversalidade entre a Filosofia (justamente porque através de alguns pensadores seria possível afirmar que “um corpo sem alma é um objeto inanimado e que uma alma depende de um corpo para materializar sua existência”. In: MONTEZUMA, BRITTO LEITE, 2021, p. 247). A escolha por uma leitura transversal facilitou a busca por uma definição de organismo vivo que pudesse ser absorvida por uma compreensão de cidade viva, matéria todo o tempo em potência, onde tudo se move, se transforma e que conseqüentemente incide em suas condições físicas e naquelas subjetivas, onde espaço e habitantes se interligam e se recriam.

Mas a experiência, assim como a Ecologia, que introduz esta Tese, com o conceito Gaia, e seu entendimento da relação entre as partes – a natureza, a localidade, o território, como uma condição ambiental única, se fez presente a todo percurso, como um Norte, um princípio, que insiste na ideia de que a relação ser humano-ambiente não pode ser apenas dual, mas sistêmica, não estática. Por sua vez, também a experiência, que atravessa variados conhecimentos, assume nesta Tese uma prerrogativa da existência, e se torna exemplo daquilo que é dinâmico, sistêmico. Levada ao Urbanismo, assume

que a cidade não é algo estático, mas feita de processos em constante movimento.

Segue o percurso transversal que afirma a inseparabilidade alma-e-corpo nos pensadores mais fundamentais ao argumento da Tese.

Na Filosofia

A História da Filosofia ensina que foi o interesse naquilo que dá vida aos corpos (nos animais, nas plantas, no ser humano) que levou Aristóteles a refletir sobre a alma. Segundo o filósofo, a Alma seria “a primeira atualidade de um corpo natural que tem, em potência, a vida” (ARISTÓTELES, 2010 [séc. IV a.c]). Ele amplia a definição de alma em Demócrito, que a assemelhou ao fogo, que é quente, metáfora que se traduz em esforço imenso de tornar físico, sensível, visível, palpável, aquilo que sempre se apresenta como algo etéreo. Seriam os sentidos humanos as faculdades da alma que garantiriam a sensibilidade, a imaginação, o entendimento, o movimento. “chamamos Vida à autoalimentação, ao crescimento e ao envelhecimento” (p.61). Viver, é se concretizar, segundo Aristóteles. Já o Corpo, para Aristóteles, seria uma substância composta de sujeito e matéria, onde a alma – “o ato do corpo” – concretiza a vida.

Descartes (1996 [séc. XV]) também investigou a interdependência alma e corpo. Embora seus argumentos fossem baseados no entendimento de cogito, estrutura de pensamento mais científica, baseada na distinção como método que permite delimitar e determinar algo específico, é possível encontrar em Descartes interdependência alma e corpo, mesmo que ele tenha dito que a Alma independe porque sobrevive ao corpo. interdependências podem ser vislumbradas quando ele discute a capacidade de sentir, como uma atribuição que seria comum tanto à alma quanto ao corpo; quando ele discute a relação entre corpo e espaço como extensões; quando ele reflete sobre natureza e experiência, que teria o poder de ensinar sobre a vida e sobre nossas capacidades perceptivas – as sensações como dor, fome, sede.

Inicialmente, em função da importância do cogito na filosofia de Descartes, parecia, ao autor desta Tese, que o pensamento de Descartes corresponderia a um entendimento dual, a algo que iria se contrapor aos argumentos da Tese e, de um ponto de vista científico era preciso enfrentar as visões contrárias. Isso considerando que para Descartes, o corpo se assemelha a uma máquina organizada e a alma a um impulso e um pensamento. Mas a investigação no filósofo resultou diferente. Afirmou que a Alma age sobre o Corpo, mas que dele depende para agir, e que essa dependência se encontraria na capacidade de sentir, como uma atribuição comum à Alma e ao Corpo.

As percepções desta investigação são confirmadas por Rocha (2008) que, ao estudar as Meditações de Descartes, observa que esta interação alma e corpo acontece quando Descartes se aprofunda a entender a existência do

mundo físico, exterior ao eu e propõe a existência de um “meu corpo”, que implicaria na união da alma e do corpo, na existência do composto corpo e alma” (p.211-216).

A Natureza me ensina, também por esses sentimentos de dor, fome, sede, etc., que não estou meramente em meu corpo, como um piloto em um navio, mas que lhe estou conjugado muito estreitamente e de tal modo confundido e misturado, que componho com ele um único todo... pois, com efeito, todos esses sentimentos de fome, de sede, de dor, etc., nada são exceto maneiras confusas de pensar que provêm e dependem da união e como que da mistura entre o espírito e o corpo (VI Meditação In Rocha, 2008, p. 211-216).

Pode-se destacar o fator “experiencia” nas reflexões de Descartes, que, para abordar a existência da interdependência aqui investigada, conclui que para que um certo corpo esteja integrado a uma mente, as sensações e sentimentos podem advir de imprevistos que só acontecem porque existe um corpo atrelado a uma alma. E, como bem finaliza Rocha (2008), que o bem-estar do corpo humano depende dos ensinamentos da experiencia só possível quando corpo e alma são uma única entidade (p. 225-226).

Espinosa (1983), o terceiro filósofo fundamental traz a noção de conatus, que significa o esforço de preservação que os seres vivos praticam mesmo quando não tem consciência do gesto. Através desta noção apresenta uma inter-relação com a vida. Conatus, seria uma potência de agir com perseverança, uma condição de preservação e de manutenção da vida. Segundo Damásio (2004, p.222), Espinosa teria tido a intuição da organização anatômica e funcional que o corpo deve assumir para que a mente possa emergir com ele ou, mais precisamente, dentro dele e criar percepções, memórias.

Espinosa propõe que a essência do ser humano está na unidade do corpo, e na ideia de corpo – a alma – ideia que só acontece quanto o corpo é afetado. Por isso considera os afetos como o sentimento que liga indissociavelmente alma e corpo. E por este entendimento, diz que todos os seres vivos se empenham em se autopreservar. Conatus, então significa a tendência natural de autopreservação, como aponta o comentador de Espinosa, Luis Cesar Oliva (2018). Oliva (2018) explica que o verbo “conari”, de onde provém a noção conatus, remete a empreender uma ação ou obra difícil (p. 62) e especialmente este entendimento parece satisfatório para a compreensão de cidade como organismo vivo, de cidade como algo dinâmico, sempre em processo. Ao mesmo tempo, o agir com perseverança, em Espinosa, também remete à formulação de ideias, à elaboração de imagens construídas desde a experiência, à persistência, às permanências, a despeito de mudanças físicas (proposição 13 da Parte II da Ética em Espinosa), que leva ao conceito de memória, de preservação que residem nas cidades. Como Ítalo Calvino pinta, ao dizer que as cidades não contam histórias, mas as contém, como as linhas das mãos.

Bergson (1999), que muitos estudiosos o reconhecem como tendo estabelecido um diálogo constante com o pensamento de Espinosa, relaciona a importância da experiência para a compreensão da vida com o conceito elã vital, aproximando-se, do conatus de Espinosa, pelo seu significado de “existência criadora”, de consciência da existência. Para Bergson, elã vital seria “uma energia que garantiria a capacidade de movimentar, de manter vivo um organismo que se reconstituiria a cada ação nova (PEREIRA, 2011, p. 280). Isso motivou o autor desta Tese a investigar o filósofo e a buscar possíveis semelhanças entre Elã vital e Conatus. Em “A Evolução Criadora”, foi possível observar que, enquanto Conatus seria uma tendência de preservação da vida, Elã vital seria uma perseverança, uma consciência do viver. Para Bergson, Elã Vital seria uma energia que garantiria a capacidade de se movimentar, de se manter vivo, de um organismo que poderia ser entendido como uma máquina de agir (p.275).

Mendes e Nobrega (2020) ainda propõem que o organismo vivo e em constante recriação seja denominado de corpo biocultural, no qual está expresso sua interdependência com o meio, a cultura e a sociedade em que vive. As autoras, com base na Etologia propõem que a cultura emerge da Natureza e retroage com ela e ainda que o corpo é nossa possibilidade de existência, ressaltando a importância da experiência. Ao construir o conceito de corpo biocultural:

Dialogam com a Biologia, quando reconhecem no conceito autopoiesis, de Maturana e Varela, a capacidade de um organismo se autogerar a partir do entrelaçamento entre acontecimentos biológicos e fenômenos sociais;

Ressaltam no conceito de estruturas do parentesco, de Lévi-Strauss como crítica à antítese existente entre Natureza e Cultura;

Aproximam ciências naturais de ciências humanas a partir do entendimento de Natureza, em Merleau-Ponty, que refuta a imagem de uma natureza mecânica e propõe uma natureza viva, orgânica, criativa e em constante transformação;

Apoiando-se em Edgar Morin, assumem que os organismos vivos fazem parte de uma totalidade complexa onde o ser humano é natureza, não superior, mas inerente ao mundo.

Uma síntese sobre esta incursão nos filósofos referidos evidencia sentidos integradores que são fundamentais à reflexão sobre cidade como organismo vivo e ao conceito aqui formulado – Alma-e-Corpo de uma cidade: o “Movimento” e a “Perseverança”, propriedades dos organismos vivos que surgem com a potência de existir, em Aristóteles; na capacidade de sentir, em Descartes; na persistência no agir, em Espinosa; na energia que garante a manutenção da vida, em Bergson.

1.1 Urbanismo de alma-e-corpo

Uma síntese dos estudos de construção do conceito **alma-e-corpo** à condição das **idades como organismos vivos** permite afirmar a natureza como coisa viva; reconhecer, segundo Maturana e Varela (2001), que um organismo vivo é capaz de se autogerar a partir de acontecimentos biológicos e de fenômenos sociais; que a cultura tem uma participação na constituição da Natureza, segundo Levy-Strauss; que a natureza, longe de ser algo mecânico, é viva, criativa e em constante transformação, segundo Merleau-Ponty; que o ser humano é natureza e, por conseguinte, não superior, segundo Morin; que a cultura emerge da natureza e retroage com ela, segundo a etologia; e que o conhecimento depende da existência de um mundo; enfim, que o corpo é nossa possibilidade de existência (MENDES, NOBREGA, 2004). Todos esses constituintes são levados à cidade, organismo vivo e, portanto, dotado de alma e de corpo, em interação constante: **a cidade é natureza, organismo vivo capaz de se autogerar, na relação entre os acontecimentos biológicos, os fenômenos sociais, a cultura. A cidade é um corpo dotado de alma que possibilita a existência da vida.** O Quadro 2 revela os conceitos de alma e corpo da cidade desta Tese:

Quadro 2
Os conceitos de *alma* e *corpo* da Cidade.

alma da Cidade <i>dimensão imaterial</i>	A expressão intersubjetiva das manifestações culturais, artísticas, políticas e sociais que resultam das formas de mobilização dos habitantes da cidade, desde as mais institucionalizadas às mais auto-organizativas e co-criativas.
corpo da Cidade <i>dimensão material</i>	A estrutura física, sua geografia, sua paisagem resultante, os tipos construtivos, o modo como a cidade se assenta no espaço e se relaciona com o entorno, com o território, com a Natureza circundante

Então, se a cidade é um organismo vivo dotado de alma e de corpo, esta construção teórica aqui apresentada a partir do conceito **alma-e-corpo** de uma cidade se aproxima de algumas teorias urbanísticas, como aquelas que se referem às cidades cognitivas, as cidades ecológicas, pautadas no pensamento sistêmico. É importante pontuar que determinadas teorias morfológicas puras não exatamente entendem a cidade como um organismo vivo, porque se deixam aprisionar pela forma assim como pela simples geometria ou puramente pela estética.

Entretanto, são enfatizadas aqui as teorias e os autores que discorrem sobre a possibilidade de leis da natureza incidirem diretamente sobre as estruturas das cidades. É o caso de Constantinos Doxiádis (1968), que comparou os organismos naturais com os assentamentos humanos, que nascem, crescem, envelhecem e morrem; Spiro Kostof (1991), que se referiu à padrões orgânicos das cidades como repositórios culturais que personificariam as comunidades que representavam; Christopher Alexander (2002), que, ao destacar as propriedades da vida, em seu livro *The process in creating Life: the nature of order*, transita desde os micro-organismos às paisagens, definindo condições para que um processo seja considerado vivo.

Essa abordagem também se aproxima de alguns pensadores sociais, como Sahu (2002), estudioso de Habermans e Hannah Arendt, para quem o espaço público é o espaço das relações, “que contribui para modelar o mundo comum”; Lefebvre (2013), em sua Teoria Unitária do Espaço – espaço físico, mental e social –, com o entendimento de que a cidade é um produto social; David Harvey (2004), que reflete sobre a necessidade de uma epistemologia que concilie o físico com o social.

Entre os arquitetos, Norberg-Schulz (1971) permite aproximar sua teoria do espaço existencial, fenomenológico com a proposição de corpo biocultural da linguística, de Mendes e Nobrega (2004), pois, para ambos, a cidade vai assimilando cotidianamente as necessidades que surgem e que garante as permanências e os simbolismos que a caracteriza.

Em suma, este constructo, que se encontra no âmago do conceito **alma-e-corpo** de uma cidade, fortalece o entendimento de buscar nas almas e nos corpos das cidades a possibilidade de elas permanecerem vivas, existentes. Esse percurso teórico que volta-se para onde cidades são ou podem vir a ser pulsantes, se relaciona, ao mesmo tempo, com os dois outros conceitos fundamentais da Tese: de **cidade como projeto** e **cidade como movimentos**, uma vez que os três se ancoram na importância da experiência, sempre em processo.

CAPÍTULO 2

A CIDADE COMO PROJETO

Para o segundo argumento proposto buscou-se a construção do conceito da ***cidade como projeto***. Nesse sentido, foi desenvolvida inicialmente uma compreensão teórica acerca do conceito de projeto, tomando como ponto de partida a visão de Argan (2000) de projeto como destino. Em seguida, gerou-se um debate diante da tríade projeto-cidade-destino (a cidade como destino), sendo levantados autores que perpassam ações que definem-a enquanto laboratório de experimentações.

2.1 Projeto como destino

Partindo do princípio de que a ***cidade é um organismo vivo de alma-e-corpo***, busca-se discutir a hipótese de que o projeto será melhor adequado à realidade de cada lugar quando elaborado na perspectiva da ***cidade como projeto***. Nesse sentido, entender o lugar do projeto na cidade atual tem sido um desafio constante. Assim, faz-se imprescindível discutir, primeiramente, o entendimento do conceito de projeto, tendo como alicerce a noção de projeto como destino.

Giulio Carlo Argan (2000) defende que o ato de projetar representa sempre uma força contrária a alguma situação ou a alguém. No livro Projeto e Destino o pleito é claro: clama-se por uma interpretação de projeto enquanto instrumento de combate aos problemas estruturais, como os das desigualdades socioespaciais, dos desafios ambientais, econômicos entre outros. É possível, portanto, discutir a atualidade desse discurso especialmente no que diz respeito às cidades, particularmente frente aos desafios das mudanças climáticas, com seus eventos extremos, chuvas torrenciais, o aumento do nível do oceano, além de possíveis pandemias.

Não se projeta nunca para, mas sempre contra alguém ou alguma coisa: contra a especulação imobiliária e as leis ou as autoridades que a protegem, contra a exploração do homem pelo homem, contra a mecanização da existência, contra a inércia do hábito e do costume, contra tabus e a superstição, contra a agressão dos violentos, contra a adversidade das forças naturais; sobretudo projeta-se contra a resignação ao imprevisível, ao acaso, a desordem, aos golpes cegos dos acontecimentos, ao destino (ARGAN, 2000, p. 53, grifo nosso).

Quando Argan coloca o projeto nesse lugar de combate ou enfrentamento a algo estabelecido, ele eleva o **papel do projeto na missão de ir à essência das adversidades**, sejam elas de ordem física – a exemplo das forças naturais – ou intersubjetivas – como a exploração do homem pelo próprio homem. Por conseguinte, **o projeto é entendido como fenômeno que ataca a causa geradora de problemas, assumindo o protagonismo de sua transformação ao propor soluções e, conseqüentemente, gerar alternativas de destinos ou, como a presente Tese defende, alternativas de reinvenção do destino de uma cidade**. Em suma, o projeto é uma alternativa a um futuro adverso e, por isso, ele pode ser compreendido como sinônimo de destino.

Pode-se inferir que, ao ir ao encontro do destino (ARGAN, 2000), o projeto revela uma característica de previsão, ou seja, de **antecipação da realidade**. Já em Aureli (2013), **o projeto caracteriza-se como estratégia**, “uma potencial simulação futura, mas ao fazê-lo, procura organizar os meios disponíveis para um fim possível”¹ (p.16, tradução nossa). Seria assim, um momento em que as relações de poder presentes na sociedade se dariam, de modo mais estratégico, em prol de um futuro a ser concretizado (o destino), embora o autor argumente que exista uma inabilidade por parte dos profissionais “em dar forma à cidade” considerando o caos urbano (aqui percebido como *processo de colapso*):

Assumir o caos urbano como um dado adquirido tem sido um problema para muitos argumentos sobre a cidade apresentados por arquitetos. Nossa incapacidade de dar forma à cidade tem sido apresentada como uma inevitabilidade histórica, um fato consumado. A aparente informalidade da cidade do final do século XX e a lógica política da política urbana do *laissez-faire* estavam longe de ser “não planejadas”: ao contrário, eram o resultado de uma vontade política específica (AURELI, 2013, p.14, tradução nossa)².

Para ampliar o debate em torno do projetar contra, é razoável considerar que o confronto a uma ordem imposta e a consequente criação de um novo destino encontra também outros agentes. Daí podemos afirmar que, paradoxalmente, **o projeto também pode ser a favor, ou seja, com**. Faz-se imperativo projetar com a natureza, com os conhecimentos científicos e vernaculares (VERAS, 2021), com diversos atores (WOLFRUM, JANSON, 2016; DAVIDOFF, 1965; CERTEAU, 2014; TAYLOR, 2007), com a região e o território (MEIJSMANS, 2010; CORBOZ, 1983). A partir dessa leitura, pode-se dizer que, extrapolando o conteúdo exposto em Projeto e Destino (2000), o projeto não seria aditivo ao destino, ou seja, algo separado dele mas, uma vez estrategicamente estruturado: **o projeto pode ser o destino – a visão**.

2.2 Cidade como destino – A visão

Ao ser destino (ARGAN, 2000) e, portanto, visão, tendo como fim a própria cidade, pode-se dizer que essa última também é projeto. Compreender a cidade como projeto é, antes de tudo, percebê-la como um laboratório de experimentações. Essa ideia foi pontuada já na década de 1960 por

1 *A potential future simulation, but in doing this, it seeks to organize the available means towards a possible end* (AURELI, 2013, p.16).

2 *Assuming urban chaos as a giver has been a problem for many arguments on the city put forward by architects. Our inability to give form to the city has been presented as a historical inevitability, a fait accompli. The apparent informality of the late twentieth-century city and the political logic of *laissez-faire* urban politics were far from being “un-planned”: rather, they were the result of a specific political will* (AURELI, 2013, p.14).

Jane Jacobs (2011), em um contexto de críticas ao funcionalismo urbanista moderno, principalmente americano. Segundo a autora:

As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório que o planejamento urbano deveria aprender, elaborar e testar suas teorias. Ao contrário, os especialistas e os professores dessa disciplina (se é que ela pode ser assim chamada) têm ignorado o estudo do sucesso e do fracasso na vida real, não têm tido curiosidade a respeito das razões do sucesso inesperado e pautam-se por princípios derivados do comportamento e da aparência de cidades, subúrbios [...] feiras e cidades imaginárias perfeitas – qualquer coisa que não as cidades reais (JACOBS, 2011, p.5, grifo nosso).

Nesse sentido, o olhar dos cidadãos, principalmente por meio da compreensão do que representam suas iniciativas – que muitas vezes acontecem como reação a problemas cotidianos e refletem conseqüentemente no urbano –, seria uma das primeiras estratégias do conceito de ***cidade como projeto***.

Ainda nos anos 1960, Davidoff (1965) já afirmava que o planejamento urbano deveria ser estruturado de forma a considerar as diferentes necessidades dos distintos grupos sociais, o que resultará em diferentes planos de ação relativos aos interesses individuais. Nesse sentido, ele é considerado o primeiro a defender o conceito de participação na escala urbana.

A necessidade irresistível de planejamento inteligente para especificação de novos objetivos sociais e os meios para alcançá-los, é manifesto. A sociedade do futuro será urbana e os planejadores da cidade ajudarão a dar forma e conteúdo. A perspectiva de planejamento futuro é a de uma prática que convida abertamente os valores políticos e sociais a serem examinados e debatidos. A aceitação dessa posição significa a rejeição de prescrições para planejamento que teriam o planejador atuando apenas como técnico (DAVIDOFF, 1965, p. 422-423, tradução nossa)³.

A participação pode, assim, ser interpretada como reflexo da atuação ativa do cidadão nas decisões de interesse público, de modo que os planejadores devem ser capazes de compreender os interesses de ambos governos, grupos, organizações ou indivíduos para o desenvolvimento geral da comunidade. Para o autor (1965), o planejamento deve encorajar democraticamente os cidadãos, ligando a definição de participação

³ *The compelling need for intelligent planning, for specification of new social goals and the means for achieving them, is manifest. The society of the future will be an urban one, and city planners will help to give it shape and content. The prospect for future planning is that of a practice which openly invites political and social values to be examined and debated. Acceptance of this position means rejection of prescriptions for planning which would have the planner act solely as technician* (DAVIDOFF, 1965, p. 422-423).

com a de inclusão. Segundo ele, incluir está além da ação de fazer o cidadão ser ouvido, mas também deve fazê-lo verdadeiramente compreender os planos e decisões tomadas, de forma que os mesmos consigam dar respostas conscientes, tornando o planejamento plural.

A recomendação de que os planejadores urbanos representem e defendam os planos de muitos grupos de interesse baseia-se na necessidade de se estabelecer uma democracia urbana efetiva, na qual os cidadãos possam desempenhar um papel ativo no processo de debate político (DAVIDOFF, 1965, p. 424, tradução nossa)⁴.

Passados mais de cinquenta anos, é possível notar que existem muitos contributos contemporâneos dentro da temática. Em *A Invenção do Cotidiano* (2014), Michel de Certeau aborda como forças dominantes e dominadas se relacionam na sociedade, refletindo assim nos espaços e no surgimento de movimentos que buscam enfatizar a participação popular. Taylor (2007) destaca a potencial cooperação de outros atores, além do governo, diante da complexidade da cidade contemporânea: “sujeitos ativos nos novos espaços de governança, não apenas colaborando no exercício do governo, mas também moldando-o e influenciando-o” (p.6, tradução nossa)⁵. Para o autor, apesar das dificuldades dessa nova forma de dinâmica de poder (como, por exemplo, o entendimento efetivo do papel do sujeito ativo), a relação Estado e Comunidade pode gerar uma maior transparência. **Assim, infere-se que projeto não se faz só por especialistas e nem sem uma relação íntima com a sociedade.**

É preciso, portanto, valorizar **os movimentos de co-criação encabeçados pela sociedade** e facilitar a escuta ativa no processo projetual: uma prática socialmente orientada (AURELI, 2013). Ainda nessa perspectiva, Wolfrum e Janson (2016) contribuem para o debate no contexto contemporâneo ao destacarem a necessidade de enfatizar os atores envolvidos na complexidade urbana, principalmente com **atenção dada a pequenos projetos**, pois:

Em sua totalidade, eles já estão mudando a cultura do projetar nas cidades. Projetos de base sem fins lucrativos são frequentemente os únicos bem-sucedidos em conflitos confusos relativos às rotinas de planejamento urbano. O urbanismo feito à mão, as micro intervenções e o micro planejamento concentram-se em iniciativas locais e grupos de ação. Cada vez mais, suas estratégias criativas estão sendo incorpo-

⁴ *The recommendation that city planners represent and plead the plans of many interest groups is founded upon the need to establish an effective urban democracy, one in which citizens may be able to play an active role in the process of political debate. The right course of action is always a matter of choice, never of fact* (DAVIDOFF, 1965, p. 422).

⁵ *active subjects in the new governance spaces, not only collaborating in the exercise of government but also shaping and influencing it* (TAYLOR, 2007, p.6).

radas aos processos formais de design espacial (WOLFRUM, JANSON, 2016, p. 134, tradução nossa)⁶.

Em outra análise, é importante investigar o cenário que tem favorecido os pensamentos acerca de uma forma mais transversal e interdisciplinar de projetar as cidades, trazendo as intervenções urbanas para diferentes escalas. Em *Designing for a Region* (2010), Nancy Meijsmans elabora uma perspectiva para novas abordagens no planejamento regional – isto é, próprio da região, escala esta que é intermediária entre a nacional e a local. Nela, **o projeto é entendido enquanto ferramenta-chave para o ordenamento de escala regional**, ao mesmo tempo que lida com aspectos espaciais e de governança exemplar.

A autora propõe o *project based approach*: uma abordagem mais próxima da realidade e com interações mensuráveis (MEIJSMANS, 2010). Ela aprofunda a ideia de uma exploração mais ampla do contexto e dos desafios relativos ao desenvolvimento regional e a sua coprodução, incorporando complexidades da metodologia *bottom up*. Como na perspectiva de Joan Busquets (apud MEIJSMANS, 2010, p. 11), “o fragmento urbano é um ponto de partida para abordar questões mais amplas na cidade”. Essa condição de enaltecimento do lugar como base projetual fomenta a visão de elaborar coletivamente um “Projeto dos Projetos”, ou seja, “uma demonstração concreta de como as intervenções locais e aparentemente *ad hoc* podem se tornar parte de uma constelação mais ampla”⁷, (p.11, tradução nossa), no sentido de um olhar estratégico mais amplo, gerando assim um **projeto de investigação regional**.

Dito isso, o que seria um projeto regional torna-se uma pesquisa, (entendendo o território como um laboratório, relacionando-se assim com as críticas de Jacobs) e, conseqüentemente, ancora-se em uma investigação mais profunda, coletiva, situacional e reflexiva, imbricada com a esfera da ação (MEIJSMANS, 2010).

O que se pretende aqui é superar o caráter aparentemente pontual e local do projeto regional e transformá-lo em um projeto de pesquisa, uma pesquisa fundada em projetos em três níveis: o território e as questões de transformação que estão dentro, a capacidade da disciplina do

⁶ *in their totality, they are already changing the design culture in cities. Not-for-profit grassroots projects are often the only successful ones in muddled conflicts pertaining to urban planning routines. Hand-made urbanism, micro-interventions, and micro-planning focus on local initiatives and action groups. Increasingly, their creative strategies are being incorporated into formal spatial design processes* (WOLFRUM, JANSON, 2016, p. 134).

⁷ *a concrete demonstration of the way in which local and seemingly ad hoc interventions can become part of a wider constellation* (MEIJSMANS, 2010, p.11).^T

urbanismo, e o papel e as atribuições do órgão público (MEIJSMANS, 2010, p. 11, tradução nossa, grifo nosso)⁸.

Contemporaneamente, o processo de elaboração de projetos se vale de uma rede informal sob medida ou semi-autônoma de iniciativas de desenvolvimento urbano. “Complexo, mas necessário”, como pontua Meijsmans (2010), pois a formulação do planejamento e políticas urbanas está sujeita a processos complexos e demorados, em parte, devido ao reconhecimento da necessidade de percorrer diversas etapas, mas também devido ao grande número de stakeholders e pactos que precisam ocorrer.

Segundo Corboz (1983), projetar levando em consideração o território pode ser de uma complexidade singular, pois o **território é projeto**. Assim, o território não pode ser reduzido apenas a um plano, visto que este é um acúmulo de processos ao longo do tempo, uma relação entre objeto e sujeito, fazendo-se necessário um projeto de caráter investigativo voltado para o mesmo, articulando as entidades física e mental, pois “não há território sem o imaginário” (p. 28). Segundo o autor, o conceito de território está hoje vinculado ao poder público, porém ele é, na verdade, dotado de particularidades cujos interesses relacionam-se também a outros atores: sociedade civil, iniciativa privada e intelectuais relacionados à área.

Para que a entidade do território seja percebida como tal, é importante que as entidades se reconheçam. O dinamismo dos fenômenos de formação e produção contínua na ideia de um aperfeiçoamento contínuo dos resultados em que todos estariam unidos: compreensão mais eficaz das coisas possíveis, repartição mais justa dos bens e serviços, gestão mais adequada, inovação das instituições. Por consequência, **o território é um projeto** (CORBOZ, 1983, p. 28, grifo nosso).

O território é aqui, portanto, entendido enquanto fenômeno, e, conseqüentemente, “contém muito mais do que um mapa pode mostrar” (CORBOZ, 1983, p. 30). O autor discute sobre o mapa físico e a paisagem, opostos quando utilizados de forma separada. O primeiro caracteriza-se como uma representação importante, um filtro da realidade, contudo limitada por muitas vezes ignorar os conflitos que proporcionam energia a toda a sociedade; já o segundo tem o valor dado à sua configuração por diferentes indivíduos e em épocas distintas, indo além da objetividade.

Pontua-se que o entendimento dos cidadãos acerca da paisagem, assim como sua relação com a mesma, tem se modificado ao longo dos anos. Entre construções e desconstruções do conceito, discussões sobre as formas

⁸ *The plea here is to surpass the seemingly one-off and local character of the regional project and turn it into a research project, a project-grounded research on three levels: the territory and the transformation issues lying within, the capacity of the urbanism discipline and the role and tasks of the public body* (MEIJSMANS, 2010, p. 11).

de intervenção e preservação paisagística começaram a tomar corpo, uma vez que, segundo a Convenção Europeia da Paisagem - CEP⁹ (2000), – “*paisagem*” designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos (DI MAIO, BERENGO, 2011). A CEP passou a ser referência também para outros continentes, que posteriormente elaborariam suas próprias convenções e cartas da paisagem (VERAS, 2021).

Cabe aqui ressaltar a *Carta da Paisagem das Américas* (IFLA-AMÉRICAS, 2018)¹⁰, que busca solucionar questões globais relativas à paisagem no contexto americano e tem uma grande importância no cenário urbano por ser um elemento de costura entre um grande continente que possui divisões que vão além dos limites territoriais que o divide entre Norte, Centro e Sul; mas também apresenta discrepâncias econômicas e sociais. A elaboração da Carta, pautada em cinco estratos, ilustra os desafios que existem na contemporaneidade em intervir na paisagem. Definidos em (1) natureza, (2) cosmovisão, (3) cultura, (4) ética e (5) americanidade, no sentido de identidade. O primeiro estrato, natureza, entendido como legado biológico assentado sobre o piso ecológico próprio de cada cidade é dimensão essencial para sua sobrevivência. O segundo estrato, cosmovisão, entendido como o aspecto metafísico da cidade, que incorpora a espiritualidade, a sacralidade, os sentimentos da alma e a estética filtrada pela arte, o imaginário individual e coletivo dos povos originários, o misticismo. O terceiro estrato, cultura, se refere ao que se superpõe no espaço e no tempo como um palimpsesto cultural. O quarto estrato, ética, demanda uma mudança de paradigma em contraponto à ideia de que a natureza é inesgotável. E o quinto estrato, americanidade, interpretado como identidade, mosaico de paisagens que articulam o continente do Polo Norte ao Polo Sul. Os quatro primeiros extratos refletem meios de lidar com problemas não restritos apenas ao continente americano, mas ao contexto global. Já o quinto estrato, por sua vez, articula os demais extratos, e tem o desafio de criar uma identidade em um continente que, apesar de apresentar similaridades, possui configurações urbanas contrastantes.

9 A Convenção Europeia da Paisagem (CEP) é reconhecida por ter sido precursora em pensar a paisagem através de meios jurídicos. Devido às intervenções danosas na paisagem, que, eventualmente, passaram a contribuir para problemas urbanos e desastres naturais, ficou latente a necessidade de medidas combativas. Nesse contexto, surgiu a Convenção Europeia da Paisagem, que passou a considerar a paisagem como um patrimônio intrínseco da humanidade.

10 A carta surgiu como processo do compromisso que se firmou pela Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA) em elaborar uma carta ou convênio global da paisagem. Para tal, passou-se a elaborar cartas nacionais e continentais. Foi gerado então um movimento transnacional denominado Iniciativa Latino Americana da Paisagem (LALI), que posteriormente originaria a Carta Latino-Americano da Paisagem. Essa, por sua vez, foi sendo modificada até se tornar a Carta da Paisagem das Américas, relativa a todo o continente americano (VERAS, 2021).

A *Carta da Paisagem das Américas* é pautada em diferentes frentes de ações e possui também uma bagagem conceitual que a torna um próprio movimento projetual em si, incitando projetos parciais que se articulam e costuram os projetos globais. Com o propósito, ainda, de ser um instrumento de planejamento e ação para “garantir o direito à felicidade a todos”, a carta pauta suas diretrizes principalmente no equilíbrio entre homem e natureza e na relação do continente com sua cultura e ancestralidade. Esses direcionamentos, por sua vez, se desdobram em objetivos menores e mais pontuais, que reverberam em movimentos de escala menor. Esses movimentos podem ser institutos, órgãos público-privados, ONGs ou qualquer entidade que atue em prol de um desenvolvimento urbano sustentável (VERAS, 2021).

O território dotado de particularidades, atores e suas relações e entendido como um conjunto de *processos* (naturais ou construídos), cria um *produto* com as intervenções *projetuais*. Dessa forma, o território é simultaneamente *processo*, *produto* e *projeto* com características únicas:

A partir do momento em que uma população o ocupa, [...] ela estabelece uma relação com o território que tem a ver com gestão, ou mesmo planejamento, podendo-se observar os efeitos recíprocos dessa convivência. [...] Em outras palavras, o território é objeto de uma construção. É uma classe de artefatos, assim pois constitui igualmente um produto (CORBOZ, 1983, p.27, tradução nossa)¹¹.

De modo geral, na construção da compreensão de ***cidade como projeto***, os desafios apontam para a necessidade de uma mudança de paradigma no planejamento urbano necessário para as transformações urbanas (BORJA, CASTELLS, 1997):

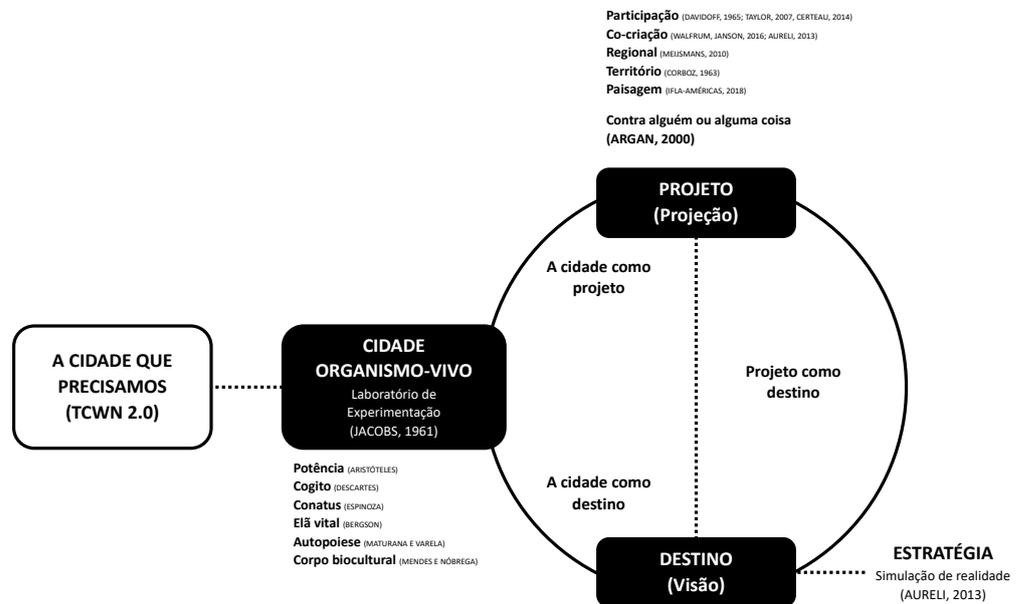
A ausência de um plano urbanístico a ser seguido costuma dar às cidades uma incoerência formal, o que acaba levando a uma perda de qualidade espacial, mas, acima de tudo, introduz uma irracionalidade e um custo adicional à infraestrutura no médio prazo. Os resultados são ocasionalmente muito graves e sempre insustentáveis. **Portanto, a crise pela qual o planejamento urbano está passando não diminui de forma alguma sua importância como ferramenta crucial para o desenvolvimento das cidades** (BORJA, CASTELLS, 1997, tradução nossa, grifo nosso)¹².

11 Desde el momento en que una población lo ocupa [...] establece con el territorio una relación que tiene que ver con la ordenación, o incluso con la planificación, y los efectos recíprocos de esta coexistencia pueden ser observados. [...] En otras palabras, el territorio es objeto de una construcción. Es una clase de artefacto. Así pues, constituye igualmente un producto (CORBOZ, 1983, p. 27).

12 The absence of an urban plan to be followed has usually given cities a formal incoherence, which eventually leads to a loss of spatial quality but, above all, it introduces an irrationality and added cost to infrastructure in the mid-term. The results are occasionally very serious and always untenable. Therefore, the crisis that urban planning is undergoing does not reduce by any means its importance as a crucial tool for the development of cities (BORJA, CASTELLS, 1997).

Daí a necessidade de uma profunda investigação da cidade e sua complexa rede de relações. De modo que tal compreensão tenha reflexos em um pensamento integrador e sistêmico, por meio de uma colaboração direta com a expressividade urbana do cotidiano, elevando os impactos mútuos do global e do local (BRENNER, SCHMID, 2011), movidos pela visão de que cada cidade é única. Para isso, existe uma diversidade de atores, múltiplos interesses e diferentes visões a serem consideradas e articuladas. Portanto, a compreensão da **cidade como projeto** nesta Tese parte da ideia da **cidade enquanto organismo vivo de alma-e-corpo e laboratório de experimentações, enfatizando o olhar aos cidadãos por meio da participação e da co-criação, e sendo pautada nas especificidades do regional, do território e da paisagem** (Figura 12). É diante dessa perspectiva, que será aprofundada a noção de movimentos e a abordagem do *The City We Need 2.0* (UN-Habitat, 2016).

Figura 12
A cidade como projeto.



CAPÍTULO 3
A CIDADE COMO MOVIMENTOS

Diante do exposto no tópico anterior, debruça-se sobre o contexto urbano e as iniciativas contemporâneas potencialmente alinhadas com a noção de ***cidade como projeto*** defendida na presente Tese. Aqui importa identificar iniciativas que de alguma maneira buscam traçar caminhos para um desenvolvimento urbano sustentável, nas últimas décadas, como uma espécie de reação ao já referido ***processo de colapso urbano*** e diante do impacto de uma urbanização planetária acelerada.

3.1 Iniciativas globais: meio ambiente e cidade na ONU

Ao reconhecer-se a Organização das Nações Unidas (ONU)¹ enquanto entidade mundial representativa que gera discussões e ações de amplo alcance, entende-se como relevante analisar algumas iniciativas empreendidas pela entidade que reflete e ao mesmo tempo influencia o debate mundial.

No que se refere às ações voltadas para o controle climático, com claras implicações no contexto urbano, a ONU tem realizado há três décadas a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP), ocasião que reúne diversos países para debater e buscar soluções para a crise ambiental. Com bases lançadas ainda em 1992, quando foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, a Eco-92, no Rio de Janeiro (Brasil), as COPs partiram do entendimento de que é necessário estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera e, desde então, diversos acordos, protocolos e tratados foram firmados nesse sentido.,

No século XXI, destaca-se a COP 21, em 2015, ocasião em que foi firmado um compromisso entre os países participantes para desenvolver ações que tinham como objetivo limitar o aumento do aquecimento global a uma marca abaixo de 2º C, buscando idealmente 1.5º C, com base no período pré-industrial, ou seja, há mais de dois séculos. O evento resultou no Acordo de Paris, que determina que os países integrantes apresentariam a cada cinco anos os planos realizados e resultados obtidos na diminuição das suas emissões (UNFCCC, 2021). A COP 26, em 2021, teve como foco dar seguimento aos compromissos firmados na COP 21, já que “apesar das oportunidades, não estamos agindo com a rapidez necessária. Para evitar essa crise [climática], os países precisam unir forças com urgência” (UNFCCC, 2021, p.9).

No que diz respeito mais especificamente à urbanização, historicamente, as ações da ONU voltadas à habitação e assentamentos humanos iniciam-se com a Habitat, conferência mundial realizada em 1976, em Vancouver (Canadá)², reunindo diversos líderes e representantes globais. Neste primeiro

1 Em 2022, a ONU conta com 193 Estados-membros, cada um deles com um assento na Assembleia Geral da entidade.

2 Desde então, a cada 20 anos a ONU realiza sua Conferência para Habitação e Assentamentos Humanos - Habitat. A partir de 2001, a cada dois anos também realiza-se o Fórum Urbano Mundial voltado às questões mais urgentes da urbanização e seus impactos nas comunidades, cidades, economias, mudanças climáticas e políticas.

evento, abordava-se a magnitude e as consequências da acelerada urbanização mundial, resultando na *Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos* (1976). Já neste período, a necessidade de se pensar especificamente o fenômeno do habitat como estratégia para a melhoria das condições básicas de vida urbana em qualquer parte do planeta já era tão latente que, dois anos após esta primeira conferência, em 1978, foi criado o ONU-Habitat, programa voltado aos assentamentos humanos, com sede estrategicamente instalada na África (em Nairóbi, Quênia), diferente de agências da Organização, cujas sedes encontram-se na Europa e na América do Norte (ANTONUCCI *et al.*, 2010).

A Habitat II³, realizado em 1996, em Istambul (Turquia), dedicou-se aos temas “Habitação adequada para todos” e “Assentamentos humanos viáveis em um mundo mutável de plena urbanização”, sistematizados no documento *Declaração de Istambul e a Agenda Habitat* (1996) (ANTONUCCI *et al.*, 2010). Vinte anos depois, é realizada a Habitat III, que culminou na finalização e publicação da Nova Agenda Urbana (NAU)⁴ - *Declaração de Quito sobre Cidades e Aglomerados Urbanos para Todos*, documento que aponta o conjunto de propósitos e princípios de desenvolvimento sustentável das cidades e assentamentos humanos para os 20 anos seguintes (UN-Habitat, 2017), lembrando que a Habitat IV está prevista para acontecer no ano de 2036.

Com o desafio de uma visão ampliada do processo de planejamento urbano, a Nova Agenda Urbana articula-se aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁵, também estabelecidos pela ONU, com prazos, metas e indicadores sobre cada um dos seus 17 objetivos, inclusive o Objetivo 11, que diz respeito a Cidades e Comunidades Sustentáveis (Figura 13).

Especificamente, a *Nova Agenda Urbana* assinala a visão de que as cidades devem ser inclusivas, seguras, saudáveis, acessíveis física e economicamente, resilientes e sustentáveis para fomentar a prosperidade e a qualidade de vida para todos. Nesse sentido, o documento apresenta compromissos distribuídos em cinco pilares: 1) política urbana nacional; 2) legislação urbana, normas e regulamentação; 3) planejamento urbano e desenho urbano; 4) economia urbana e finanças municipais; 5) e implementação local (UN-Habitat, 2017). As proposições partem do entendimento de que, “se bem planejada e administrada, a urbanização pode ser uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento sustentável tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento” (UN-Habitat, 2017, p. IV).

3 Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/habitat/istanbul1996>

4 Disponível em: <https://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>

5 Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Figura 13
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).
Fonte: ONU, 2015.
Com edições do autor.



Ao longo das últimas décadas, diversas outras iniciativas paralelas e capilarizadas aconteceram, inclusive como preparação para as conferências do Habitat. Entre essas, destaca-se o manifesto da World Urban Campaign da Organização das Nações Unidas intitulado *The City We Need 2.0* (UN-Habitat, 2016). Preparado com contribuições de diversos segmentos da sociedade – incluindo políticos, empresas, organizações não governamentais, sociedade civil, entre outros –, o documento caracteriza os desafios e as oportunidades das cidades atuais, gerando reflexões sobre o futuro do planejamento e as formas sustentáveis de crescimento e desenvolvimento da urbe (UN-Habitat, 2016). O *TCWN* apresenta dez princípios a serem traduzidos em planejamento e práticas urbanas, defendendo que a cidade que precisamos: 1) é socialmente inclusiva e engajadora; 2) é exequível, acessível e equitativa; 3) é economicamente vibrante e inclusiva; 4) é administrada coletivamente e governada democraticamente; 5) promove o desenvolvimento territorial coeso; 6) é regenerativa e resiliente; 7) compartilha identidades e senso de pertencimento; 8) é bem planejada, é dos pedestres e favorece a circulação de veículos; 9) é segura, saudável e promove bem-estar; 10) aprende e inova (Figura 14).

Figura 14
Cartilha de divulgação dos 10 pontos do *The City We Need 2.0*. Fonte: ONU-Habitat, 2016.
Com edições do autor.



Tais eventos, promovidos sob a égide da ONU, apontam desafios comuns e demonstram tentativas de melhorar as condições de vida nos ambientes urbanos por meio de princípios politicamente assumidos entre diversos países. Embora representem um esforço mundial e atualizado diante dos novos desafios urbanos globais que se apresentam no século XXI, esse conjunto de ações também apresenta aspectos a serem abordados em uma perspectiva crítica por diferentes atores. De acordo com Balbim (2018, p.14), em análise sobre a Habitat III, o debate e os acordos no âmbito global “careciam de análises críticas a partir de uma ótica estrutural, tanto do ponto de vista global quanto a partir dos atores e de seus arranjos regionais ou locais”. Além disso, ainda segundo o autor, apesar de apontar os problemas urbanos e estabelecer princípios para se planejar uma cidade, a NAU não apresenta meios de solução aplicáveis.

É amplamente reconhecido que bilhões de pessoas em todo o mundo sofrem por não terem acesso a serviços e direitos básicos na cidade, e que esse contingente só aumentou ao longo das últimas décadas. No entanto, os mecanismos de financiamento e produção da cidade carregados por organismos internacionais, compostos pelos Estados-nação e assimilados nos lugares, não logram transformar essa realidade (BALBIM, 2018, 16).

Outra questão levantada por uma análise crítica do Habitat III diz respeito à limitada participação popular ou de grupos que representam a coletividade. Segundo Alomar (2017), embora a NAU aborde temas relevantes no cenário urbano e apresente um avanço nos esforços de participação social, falta ainda maior representatividade da sociedade civil e alcance da iniciativa.

Reconhecendo as inevitáveis limitações de representatividade, participação e capilaridade de iniciativas de grande escala como as listadas acima, pensa-se ser ainda possível uma aproximação conceitual e pragmática dessas abordagens mais amplas e globais em relação às necessidades locais da cidade e da sociedade civil. Daí que esta Tese propõe uma “tradução” dos preceitos e indicativos apontados pela ONU, instrumentalizando ideias e ferramentas globais de forma particular, considerando as especificidades locais. **A COP, a Nova Agenda Urbana, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o manifesto *The City We Need* se apresentam como “lentes” através das quais é possível reconhecer os principais problemas urbanos contemporâneos e procurar soluções adequadas e viáveis. Assim, com respaldo na NAU, é possível extrair diretrizes estratégicas que contribuam para um projeto de cidade, conforme defende-se nesta Tese.**

A COP, com uma visão de longo prazo de alcance secular, levanta o urgente desafio de reversão da crise climática, nos provocando a repensar o Antropoceno ao colocar a temática ambiental no centro do debate mundial, bem como indicando a necessidade de adaptação das cidades enquanto rede de grande impacto no planeta. A Nova Agenda Urbana, com uma visão de duas décadas à frente, apresenta cinco princípios que condensam e clarificam os desafios do planejamento urbano. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentá-

vel (mais especificamente o 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis) apontam metas e indicadores de um futuro a ser perseguido. Por fim, o manifesto *The City We Need 2.0*, em forma de cartilha, apresenta-se como uma síntese, uma ferramenta mais operativa, com princípios paradigmáticos simplificados a serem traduzidos na dimensão do desenho urbano extrapolando a abordagem excessivamente técnica a partir de uma linguagem acessível aos mais diversos setores da sociedade - coletivos, comunidades, instituições.

Na presente Tese, portanto, articulam-se tais entendimentos como parâmetros por sua aplicabilidade direta no projeto de cidade e também por ser possível observar a repercussão de tais ideias na atuação de diferentes grupos locais, que buscam construir, à sua própria maneira, novas formas de viver a/cidade. São acontecimentos da sociedade que reivindicam o direito à cidade e apontam as diversas demandas latentes dos centros urbanos.

3.2 Movimentos da sociedade: global – local

Ao analisarmos as iniciativas elencadas no tópico acima, notamos que os temas em evidência no debate público global nas últimas décadas refletem a condição sistêmica dos problemas mundiais, revelando uma inevitável interdependência entre as ações globais e locais, em qualquer parte do planeta. Brenner e Schmid (2011), na *Teoria Crítica Urbana*, argumentam que a dimensão de cidade extrapola o entendimento tradicional, e que a percepção do planeta deve partir da ótica do conceito de *urbanismo planetário*:

Nas condições contemporâneas, portanto, o urbano não pode mais ser entendido com referência a um determinado “tipo” de espaço de povoamento, seja ele definido como uma cidade, uma cidade-região, uma metrópole, uma região metropolitana, uma megalópole, uma cidade periférica ou qualquer outro tipo. Consequentemente, apesar de sua contínua difusão no discurso acadêmico e político, a categoria da “cidade” tornou-se hoje obsoleta como ferramenta analítica das ciências sociais. [...] Hoje, o urbano representa uma condição cada vez mais mundial na qual as relações político-econômicas estão enredadas (BRENNER, SCHMID, 2011, p. 13, tradução nossa)⁶.

Por outro lado, constatamos que cada cidade é única, e que a resolução dos problemas urbanos é necessariamente ancorada em ações no território de acordo com suas especificidades. Segundo Jacobs (2011, p. 481), é

⁶ *Under contemporary conditions, therefore, the urban can no longer be understood with reference to a particular ‘type’ of settlement space, whether defined as a city, a city-region, a metropolis, a metropolitan region, a megalopolis, an edge city, or otherwise. Consequently, despite its continued pervasiveness in scholarly and political discourse, the category of the ‘city’ has today become obsolete as an analytical social science tool. [...] Today, the urban represents an increasingly worldwide condition in which political economic relations are enmeshed* (BRENNER, SCHMID, 2011, p. 13).

necessário estratégia e tática ao voltar o olhar para o espaço urbano, já que “para pensar simplesmente sobre as cidades e chegar a alguma conclusão, uma das coisas principais que se devem saber é que tipo de problema as cidades representam, já que todos os problemas não podem ser analisados da mesma maneira”. Ainda de acordo com a autora:

[...] os processos urbanos, na prática, são complexos demais para serem rotineiros; particularizados demais para serem aplicados como abstrações. Eles sempre se compõem de interações entre combinações singulares de peculiaridades, e nada substitui a compreensão das peculiaridades (JACOBS, 2011, p. 494).

Assim, tornou-se urgente investigar não apenas as iniciativas globais, a exemplo das já citadas no tópico anterior, mas também os contextos locais e, ainda, o rebatimento que os grandes temas já elencados no presente capítulo apresentam na cidade. Procurar formas de conciliar a discussão e as proposições de escala alargada com as especificidades das realidades de escala local é, nesta Tese, entendida como fundamental para que as ideias se materializem na realidade de maneira transformadora.

Segundo Harvey (2014b), grande parte dos movimentos testemunhados a nível local e global nos últimos anos vem em resposta ao modelo vigente de urbanização, essencialmente globalizado. Citando manifestações como as realizadas durante a Copa das Confederações, no Brasil, bem como os protestos no Parque Gezi, na Turquia, ambos em 2013, o autor defende que

Estamos, em suma, no meio de uma grande crise - ecológica, social e política - de urbanização planetária, ao que parece, sem conhecê-la ou mesmo apontá-la. [...] É em condições desse tipo que a propensão à revolta política começa a se agravar. A alienação universal de uma vida cotidiana opressiva na cidade está em toda parte. Mas também estão as inúmeras tentativas por parte de indivíduos, grupos sociais e movimentos políticos para encontrar maneiras de construir uma vida decente em um ambiente de vida decente. O tema de que deve haver uma alternativa assume muitas formas e produz muitas quase-soluções em formas aparentemente infinitas (HARVEY, 2014b, s/p, tradução nossa, grifo nosso)⁷.

⁷ *We are, in short, in the midst of a huge crisis—ecological, social, and political—of planetary urbanization without, it seems, knowing or even marking it. It is in conditions of this sort that the propensity to political revolt begins to fester. Universal alienation from a burdensome daily life in the city is everywhere in evidence. But so are the innumerable attempts on the part of individuals, social groups, and political movements to find ways to construct a decent life in a decent living environment. The theme that there must be an alternative takes many forms and produces many quasi-solutions in seemingly infinite guises* (HARVEY, 2014b, s/p).

É importante destacar que, nesta Tese, entende-se movimentos como uma noção ampla que representa **ações concatenadas em prol de um objetivo, que podem ocorrer em diferentes escalas, sejam eles mais amplos ou mais focados, mas com significância para as comunidades, ou seja, acontecimentos significativos** (MACHADO, 2007).

Se tivermos que optar por uma definição do termo ‘movimentos sociais’, considerando as tão variadas abordagens existentes e aceitas, poderíamos dizer que o mesmo se refere a formas de organização e articulação baseadas em um conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de definir e orientar as formas de atuação social. Tais formas de ação coletiva têm como objetivo, a partir de processos frequentemente não-institucionais de pressão, mudar a ordem social existente, ou parte dela, e influenciar os resultados de processos sociais e políticos que envolvem valores ou comportamentos sociais ou, em última instância, decisões institucionais de governos e organismos referentes à definição de políticas públicas (MACHADO, 2007, p. 252)..

Segundo Touraine (1996), um movimento social se afirma por mobilizar um grupo ou uma coletividade em uma luta contra um adversário e pelo controle da mudança social. Além disso, Scherer-Warren (2006) pontua que a sociedade civil organizada do novo milênio, caracterizada principalmente pela globalização e informatização, tende a estabelecer de forma crescente ações articuladoras, gerando redes de movimentos sociais. No contexto da sociedade em rede (CASTELLS, 2008), esse papel de mobilização e articulação fica ainda mais evidente, uma vez que “os movimentos sociais autônomos [...] exploram novas formas de ação coletiva enraizadas na vivência daqueles que produzem, vivem, sofrem, amam e projetam na urdidura da experiência humana” (CASTELLS, 2018, p. 95).

Esta Tese vem, então, propor a importância da busca por associações estratégicas nesse contexto, identificando uma rede com poder potencialmente transformador da realidade urbana.

CONTRIBUTO

As discussões acima foram sistematizadas em um quadro conceitual (Quadro 3) que reúne os principais referenciais teóricos do trabalho de pesquisa a ser empreendido na presente Tese. Com este panorama, é possível avançar e aprofundar as questões fundamentais dos capítulos seguintes:

Quadro 3
Conceitos em Projeção.

Cidade em processo de colapso	aqueles centros urbanos em uma acentuada crise ambiental de causas e consequências simultaneamente econômicas e sócio-espaciais
Cidade organismo vivo	(1) a cidade como composta de um corpo e de uma alma interdependentes mas intrinsecamente interligados; (2) a cidade como um grande laboratório; (3) a cidade como construção em movimento
Alma da Cidade	expressão intersubjetiva das manifestações culturais, artísticas, políticas e sociais que resultam das formas de mobilização dos habitantes da cidade, desde as mais institucionalizadas às mais auto-organizativas e co-criativas.
Corpo da Cidade	estrutura físico-territorial, sua geografia, sua paisagem resultante, os tipos construtivos, o modo como a cidade se assenta no espaço e se relaciona com o entorno, com o território, com a Natureza circundante
Cidade como Projeto	cidade enquanto organismo vivo de alma-e-corpo e laboratório de experimentações, enfatizando o olhar aos cidadãos por meio da participação e da co-criação, e sendo pautada nas especificidades do regional, do território e da paisagem
Movimentos	ações concatenadas em prol de um objetivo, que podem ocorrer em diferentes escalas, sejam eles mais amplos ou mais focados, mas com significância para as comunidades, aqui entendidos como acontecimentos significativos
Cidade em processo de reinvenção	reversão do processo de colapso

De acordo com a literatura apresentada, a cidade pode ser interpretada como um organismo vivo, capaz de se autogerar (MATURANA, VARELA, 2001), como destino (ARGAN, 2000) e passível de ser projetado (AURELI, 2013). Esse entendimento faz-se fundamental ao enfrentar o **processo de colapso**. As ações com impacto no território urbano, programadas ou não, trazem à tona as diversas relações do ser humano com seu ambiente. Desse modo, reconhecer **a cidade como organismo vivo** é, antes de tudo, relacioná-la com a Natureza, como observado em Doxiadis (1968), Kostof (1991), Alexander (2002); com o social, como pontuado em Sauhi (2002); Lefebvre (2013) e Harvey (2004); e com o fenomenológico (NORBERG-SCHULZ, 1971); para então perceber sua constituição de **alma-e-corpo** de forma transdisciplinar, agregando contribuições de áreas como a Biologia, Filosofia e Ecologia.

Ao definir a *alma* de uma cidade como a energia que emana das subjetividades dos seres que a habita e o *corpo* sua estrutura física, sua geografia, sua paisagem resultante, os tipos construtivos, o modo como a cidade se assenta no espaço e se relaciona com o entorno, com o território; reconhece-se a indissociabilidade entre ambos ou seja, uma interdependência (DESCARTES, 1996). Assim, pode-se pensar sobre as relações na cidade que

garantem sua manutenção como organismo vivo, por meio de seu *elã vital* (BERGSON, 1999) ou até mesmo *conatus* (ESPINOZA, 1983).

Ao construir o conceito de ***cidade como projeto*** com base em tal indissociabilidade, parte-se da compreensão da mesma em diversos aspectos: a cidade como laboratório (JACOBS, 2011); a cidade como co-criação (WOLFRUM, JANSON, 2016; AURELI, 2013); a cidade como participação (DAVIDOFF, 1965; TAYLOR, 2007); a cidade como projeto regional, uma pesquisa de um Projeto de Projetos (MEIJSMANS, 2010); a cidade como território, como Palimpsesto, como simultaneamente projeto, processo e produto, inseparável do material e imaterial (CORBOZ, 1983).

Além do panorama conceitual acima sintetizado, o esforço metodológico buscou identificar nos grandes movimentos mundiais indicativos operacionais. As discussões levantadas pela COP, as metas e os indicadores dos ODS, os elementos-chave do planejamento elencados pela Nova Agenda Urbana (UN-Habitat, 2016) e os princípios para um novo paradigma urbano do TCWN 2.0 apresentam-se como ferramentas operativas para o projeto de ***cidade como organismo vivo de alma-e-corpo***. Essa abordagem global em torno da urbanização e seus impactos no planeta encontra reflexo em grupos sociais e ***movimentos*** políticos de diferentes escalas (HARVEY, 2014b), fundamentais ao entendimento das peculiaridades de cada cidade (JACOBS, 2011).

É possível inferir, assim, que cada cidade deve ser investigada de forma particular, em uma escala local, diante de suas especificidades; e comum, em uma escala planetária (BRENNER, SCHMID, 2011) e, por consequência, mais abrangente. É a partir deste panorama conceitual que esta Tese aprofundará a interpretação da cidade/território do Recife, como organismo vivo, na sua dupla condição de corpo e alma, com vistas à exploração propositiva de um ***processo de reinvenção*** e de resposta aos desafios do futuro. É neste contexto que esta Tese irá investigar ***Corpo e Alma do Recife***.

PARTE 

ALMA E CORPO DO RECIFE

UMA CIDADE

A partir do entendimento da **cidade enquanto organismo vivo de alma-e-corpo**, sistema em permanente movimento e transformação, tem-se como exercício fundamental desta Tese a investigação dessas duas dimensões – imaterial e material – para melhor analisar as transformações pelas quais o Recife tem passado nos últimos trinta anos – a saber, de 1990 a 2020. Logo, a Parte II do presente trabalho divide-se em dois capítulos: o primeiro capítulo busca a investigação do *Corpo do Recife* e o segundo, a investigação da *Alma do Recife*.

No que diz respeito especificamente à dimensão material, para que se pudesse compreender as peculiaridades do corpo da atualidade, foi necessário identificar os sistemas físico-territoriais que o antecederam. Dessa maneira, foi realizada uma análise retrospectiva buscando classificar os sistemas físico-territoriais mais significativos ao longo da história do Recife até resultar no corpo em processo de colapso que, por sua vez, provoca um **processo de reinvenção da cidade**. Os sistemas foram classificados de acordo com as características específicas de cada período histórico da cidade.

Já no que se refere à investigação em torno da dimensão imaterial da cidade, buscou-se investigar as expressões do que se chamou de **Alma do Recife**, identificando e categorizando acontecimentos significativos, ou seja, movimentos da sociedade nos últimos 30 anos, período que abrange a mudança para o século XXI. Também neste caso lançou-se um olhar retrospectivo para compreender a origem das expressões da *alma* da cidade.

É importante destacar que, embora distribuídas nos dois capítulos abaixo, as análises aqui empreendidas revelam a permanente simbiose de **alma-e-corpo** assinalada na Parte I do presente trabalho. A divisão do estudo do corpo e da *alma* do Recife, separadamente, funciona como um recurso estrutural didático para permitir uma melhor compreensão das particularidades dos fenômenos estudados. Precisamente por se tratar da investigação de um **organismo vivo de alma-e-corpo** é possível apreender expressões da *alma* durante a análise do corpo e vice-versa, o que reforça as premissas desta Tese.

Figura 15

Recife organismo vivo.
Fonte: Daniel Almeida.



CAPÍTULO 1
UMA CIDADE, SETE CORPOS

A dimensão material, física, da cidade do Recife, aqui entendida como seu *corpo*, passou por diversos processos de expansão e transformação que envolveram, além da ampliação de seus limites político-municipais, uma série de intervenções cada vez mais extensivas em seu ambiente natural. Como em um organismo vivo, o *corpo* da cidade adaptou-se gradativamente às novas demandas impostas ao longo dos séculos, ora obedecendo aos movimentos naturais de seus sistemas, ora sendo guiado por projetos de cidade implementados pelos atores envolvidos em sua ocupação.

A cidade do Recife, localizada no litoral do estado de Pernambuco, na região Nordeste do Brasil, possui latitude igual a 8° 3' 15" Sul, e longitude de 34° 52' 53" Oeste. Atualmente seu território contabiliza 218,5 km² de área total, fazendo limite com as cidades de Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Camaragibe. Desde a década de 1970, o Recife ocupa a posição de cidade-sede da região metropolitana por ela definida¹, também chamada de Grande Recife. O território, que no início do processo de ocupação urbana configurava-se como uma planície alagada, cercada por uma espécie de “anfiteatro natural” formado pelos morros que a cercavam, atualmente apresenta-se como uma grande massa urbanizada entremeada pelas águas dos rios (Figura 16).

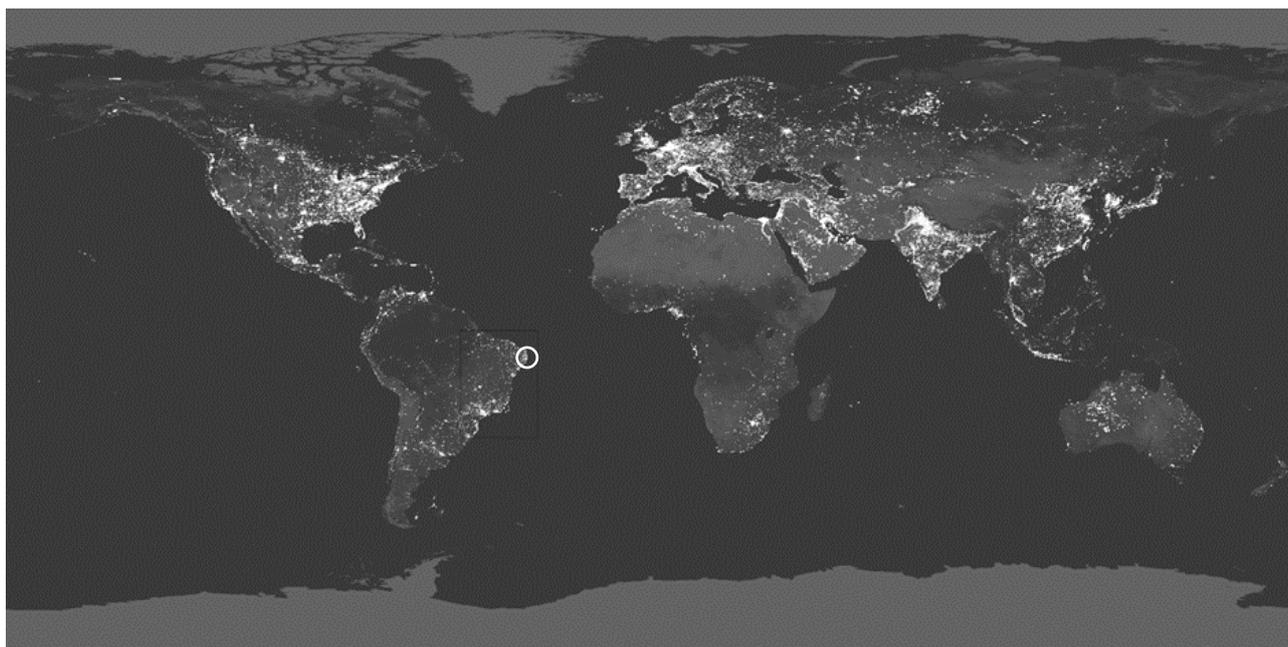


Figura 16

Configuração global da rede de cidades. Em destaque, o estado de Pernambuco/Brasil onde está localizada a Região Metropolitana do Recife.

Fonte: Google Earth com edições do autor.

1 A Região Metropolitana do Recife é formada por quatorze municípios: Recife (cidade-sede), Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Igarassu, Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Moreno e Itapissuma.



Figura 17

Configuração da ocupação na costa brasileira.

Em destaque, a RMR.

Fonte: Google Earth com edições pelo autor.



Figura 18

Configuração da ocupação na RMR. Em destaque, Recife ao centro.

Fonte: Google Earth com edições do autor.

Figura 19

Mancha da Região Metropolitana, com destaque na cidade do Recife.
 Fonte: Google Earth com edições pelo autor.



Figura 20

Planta esquemática de contextualização da cidade do Recife.
 Fonte: Google Earth com edições pelo autor.



Apesar de o Recife ter se estabelecido apenas como o porto da cidade de Olinda no início da colonização portuguesa, durante o período de domínio holandês (1630-1654), a cidade tornou-se a capital e o motor do desenvolvimento econômico da antiga capitania de Pernambuco. Após a retomada do domínio português, a cidade permaneceu como centro político e econômico da região, mas a herança urbanística neerlandesa deu lugar ao típico modelo de ocupação lusitana, que se ajusta à topografia e tem os pátios das igrejas como seu elemento estruturador (MOREIRA, 2019b).

Ao longo das décadas e dos séculos, o *corpo* da cidade do Recife modificou-se e adaptou-se para abrigar as novas funções urbanas, ora seguindo a tradição urbanística vigente, ora de maneira planejada e, até certo ponto, controlada, como nas experiências do início do século XX. As grandes reformas urbanas das áreas centrais do Recife, que têm início logo nas primeiras décadas do século XX, inicialmente atingem o Bairro do Recife, mas logo se estendem para a Ilha de Antônio Vaz. A tônica das reformas até os anos 1940 tem inspiração no urbanismo francês haussmanniano.

Após este período, o teor das reformas urbanas atravessa uma mudança sensível em relação às experiências passadas, sobretudo com a criação de uma série de restrições para novas construções e processos de renovação nas áreas centrais, como o *Plano de Gabaritos*, de 1965, e o *Plano de Preservação de Sítios Históricos*, de 1979. Estes instrumentos foram decisivos para que as reformas urbanas fossem direcionadas para outras áreas da cidade, beneficiando o processo de rodoviarização e espraiamento da mancha urbanizada. Assim, a década de 1970 foi decisiva para a intensificação das relações interurbanas, o que acabou culminando na conurbação entre o Recife e cidades vizinhas. Esta relação de interdependência se consolida em 1973, quando foi legalmente instituída a Metrópole do Recife².

Entretanto, apesar do reconhecimento formal da Região Metropolitana do Recife (RMR), não foram elaborados planos que fossem capazes de assegurar uma expansão controlada das áreas urbanizadas: dentro da cidade do Recife, por exemplo, as áreas “intratentaculares” foram ocupadas de forma espontânea, quase que invariavelmente sem preocupação com a preservação da paisagem natural da cidade, resultando em um traçado urbano que não explora o potencial dos seus recursos hídricos, vegetais e topográficos, visto que a percepção do “anfiteatro natural” é prejudicada pela construção de arranha-céus na planície, sobretudo nos séculos XX e XXI (ver ifigura 21).

2 Através da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, na forma do artigo 164 da Constituição, foram criadas as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza (REYNALDO; et. al, 2005, p. 32)



Figura 21

Estuário do Recife. Foto: Laboratório Quapá, FAUUSP, 2014. Fonte: Cadernos de arquitetura e urbanismo: Cidade-paisagem, pg.35-CAU/PE.

A conurbação das áreas urbanizadas da Região Metropolitana do Recife seguiu, em ritmo acelerado, o padrão de crescimento radial-periferal, que se originou a partir da área portuária localizada no Bairro do Recife. Gradativamente, as estradas e ferrovias construídas para estabelecer a conexão com os antigos engenhos transformaram-se nas vias de ligação entre a cidade-sede e os demais municípios da Região Metropolitana. Logo, o modelo tentacular, que antes estava restrito ao território do Recife, persiste na configuração de toda a metrópole. No entanto, a inexistência de um projeto de metrópole sustentável, capaz de antever a forma de seu crescimento, revela que, assim como aconteceu no município do Recife, o desenvolvimento das áreas metropolitanas urbanizadas se dá de maneira desequilibrada com o ambiente natural, ocupando as áreas intratentaculares, muito longe de se adequar às premissas da Conferência do Habitat III das Nações Unidas, sistematizadas em iniciativas como a *Nova Agenda Urbana*, a Campanha Urbana Mundial, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, bem como de responder aos desafios dos territórios urbanos quanto às mudanças climáticas apresentados nos encontros mundiais da COP.

O propósito deste capítulo é apresentar sucessivas construções de imagens do *corpo* da cidade do Recife a partir de uma interpretação de relatos históricos que resultaram em um longo processo de transformação da sua forma física, ou seja, desde o surgimento do primeiro núcleo urbano colonial, até a complexidade da contemporaneidade, que resultou em um cenário de urgência para a sua reinvenção (relacionando-se ao objetivo específico 2 desta tese).

A metodologia que guiou a construção deste capítulo parte da hipótese de que a cidade do Recife, nos últimos 30 anos, tem passado de um **processo de colapso** para um **processo de reinvenção urbana** em reconexão com a natureza provocado pelos movimentos da sociedade (sistema imaterial *alma*) que apontam para uma nova configuração físico-territorial (sistema material *corpo*).

Retomando a abordagem de Veganò (2021), esta Tese baseia-se no entendimento da cidade como um sistema complexo e dinâmico, composto por diferentes dimensões físicas que interagem e são capazes de potencializar tanto qualidades como problemas. De maneira sintética, classificamos os componentes do *corpo* físico da cidade do Recife como: as estruturas da terra e relevo, das águas doces e salgadas, da vegetação, do ar, das populações humana e faunística e do ambiente construído³. A partir da maneira como estes componentes interagem, seja de maneira espontânea ou controlada, a forma da cidade se adapta e revela um projeto de cidade distinto.

O desenvolvimento deste capítulo está estruturado em sete subcapítulos, cada um expressando a identificação de uma imagem que sintetiza um sistema físico-territorial relacionado a um momento específico da história urbana da cidade do Recife (sete cidades, sete corpos). No primeiro subcapítulo, Paranambuco Berçário D'águas, são descritos os sistemas que compunham a forma original da cidade, antes mesmo do início da urbanização. Na sequência, são apresentadas as imagens construídas a partir de uma percepção das transformações morfológicas da cidade ao longo dos séculos, que neste trabalho são chamados de sistemas físico-territoriais. Esta metodologia revela a estrutura urbana do Recife enquanto resultado de um projeto de cidade (consciente ou inconsciente) que consiste na tentativa de adaptação de diferentes tipos de ocupação urbana experimentados à estrutura ambiental do local. Ao final, é apresentada uma visão panorâmica da complexa forma física que a cidade assumiu nas últimas décadas, que ensejou a necessidade de um **processo de reinvenção** em busca do desenvolvimento sustentável do Recife cujas diretrizes estão descritas na Parte III desta tese doutoral.

Este modo de ver a forma urbana do Recife revelou que a urbanização da cidade e o espraiamento da mancha urbana, que hoje já atinge toda região metropolitana, ocorreram de duas maneiras distintas: até o século XIX, a área urbanizada articulava sua presença com as condicionantes ambientais – *cidade na natureza*. Durante o século XX, o ambiente construído passa a se sobrepor ao ambiente natural, resultando em uma paisagem que reduz a natureza a um conjunto de componentes de menor importância submersos pela massa construída – *natureza na cidade*.

3 Segundo Monteiro, Vieira e Montezuma (2019, p. 117), o subsistema marrom corresponde à base da cidade, o relevo que originalmente dá suporte aos projetos de cidade implementados em Recife. O subsistema azul, corresponde às águas (doces e salgadas), que, no Recife estuarino, configura tanto o ambiente natural quanto o urbano: “A cidade é, de fato, aquacêntrica; as águas de rios, canais, riachos, lagoas e mar estão presentes em todos os seus cantos”. O verde é a vegetação, elemento vital para o equilíbrio de todas as estruturas. A terra é a base da cidade, compondo o relevo, que, no Recife, configura-se como uma planície cercada de morros, na forma de um imenso anfiteatro. O ar é tão essencial quanto a água, o verde e o terra para a vida no planeta, e por refletir, de certo modo, como ocupamos nosso ambiente. O subsistema cinza é a dimensão construída que produz os elementos concretos na cidade nos vários momentos econômicos e tecnológicos de sua sociedade (MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA, 2019).

O desenvolvimento do espaço urbano do Recife se deu à custa de consideráveis modificações ambientais das planícies e estuários, e seu complexo paisagístico composto por manguezais, restingas, deltas intra lagunares e arrecifes, para dar lugar à segurança do estabelecimento urbano (ALMEIDA; CORRÊA, 2012, p. 120).

Até se chegar a este cenário de desequilíbrio entre os componentes naturais (águas, vegetação, ar e relevo) e o ambiente construído, foram identificados alguns sistemas físico-territoriais que apresentaram diferentes relações entre vegetação, ar, água, terra, construções, a população faunística e a população humana, que serão descritos a seguir e foram denominados metaforicamente de: Atenas Estuarina, Amsterdã nos Trópicos, Lisboa nas Águas, Paris Atlântica e Manhattan Tentacular, fazendo referência aos modelos de ocupação que resultaram em corpos com imagens distintas ao longo dos séculos. Inicialmente, cabe-nos descrever a forma original que proporcionou à cidade do Recife as condições particulares de desenvolvimento de cada um dos seus sistemas físicos territoriais.

1.1 Paranambuco Berçário d'Águas

**No ponto onde o mar se extingue
E as areias se levantam
Cavaram seus alicerces
Na surda sombra da terra
E levantaram seus muros.
Depois armaram seus flancos:
Trinta bandeiras azuis
Plantadas no litoral.
Hoje, serena, flutua,
Metade roubada ao mar,
Metade à imaginação,
Pois é do sonho dos homens
Que uma cidade se inventa.
(Carlos Pena Filho⁴)**

Do tupi *paranambuco* ou *paranabuka*, que significa “fenda do mar”, “mar furado”, em referência à pedra furada por onde o mar entra e os barcos transpassam as barreiras dos arrecifes. Porto natural estuarino – lugar em que os nativos navegavam em busca de alimentos e berçário – onde a natureza, com abundância e exuberância tropical, ofertava suas águas e sua fauna e flora no encontro dos rios com o mar. Seus arrecifes naturais deram significação e nascimento à cidade-porto que veio a ser inventada mais adiante.

4 Pena Filho, Carlos, 1929-1960. **Os melhores poemas de Carlos Pena Filho** / seleção de Ediberto Coutinho,-São Paulo: Global Ed.,1983. Guia prático da cidade do Recife, *O INÍCIO*, .100.

Estudos arqueológicos a respeito do território que hoje abriga a região metropolitana do Recife revelam o papel central que a região mantinha desde o período pré-colonial. As terras férteis, irrigadas pelas águas doces e salgadas, garantiam a sustentabilidade dos povos originários em seus arredores. Neste excerto, Barbosa descreve como as águas doces e salgadas definiam a subsistência das populações pré-históricas e indígenas: “mar e rios eram transformados em berço para muitas espécies animais e vegetais, as quais alimentaram populações pré-históricas e a indígena da região” (2007, p. 39). A vegetação apresentava-se de maneira muito mais abundante e diversa do que a encontrada atualmente: “a vegetação da planície costeira se caracterizava pela vegetação típica de manguezais [...] e as de tipo de campo de várzeas” (BARBOSA, 2007, p. 39).

A cidade do Recife ocupa uma planície fluviomarinha resultante do trabalho de acumulação sedimentar em uma antiga baía onde avançava o Oceano Atlântico (VASCONCELOS; BEZERRA, 2000)⁵. Além da planície alagada, a topografia da região era marcada por uma série de colinas esculpidas pelo escoamento superficial das precipitações, características do clima tropical úmido, e pelos processos de decomposição química (BARBOSA, 2007). No Recife, a área ocupada por morros se estende a Norte, Oeste e Sudoeste da cidade, chegando a ocupar mais da metade da área do município (VASCONCELOS; BEZERRA, 2000).

Rocha (2004) destaca que além do sistema aquático e do estreito sistema litorâneo ao sul, o território físico original do Recife inclui os seguintes sistemas: o baixo estuário, a planície e os morros. A região denominada de baixo estuário era, por excelência, o local em que as águas doces e salgadas misturavam-se e propiciavam o desenvolvimento do manguezal. A planície corresponde à área drenada pelas bacias dos três rios da cidade, coberta por solo massapê, que posteriormente beneficiou a instalação dos engenhos de açúcar nesta região. Os morros, assim como as faixas litorâneas, foram as áreas que por mais tempo permaneceram preservadas nos primeiros três séculos de colonização – a região se caracterizava pela diversidade de estratos vegetais que garantiam a preservação de seu relevo.

A região do baixo estuário e parte da planície constituem-se um território inundado, coberto de vegetação perene e de manguezais, um ambiente propício para o pleno desenvolvimento da vida marinha e terrestre corresponde ao corpo original da cidade do Recife, onde os colonizadores portugueses encontraram, no século XVI, um território fértil e uma topografia adequada para instalar seu porto (Figuras 22 e 23).

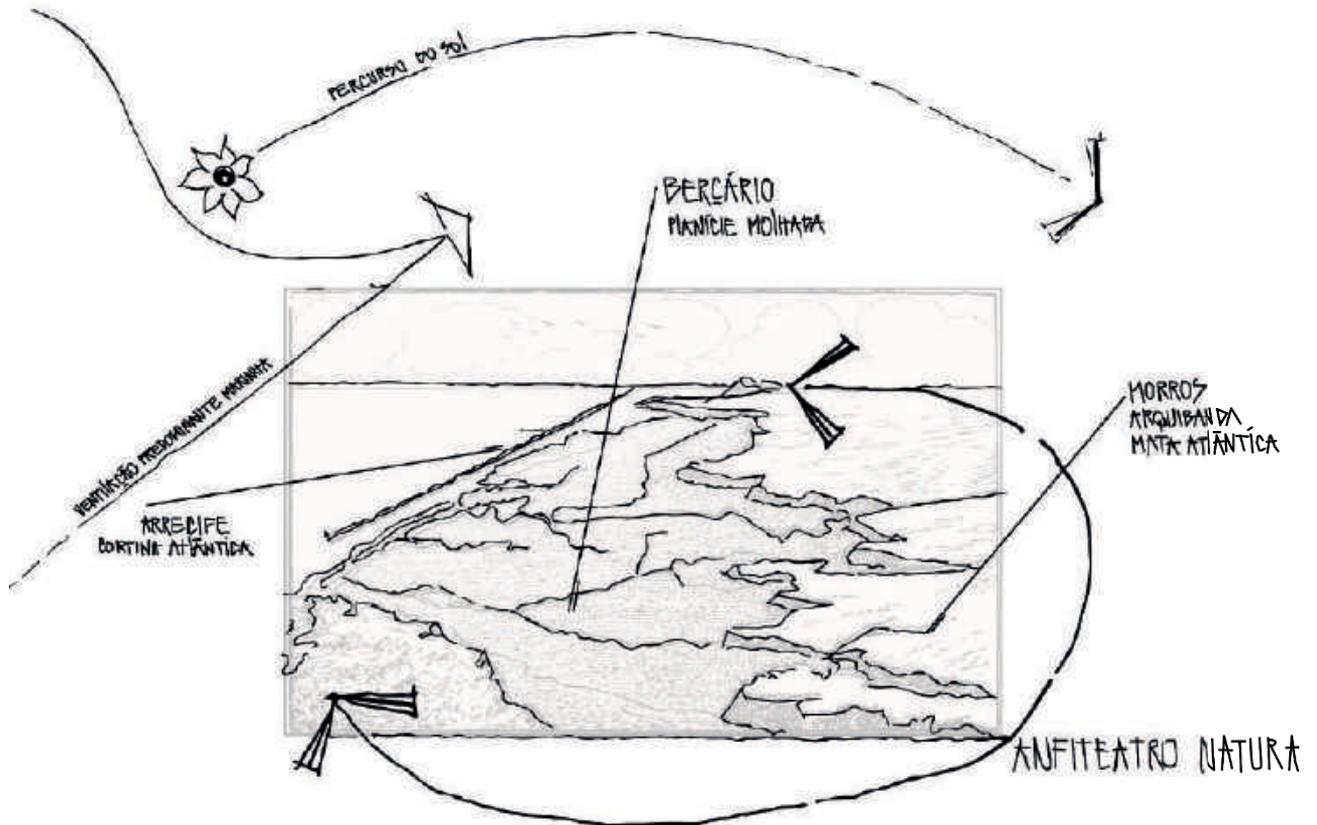
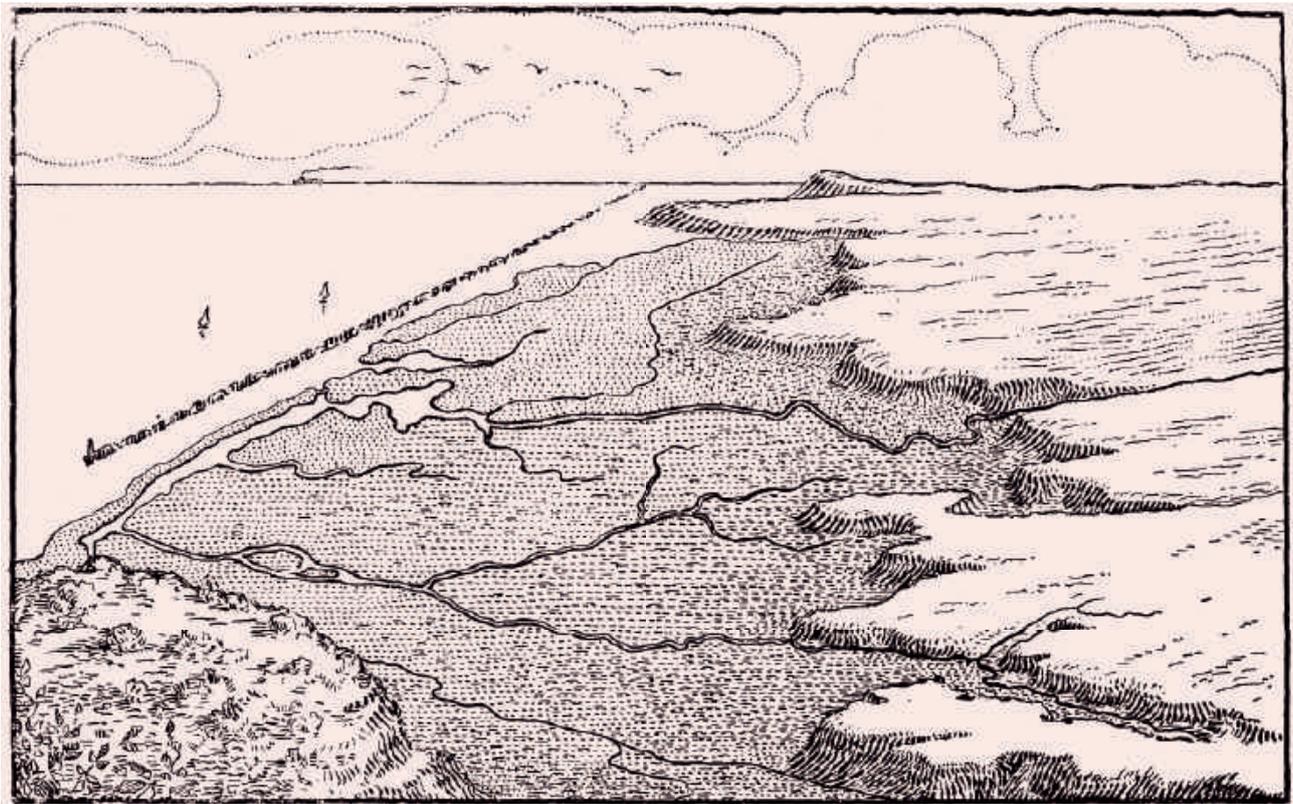
Figura 22

O Recife natural, por J.C. Branner. Fonte: Castro, 1956.

Figura 23

Esquema físico-territorial: Berçário D'águas. Fonte: CASTRO (1956) com edições do autor.

5 “E a baía em forma de semicírculo foi sendo entulhada durante milhões de anos, de um lado, a Oeste, pelos sedimentos fluviais trazidos pelos rios durante as enchentes e de outro, a Leste, pelos sedimentos de origem marinha que se depositavam por sobre a linha de arrecifes” (VASCONCELOS; BEZERRA, 2000, p. 11).



Nesse momento, o *corpo* do que futuramente seria chamado de cidade do Recife era composto sobretudo pelos componentes naturais: vegetação, águas e relevos que se conformaram a partir dos movimentos das águas doces e salgadas:

Os processos de transgressão e regressão marinhos alternaram-se sempre associados às contribuições dos rios e dos ventos moldando progressivamente a feição do sítio do Recife, preparando-o, aos poucos, para as fases seriais pioneiras do seu ecossistema, até que se consolidaram as comunidades climáticas dos manguezais e das restingas, enfim, da mata litorânea (VASCONCELOS; BEZERRA, 2000, p. 11).

A população no período pré-cabralino⁶ ainda não estava estabelecida de forma fixa no território do Recife. As estruturas construídas limitavam-se ao abrigo, muitas vezes temporário, característico das ocupações dos povos indígenas daquela região. Barbosa (2007), no entanto, sugere que a região alagada era um território constantemente frequentado pelos povos originários em busca de alimentos provenientes da diversidade da fauna e flora da região.

O ambiente natural descrito anteriormente foi o cenário encontrado pelos colonizadores que ocuparam a costa de Pernambuco no início do século XVI. O anfiteatro natural era composto de estruturas da natureza – berçário da vida aquática – resultante da mistura das águas doces e salgadas do estuário. A natureza foi um elemento que sempre atuou como condicionante do processo de construção da forma urbana do Recife, responsável por dar a estes processos estrangeiros de urbanização uma essência singular e local.

Em síntese, podemos descrever o sistema físico-territorial original da cidade do Recife, o *corpo Paranambuco: Berçário D'Águas*, como um anfiteatro natural em semicírculo, cujo chão é a planície estuarina, drenada pelas bacias de três rios, abrigando mangues e restinga. A Oeste, morros em arco, recobertos pela Mata Atlântica, definem o anfiteatro. A Leste, arrecifes de arenito em ângulo reto são o eixo divisor entre a planície molhada e o Atlântico. Neste sistema, a vegetação se caracteriza por espécies costeiras, manguezais e pela floresta tropical que compartilham o ambiente natural com fauna marinha, estuarina e terrestre.

1.2 Atenas Estuarina

As cidades gregas (...) possuíam em sua parte mais alta um espaço cujo nome era acrópole, local de grande importância na paisagem, pois ali se concentrava as construções dos templos e moradias dos sacerdotes, sendo o centro do poder religioso. O povo, tanto os escri-

6 Chama-se período pré-cabralino da história do Brasil aquele anterior à chegada dos portugueses, em 1500, protagonizada pelo navegador Pedro Álvares Cabral.

vos como os homens livres, moravam na parte mais baixa, agrupados no sopé da colina, tendo a ágora como espaço principal de reunião social. Com o tempo, o ponto focal da cidade se deslocou da acrópole para a ágora, que passou a ser o centro do poder do mundo grego (BONAMETTI, 2010, p. 264).

No início do século XVI, a costa de Pernambuco foi ocupada pelos colonizadores portugueses, inicialmente, em seus portos naturais. Foram três os estuários protegidos por arrecifes que, de alguma maneira, ofereciam uma situação singular em relação a outras regiões do Brasil. Segundo Santana:

Diferentemente da Bahia, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, São Vicente-e-Santos e também São Luís, onde respectivos portos situam-se no interior de gigantescas baías, os portos do litoral de Pernambuco são enseadas estuarinas protegidas por arrecifes. Esses arrecifes são estruturas rochosas areníticas, retilíneas e contínuas, paralelas à costa, com extensões, às vezes, de vários quilômetros sem interrupção, ora submersos, ora aflorando acima do nível do mar (REYNALDO, 2005, p. 24).

A costa do território de Pernambuco teve sua ocupação iniciada em três estuários: o Estuário do Rio de Santa Cruz, em Itamaracá/Igarassu; o Estuário dos rios Beberibe, Capibaribe e Afogados; e o Estuário da Enseada de Suape, dos rios Ipojuca, Massangana e Tatuoca (REYNALDO; et al, 2005). A cidade-sede, no entanto, foi implantada no estuário central do território, que futuramente configura-se como a origem da metrópole do Recife (Figura 24).

Figura 24

Estuário Itamaracá/Igarassu, Rio Santa Cruz; Estuário dos rios Beberibe, Capibaribe e Tejió e Enseada de Suape (dos rios Ipojuca, Massangana e Tatuoca).

Fonte: Google Earth com edições do autor.



O processo de urbanização tem início na região montanhosa ao norte do anfiteatro, na então chamada Vila de Olinda, que se estabelece como centro de poder e riqueza colonial, enquanto o Recife ocupava o anfiteatro, na planície, com seu porto natural. Gradativamente, a estreita porção de terra protegida por arrecifes, passa de uma pequena vila de pescadores a um ponto estratégico para a economia do Brasil colônia.

Esse Recife foi porto da vila de Olinda distante cerca de uma légua, era uma povoação de 200 vizinhos e uma ermida. Era importante local de trocas entre metrópoles e colônia, possibilitando o ir e o vir de pessoas e coisas por navios, tão próprio ao século XVI. (PONTUAL, 2001, p. 419)

Como observado no sistema físico-territorial, na descrição do *corpo Paranambuco Berçário D'águas*, pode-se perceber a condição geográfica que proporcionou sua organização territorial: o Recife corresponde à área de estuário dos rios Beberibe, Capibaribe e Tejipió, protegida do oceano por uma barreira de arrecifes, elemento rochoso que dá nome à cidade, e rodeada por porções de terra mais altas no continente, um imenso anfiteatro natural (Figuras 22 e 23).

A imagem resultante da observação nos estudos de expansão urbana deste primeiro momento anterior à constituição da cidade, no território colonizado pelos portugueses, pode ser descrita como uma divisão de um mesmo território em três partes interligadas e interdependentes: a Vila de Olinda, encastelada como sede do domínio português, a região do porto e a várzea entrecortada por rios e riachos, ilhas, ilhotas abrigando os engenhos para produção de açúcar (Figura 25).

Figura 25

Cartografia da cidade
do Recife de 1630.

Fonte: Acervo do Museu
da Cidade do Recife.



Apesar da relevância do Recife para a economia da colônia, a área onde se observa a maior massa urbanizada, neste momento, ainda é a Vila de Olinda, reunindo dentro de um traçado tortuoso e espontâneo grande parte das edificações de caráter civil e religioso construídas em Pernambuco. A instalação da cidade nas áreas mais altas da região traduz uma estratégia de busca pela visualização do território como uma forma de dominação de toda uma paisagem, explicitando uma relação íntima da cidade na natureza.

As edificações militares para defesa do território estavam funcionalmente localizadas na costa do Recife, construídas com o objetivo de defender a frente d'água, que se configurava como a área mais propensa a receber possíveis ataques de invasores. Na porção do território destinada a produção econômica, baseada nos engenhos, prevalecia, neste momento, uma imensa massa de ambiente natural, com eventuais construções próprias da arqui-

tetura rural, em geral restrita a uma casa grande, moita, senzala e capela⁷ (GOMES, 2006).

Observa-se já neste momento uma relação de interdependência entre as vilas de Olinda e Recife – Olinda como a sede administrativa e o Recife como porto e área “industrial” em processo de espraiamento – característica típica de um território que já nasce com vocação metropolitana. Diante desse cenário inicial, infere-se que os componentes naturais da cidade tais como águas, vegetação, relevo e ar representam uma parcela significativa no corpo da cidade *Atenas estuarina*, enquanto o ambiente construído participa da formação em menor extensão (Figuras 26 e 27).

Neste caso, o ambiente construído concentrava-se na cidade de Olinda e nos engenhos de açúcar que cercavam as áreas do porto e dependiam de uma estrutura mínima para escoamento da produção. Logo, esta área naturalmente atraía um fluxo constante de pessoas tornando-se o destino das primeiras estradas abertas naquele período⁸.

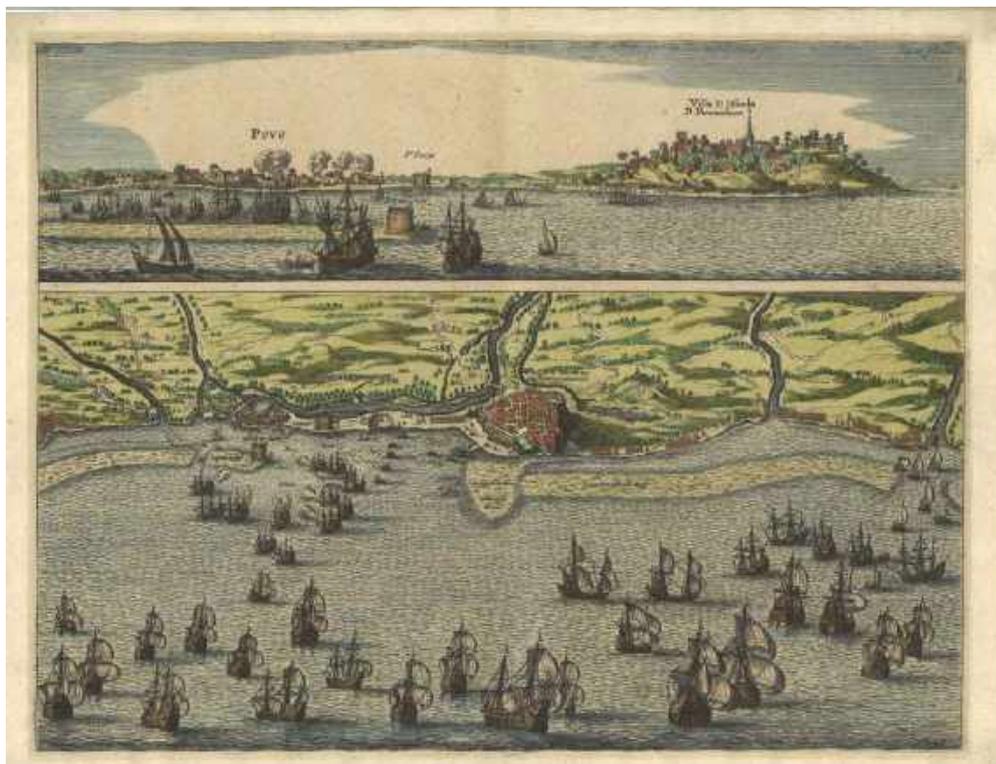


Figura 26
Sistema físico-territorial Atenas Estuarina em Recife e Olinda. Batalha entre a República Holandesa e a frota hispano-portuguesa. Impresso em Utrecht 1652. Fonte: Acervo particular MEURS, 2022.

7 Segundo Geraldo Gomes (2006) era característica dos primeiros engenhos de açúcar construídos em Pernambuco: ser formado por edificações extremamente rudimentares, incluindo a casa grande.

8 Somente a partir da construção de engenhos mais afastados das áreas centrais da cidade que se erguem construções de maior complexidade e escala.

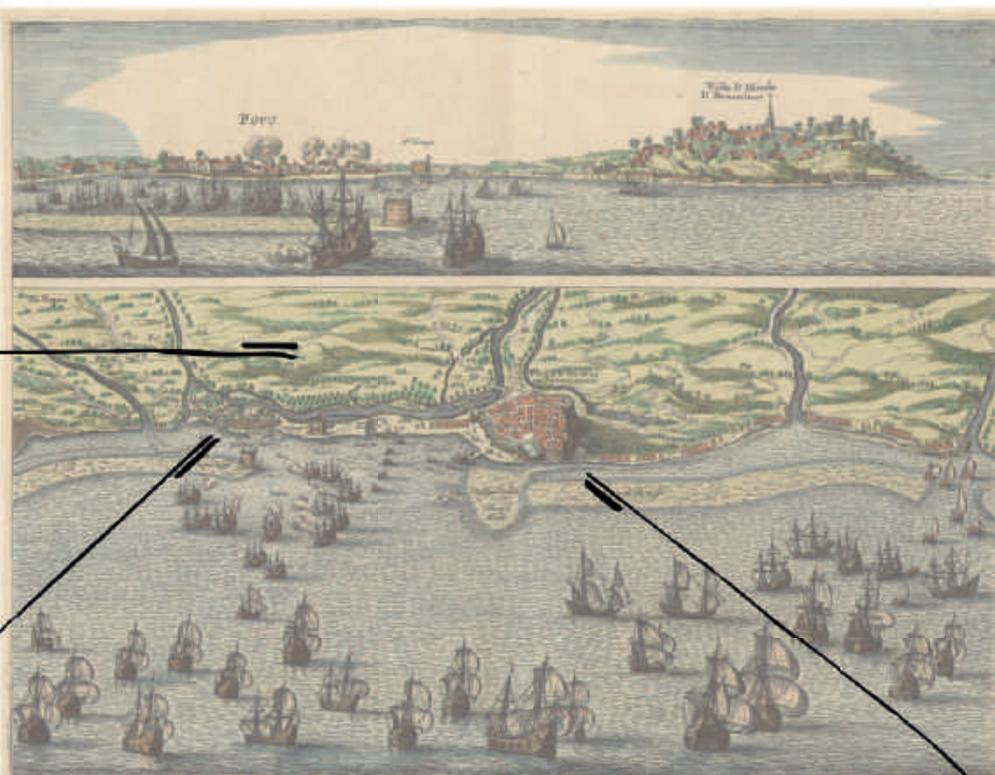
Em suma, o sistema físico-territorial da cidade aqui denominada **Atenas Estuarina** é definido por um esquema tripartite, onde morfologicamente identificam-se: Acrópole, Ágora e Engenhos – três territórios em articulação. Ao Norte, nas colinas do anfiteatro, a Vila de Olinda; a Leste, na planície, a vila Porto dos Navios, e a Oeste, no interior da planície estuarina, engenhos de açúcar e seus caminhos (Figura 27) .

Figura 27

Sistema físico-territorial Atenas Estuarina em Recife e Olinda.

Batalha entre a República Holandesa e a frota hispano-portuguesa. Impresso em Utrecht 1652.

Fonte: Acervo particular MEURS, 2022. Com edições do autor.



3
PRODUÇÃO

1
ÁGORA

2
ACRÓPOLE

1.3 Amsterdã nos Trópicos

Para expandir a cidade, havia uma necessidade de controle e planejamento rigorosos do desenvolvimento da terra. Primeiro, foi determinado um tamanho apropriado da expansão planejada. Foi então elaborado um plano técnico para garantir que a água pudesse ser descarregada e controlada, enquanto a água nos canais da cidade mantinha um nível constante. Na maioria dos casos, o processo de construção foi iniciado através da construção de um canal circular (singel) conectado através da área de expansão por meio de uma sequência de canais paralelos⁹ (HOIJMEIJER, 2009, p. 137).

Já após a chegada e instalação dos portugueses na região, o desenvolvimento econômico da capitania de Pernambuco acaba por despertar o interesse de outros povos. Os holandeses conquistaram o território e tomaram o poder político do estado entre os anos de 1630 e 1654 e, neste curto intervalo de tempo, foram responsáveis por alterar significativamente a dinâmica físico-territorial da cidade. Primeiramente, a conquista holandesa se consolida com o incêndio da Vila de Olinda e consequente transferência do poder político para o Recife, além do desenvolvimento de um plano de urbanização que previa a expansão da mancha urbana do Recife em direção à Ilha de Antônio Vaz (MOREIRA, 2019b).

Antes do estabelecimento do domínio neerlandês, o Recife era apenas um povoado submetido ao controle da Vila de Olinda e que tinha sua vida marcada pelas funções portuárias, sendo por isso chamado arrecife dos navios. Com a presença batava, esse povoado e o porto se tornaram o principal centro administrativo da região (GESTEIRA, 2004, p. 6-7).

Assim, a antiga vila de pescadores se expande e se urbaniza, resultando na formação original da área que hoje chamamos de Bairro do Recife. A nova forma urbana se caracteriza por uma porção de terra cercada, que mantém um pórtico de entrada ao Norte, voltado à Vila de Olinda – o pórtico estava situado na atual Rua do Bom Jesus, na Zona Portuária da cidade. A conexão desse istmo com o continente se dá por meio da criação de uma ponte que leva à Ilha de Antônio Vaz, território escolhido para ser a sede administrativa do governo de Maurício de Nassau, em 1637.

O projeto da *Mauristad* – ou Cidade Maurícia – é pioneiro nas Américas por diversas razões, mas sobretudo por implementar um sistema de ocupação que, diferente da estratégia portuguesa, não se afastava das águas. Como pode-se observar no plano, a proposta de urbani-

9 Sobre o planejamento da cidade de Amsterdã. Tradução do autor.

zação holandesa ocupava as áreas secas a desenvolver uma cidade nas águas: nota-se pela planta que o projeto de cidade neerlandês parte do conceito de bordas d'águas e suas transversalidades no espaço urbano constituído por canais, canaletas, pontes, diques, fossos, lagos e parque zoobotânico no Norte da ilha, entorno do Palácio de Friburgo, sede do governo, promovendo espaços cheios e vazios no tecido urbano, espaços públicos e privados com diferentes funções programáticas e integradoras da cidade na natureza tropical e estuarina (Figuras 28, 29 e 30).

A água é, assim, trabalhada como um sistema estruturador do novo traçado urbano e utilizada como barreira natural contra inimigos. Observamos neste período o aumento das áreas urbanizadas sobretudo no bairro do Recife, que recebe novas construções e se estabelece como porta de entrada da nova capital.

Figura 28
Plano da Cidade Maurícia, onde se vê o Bairro do Recife e a Ilha de Antônio Vaz conectados por uma ponte.
Fonte: Laboratório Topográfico de Pernambuco. Reprodução de gravura do livro de Gaspar Barléu.

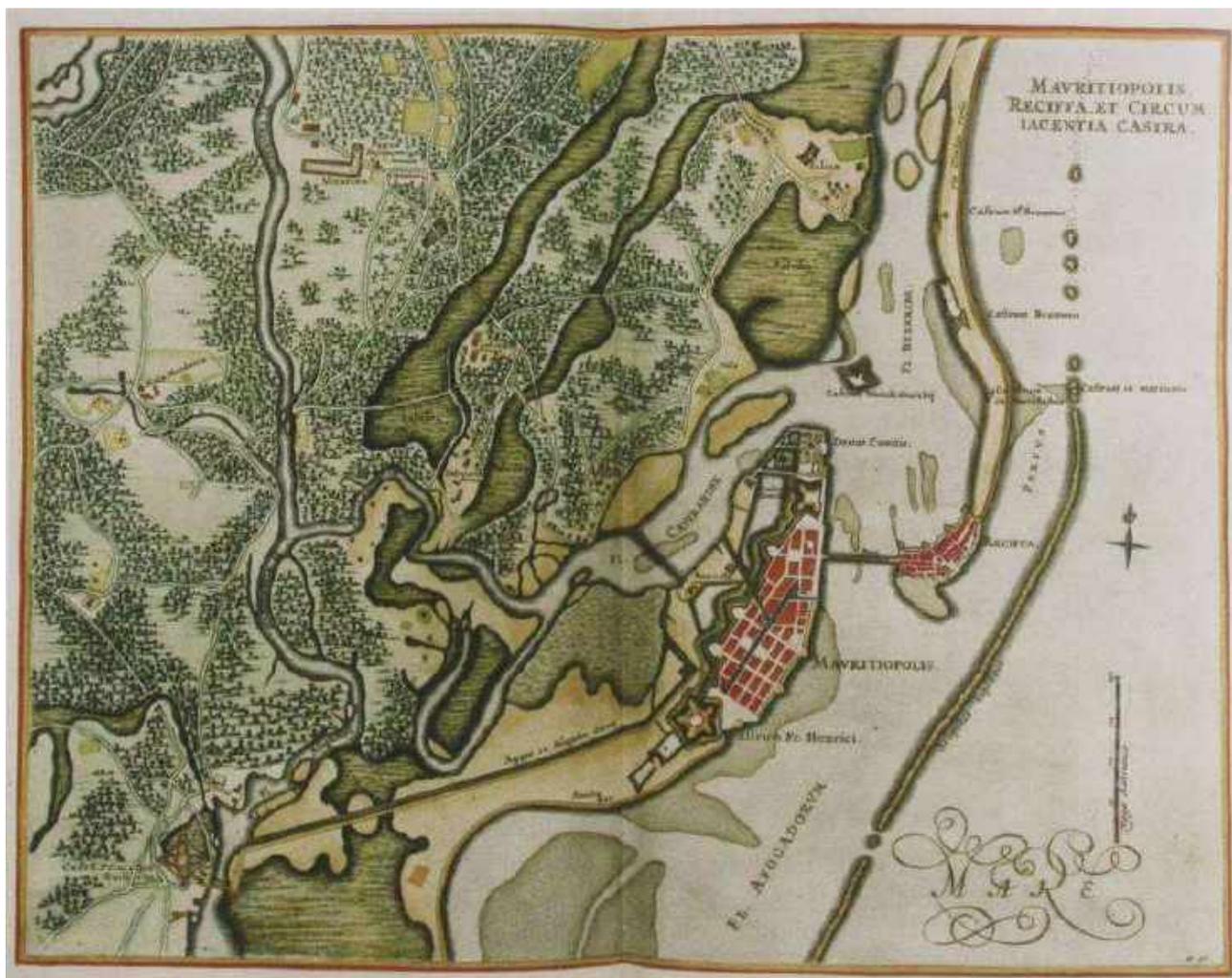
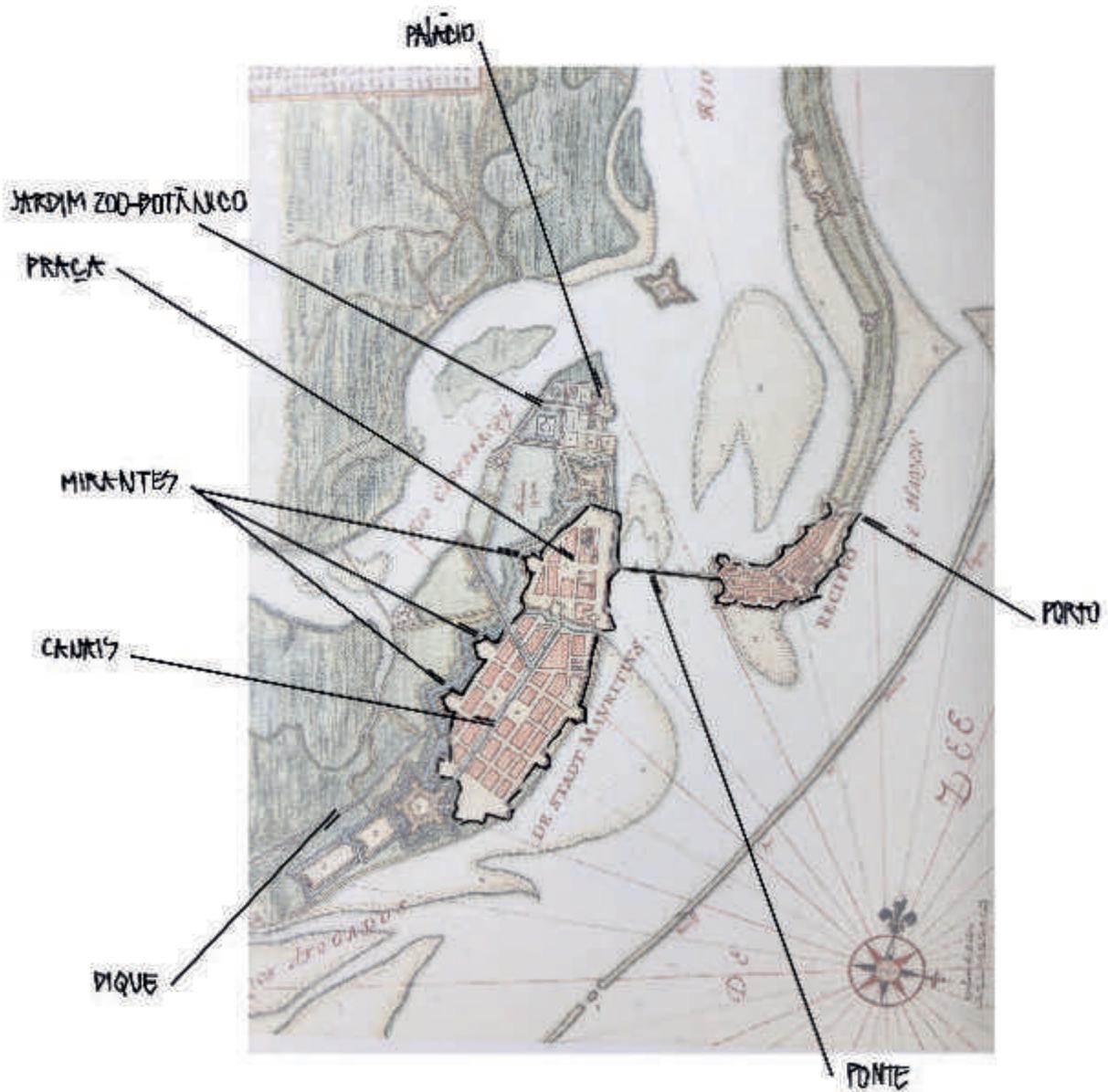


Figura 29

Plano da Cidade Maurícia, onde se vê o Bairro do Recife e a Ilha de Antônio Vaz conectados por uma ponte.

Fonte: Laboratório Topográfico de Pernambuco.
Reprodução de gravura do livro de Gaspar Barléu com edições do autor.





Portanto, durante o período holandês, as áreas urbanizadas da planície se estendem à outra margem do Capibaribe, dando início à concretização do plano da cidade Maurícia. No entanto, observa-se que a área construída não se sobrepõe ao sistema hídrico, mas convive com ele de forma harmoniosa. A grande concentração de área verde ainda permanece nas áreas destinadas aos engenhos de açúcar. A cidade cresce e consolida-se de tal maneira que mesmo com a retomada do poder português, após 1654, o Recife permanece como a principal centralidade de Pernambuco (GESTEIRA, 2004).

Figura 30

Palácio e Parque do Friburgo, 1644, em gravura do livro de Gaspar Barleus, executada a partir de desenhos de Frans Post. Fonte: VERAS et al. pg. 31 (2017).

Logo, conclui-se que a visão de um projeto de cidade **Amsterdã nos Trópicos**, enquanto o ambiente construído, estabelece um delicado equilíbrio entre os componentes naturais da cidade: águas, vegetação, relevo, ar e população faunística. Neste momento, a população humana intensifica sua circulação entre a área rural, a Cidade Maurícia e o porto.

A ocupação holandesa, deu-se, portanto, à luz de um projeto de cidade como espelho de um plano de Nassau, plano este que separou e envolveu o território Norte das capitânicas hereditárias de domínio português e não se restringiu apenas a implantar um sistema urbano de defesa militar, mas, a reinventar o Recife como sede do Brasil Holandês, uma cidade projetada nas águas dos trópicos ensolarados¹⁰, a partir de um conjunto estratégico de iniciativas pioneiras nas Américas. Para a elaboração do sofisticado desenho urbano, uma série de estudos foi desenvolvida para embasar a proposta que resultou no sistema físico-territorial identificado:

A comitiva científica e artística que acompanhou Nassau produziu simultaneamente ao plano de urbanização da cidade e um acervo de registros de mapas e pinturas pioneiras retratando a paisagem, o meio ambiente, a economia e tipos humanos. Destaca-se também a publicação História Natural do Brasil, composto de 2 partes. Primeira parte: 4 volumes sobre medicina e a segunda parte com 8 volumes: os 3 primeiros volumes sobre plantas (ervas, arbustos e árvores), os 3 seguintes sobre peixes, aves, quadrúpedes e serpentes, em seguida insetos e por último a região com seus habitantes

¹⁰ *Mauristad*, famosa Cidade Maurícia, de projeção internacional (o meridiano desta foi tomado como referência para mapa do Paraguai) (MENEZES, 1988, p.10)

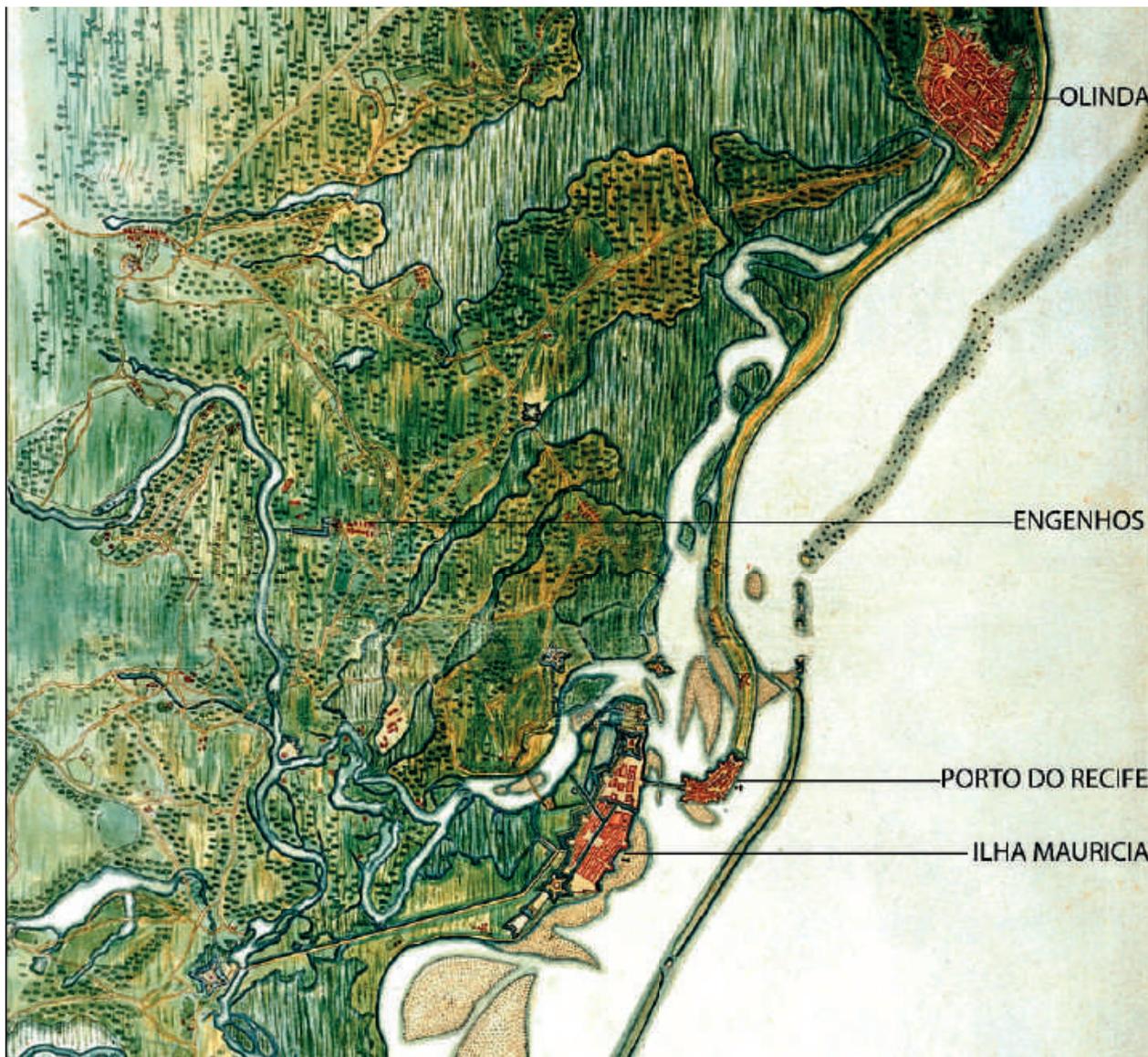
(geografia, etnologia e meteorologia) (MATSUURA, 2010, p. 47-49). Inclui-se nesta coleção um pequeno dicionário da língua nativa.

A opção pela centralidade da urbe nas águas demonstra uma atitude estratégica dos conquistadores. Os holandeses, com prática de centenas de anos desenvolvendo a cultura de defesa, controle e convivência das águas salgadas e doces, constataram que não era estratégico ocupar Olinda, a pequena acrópole portuguesa¹¹ e antiga sede da Capitania de Pernambuco e nem densificar em demasia a água do Recife. No entanto, a partir de um olhar sistêmico e mais estendido sobre o acervo da época, documental e de mapas retratando a Cidade Maurícia, Recife e Arredores (Figura 31), percebe-se que a compreensão da Cidade Holandesa não se restringia morfologicamente apenas à Cidade Maurícia estruturada na ilha de Antônio Vaz, mas a duas outras territorialidades físicas distintas e integradas: a do istmo portuário com Olinda e o da produção de açúcar.

No território correspondente aos arredores (Zona Rural e bacias dos Rios Capibaribe, Beberibe e Tejipió) se localizavam os diversos engenhos de produção de açúcar para exportação e a produção de alimentos para abastecer a população interna¹². O mapa identifica uma rede de caminhos pelas águas e por terra, a articular o conjunto de edificações rurais ainda muito simples, incluindo a casa grande, a moita, a senzala e a capela (GOMES, 2006).

11 *Umas dos traços mais significativos da paisagem natural do Recife desde a origem tem sido a onipresença da floresta e das águas doces e salgadas* “a imagem descrita pelos antigos navegadores e viajantes. [...] Enquanto costeavam o arrecife em direção a entrada da barra [...] divisavam os contornos de Olinda, uma pequena acrópole pontuada pelas torres das igrejas, sobre o casario, [...] depois, numa guinada completa para o sul, entravam pela barra, no vestibulo de um ponto de águas mansas, contidas entre os arrecifes e a restinga, em cuja extremidade sul estava o Povo dos Arrecifes. (MESQUITA, 2004, p.17-18).

12 Milfont (2003) identificou nas margens do Rio Capibaribe, no atual bairro das Graças, a primeira fábrica de cervejas do continente, construída no período de Nassau.



A criação de canais, canaletas, pontes, diques, fossos, lagos, parque zoo-botânico, estruturam o tecido urbano do sistema físico-territorial do corpo da cidade a que chamamos **Amsterdã nos Trópicos**, que pode ser descrito, em síntese, como um desenho que preza pela articulação de bordas d’águas e suas transversalidades.

Figura 31
Cidade Maurícia e seus arredores. Fonte: Reis, 2001, pg. 336.

1.4 Lisboa nas Águas

[...] observa-se uma relação mais estreita entre a topografia e o desenvolvimento da estrutura morfológica. Do ponto de vista funcional é por vezes possível detectar dois aspectos de maior interesse; por um lado, a valorização de espaços abertos, propícios à eclosão de manifestações comerciais, caso dos largos junto da alcácer ou da catedral e, por outro lado, a maior densidade de unidades de comércio e artesanato ao longo dos eixos viários de comando, em geral aqueles que levam às portas principais (GASPAR, 1985) .

Apesar de o modelo tradicional de urbanização portuguesa na colônia se basear na ocupação das porções mais altas do território, a planície continua a ser o centro da urbanização do território após a derrocada dos holandeses. Entretanto, o traçado regular proposto na Cidade Maurícia deu lugar a um traçado semelhante à implantação de origem medieval típica da urbanização portuguesa: lotes estreitos e profundos em quadras de padrão irregular formadas por ruas tortuosas e estreitas, que buscam, espontaneamente um ajuste à topografia do local. Essa implantação revela um outro tipo de sistema: morfologicamente, conectado de igrejas e seus pátios interligados por ruas tortuosas compostas por um casario constituído por casas térreas e sobrados que caracteriza um sistema físico-territorial exposto como *Lisboa nas Águas* (Figuras 32 a 37).

Figura 32

Traçado regular proposto para a Cidade Maurícia com seu sistema de canais. Fonte: REIS (2001) pg. 87.



Figura 33

Traçado estruturado por lotes estreitos e profundos. O sistema de canais foi substituído por ruas. Fonte: REIS (2001). pg. 98.





Figura 34

Visão do Bairro do Recife para a Ilha de Antônio Vaz com imagens sobrepostas da Ilha em 1648, sob domínio holandês, e em 1739, sob domínio português. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Imagem 8

Vista do Porto do Recife a partir da Ilha de Antônio Vaz. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

**Imagem 9**

Vista da Ilha de Antônio Vaz. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

**Imagem 10**

Vista da Ilha de Antônio Vaz. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.



Assim, diferentemente do que se observa no projeto neerlandês, após a retomada do controle da cidade, a estrutura urbana do Recife colonial inicia um processo progressivo de aterros nas áreas centrais e avanço da mancha urbana em direção ao continente, o que diminui sensivelmente as calhas dos rios e amplia as áreas urbanizadas nos bairros do Recife, Santo Antônio e São José (antiga Ilha de Antônio Vaz) (Figuras 38 a 43).



Figura 38
Sistema de pátio e igrejas.
Fonte: Reis (2001) pg. 99.



Figura 39
Mapa de Lisboa nas
águas. Fonte: Reis
(2001) pg. 99 com
edições do autor.

IGREJAS, PÁTIOS,
RUAS TORTUOSAS, CASARIO

Figura 40

Pátio do Carmo. Fonte:
Acervo do Museu da
Cidade do Recife

**Figura 41**

Pátio do Livramento.
Fonte: Acervo do Museu
da Cidade do Recife.

**Figura 42**

Pátio do terço. Fonte:
Acervo do Museu da
Cidade do Recife.

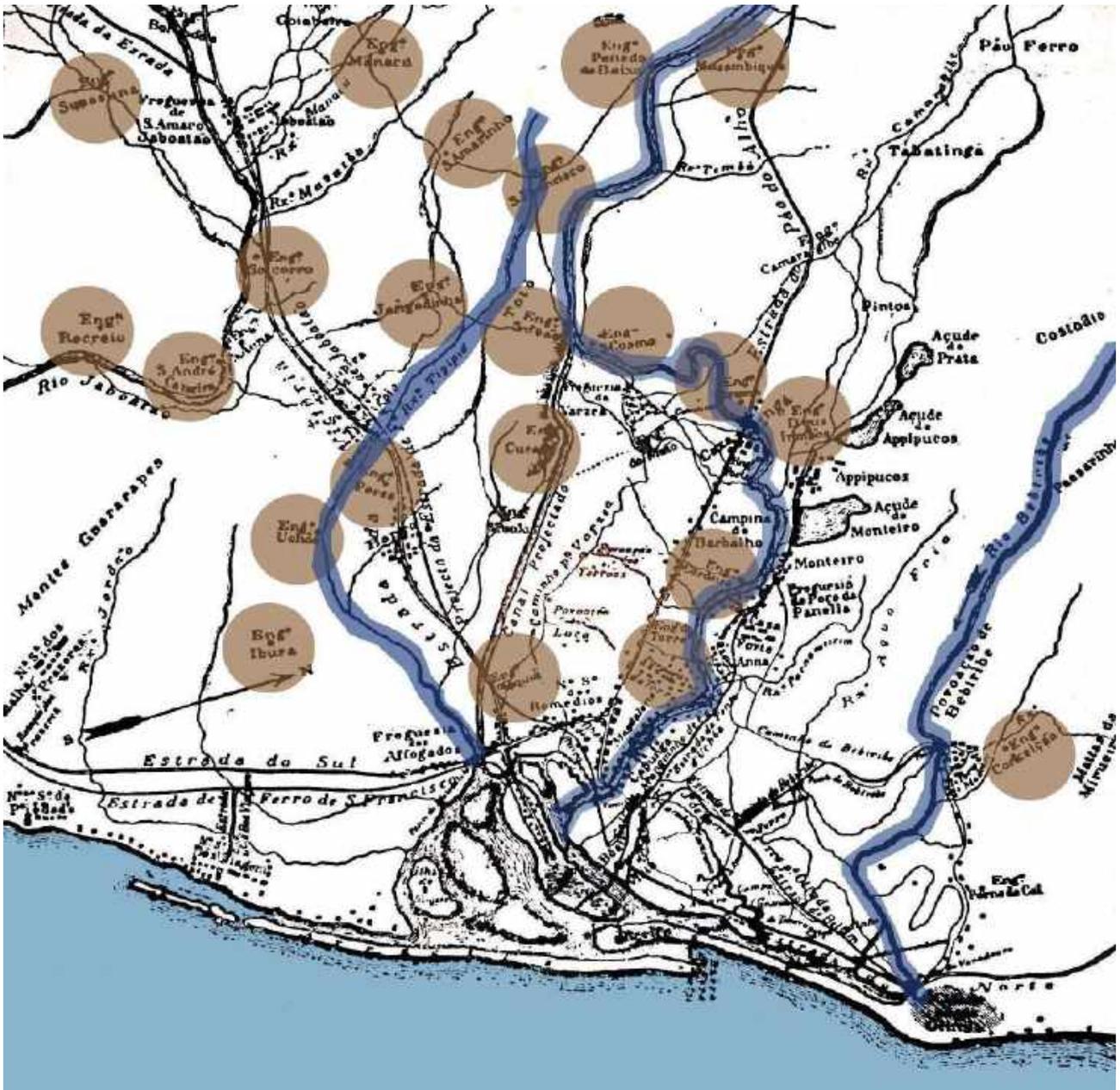




A expansão do Recife ocorre a partir das suas áreas centrais ao longo de vias que promovem a conexão entre os engenhos de cana de açúcar e a zona portuária para escoamento da produção até a Europa. Observando a Figura 44, nota-se que, mesmo com a diminuição de seus leitos, os rios continuam a ter enorme relevância para a formação do traçado urbano da cidade do Recife. Grande parte dos engenhos, a principal atividade econômica da colônia, se localizava às margens dos rios, devido à necessidade de transporte e geração de energia mecânica para as etapas de produção do açúcar (BEZERRA, 1965).

Figura 43

Pátio de São Pedro dos Clérigos. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

**Figura 44**

Posição dos engenhos de açúcar do Recife (círculos marrons) em relação às áreas centrais e rios. Rio Capibaribe ao centro, Rio Beberibe à direita e Rio Tejiú à esquerda. Na costa, ao centro, zona portuária do Recife e à direita, Olinda. Fonte: HENRIQUES (2018).

Com o início do século XIX, a cidade do Recife atravessa uma sensível mudança em relação à sua estrutura urbana: o Rio Capibaribe, que até então se apresentava como principal elemento articulador entre as áreas centrais e periféricas da cidade, perde importância após a implantação das linhas de bonde. O desmonte do transporte fluvial fez com que a cidade crescesse em outras direções, e que a mancha urbana se espalhasse em áreas mais periféricas da cidade (MOREIRA, 2019c).

Se antes das linhas férreas, a produção do açúcar necessitava das águas dos rios para chegar até o porto, a nova possibilidade de transporte permite também o surgimento de engenhos em áreas ainda mais periféricas e afastadas dos cursos d'água. Gradativamente, observa-se um movimento de substituição destes engenhos por chácaras e loteamentos. Vale ressaltar,

que a crise do ciclo do açúcar e o crescimento demográfico também contribuem para o espraiamento da mancha urbana e para a transformação da antiga área rural em subúrbio da cidade.

Assim, observa-se que se inicia um processo de inversão dos componentes do corpo da cidade no período denominado, nesta investigação, de **Lisboa nas Águas**: as águas, a vegetação e o relevo natural são impactados pelo ambiente construído, ficando evidente o avanço da massa urbanizada, especialmente sobre os aterros sobre as áreas alagadas.

Em síntese, o sistema físico-territorial do *corpo Lisboa nas Águas* é caracterizado pela presença de igrejas e pátios como elementos estruturadores do traçado urbano, e ruas tortuosas e estreitas, com seu casario, que se ajusta à topografia local. O resultado se assemelha à configuração urbana da cidade de Lisboa em uma situação geográfica particular, onde aterros avançam sobre as águas doces e salgadas.

1.5 Paris Atlântica

No início de 1870, inúmeras ruelas infectas tinham sido destruídas, enquanto o comprimento das vias públicas havia duplicado; 60 hectares de parques e jardins tinham sido criados. Com o reordenamento florestal do Bois de Boulogne e do Bois de Vincennes, os transeuntes passaram a contar com 1.647 hectares de área [...] A haussmanização tornou-se uma referência para os urbanistas do mundo inteiro e fez escola. O saneamento completo do velho centro da cidade, o alinhamento, a altura imposta aos edifícios, as perspectivas tornaram Paris harmoniosa, em comparação com outras capitais (BERGEROT, 2005, p. 64).

Ao final do século XIX, as áreas urbanizadas da cidade do Recife correspondiam prioritariamente ao território das suas áreas centrais: os bairros do Recife, Santo Antônio e São José. Além destas, notavam-se apenas pequenas e esparsas áreas urbanizadas nos Bairros da Boa Vista e Santo Amaro, além das áreas dos antigos engenhos desativados e que começavam, como citado anteriormente, a ter seu território parcelado (Figura 45). Estas e as demais ocupações afastadas do núcleo urbano original da cidade do Recife parecem obedecer a um padrão de expansão de feição estelar que se relaciona diretamente aos cursos d'água e condições topográficas (MELO, 1978).

Até as primeiras décadas do século XX, a forma urbana da cidade do Recife permanecia seguindo em cinco direções: norte, sul, sudeste, oeste e noroeste, formando a malha viária principal da cidade. O confronto entre as plantas de 1932 e 1943 mostra menor registro de áreas de mangues devido aos aterros, à ocupação dos morros a noroeste e à expansão urbana, na direção oeste, ao longo da Av. Caxangá, alcançando, então, o bairro de Iputinga, mantendo-se a forma tentacular (PONTUAL, 2001).

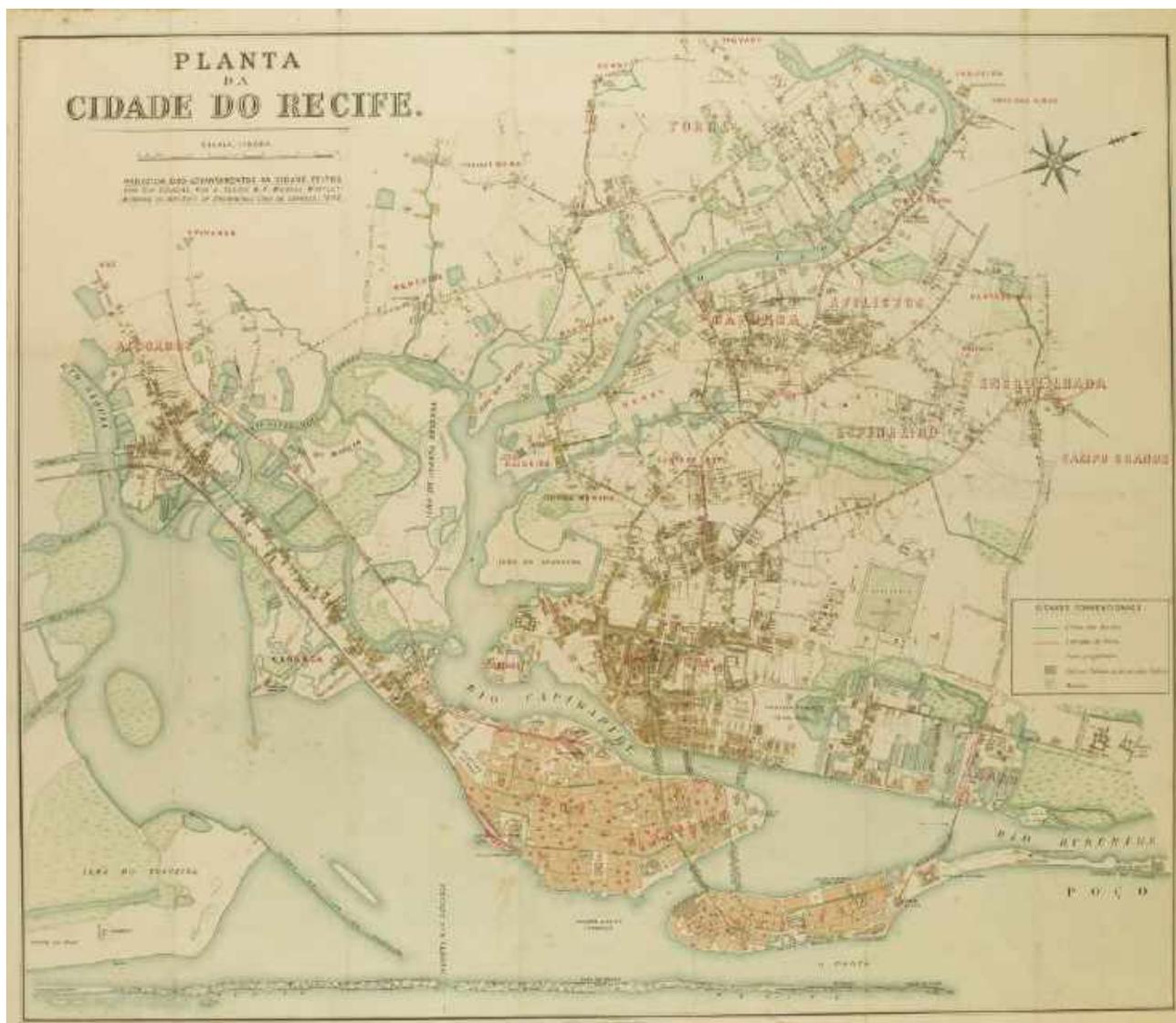


Figura 45

Planta da Cidade do Recife, por Douglas Fox em 1906. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.

A ocupação destas áreas demandou uma série de transformações estruturais que se relacionam sobretudo com a conexão destas áreas suburbanas aos bairros do Recife, de Santo Antônio e de São José. Pontual (2001) destaca que já no início do século XX, os aterros modificaram as áreas de mangue e estabeleciam as ligações com as demais áreas da cidade. O século XX foi marcado pelo processo de expansão das áreas urbanizadas do Recife e da consolidação de seus bairros periféricos. Nos moldes das diversas intervenções modernizantes que se disseminaram nas capitais do país ao longo do século XX, os bairros do Recife, Santo Antônio e São José assumem, em diferentes momentos, o posto de “canteiro de obras” da cidade, tornando-se alvos de sucessivas transformações na sua infraestrutura. Sobretudo, no núcleo urbano originário da cidade, que acompanhavam os princípios urba-

nísticos do Barão Haussmann¹³ para a cidade de Paris, no século XIX (Figura 46).

Entre 1909 e 1915, o Recife assistiu à modernização do porto, à reforma do adjacente Bairro do Recife e à implementação de um novo sistema de esgotamento sanitário planejado por Saturnino de Brito, passos essenciais para a criação de uma cidade moderna. Duas largas e extensas avenidas radiais, abertas no antigo tecido colonial, convergem para a Praça do Marco Zero, criando uma majestosa entrada para a cidade (MOREIRA, 2019c).



Foi o Bairro do Recife, território portuário da cidade, o lugar das primeiras grandes transformações urbanas. A partir da década de 1910, os remanescentes das estruturas urbanas do período colonial cederam lugar a uma vitrine de modernidade: as vias radiais e os edifícios ecléticos tornam-se o cartão postal e o pórtico simbólico de um dos mais importantes acessos da capital pernambucana naquele momento. Nas décadas seguintes, experiências de teor semelhante resultaram em sensíveis transformações morfológicas também nos bairros de Santo Antônio e São José, incluindo a abertura de novas avenidas e a verticalização (OLIVEIRA, 2017) (Figuras 47, 48 e 49).

Figura 46 Plano Urbanístico para o Porto de Pernambuco a estruturar uma cidade moderna, registrado no Projeto “Moraes Rego”. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

13 Com exceção da cidade do Rio de Janeiro, que recebe suas primeiras intervenções urbanísticas de cunho modernizante ainda no século XIX, foi durante o século XX que este tipo de transformação urbana se expande para as demais capitais do país.

Figura 47

Vista aérea do Bairro do Recife (Porto de Pernambuco) e, ao fundo, o de Santo Antônio. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

**Figura 48**

Praça Rio Branco, atual Marco Zero, registrada na série de cartões postais de Josebias Bandeira. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.





PIRANGA

AFOGADOS

REMOIS

LA JORNADA

LA JORNADA

LA JORNADA

LA JORNADA

LA JORNADA

LA JORNADA

CADORE

LA JORNADA

LA JORNADA

LA JORNADA

VISTA

CANAL DE SÃO PEDRO

CANAL DO SUL

CANAL DO SUL

BANCO INGLÊS

vista
desenhada por
Instituto de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia
Eng. Celso D. P. B. C. F.



LA GRACIA

ADCO

PARQUE NACIONAL

MONTA DE S. DA

ANDREIA

LAMARINEIRA

PARQUE NACIONAL

SINCEIRO

CANAL GRANDE

PARQUE DE S. CARLOS
1874-1892

BASE NAVAL

CANAL DO NORTE



De acordo com Segawa (1999), as primeiras duas décadas do século XX testemunharam transformações nas cidades brasileiras numa escala e num ritmo sem precedentes, motivadas por fatores como o aumento significativo das demandas por habitação e o surgimento de novos padrões de consumo estabelecidos pela prosperidade do agronegócio e consequente enriquecimento de uma parte da população. Logo, os esforços de modernização estavam intrinsecamente relacionados a um contexto ideológico de criar um projeto de cidade que se assemelhasse às grandes metrópoles europeias.

A tônica das reformas do Bairro do Recife na década de 1910 incluíram, além das transformações morfológicas do bairro, uma série de obras de infraestrutura que favoreciam a conexão do porto com as áreas mais periféricas da cidade, como a implantação de uma rede de abastecimento de água e esgoto, proposta por Saturnino de Brito, e o incremento das estradas e do transporte ferroviário. (Figura 50).

Figura 49

Avenida Marquês de Olinda no Bairro do Recife nos anos 1930.
Fonte: Wikipedia.



Figura 50
 Rede de abastecimento de água e esgoto integrada ao planejamento da cidade por Saturnino de Brito, em 1917. Fonte: Iphan, Mapoteca nº 1875 (1983).

Já a tônica das reformas propostas para os Bairros de Santo Antônio e São José, consistia em planos para a abertura de novas avenidas que estabelecessem, sobretudo, a conexão com o continente (Avenida 10 de Novembro, atual Avenida Guararapes), bem como entre as porções Norte e Sul da península (Avenida Dantas Barreto). Estas reformas resultaram não apenas na desapropriação e demolição de diversos imóveis remanescentes do período colonial, como foram responsáveis por alterar significativamente a escala dos bairros, devido ao processo de verticalização iniciado após seu término. (Figuras 51, 52 e 53).

É importante ressaltar que, ao contrário da Avenida Guararapes, a abertura da Avenida Dantas Barreto coincidiu com uma fase de consolidação do campo da conservação de patrimônio histórico na cidade do Recife, o que a tornou foco de uma série de conflitos até sua conclusão, naturalmente retardada pelos inúmeros impasses que se sucederam ao longo das décadas. A

abertura da avenida permaneceu estagnada na altura do Pátio do Carmo até a segunda metade do século XX, quando a conclusão da obra volta a ser prioridade da municipalidade. Os conflitos que permearam a retomada da abertura da Avenida Dantas Barreto foram protagonizados por um lado por grupos que se manifestavam favoráveis à conservação do bairro de São José, tendo em vista as consequências da nova avenida para o bairro de Santo Antônio, como os diversos edifícios demolidos e a verticalização, e, por outro lado, grupos que apostavam no poder transformador do novo desenho urbano para valorizar o bairro. O regime político autoritário que se instaurou no Brasil em 1964 e a forte propaganda do governo em prol da modernização do bairro de São José são alguns dos fatores decisivos para a conclusão da avenida¹⁴.



Figura 51
Reurbanização do bairro de Santo Antônio, início da abertura da Avenida Dantas Barreto. Fonte: Recife de Antigamente/Instagram.

14 Foi resultado da abertura da Avenida Dantas Barreto, a demolição da Igreja dos Martírios, edificação presente em uma das quadras derrubadas para a obra da nova Avenida. Este acontecimento só foi possível após a revogação do tombamento concedido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) ao imóvel pelo então presidente da república, o militar Garrastazu Médici.

Figura 52

Conjunto de Edifícios da Guararapes.

Figura 53

Avenida Guararapes: o plano de Recife em 1951.

Fonte: Veras [et al], 2017.

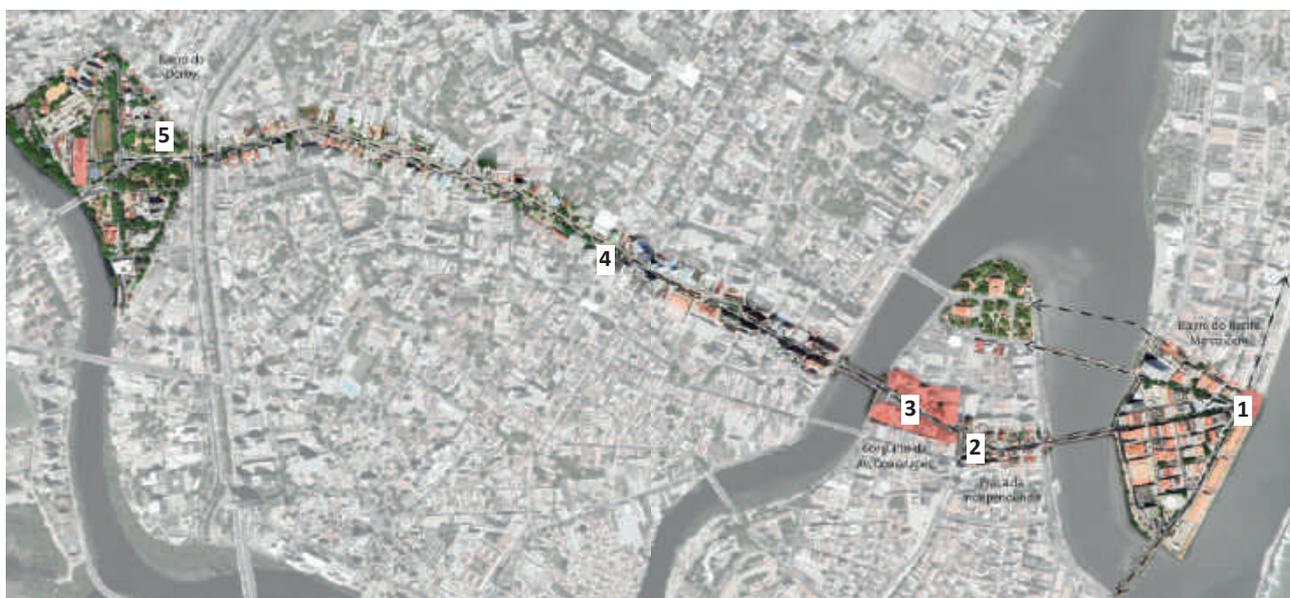


Figura 54

Conjunto de promenades do Marco Zero, do Bairro do Recife até o do Derby.

Fonte: Google Earth com edições do autor.

Paris Atlântica, como um projeto de cidade, apresenta, entre suas ações, duas proposição ícones integradas, marcadas pelos projetos aqui definidos como *Porta do Mar* e *Porta do Continente*. A *Porta do Mar* consiste na reforma do conjunto portuário de arquitetura eclética, lançando radiais que partem da Praça do Marco Zero, antiga Praça Barão de Rio Branco, para toda a cidade. Uma das suas radiais cruza o Rio através da Ponte Maurício de Nassau, alcança a ilha de Antônio Vaz, antiga Cidade Maurícia, nos bairros de Santo Antônio e de São José, encontra a Praça da Independência, antiga Praça do Comércio Holandês, e é envolvida pelo conjunto integrado de galerias urbanas em traçado cônico, na Avenida Guararapes, aqui denominado *Porta do Continente*. Essa porta, através da radial Avenida Conde da Boa Vista, projeta-se em direção a uma nova *promenade*, a Praça do Derby - a cidade em busca de expansão e de “modernização” (Figuras 54, 55 e 56).



Legenda:

- | | |
|---------------------------|-------------------------------|
| 1. Marco Zero | 3. Avenida Guararapes |
| 2. Praça da Independência | 4. Avenida Conde da Boa Vista |
| | 5. Praça do Derby |



Figura 55

Vista aérea da Praça Rio Branco (Marco Zero), Porta do Mar do Recife. Fonte: Escola de Aviação Militar.

A componente cinza do sistema físico-territorial *Paris Atlântica* traduz-se em grandes aberturas com novas perspectivas ambientais a estruturar um conjunto de *promenades*, na busca de ampliação da cidade em expansão (Figuras 57a 60).

Figura 56

Vista aérea da Avenida Guararapes em 1951, Porta do Continente do Recife. Fonte: IBGE.

**Figura 57**

Projeto do Derby: Recife Novo. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco. maxheight=600>>. Acesso em: 29 de jun. 2022.

Figura 58

Promenade no Recife. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco



Figura 59
Sistema físico-territorial
Paris Atlântica. Fonte:
Acervo do Museu da
Cidade do Recife.

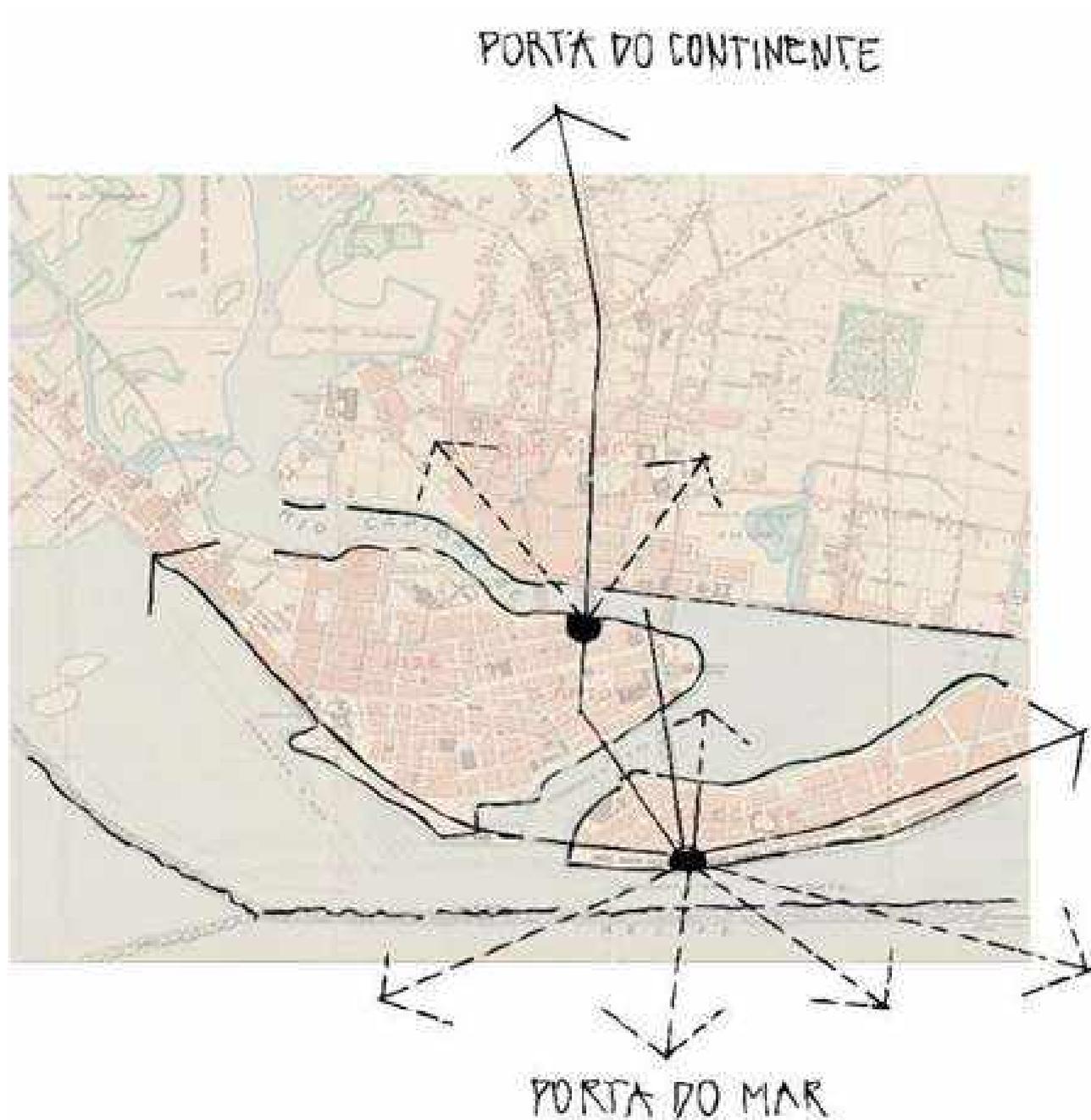
**Figura 60**

Diagrama do sistema de portas na Paris Atlântica.

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife com diagramas pelo autor.

As reformas nas áreas centrais do Recife que se estenderam até a década de 1940 – remodelação do Bairro do Recife e abertura da Avenida Guararapes - tiveram características e objetivos distintos daquelas que foram implementadas nos anos seguintes. As intervenções que originaram a “Porta do Mar” e a “Porta do Continente” foram pensadas com uma relação de interdependência entre traçado urbano e suas construções, e as reformas posteriores, indiferentes às construções relacionadas com o tecido urbano, priorizaram um processo de rodoviarização da cidade.

Em relação aos componentes do corpo a Paris Atlântica, ao mesmo tempo que amplia a área do ambiente construído, busca incluir componentes

naturais seguindo a lógica dos traçados urbanos estabelecidos. Tornam-se comuns projetos de jardins e praças em meio ao tecido urbano com o objetivo primordial de embelezamento das ruas, e avenidas. Assim como, observa-se uma tendência de arborização urbana, tratamento das margens dos rios e a criação de passeios públicos. A relação com as águas doces e salgadas são privilegiadas pela configuração do novo traçado urbano proposto, sobretudo nas áreas centrais da cidade.

O sistema físico-territorial do corpo Paris Atlântica pode ser caracterizado pelo projeto de eixos radiais com espaços públicos como pontos focais a (re)estruturar portas, bairros, parques, praças, galerias e edifícios icônicos. As radiais e o conjunto de espaços públicos promoveram promenades urbanas, definindo caminhos e paisagens na cidade.

1.6 Manhattan Tentacular

**Saí menino de minha terra.
 Passei trinta anos longe dela.
 De vez em quando me diziam:
 Sua terra está completamente mudada,
 Tem avenidas, arranha-céus...
 É hoje uma bonita cidade!
 Meu coração ficava pequenino.
 Revi afinal o meu Recife.
 Está de fato completamente mudado.
 Tem avenidas, arranha-céus.
 É hoje uma bonita cidade.
 Diabo leve quem pôs bonita a minha terra!
 (BANDEIRA, 1986)**

Em 1949, a cidade do Recife já contabilizava 131km de linhas de trens urbanos, sendo a maior extensão dentre as cidades do Norte e Nordeste e a terceira maior do país. No início da década de 1950, a cidade do Recife sofre importante acréscimo populacional, passando a contabilizar o número de habitantes 53% superior ao registrado em meados da década anterior. Nesta ocasião, a cidade do Recife já contava com um incremento significativo em sua infraestrutura urbana, contabilizando o número de logradouros 50% superior ao de meados da década passada, sendo 24% destes com pavimentação, 58% servidos de iluminação pública e 67% com abastecimento de água potável canalizada¹⁵ (IBGE, 1950).

Estes números, que indicam uma modernização nos sistemas infraestruturais da cidade, refletem um momento de intensas transformações nas

¹⁵ Em 1950, o Recife contabilizava 1816 logradouros um número de logradouros 50% superior ao de meados da década passada, sendo 439 destes já pavimentados, 1055 servidos de iluminação pública e 1225 com abastecimento de água potável canalizada (IBGE, 1950).

áreas centrais, que atravessaram processo de adensamento expressivo. Revelam também o momento inicial do espraiamento da mancha urbana, impulsionado pelo aumento considerável do número de loteamentos aprovados – como por exemplo nos bairros do Espinheiro e da Madalena, centro-oeste da cidade, saneados nas reformas do início do século –, e pelo incremento dos meios de transporte (REYNALDO, 1998).

Segundo Santana (SANTANA apud REYNALDO, 2005, p. 28) o processo de conurbação do Recife com as cidades no seu entorno acentua-se após a década de 1940, acompanhado por um processo de urbanização acelerada. Entre as décadas de 1940 e 1970, os fluxos e a concentração dos serviços urbanos apontam para uma forte dependência dos territórios do entorno em relação à centralidade do Recife.

O fenômeno local da metropolização provocou mudanças no modelo de urbanização, colocando em crise vários sistemas da cidade, como meio ambiente, uso e ocupação do solo, infraestruturas urbanas. Assim, a cidade do Recife passa dramaticamente a dar as costas para seus rios, com um processo de rodoviarização urbana intensivo. A drástica diminuição do ambiente natural na cidade, fruto do crescimento das áreas urbanizadas, resultou em uma dependência das zonas rurais das cidades adjacentes. Atualmente, o Recife possui 100% de sua área considerada urbana e, desde o início da década de 1970, é considerada a cidade-sede da chamada Região metropolitana do Recife. Segundo Pontual (2001):

O rio permaneceu marcando a fisionomia da cidade, mas os bairros perderam os limites, interligaram-se, compondo uma tessitura contínua de quadras, ruas e edificações, estabelecendo lugares onde os vazios não eram mais ambientes naturais, eram ambientes construídos, comportando múltiplas atividades e deslocamentos. As vias permaneceram na sua função de assegurar os deslocamentos biunívocos: núcleo central/subúrbios; porém, ao lado dos deslocamentos radiais, passaram a existir deslocamentos perpendiculares e transversais advindos das novas ruas.

As reformas citadas no corpo *Paris Atlântica*, com base na influência haussmanniana originária do século XIX, se estenderam, no Recife, até meados do século XX, quando tem início, com a verticalização da área central da cidade, um processo de hibridização articulado às ideias de Le Corbusier e com as visões do pós-guerra norte-americano (Figura 61).



Figura 61
Aterro do Cais do Apolo - Década de 1960. Fonte: PCR

Ainda na década de 1950, observa-se a implantação de uma série de edifícios altos de uso prioritariamente de comércio e serviços, no bairro de Santo Antônio, sobretudo no trecho entre a Praça da Independência e o Pátio do Carmo. Neste mesmo período, a verticalização já atinge os bairros da Boa Vista (Zona Central) e de Boa Viagem (Zona Sul do Recife, frente marinha), entretanto, as novas tipologias nestes locais da cidade atendem ao uso residencial (OLIVEIRA, 2017).

Em meados da década de 1960, a população da cidade do Recife já contabilizava cerca de 968.000 habitantes, um número quase 80% superior ao verificado no início da década anterior, aumentando, portanto, a demanda por moradia nas áreas urbanas da cidade (IBGE, 1965). Neste período, que coincide com um momento de intensas transformações morfológicas nas áreas centrais, há incrementos significativos no número de logradouros com canalização de água e esgoto e iluminação pública.

O processo de ocupação de áreas afastadas do centro da cidade é incrementado pela construção das vias perimetrais, que rompiam o sentido tentacular de espraiamento da mancha urbana e estabeleciam ligações mais diretas entre as porções Norte e Sul da cidade. A Avenida Agamenon Magalhães¹⁶, por exemplo, que inicialmente ligava o Centro até o bairro de Boa Viagem, foi uma das principais facilitadoras da ocupação da Zona Sul da cidade. Somam-se às intervenções deste período, ainda, as obras das Avenidas Norte, Abdias de Carvalho e alargamento da Avenida Caxangá (oeste). A política desenvolvimentista implantada na gestão do então presidente do Brasil, Jus-

¹⁶ A Avenida Agamenon Magalhães teve as obras finalizadas apenas no início da década de 1970. O documento que foi assinado para construção da avenida é de 1953. A Perimetral que de certa forma contribui para o esvaziamento do Centro da cidade.

celino Kubitschek, deu ainda mais fôlego ao modelo de cidade espraiada que Recife, gradativamente, passou a adotar. Nota-se que a proposta de modernização da morfologia urbana da cidade do Recife tinha como premissa a rodoviarização e a adoção dos veículos automotivos como principal meio de transporte (Figuras 62 e 63).

Figura 62

Avenida Agamenon Magalhães, na década de 1970.

Fonte: Alcir Lacerda.





Figura 63

Duplicação da Avenida Caxangá, em 1967. Fonte: Museu da Cidade do Recife.

A verticalização dos subúrbios, iniciada nos bairros da Boa Vista e Boa Viagem, aos poucos tornou-se uma tendência também na Zona Norte da cidade, acompanhando o aumento da densidade demográfica das áreas urbanas. Os arranha-céus, que a princípio se prestavam a suprir espaços de comércio e serviços nas áreas centrais, ganham o uso residencial e passam a figurar como o morar moderno na cidade. A moradia em altura, modelo consolidado no entre guerras na Europa, encontra espaço no Recife após algumas experiências mal-sucedidas em edifícios de uso misto. Mas, acaba por se constituir como principal tipologia adotada para moradia pela classe média a partir da década de 1960, nas diferentes zonas da cidade (Figura 64).

Figura 64

O Edifício Holiday foi um dos primeiros arranha-céus do Recife.

Fonte: Recife de Antigamente/Instagram



O crescimento expressivo do ambiente construído e diminuição dos componentes naturais acabam interferindo no equilíbrio ambiental do corpo físico da cidade do Recife. A planície da cidade, ao mesmo tempo entrecortada pelos rios e avançando sobre as águas salgadas, foi gradativamente impermeabilizada e, já na década de 1960, apresentou sinais de saturação em seu potencial de drenagem.

Nesse sentido, cabe lembrar que duas grandes enchentes marcaram a história do meio ambiente no Recife. Em 1966, foi registrada uma catástrofe climática ocasionada pelo transbordamento do Rio Capibaribe que atingiu grande parte do Recife e cidades vizinhas, colapsando os sistemas de abastecimento de energia e comunicação. Porém, em 1975, aconteceu um novo transbordamento do Rio Capibaribe e córregos da cidade que afetou mais de dois terços do território. Essa enchente foi considerada como uma das maiores catástrofes climáticas da história da cidade do Recife. Um sistema de proteção às enchentes foi criado para diminuir os riscos de reincidência, destacando-se a barragem do Rio Tapacurá e a barragem de Carpina (Figuras 65 e 66).



Figura 65
Enchente de 1966 em foto do acervo de Gisela Vieira de Melo. Fonte: Jornal do Comércio, 29 de maio de 1966.



Figura 66
Grande Cheia de 1975. Fonte: VASCONCELOS, 2022.

Na atual configuração do corpo do Recife, os componentes naturais encontram-se em um processo ainda maior de desequilíbrio do que o identificado no modelo anterior com a expansão da cidade (*Paris Atlântica*). O avanço do ambiente construído, acarreta redução drástica das áreas livres e a excessiva verticalização, espalhada na malha urbana, provocam a negação das frentes d'água fluviais, a redução da massa vegetal e do solo natural.

A visão geral resultante é de uma delicada metrópole estelar composta por 14 municípios, cujo núcleo é a cidade do Recife. O sistema viário e a pressão sócio econômica pelo parcelamento de suas bordas vão se espalhando gradativamente sobre o território e transformando-o num grande maciço ocupado, tanto na planície estuarina, quanto nos morros. E, a ausência de um projeto de cidade que contemple efetivamente a oferta de habitação popular, faz com que as áreas de proteção ambiental públicas, como as frentes d'águas e as massas vegetais, continuem sendo as mais vulneráveis nesse processo de ocupação urbana.

A REGIÃO METROPOLITANA é a região da metrópole

A METROPOLE DA REGIÃO METROPOLITANA a cidade feita de cidades

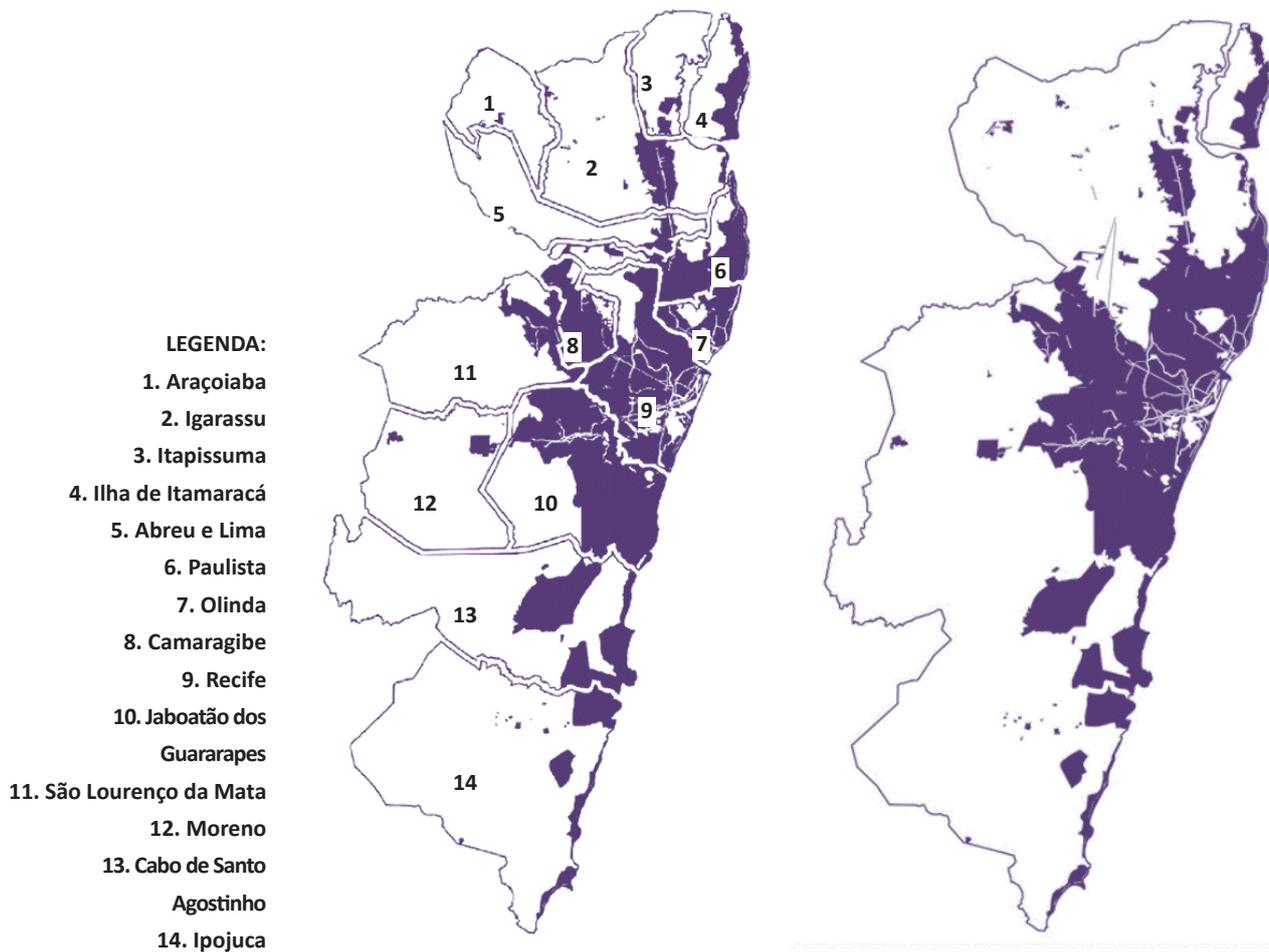


Figura 67

Mapa da Região Metropolitana do Recife (RMR) e seus Municípios. Fonte: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (2017).

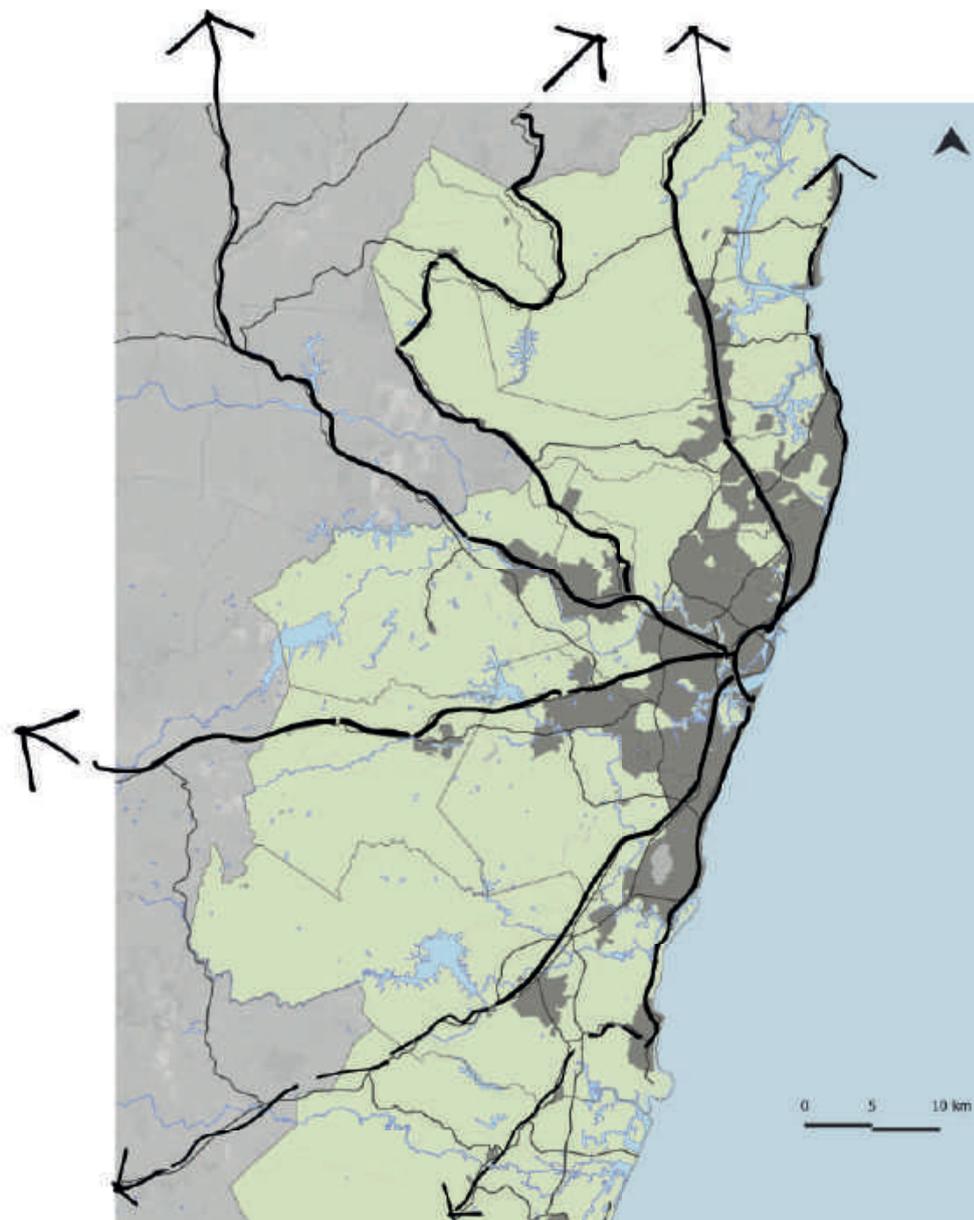


Figura 68
Esquema do sistema físico-territorial Manhattan Tentacular. Fonte: PDU (PERNAMBUCO, 2019) com edições do autor.

A cidade do Recife, centro de uma metrópole com população superior a 4 milhões de habitantes, configura-se numa mancha urbana maciça que se expande a partir do centro e parece reproduzir esse padrão para as demais cidades da Região Metropolitana, na continuidade do formato tentacular que segue as margens dos rios e das principais vias de conexão Leste-Oeste da cidade, seguidos da ocupação das áreas intersticiais, criando ligações entre as novas áreas periféricas. Este modelo de expansão, que não considera o desenvolvimento sustentável da metrópole, tem sido identificado como a possível causa de um **processo de colapso da cidade**.

O resultado desse modelo de ocupação, no entanto, parece desconsiderar gradativamente a cidade como um sistema formado por componentes interdependentes: ar, relevo, águas doces e salgadas, vegetação, ambiente

construído e população humana e não humana. No *corpo Manhattan Tentacular* se constata, portanto, que a preservação do ambiente natural não é vista como base para o desenvolvimento do ambiente construído (Figura 26).

Na paleta de cores apresentada adiante, observa-se que, na cidade do Recife, dois componentes prevalecem sobre os demais: o cinza, que se refere ao ambiente construído e o laranja, a representar a população humana que cresceu massivamente no século XX. Neste cenário urbano, onde o cinza parece dominar quase a totalidade do território, vai se estabelecendo um processo de colapso urbano provocado por: redução das áreas verdes urbanas; rodoviarização da malha urbana, privilegiando o transporte automotivo; verticalização sem critérios locacionais; aterros sobre áreas alagadas; impermeabilização do solo; ocupação de áreas de preservação ambiental; ocupação de áreas de risco ambiental pela população de baixa renda (morros, bordas d'água); disseminação de torres residenciais separadas da rua por muralhas urbanas; calçadas estreitas hostis ao pedestre; carência de espaços públicos. Situações que resultam numa cidade com muitos desafios a serem enfrentados, como graves congestionamentos, mobilidade ativa precária, alagamentos frequentes, deslizamento de morros, conflitos provenientes das desigualdades socioespaciais e violência urbana.

Figura 69

Verticalização da cidade do Recife capturada em vista da Zona Sul, com manguezal, planície estuarina e morros ao fundo. Fonte: Wikipedia





Figura 70
Verticalização na
Zona Norte do Recife.
Fonte: JC Online



Figura 71
Rodoviarização sobre
o manguezal da cidade
e ocupação das áreas
intersticiais, com bolsões
de pobreza distribuí-
dos em todo território.
Fonte: Portal G1.

Figura 72
Planície e morros
refletem a desigualdade
socioespacial do Recife,
com a natureza “asfi-
xiada” na cidade. Fonte:
Laboratório Quapa – USP.



Figura 73
Recife, o pior trânsito
“em linha reta” do
Brasil. Fonte: El País



Figura 74
Muralhas urbanas em
lotes condominiais segre-
gando espaços públicos
e vias sem arborização.
Fonte: site Caos Planejado

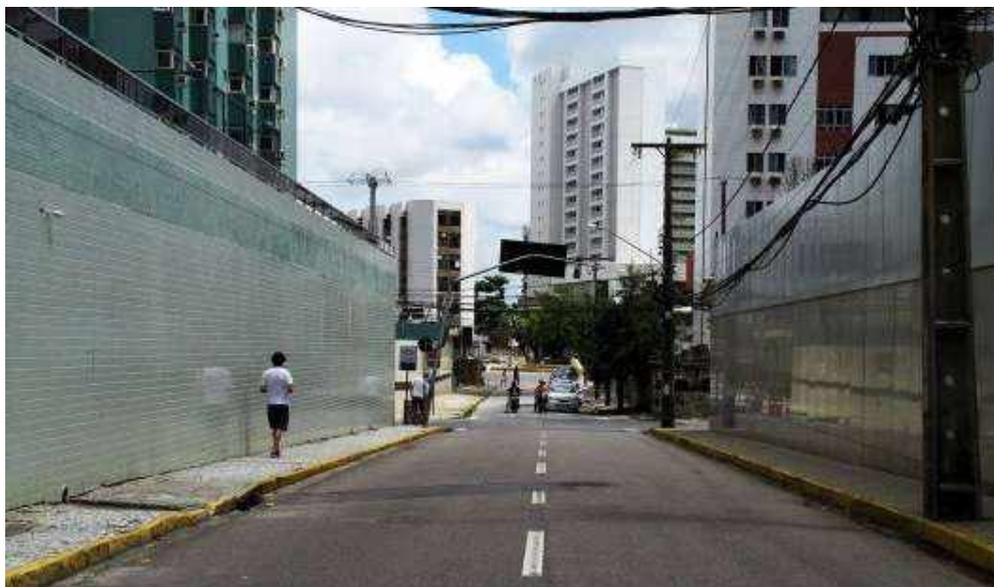


Figura 75
Ocupação precária nas
regiões dos morros,
acarretando deslizamen-
tos. Fonte: Confederação
Nacional de Municípios



**Figura 76**

Cidade assimétrica:
a pressão imobiliária.
Fonte: MONTEIRO,
VIEIRA, MONTEZUMA
(2019, p. 68).

O sistema físico-territorial do *corpo Manhattan Tentacular* pode ser sintetizado pela criação de eixos rodoviários, de configuração “tentacular”, que tem como ponto de partida os bairros originários da cidade do Recife e alcança as cidades da região metropolitana. Este avanço para além dos limites territoriais da cidade do Recife é somado a um intenso processo de ocupação territorial, verticalização e segregação socioespacial.

1.7 Recife em Reinvenção

Emergência! Um choque rápido ou o Recife morre de infarto! Não é preciso ser médico para saber que a maneira mais simples de parar o coração de um sujeito é obstruindo as suas veias. O modo mais rápido, também, de enfartar a alma de uma cidade como o Recife é matar os seus rios e aterrar os seus estuários. (LIRA, 2014, p. 21).

(Primeiro Manifesto Mangubeat, 1992)

Diante do exposto na construção deste capítulo, é evidente que o *projeto de cidade* –ou a ausência dele – implementado na segunda metade do século XX, no Recife, repercutiu em uma série de ações desordenadas de planejamento. A ausência de uma perspectiva que tomasse como ponto de partida o equilíbrio entre os componentes ambientais e o ambiente construído resultou na urgente necessidade de reinvenção das práticas de planejamento urbano no Recife, uma resposta ao **processo de colapso** emergente.

Ao se traçar um paralelo entre os momentos da urbanização do Recife identificados nos *corpos* apresentados e sintetizados na tabela abaixo, traçando um percurso até o Recife tornar-se uma das principais metrópoles do Brasil, fica evidente o crescimento extensivo e desproporcional do ambiente construído em relação aos demais componentes estruturantes dos sistemas físicos territoriais (Quadro 4). Este equilíbrio só pode ser recuperado a partir de iniciativas que reconheçam o ambiente natural como a base fundamental para um projeto de cidade sustentável – um Recife em **processo de reinvenção**.

O **processo de reinvenção** que a cidade do Recife atualmente atravessa tem como aporte fundamental a recuperação dos componentes naturais a partir do incremento das áreas verdes, bem como a recuperação gradativa das águas e das matas ciliares, que promoverá a reconexão do ambiente construído com a natureza. A **reinvenção** do Recife precisa conceber uma cidade como lugar de encontro e oportunidades, ou seja, priorizar a criação de espaços públicos, abertos e inclusivos.

Estas ações, que começam a ser identificadas no Recife como parte da **reinvenção** do *projeto de cidade* vigente, são indiscutivelmente os fundamentos da criação de um novo sistema físico-territorial que terá suas bases reveladas ao final deste trabalho doutoral, na Parte III – A Reinvenção do Recife. (Figura 77).

Quadro 4

Síntese dos sistemas físico-territoriais dos Corpos do Recife.

Corpos do Recife	Síntese dos Sistemas Físico-territoriais
<i>Paranambuco Berçário D'águas</i>	Descreve-se o sistema físico-territorial original da cidade do Recife, <i>Paranambuco: Berçário d'Águas</i> , como um anfiteatro natural em semicírculo, cujo chão é a planície estuarina, drenada pelas bacias de três rios, abrigando mangues e restinga. A oeste, morros em arco, recobertos pela Mata Atlântica, definem o anfiteatro. A leste, arrecifes de arenito em ângulo reto são o eixo divisor entre a planície molhada e o Atlântico. A vegetação se caracteriza por espécies costeiras, manguezais e pela floresta tropical que compartilham o ambiente natural com fauna marinha, estuarina e terrestre.
<i>Atenas Estuarina</i>	Em suma, o sistema físico-territorial do Corpo <i>Atenas Estuarina</i> é definido por um esquema tripartite, onde morfológicamente se identificam: Acrópole, Ágora e Engenhos - três territórios em articulação. Ao norte, nas colinas do anfiteatro, a Vila de Olinda; a leste, na planície, a vila Porto dos Navios, e a oeste, no interior da planície estuarina, engenhos de açúcar e seus caminhos.
<i>Amsterdã nos Trópicos</i>	A criação de canais, canaletas, pontes, diques, fossos, lagos, parque zoo-botânico, estruturam o tecido urbano do sistema físico-territorial do Corpo <i>Amsterdã nos Trópicos</i> , que pode ser descrito, em síntese, como um desenho que preza pela articulação de bordas d'águas e suas transversalidades.
<i>Lisboa nas Águas</i>	O sistema físico-territorial do Corpo <i>Lisboa nas Águas</i> é caracterizado pela presença de igrejas e pátios como elementos estruturadores do traçado urbano, e ruas tortuosas e estreitas, com seu casario, que se ajusta à topografia local. O resultado é uma rede urbana que se assemelha à configuração da cidade de Lisboa em uma situação geográfica particular - nos aterros que avançam sobre as águas doces e salgadas.
<i>Paris Atlântica</i>	O sistema físico-territorial do Corpo <i>Paris Atlântica</i> pode ser caracterizado pela preocupação com a criação de eixos radiais de modo a estruturar promenades urbanas e pela criação de espaços públicos, a exemplo de portas, praças, galerias, parques e edifícios (ou conjunto de edifícios) icônicos.
<i>Manhattan Tentacular</i>	O sistema físico-territorial do Corpo <i>Manhattan Tentacular</i> pode ser sintetizado pela criação de eixos rodoviários, de configuração "tentacular", que tem como ponto de partida os bairros originários da cidade do Recife e alcança as cidades da região metropolitana. Este avanço para além dos limites da cidade do Recife é somado a um intenso processo de ocupação territorial, verticalização e segregação socioespacial.

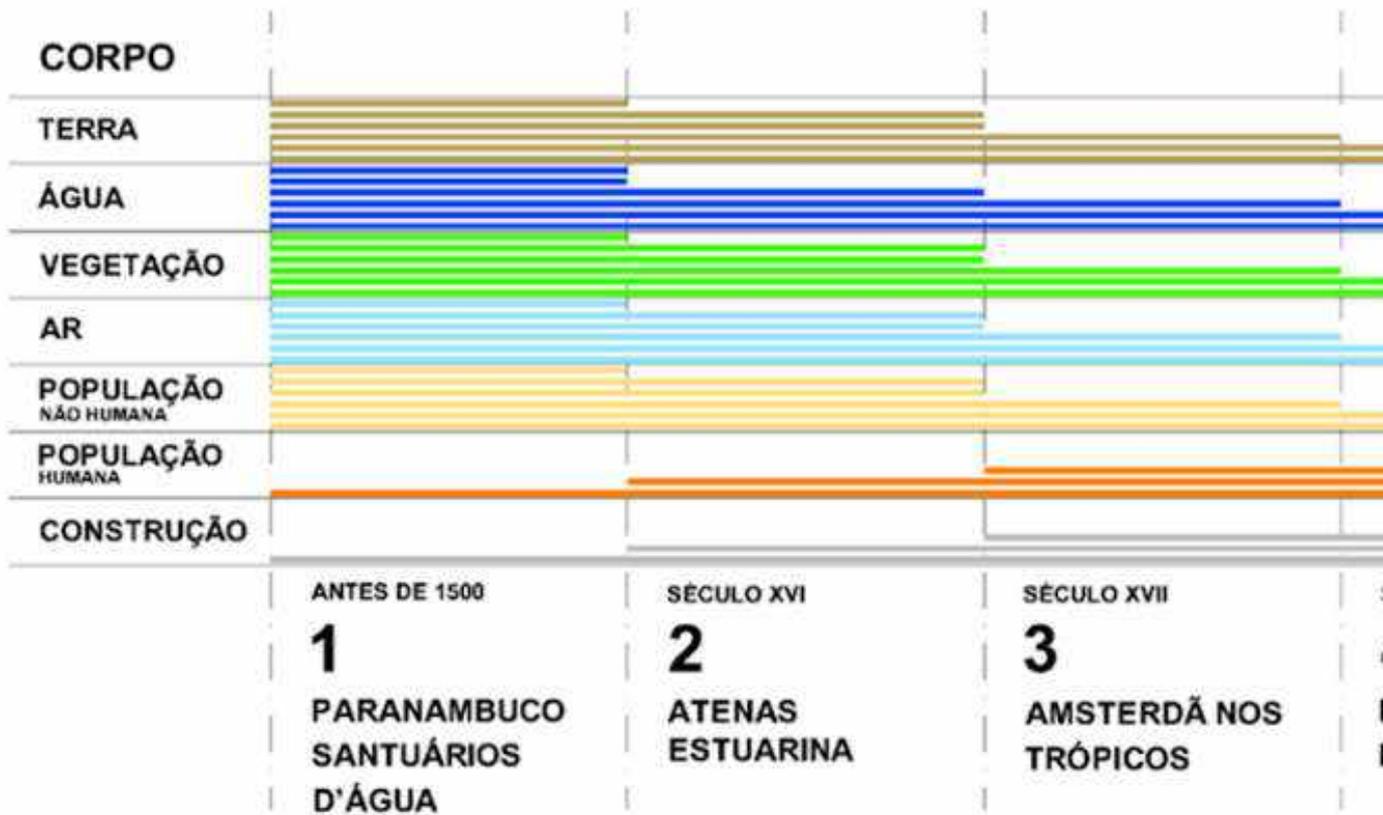
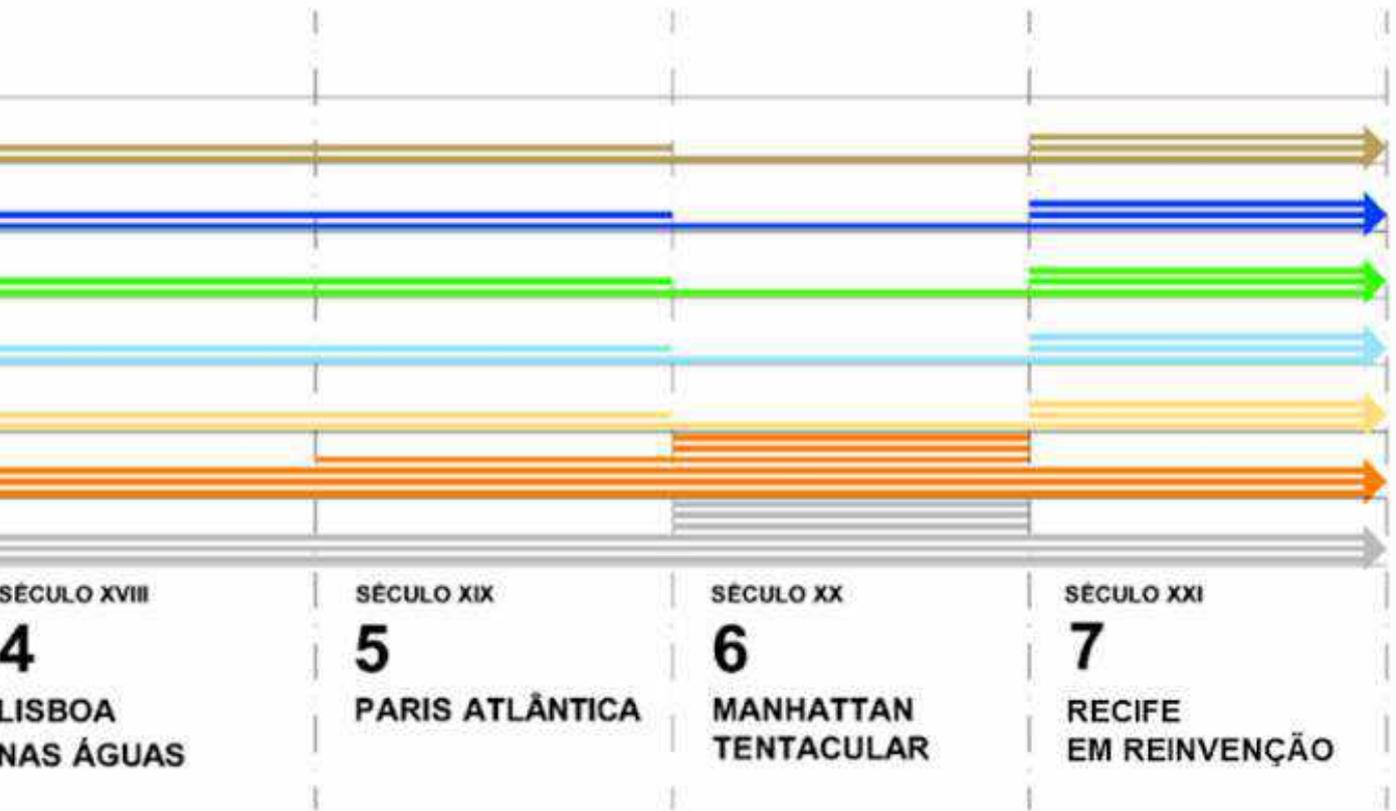


Figura 77

Síntese dos componentes naturais e do ambiente construído no Corpo do Recife.



CAPÍTULO 2
UMA CIDADE, SETE ALMAS

Esta investigação identifica os *movimentos*, ou acontecimentos significativos da sociedade, interpretados por esta pesquisa como o cerne da dimensão imaterial das cidades. De modo mais específico, tem-se aqui o estudo da ***Alma do Recife***, conforme entendimento apresentado na revisão bibliográfica empreendida na primeira parte do presente trabalho. A *alma* em relação simbiótica com o *corpo*, ou seja, parte elementar da proposta de conceito apresentada nesta Tese: a cidade enquanto organismo vivo de *alma-e-corpo*. Nesse sentido, o presente capítulo investiga os movimentos da sociedade que configurem-se como atos de "um corpo natural que possui vida em potência" (ARISTÓTELES, 2010), evidenciando ações da *alma* sobre e a partir do *corpo* (DESCARTES, 2002) e expressando a inseparabilidade entre ***alma-e-corpo*** apresentada pelo conceito de *conatus* (ESPINOZA, 1983).

Com o presente capítulo, busca-se, portanto, responder ao **terceiro objetivo específico** desta Tese: investigar as dimensões imateriais que a cidade do Recife revela nos últimos 30 anos. Para isso, o esforço de pesquisa dividiu-se nas cinco fases a seguir que, juntas, pretendem aprofundar a ***Alma do Recife***:

1. Identificar os *movimentos*, ou seja os acontecimentos significativos que revelam a ***Alma do Recife*** nos últimos 30 anos, a partir de dados levantados por equipe multidisciplinar composta por líderes comunitários, jornalistas, arquitetos, urbanistas, políticos, historiadores, sociólogos e ambientalistas - esse trabalho resultou em uma lista de 300 movimentos, agrupados em uma tabela. Posteriormente, e a partir dos *movimentos* identificados, realizar um panorama contextual retrospectivo de acontecimentos significativos registrados nos quase 500 anos de existência da cidade, para uma compreensão mais ampla e histórica.
2. Classificar os *movimentos* de acordo com filtro baseado no *The City We Need 2.0*. Foram agrupados em sete conjuntos de movimentos ou acontecimentos significativos que "animam" o *corpo* do Recife e, portanto, são aqui entendidos como revelações da ***Alma do Recife*** (aqui subdividida nas sete *almas* da cidade). São eles: *Movimentos Memória*; *Movi-*

mentos Educacionais; Movimentos por Moradia; Movimentos Culturais; Movimentos Econômicos; Movimentos Ambientais; Movimentos por Planejamento. Tal classificação teve como foco reuni-los segundo as principais formas de transformação da cidade, mesmo entendendo que, em muitos casos, uma mesma ação possa se enquadrar em mais de uma categoria. Essa classificação foi realizada de acordo com uma leitura analítica dos dez princípios específicos encontrados no manifesto da World Urban Campaign da Organização das Nações Unidas intitulado *The City We Need 2.0* (UN-Habitat, 2016), documento que integrou os esforços de implementação da Nova Agenda Urbana, apresentada na fundamentação teórica desta Tese.

3. Apresentar os movimentos das últimas três décadas que revelam a já referida *Alma* do Recife¹ por meio de três estudos de caso/cada.
4. Definir/conceituar as sete *almas do Recife* em relação de causalidade com os movimentos identificados, a partir de uma interpretação das condições sustentáveis de um habitat ambiental, econômica e social - essa última dimensão sendo expandida para cultural, política, memória e educacional.
5. Gerar contributos de acordo com as sete *almas do Recife* em prol da Reinvenção da cidade com base na cidade que precisamos segundo o manifesto *The City We Need 2.0* (TCWN). Mais especificamente, identificar como cada *alma* viabiliza determinados atributos da cidade que precisamos conforme o definido no manifesto da World Urban Campaign.

O resultado das etapas metodológicas descritas acima, que será detalhado ao longo deste capítulo, pode ser sintetizado no Quadro 5:

1 Na presente Tese, realiza-se um recorte temporal de três décadas por entender que nesse período, de 1990 até 2020, é possível identificar uma intensificação dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais que levam a uma possível reinvenção da cidade do Recife.

MOVIMENTOS DA SOCIEDADE	PRINCÍPIOS DO TCWN		MOVIMENTOS DA SOCIEDADE NOS ÚLTIMOS 30 ANOS (Anexo I)	ALMAS DO RECIFE	CIDADES DO TCWN
FASE 1 Identificação dos Acontecimentos Significativos do Recife na sua História	FASE 2 Classificação de acordo com Princípios do TCWN (indicados por seus respectivos números)		FASE 3 Aprofundamento de Estudos de Caso	FASE 4 Definição/Conceituação das 7 Almas do Recife	FASE 5 Contributos: cidade em Reinvenção
Linha do Tempo	MEMÓRIA	7: Compartilha identidades e sentido de lugar	1.Porto-Cultura . 2. Porto-Natural 3.Porto-Tecnológico	PATRIMÔNIO	PALIMPSESTO
	ECONÔMICOS	3: É economicamente vibrante e inclusiva	4. Rede de Cidades 5.Redde de Feirinhas Agroecológicas 6. Rede Terciária Contemporânea	EMPREENDEDORA	PRÓSPERA
	MORADIA	1: É socialmente inclusiva e engajadora 2: É acessível e equitativa	7.Beira mar Brasília Teimosa 8. Ocupe Estelita 9. Beira Rio Graças	COMBATIVA	INCLUSIVA
	CULTURAIS	7: Compartilha identidades e sentido de lugar	10. Manguebeat 11. Cinema Pernambucano 12. Carnaval Multicultural	POÉTICA	CRIATIVA
	EDUCACIONAIS	10: Aprende e Inova	13.Recife Exchanges 14. Pequenos Profetas 15. Rede de bibliotecas comunitárias	SÁBIA	EDUCADORA/ INOVADORA
	AMBIENTAIS	6: É regenerativa e resiliente 9: É segura, saudável e promove bem-estar	16.Parque Capibaribe 17. Membrana Anfíbia 18. Reedição do Roteiro para Construir no NE	ECOLÓGICA	SAUDÁVEL
	PLANEJADOS	4: É administrada coletivamente e governada democraticamente 5: Promove desenvolvimento territorial coeso 8: É bem planejada, caminhável e amigável ao trânsito	19.Redução das desigualdades sociais 20. Preservação do Meio Ambiente 21. Governança	POLÍTICA	PROJETADA

Quadro 5

A Alma do Recife:

Etapas Metodológicas.

Fonte: Autoria própria

Conforme antecipado na Introdução, teoriza-se nesta Tese que a série de práticas urbanas registradas nas últimas três décadas na cidade do Recife estão a modificar significativamente a cidade, provocando um **processo de reinvenção**. Ainda que possuam bases fundamentais distintas, as experiências em questão compõem um conjunto de iniciativas que se associam e se conjugam entre si, em torno, precisamente, de suas especificidades no tempo. A diversidade que impulsiona essas práticas e a complementaridade entre elas dão conta do caráter multifacetado dos aspectos a partir dos quais as transformações da cidade podem desenvolver-se. Elas integram o que aqui chamamos de *movimentos* presentes na história da Cidade ao longo dos séculos (*Memória, Educacionais, por Moradia, Culturais, Econômicos, Ambientais e por Planejamento*) e conformam os sete eixos interpretados nesta Tese como representações da **Alma do Recife: Alma Patrimônio; Alma Sábia; Alma Combativa; Alma Poética; Alma Empreendedora; Alma Ecológica e Alma Política** (Quadro 6).



Figura 78

Comemoração da abertura do Carnaval do Recife. Fonte: Origem Hostel.

Quadro 6

A definição dos sete Movimentos e das sete almas do Recife.

MOVIMENTOS Acontecimentos significativos da sociedade		ALMAS DO RECIFE Conjunto de acontecimentos significativos da sociedade recifense	
MEMÓRIA	São aqueles acontecimentos significativos que salvaguardam a memória e atestam o jogo de tempos sedimentados de uma cidade durante os diferentes momentos de sua formação.	PATRIMÔNIO	Revela o conjunto de ações que se reverte em estratégias que enfatizam a história e a preservação do patrimônio e da produção cultural material e imaterial da cidade.
EDUCACIONAIS	São os acontecimentos significativos em prol da aquisição e repasse de conhecimentos, valores, crenças e hábitos. Indicam, assim, um conjunto de métodos próprios, formais e informais, para a estruturação do desenvolvimento físico, intelectual e moral dos cidadãos.	SÁBIA	Revela o conjunto de ações entre a aprendizagem e o ensino, tanto formal quanto informal, em um sistema retroalimentativo.
POR MORADIA	São os acontecimentos significativos que clamam por justiça social frente às desigualdades e às exclusões com seus reflexos na dimensão espacial de habitar a cidade.	COMBATIVA	Revela o conjunto de ações em prol de um objetivo comum, por direito a ocupação de espaços, direito político, de mudança entre outros, na maioria das vezes contra decisões do poder público, geralmente no que concerne a projetos urbanos ou ao destino dado às áreas de uso público a fim de imprimir novos paradigmas relacionados à maneira de vivenciar a cidade e, principalmente, na luta por um habitar digno.
CULTURAIS	São os acontecimentos significativos que conectam as práticas e imaginários populares às suas formas de expressão em suas múltiplas linguagens artísticas, gerando o sentimento de coletividade e de pertencimento, fundamentais na construção identitária do território.	POÉTICA	Revela o conjunto de ações em prol da dimensão artística da cidade, proporcionando a união de seus habitantes através de identidades e senso de pertencimento. É a conexão entre o ser e o estar na cidade através de suas raízes étnico culturais de expressões que congregam séculos de história no campo artístico
ECONÔMICOS	São os acontecimentos significativos pela produção, distribuição e consumo de riqueza humana, com o fim de obter e utilizar recursos necessários à sobrevivência e prosperidade na cidade.	EMPREENDEDORA	Revela o conjunto de ações de dimensão econômica da cidade, podendo ser apreendida, assim, nos acontecimentos significativos que buscam prosperidade.
AMBIENTAIS	São os acontecimentos significativos que buscam a adaptação, proteção e integração das intervenções físicas no meio ambiente natural (fauna e flora, cursos d'água, topografia, clima).	ECOLÓGICA	Revela o conjunto de ações que evoca a dimensão ambiental e saudável da cidade.
POR PLANEJAMENTO	São os acontecimentos significativos que antecipam cenários e procuram articular, integrar e estruturar as várias possíveis ações (iniciativas públicas e privadas) em um sistema de planejamento (programas, planos, projetos pontuais ou setoriais) que, por sua vez, estimule, a partir de uma determinada visão, um sistema de projetos urbanos em busca de um Projeto de Cidade.	POLÍTICA	Revela o conjunto de ações na construção de políticas públicas a objetivar o Planejamento da cidade. Associando à lógica político-participativa à mobilização da esfera pública para decidir as mudanças de uma realidade urbana particular; à perspectiva planificadora de organizar caminhos e/ou mobilizar agentes sociais e recursos materiais para se alcançar a transformação desejada.

2.1 Alma Patrimônio - revelada nos Movimentos Memória

Os *Movimentos Memória* são aqueles acontecimentos significativos que salvaguardam a memória e atestam o jogo de tempos sedimentados de uma cidade durante os diferentes momentos de sua formação. No caso do Recife, destaca-se inicialmente o reconhecimento pelas etnias indígenas da região, no período anterior à ocupação europeia, das características particulares dos arrecifes retilíneos e fenda, por eles denominados de “pedra furada” (Paranambuco), (BARBOSA, 2004). Em seguida, enquanto a mais antiga capital dos estados brasileiros, personagem e testemunha das estratégias iniciais de ocupação do país pelos europeus, sua relação com a memória remonta e confunde-se com a formação da própria nação brasileira. Essa particularidade parece constituir uma relação permanente com um passado que evidencia um protagonismo atestado por diversos acontecimentos históricos e finda por estimular movimentos de busca e superação.

Tais acontecimentos significativos parecem revelar uma permanente dialética entre o natural e o construído, entre o manual e o tecnológico, entre a tradição e a vanguarda, em prol do bem comum - logo, do Patrimônio. Desses *Movimentos Memória*, ou seja, do esforço de salvaguardar a memória para garanti-la como patrimônio, destacam-se dois campos: o Natural e o Cultural.

Os *Movimentos Memória-Natural* são aqui entendidos como as lutas para valorização dos elementos da biodiversidade, dos ecossistemas e das estruturas geológicas - ou seja, dos subsistemas *azul*, *verde*, *marrom* e *ar* (como citados no capítulo sobre o *Corpo do Recife*). Tais acontecimentos significativos são ancestrais e consolidados desde as primeiras relações indígenas com o território. No Recife, tais lutas ocorrem, por exemplo, em prol do enaltecimento do *azul*, como o estuário das bacias dos Rios Capibaribe, Beberibe, Tejipió; do *verde*, como pela Mata Atlântica e pelos manguezais; do *marrom*, como pelos arrecifes e os morros; e do *ar*, como síntese dessas lutas frente às vulnerabilidades das mudanças climáticas. Tais movimentos resultaram na criação, por exemplo, das Zonas de Ambientes Naturais (ZAN).

Já os *Movimentos Memória-Cultural* representam as lutas que delimitam e salvaguardam os bens materiais e imateriais que formam a identidade da cidade, bem como evidenciam sua história, subdividindo-se em dois:

- a. Os *Movimentos Memória-Cultural Material* acontecem em prol da conservação do patrimônio cultural, como pelos bairros históricos que originaram o Recife, além daqueles mais afastados do Centro (como o Poço da Panela, na Zona Oeste da Cidade) que abrigaram os pioneiros engenhos de açúcar. Essas lutas permitiram, por exemplo, a criação das Zonas Especiais de Preservação (ZEP). Entre outros objetos desses movimentos de patrimônio a serem salvaguardados em diferentes escalas (estadual, nacional e mundial), podemos destacar: o sistema de fortificações; o conjunto de pontes que se iniciou com a primeira ponte do continente; o sis-

tema de igrejas barrocas com seus entalhamentos internos, seus átrios, pátios, arruamentos e casario; os terreiros de candomblé e a primeira sinagoga das Américas.

- b. Já os *Movimentos Memória-Cultural Imaterial* podem ser exemplificados no sistema de manifestações artísticas e suas expressões culturais que unem os descendentes de indígenas, brancos e negros. São exemplos: os movimentos de música e dança - caboclinhos, maracatus e o frevo, patrimônio imaterial da humanidade, os movimentos de resgate da medicina natural e da culinária.

De forma mais específica, serão apresentados aqui três *movimentos* significativos dentro do período de recorte desta Tese (últimos 30 anos), sendo eles: *Patrimônio Porto-Cultural*, *Patrimônio Porto-Natural*, *Patrimônio Porto-Tecnológico*.

2.1.1 Movimento 1: Patrimônio Porto-Cultural

No início dos anos 1990, a cidade do Recife começa a intensificar um movimento no sentido da preservação do Bairro do Recife, região portuária da cidade, localizada em uma ilha cercada pelo oceano Atlântico à Leste e pelas bacias dos rios Capibaribe, Beberibe e Tejipló à Oeste, conectada ao restante da cidade pelas pontes: Limoeiro, Buarque de Macedo, Maurício de Nassau e 12 de setembro (antiga Ponte Giratória). As primeiras iniciativas que demonstraram interesse na conservação dos sítios históricos da cidade aconteceram na década de 1970, quando o Recife seguia a tendência que despontava em outros países: a elaboração de planos de revitalização urbana como estratégia de desenvolvimento local. Mas, até então, não havia sido elaborado um plano específico para o Bairro do Recife. Segundo Zancheti e Lacerda (1999):

Em 1989, o Centro foi considerado, pela opinião pública, uma das principais áreas problemas de toda a cidade, principalmente devido à ocupação das ruas e espaços públicos pelo comércio ambulante. No Bairro do Recife, a degradação física das edificações e dos espaços públicos e a ausência de "vida urbana" estigmatizavam a área como zona "marginal" e perigosa (ZANCHETI, LACERDA, 1999, p. 12).

De maneira geral, a pouca experiência, até então, nessa área, fez com que no Brasil os novos planos de revitalização se baseassem nas experiências

internacionais². Entre os casos nacionais, destacam-se o Corredor Cultural, no Rio de Janeiro; o Projeto Reviver, no Maranhão; e o Pelourinho, na Bahia (ZANCHETI, LACERDA, 1999).

Os atributos ambientais, culturais e históricos das cidades são aqueles que, de modo privilegiado, têm sido utilizados como base das especificidades locais. Neste conjunto, as áreas urbanas antigas, de grande qualidade urbanística, arquitetônica e ambiental, têm assumido um papel importante e, muitas vezes, vital na construção de políticas locais de desenvolvimento. São políticas de desenvolvimento voltadas, em geral, para a revitalização de áreas urbanas deprimidas, subutilizadas ou abandonadas, que perderam vitalidade econômica, mas possuidoras de grande qualidade ambiental (no sentido do ambiente construído) e grande significado simbólico para a população local, regional ou mesmo nacional (ZANCHETI, LACERDA, 1999, p. 9).

No caso do Bairro do Recife, os atributos ambientais envolvem o valor do ambiente construído - caracterizado pelo patrimônio urbano e arquitetônico, que traz marcas dos diferentes *corpos* que a cidade assumiu em diferentes épocas ao longo de sua história: ***Parambuco Berçário d'Águas, Amsterdam nos Trópicos, Lisboa nas Águas e Paris Atlântica***. Articulados com o ambiente natural, resultando na paisagem e na ambiência que o mar e os rios da cidade provocam.

Para atender aos anseios da população para intervenção no processo de degradação do Centro e, ao mesmo tempo, estabelecer um plano de desenvolvimento local, a Prefeitura desenhou uma estratégia baseada em dois eixos: o Bairro do Recife, que recebeu tratamento diferenciado com a criação do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife, orientado à conservação dos seus sítios históricos (ZANCHETI, LACERDA, 1999); e o restante do Centro. Em 1991, o governo estadual incluiu o Bairro do Recife como ponto turístico estratégico para o desenvolvimento e iniciou a elaboração do *Plano de Revitalização do Bairro do Recife* (PRBR). O plano foi concluído em 1992 e as obras começaram em 1993, transformando paulatinamente as estruturas urbanas do bairro.

O Plano foi pensado como uma ação pública destinada a orientar os agentes sociais investidores no Bairro. Esta indução foi feita, fundamentalmente, por meio da implantação de "projetos estruturadores", entre os quais estava o "Pólo do Bom Jesus", pensado como um centro de

2 Num panorama histórico das políticas de revitalização no mundo, observa-se que nos EUA elas se agruparam nos centros históricos tradicionais, que até os anos 1960 haviam sido áreas dinâmicas nas cidades. É o caso de Boston. Na Europa, o esvaziamento econômico não foi tão crítico como na América, mas muitas políticas locais de desenvolvimento implantaram projetos que tiveram como base a transformação e dinamização de núcleos tradicionais, a exemplo de Manchester (Inglaterra). As políticas de revitalização atuaram em outras áreas das cidades, como as docas e zonas industriais em Docklands, em Londres (Inglaterra), o porto de Gênova (Itália) e o setor portuário de Barcelona (Espanha).

comércio, animação, lazer e cultura. O projeto definiu a Rua do Bom Jesus como espaço de concentração de atividades de animação. As edificações desta rua seriam tratadas de modo a se criar um conjunto articulado de espaços fechados e abertos capazes de abrigar uma miríade de serviços de lazer, diversão e comércio varejista moderno (ZANCHETI, LACERDA, 1999, p.13).

O Polo do Bom Jesus, que tinha como centralidade a rua homônima, envolvia ainda a Rua do Apolo e a Praça do Arsenal e passou a ser o ponto de irradiação da onda de mudanças que, nesses últimos trinta anos, se desencadeou no bairro histórico da cidade. O Plano se reverteu em resultados significativos, como atesta o trecho abaixo, registrado em artigo destinado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1999:

Relativamente a 1993, os avanços em termos de recuperação foram consideráveis. Naquele ano, o Setor de Revitalização, que inclui o Pólo, tinha 66% da sua área em avançado estado de deterioração. Em 1996, a área construída recuperada era igual a 34.409m², ou seja, o correspondente a 66% da área total do Pólo. Portanto, houve uma reversão completa do quadro. (ZANCHETI, LACERDA, 1999, p. 15)

Entre os projetos estruturadores do Plano, estavam uma série de intervenções no bairro histórico, como atesta Júlia Morim de Melo (2003):

Estavam entre os projetos estruturadores o estabelecimento de um centro de animação cultural, lazer e comércio no Pólo Bom Jesus; a construção de um terminal marítimo de passageiros no armazém 11; a implementação do Shopping Cultural Alfândega; a edificação do Centro Múltiplo do Pilar para apoio às atividades do Porto; a construção de apartamentos nos antigos armazéns; a construção de um aquário onde haveria biblioteca especializada, auditórios, salas de exposição; a transformação da área do cais que vai do Marco Zero até o sul da ilha em espaço de lazer e comércio com vista para o mar, um "*water front*". Entre os projetos de impacto estavam em primeira instância a reforma das praças do Arsenal da Marinha e a criação de quarteirões de animação próximos a Rua Bom Jesus, os quais marcariam o Plano uma vez que estariam indicando o sentido de transformações (MELO, 2003, p.81-83).

Algumas manchetes de jornais publicados entre os anos de 1997 e 2003 testemunham, na mídia impressa do Estado, o processo de transformação que essa área da cidade começa a se submeter a partir da implantação do PRBR, conforme os exemplos a seguir: "Bairro do Recife vive metamorfose diária" (FOLHA, 1997), "Prostituição perde espaço para o lazer" (FOLHA, 1998), "Cores vivas dão luz a casarões antigos" (FOLHA, 2000), "Comunidade do Pilar vai ser reurbanizada" (COMMERCIO, 2002), "Restauração de casario impulsiona Pólo Moeda" (COMMERCIO, 2002) e "Recife antigo se consolidou como um dos principais pólos de animação do Carnaval" (DIÁRIO, 2003 apud MELO, 2003).

A partir do movimento significativo de revitalização do Bairro do Recife, no começo dos anos 1990, uma série de desdobramentos deu espaço para que um ambiente cultural seja gerado no bairro, atraindo iniciativas diversas que vão desde manifestações de grandes proporções, como os festejos de carnaval, à construção de espaços culturais como museus, teatros e galerias, incluindo ainda a montagem de espetáculos teatrais a céu aberto, lojas e centro de artesanato, festivais, feiras e shows que atraem público de todas as partes da cidade, assim como a construção de uma grande praça à beira mar (Imagem 85) e o um parque tecnológico. Abaixo, seguem alguns dos importantes equipamentos públicos e ações que surgiram a partir da revitalização do bairro (Quadro 7):

EQUIPAMENTOS	AÇÕES CULTURAIS
Instituto Cultural Bandepe (1993)	Carnaval do Recife Antigo
Escavações da primeira sinagoga das Américas (2000)	Festival Nacional da Seresta
Praça do Marco Zero (2000)	Baile do Menino Deus
Porto Digital (2000)	Paixão de Cristo
Teatro Armazém 14 (2000)	Feira japonesa
Sinagoga Kahal Zur Israel (2002)	Feira de artesanato
Paço Alfândega (2003)	Festival de Literatura a Letra e a Voz
Centro Cultural Correios (2009)	Festival Rec'n Play
Caixa Cultural (2012)	
Terminal Marítimo de Passageiros do Recife (2013)	
Paço do Frevo (2014)	
Museu Cais do Sertão (2014)	
Centro de Artesanato de Pernambuco (2014)	
Armazéns do Porto (2014)	
Itaipava Catorze (2017)	

Quadro 7
Equipamentos e Ações Culturais surgidas com o PRBR. .

Figura 79
A Rua do Bom Jesus.
Fonte: Ferreira Fotografia



Figura 80
Museu Cais do Sertão.
Fonte: Nelson Kon.



Figura 81
Sinagoga Kahal Zur Israel,
na Rua do Bom Jesus,
Bairro do Recife. Fonte:
Luciana Helena (2019).





Figura 82
Paço do Frevo, na Praça do Arsenal, Bairro do Recife. Fonte: Jéssica Cavalcanti, 2017.

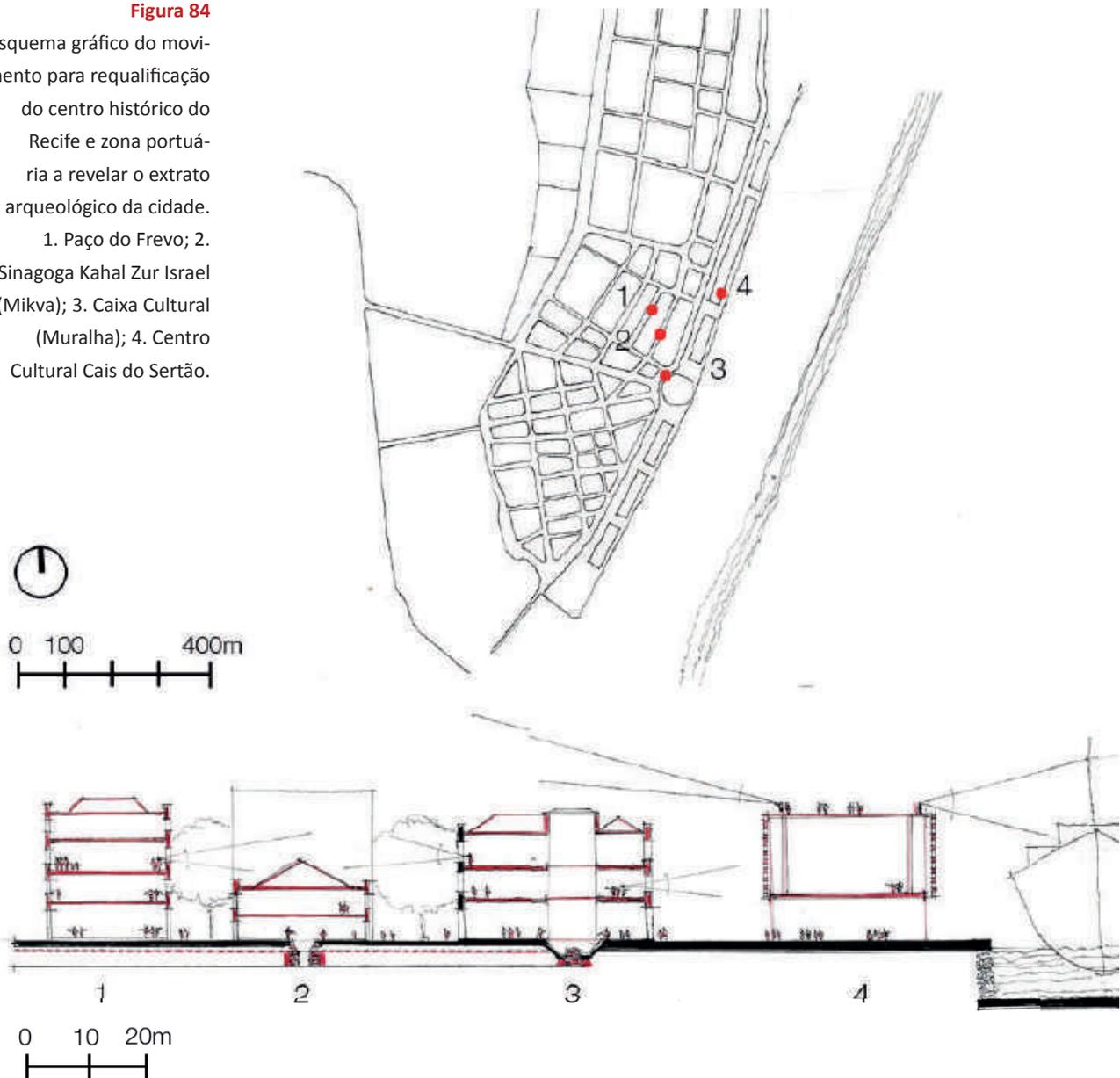


Figura 83
Caixa Cultural na Praça do Marco Zero, Bairro do Recife. Fonte: Célia Almeida, 2013.

Figura 84

Esquema gráfico do movimento para requalificação do centro histórico do Recife e zona portuária a revelar o extrato arqueológico da cidade.

1. Paço do Frevo; 2. Sinagoga Kahal Zur Israel (Mikva); 3. Caixa Cultural (Muralha); 4. Centro Cultural Cais do Sertão.



2.1.2 Movimento 2: Patrimônio Porto-Natural

Antes de ser cidade, Recife existia como porto natural (BARBOSA, 2004). O sistema de recifes rochosos atua na proteção à erosão costeira, resguardando o estuário e o território. Ou seja, mesmo antes da ocupação humana, a própria estrutura natural já defendia a existência da planície enquanto estuário.

A palavra "arrecife" tem etimologia associada ao árabe "ár-raçif", que significa calçada, caminho, estrada pavimentada, vinculada à forma arcaica de Recife. [...] Em Recife (PE), a existência dessas rochas, expostas mesmo em marés altas, foi fator geográfico decisivo para estabele-

cimento do porto, da cidade e seu respectivo nome. Funcionando como ancoradouros naturais, tais rochas facilitaram a chegada dos portugueses e navios europeus. Há, portanto, uma conotação e importância histórica que remonta ao século XVI (BARRETO et. al, 2013, p.1).

Desde o século XVI, quando houve a posse da capitania de Pernambuco por Duarte Coelho, os arrecifes areníticos que protegem as bacias dos rios Capibaribe, Beberibe e Tejió tornaram-se o porto desta capitania por onde escoavam as riquezas produzidas. Assim, pode-se dizer que o sítio desenvolve-se "metade roubada ao mar, metade à imaginação", como sugerido na metáfora do poeta Carlos Pena Filho, registrada na abertura da Parte II desta investigação.

Entendendo as leis urbanas como instrumentalização do direito à cidade, pode-se inferir que os movimentos envolvendo esse *Porto-Natural* histórico rebateram em mecanismos de proteção e manejo do patrimônio natural, como esforço de preservá-lo às futuras gerações. De acordo com o *Plano Diretor da Cidade do Recife* (2021), as Unidades Protegidas na cidade são áreas que contém mata, mangue ou corpos hídricos, assim como aquelas que detêm significativo interesse paisagístico e/ou ambiental, que possam abarcar atividades de convivência e lazer e contribuir para a amenidade climática³.

O percurso histórico do Recife de território natural à urbe resultou em uma cidade 100% urbana (IBGE, 2010), com remanescentes ambientais preservados - definindo-se assim uma identidade paisagística que caracteriza a relação híbrida entre o patrimônio construído e o sítio natural sobre o qual cresceu. Território com forte significado histórico e cultural, no extremo Leste da cidade, onde se descortina o Oceano Atlântico - Porta do Mar -, a região portuária do Recife guardou em si o potencial de se transformar em espaço de interesse coletivo, propenso a intervenções urbanas, em esforços, ora do poder público, ora da população, de estabelecer a marca do lugar como símbolo identitário e de pertencimento para seus habitantes e, ao mesmo tempo, criar espaço de centralidade, onde importantes eventos da cidade pudessem ocorrer.

Entre os diferentes eventos em prol da revitalização da área portuária do Recife está a criação da Praça do Marco Zero, em 2000. Com o objetivo de registrar urbanisticamente a virada do milênio (1999-2000), um conjunto de ações culminou com a transformação espacial da região portuária do Recife. Atendendo à demanda institucional da Prefeitura de criar um marco significativo que deixasse um legado para a cidade, ao transpor o milênio, um grupo de profissionais liderados por arquitetos lançou-se ao desafio e

3 A cidade do Recife abriga um total de vinte e cinco Unidades de Conservação, de acordo com o *Plano Diretor* (Setores de Sustentabilidade Ambiental) e a *Lista das Unidades de Conservação*. Entre essas, cinco foram enquadradas na categoria de Área de Proteção Ambiental (APA) (SEMAS, 2012, p. 2).

propôs a construção de uma grande praça cívica. Na área onde se localizava a pequena Praça Barão de Rio Branco, assentada entre o Cais do Porto e a Avenida Alfredo Lisboa, entre dois Armazéns, e ao lado de edificação de dois pavimentos, estacionamento de veículos, pequenos bancos de concreto, algumas árvores e uma linha férrea de cargas, foi construída, em formato circular, a Praça do Marco Zero, expandida à sua frente pelo Parque das Esculturas, sobre os arrecifes.

O movimento de implementação do espaço mobilizou um grupo de multidisciplinar de profissionais, entre eles arquitetos, engenheiros, economistas, artistas, empresários, gestores públicos e políticos envolvidos pela ideia de, através de uma intervenção urbana permanente, marcar a mudança do milênio, legando para a cidade uma marca de transformação e, efetivamente, criando um espaço público de convivência e celebração. O Marco Zero passou, então, a ser local de grandes acontecimentos sociais, culturais, políticos e até religiosos, congregando e impulsionando movimentos de cidadania. Assim, na frente d'água da Praça do Marco Zero, banhada, ao Leste, pelo estuário do Rio Capibaribe, separado do oceano pelos arrecifes, abriu-se uma "janela para o mar" - lugar de marcas urbanas singulares desde os primórdios da cidade.

O projeto do grupo foi além do planejamento da grande praça. Recriou-se o espaço por inteiro, ampliou-se o território e estabeleceu-se uma conexão da ilha do Recife com os arrecifes e oceano à sua frente, intermediados pelo rio Capibaribe. Um resgate da paisagem natural em fusão com o espaço público reestruturado no sítio histórico da cidade. Sobre a estrutura natural de contenção marinha de aproximadamente 4,5 km dos arrecifes implantou-se 300 metros de um parque de esculturas, com 90 obras do artista plástico pernambucano, Francisco Brennand. Espaço onde arte se mistura com paisagem e cria uma ambiência carregada de simbolismo, contou também com a participação do pintor Cícero Dias, que desenhou uma rosa dos ventos no piso central da praça, acompanhada da frase de sua autoria "Eu vi o mundo... Ele começava no Recife".

No Recife, a mobilização para planejar e construir um espaço público dessa dimensão e alcance - que congrega moradores vindos das várias regiões da metrópole, do País e do exterior - demonstrou o potencial da intervenção urbana na transformação da dinâmica de uma cidade. A iniciativa integrou o meio ambiente à arte, à cultura, ao turismo, à promoção de eventos e ao lazer, gerando força de atração para a renovação da Ilha do Recife e demonstrando que as cidades são capazes de se renovar preservando o patrimônio (Figuras 85 a 90).

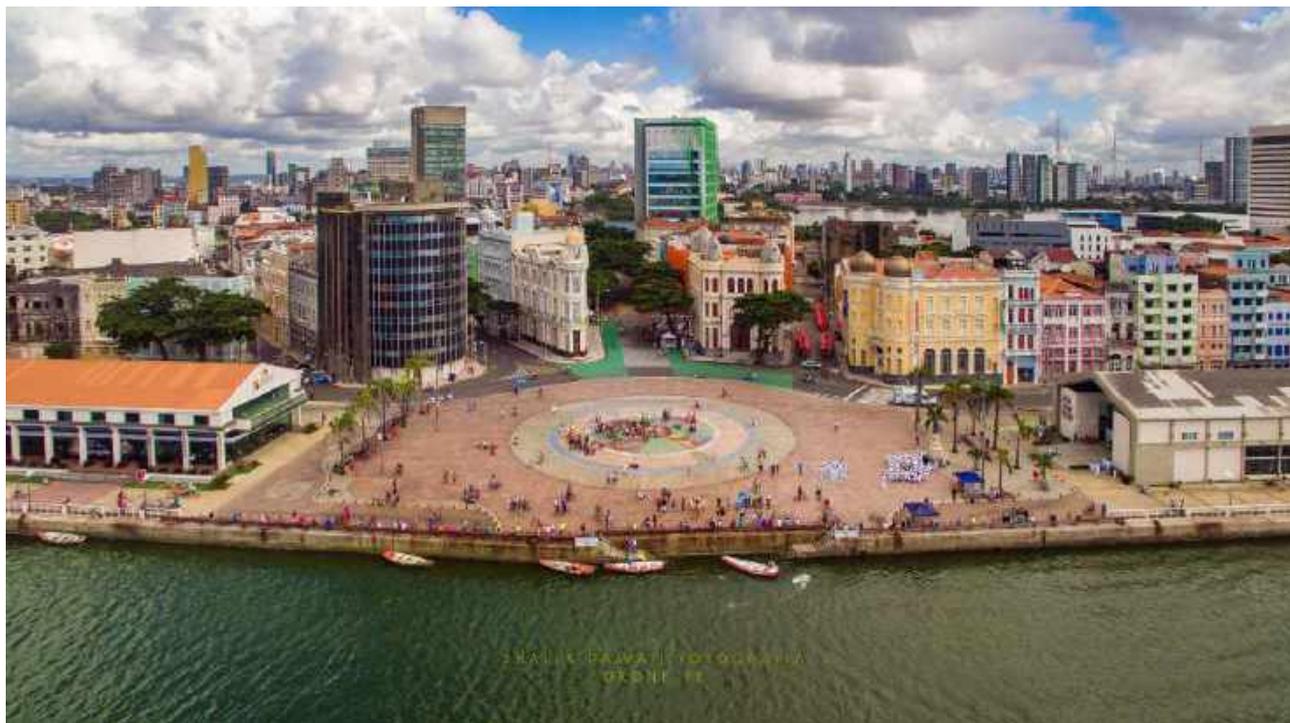


Figura 85

O Marco Zero, no Bairro do Recife, uma grande praça à beira-mar.

Fonte: Thales Paiva.



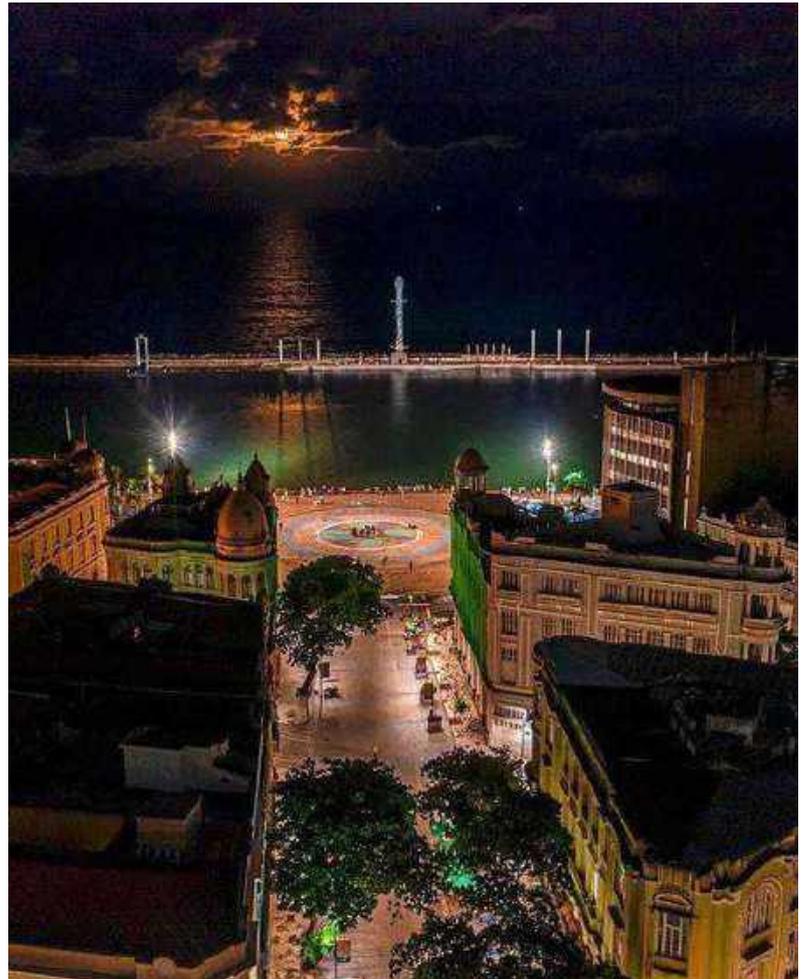
Figura 86

Linha de arrecifes que configura o Porto Natural e protege o sítio histórico da cidade, com destaque ao Parque de Esculturas.

Fonte: Arthur de Souza/
Folha de Pernambuco.

Figura 87

Linha de arrecifes que configura o Porto Natural e protege o sítio histórico da cidade, com destaque ao Parque de Esculturas. Fonte: Arthur de Souza/ Folha de Pernambuco.

**Figura 88**

Linha de arrecifes que configura o Porto Natural e protege o sítio histórico da cidade, com destaque ao Parque de Esculturas. Fonte: Arthur de Souza/ Folha de Pernambuco.





Figura 89
Vista aérea do Bairro do Recife, com o mar, os arrecifes, o Rio e o Marco Zero, da esquerda para a direita. Fonte: DA CUNHA (2019).

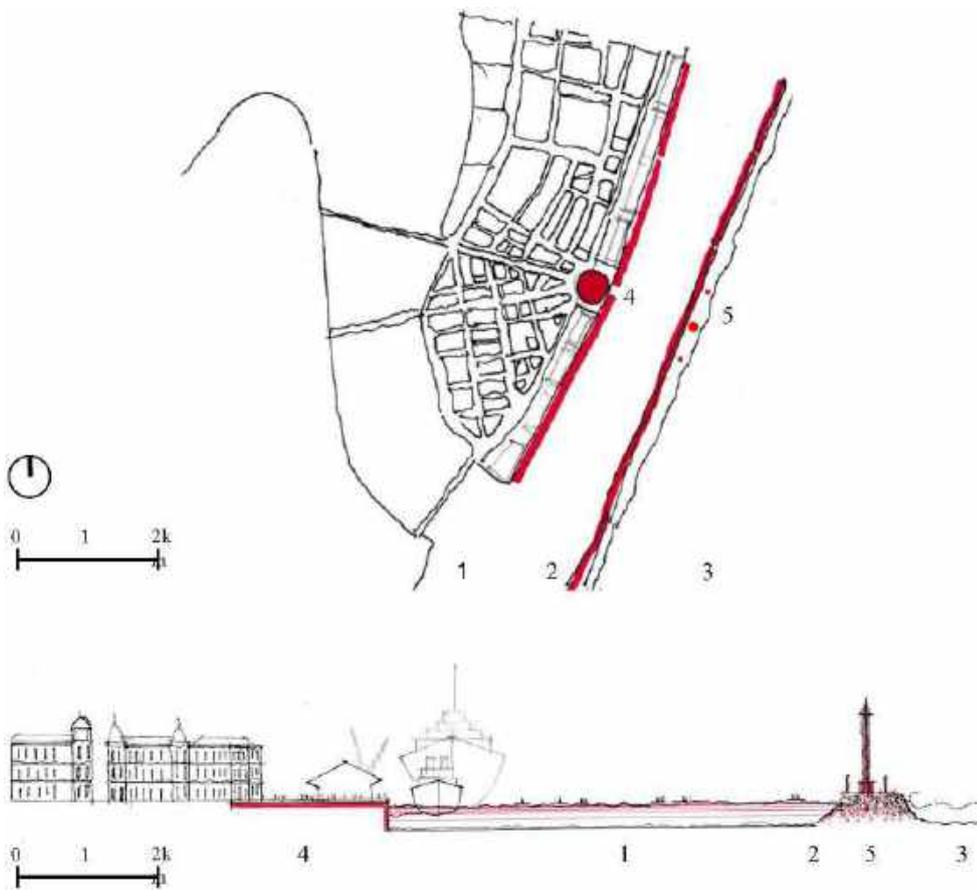


Figura 90
Esquema gráfico do movimento para requalificação do Bairro do Recife, marco ambiental da cidade.
1. Estuário; 2. Arrecife;
3. Oceano Atlântico; 4. Praça do Marco Zero; 5. Parque das Esculturas.

2.1.3 Movimento 3: Patrimônio Porto-Tecnológico

Como resultado de iniciativa conjunta de acadêmicos, representantes da gestão pública e agentes privados, o Governo do Estado de Pernambuco lançou, no Bairro do Recife, o Projeto Porto Digital, também no ano 2000. O objetivo foi criar um parque tecnológico com base em política pública de estímulo ao setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), ao qual

posteriormente veio se somar o setor da Economia Criativa (EC), em especial o desenvolvimento de games, cine-vídeo, animação, design, fotografia e música. Arelada à política de fomento às TIC e EC, o Porto Digital teria o compromisso de colaborar com a revitalização de edifícios históricos do bairro.

O Bairro do Recife foi o local escolhido para a sua implantação, tendo em vista a disponibilidade de vários imóveis abandonados, isto é, sem funcionalidade socioeconômica, mas providos de infraestruturas [...] Esse Projeto visa, além da atração de empresas de TIC, a revitalização do Bairro. Os idealizadores apostaram que os novos empreendimentos ocupariam os espaços construídos vacantes, pois promoveriam reformas nas edificações. Foi o que aconteceu e continua a acontecer, graças a construção de um aparato jurídico de normas indutoras, dentre elas as que resultam na criação do Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD) e na concessão de benefícios fiscais do Imposto sobre Serviço (ISS). Esse núcleo gerencia a instalação desse novo nicho econômico e, ao mesmo tempo, capitaneia o processo de recuperação de bens imobiliários patrimoniais abandonados, atendendo, em princípio, a interesses públicos (geração de emprego e renda, desenvolvimento tecnológico e revitalização do patrimônio histórico) (ALBUQUERQUE, LACERDA, 2017, p. 4-5).

Evidenciando o interesse do projeto na revitalização do bairro, segundo descrição das atribuições na sua página eletrônica:

O Porto Digital complementa as ações de revitalização, no esforço de demonstrar que é possível combinar o desenvolvimento tecnológico com a preservação da história e da cultura. Dessa forma, o PD recuperou diversos edifícios de destaque, de forma a adequar a infraestrutura do bairro para receber empresas modernas, ao mesmo tempo em que mantém suas características arquitetônicas (PORTO DIGITAL, s.d.).

O Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD), organização social de caráter privado, recebeu a missão institucional de gerir um ambiente de negócios na área de TI e de revitalizar o Bairro do Recife, como confirma o trecho abaixo do Contrato de Gestão (PORTO DIGITAL, s.d.) firmado em 2001 entre o referido órgão, o Estado de Pernambuco e a Fundação Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco:

O Plano estratégico deste CONTRATO, indicado no Anexo 2, busca alcançar os seguintes objetivos:

I - Articular, promover, projetar e manter uma infra-estrutura urbana e de serviços de alta tecnologia para dar suporte a empresas de tecnologia da informação e comunicação no **Bairro do Recife**.

II - Criar condições ambientais para interação e cooperação entre governos, universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e empresas, através do projeto, construção e adequação de instalações de alta tecnologia para instituições no **Bairro do Recife**.

III - Atrair empresas e fomentar o surgimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e de novos empreendimentos, negócios e investimentos no **Bairro do Recife** (PORTO DIGITAL, s.d.).

Pesquisas atestam que o parque tecnológico e suas ações de ocupação e revitalização dos edifícios do bairro têm contribuído com o *Plano de Revitalização do Bairro do Recife* (PRBR) implementado pelo governo.

O Porto Digital resulta assim de uma operação concentrada envolvendo as esferas pública, privada e acadêmica, típica daquelas defendidas pela visão da chamada hélice tripla (Etzkowitz et AL.,2007), com foco no setor de tecnologia da informação. Ao mesmo tempo, constitui-se inegavelmente em uma operação de requalificação urbana na qual pode-se identificar inspirações no exemplo de Barcelona, retratado por Compans (2001). A área escolhida para a localização do parque tecnológico, o Bairro do Recife, atravessava visível decadência em razão da combinação de longa estagnação da economia pernambucana e desenvolvimento de um novo distrito de negócios (Business district) no Bairro de Boa Viagem, que impulsionou a emigração de inúmeros estabelecimentos da ilha. O patrimônio histórico e o ambiente construído em geral acompanham a desvalorização fundiária imposta pela decadência do antigo business district (LACERDA, FERNANDES, 2015, p.339).

A partir do projeto inicial, o parque tecnológico se expandiu para os bairros vizinhos Santo Antônio, São José e Santo Amaro, ocupando uma área de 177 hectares na capital pernambucana (Figura 91). Em 2014, passou a operar também no Agreste do Estado, no município de Caruaru.



Figura 91
O território do Porto Digital no Recife.
Fonte: Porto Digital.

Segundo informações disponibilizadas em sua página eletrônica: "Atualmente, o Porto Digital abriga cerca de 330 empresas, organizações de

Quadro 8 fomento e órgãos de Governo e aproximadamente 11 mil trabalhadores, com faturamento de R\$ 2,3 bilhões em 2019" (PORTO DIGITAL, s.d.). Entre os projetos do parque se destacam (Quadro 8):

Projetos Porto Digital	Atuação
Open Innovation Lab	Programa de inovação que reúne ações de sensibilização de colaboradores a investimento e desenvolvimento de soluções digitais
Rec'n Play	Iniciativa anual que ocupa prédios e ruas do Bairro do Recife durante quatro dias e funciona com três pilares: educação, negócios e entretenimento
Programa MINAS	O Programa Mulheres em Inovação, Negócios e Artes tem como objetivo fortalecer a presença de mulheres nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Economia Criativa
Portomídia	Braço de Economia Criativa do Porto Digital, conta com laboratórios de finalização, de edição de imagem, animação e ilustração, pré-mixagem e de correção de cor e imagem
LOUCo	O Laboratório de Objetos Urbanos Conectados é um ambiente para experimentação, desenvolvimento e prototipagem em fabricação digital e internet das coisas (IoT). (https://www.portodigital.org)

Figura 92

Esquema gráfico do movimento para requalificação do centro histórico do Recife a incorporar uma rede de organizações especializadas em tecnologia digital. Exemplos:

1. Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD);
2. Escola Técnica Estadual Porto Digital;
3. Neurotech;
4. Cesar Bom Jesus;
5. Softex;
6. Apolo 235;
7. Cesar School;
8. CESAR - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife;
9. Moinho;
10. Accenture.

Fonte: Autoria própria

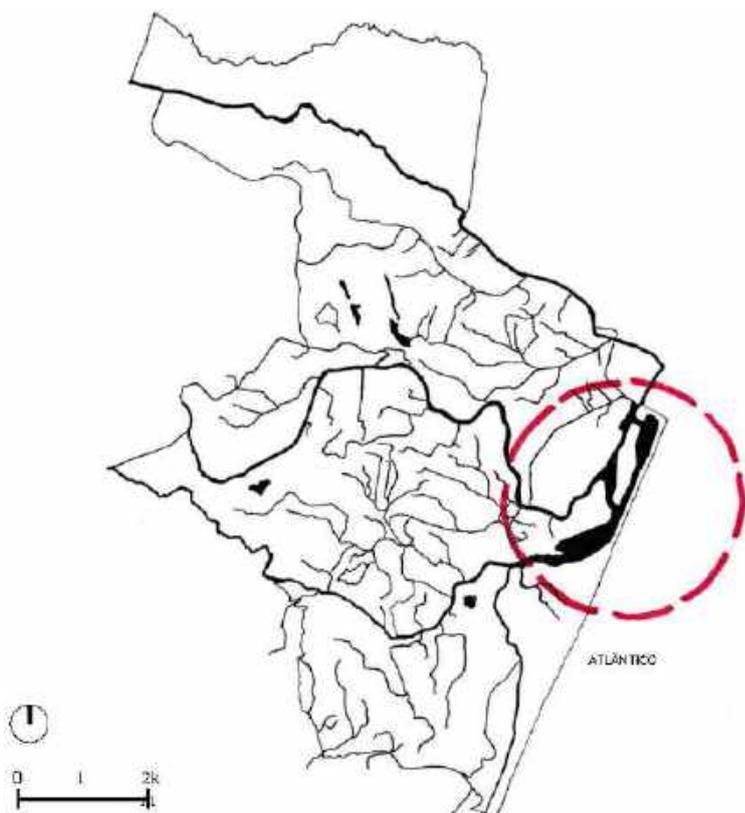


2.1.4 Síntese Gráfica da Alma Patrimônio

Os *Movimentos Memória* aqui indicados como representativos dos últimos 30 anos revelam na cidade uma **Alma Patrimônio**, definindo-se como o conjunto de ações revertidas em estratégias que enfatizam a história e a preservação do patrimônio e da produção cultural material e imaterial da cidade (Figura 93).

Figura 93

O Centro Histórico do Recife em Reinvenção.



2.2 Alma Empreendedora - revelada nos Movimentos Econômicos

Os *Movimentos Econômicos* são os acontecimentos significativos pela produção, distribuição e consumo de riqueza humana, com o fim de obter e utilizar recursos necessários à sobrevivência e à prosperidade na cidade. No caso do território do porto natural do Recife, observa-se, de modo inicial, as trocas realizadas entre os povos indígenas, uma relação direta homem-natureza (BARBOSA, 2004). Transformado em porto internacional, o Recife tem registrado tais movimentos através, por exemplo, das atividades de exportação e importação de mercadorias; além da exploração do pau-brasil, a expansão dos engenhos, a produção de algodão e uma economia mercantil (Recife dos Mascates).

Aqui, é importante pontuar a condição de Pernambuco enquanto uma das mais antigas estruturas produtivas do País e a primeira capitania hereditária a prosperar, tendo a economia do açúcar como protagonista desde o século XVI - outros conjuntos de movimentos empreendedores gravitaram em torno da centralidade econômica do açúcar ao longo dos séculos. Segundo Andrade (2001), até meados do século XX Pernambuco foi o principal produtor nacional de açúcar.

Assim, uma combinação de fatores físicos e humanos provocou o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar e a sua expansão durante quatro séculos, plasmando uma sociedade e uma civilização. Entre os fatores de ordem física podemos salientar a posição geográfica, ou seja, a distância do mercado europeu em relação a outras áreas do país, as condições de solo e de clima e o sistema da agricultura açucareira, trazida das ilhas do Atlântico na ocasião em que o capitalismo comercial presidia à expansão européia pelos continentes que iam sendo "descobertos" e conquistados (PRADO JÚNIOR, 1942 apud ANDRADE, 2001).

A partir da economia do açúcar outras vocações empreendedoras revelaram-se fazendo com que o Recife se projetasse como expressivo centro regional de comércio e prestação de serviços especializados (educacionais, de saúde, de engenharia/arquitetura, advocatícios, administrativos, consultivos), além de importante pólo de serviços públicos, não só do próprio município como, também, do Estado e do País. Com a perda da centralidade da economia do açúcar a partir da segunda metade do século XX, agravam-se as contradições desse sistema econômico ao revelar problemas, oportunidades e desafios para o empreendedorismo nessa mudança de milênio.

Assim, no período entre o final do século XX e o início do século XXI, vivencia-se uma transição do modelo focado na monocultura da cana-de-açúcar e nas atividades secundárias sucroalcooleiras, para um modelo centrado no desenvolvimento do setor terciário, em especial em torno da prestação de serviços modernos associados a CT&I. Vê-se a conformação de um *Movimento Econômico Modernizador-Inovador*, com a consolidação de um polo avançado do conhecimento, da prestação de serviços e da economia criativa. Nesse sentido, o Recife do final do século XX e início do século XXI caracteriza-se enquanto centro regional de comércio e prestação de serviços especializados nas áreas de educação, de saúde, de engenharia/arquitetura, de advocacia, de administração, de consultorias, além de importante pólo de serviços públicos, não só do próprio município como, também, do Estado (na condição de capital estadual) e da União (são exemplos as Universidades Federal e Rural - UFPE e UFRPE, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste- SUDENE e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF).

Além disso, destaca-se no Recife o setor informal como uma verdadeira fonte de subsistência para grande parcela da população: de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, Pernambuco registrou 48,8% da população ocupada na informali-

dade, índice acima da média nacional no mesmo ano, que atingiu 41,1% (IBGE, 2020)⁴ - tal índice elevado revela a necessidade de políticas públicas voltadas a uma economia mais estruturada de forma a absorver formal e dignamente a força produtiva.

Dentre os Movimentos representativos selecionados, serão detalhados: *Rede de cidades; Rede de Feirinhas Orgânicas; Redes de serviços do setor terciário moderno.*

2.2.1 Movimento 4: Rede de Cidades

A vocação metropolitana do Recife revela-se desde os tempos do Brasil Colônia: é considerada a conurbação mais antiga do País, uma vez que Olinda e Recife sempre mantiveram uma relação simbiótica e foram o principal centro financeiro nacional até meados do século XVIII (FURTADO, 1987), quando o ciclo do açúcar arrefeceu. Embora a importância relativa da capital pernambucana no cenário nacional tenha mudado ao longo dos séculos, com as novas dinâmicas produtivas do País, a característica de centralidade econômica segue sendo uma forte marca neste início de século XXI: a Região Metropolitana do Recife⁵ configura-se como *hub* econômico e geográfico tanto em âmbito estadual quanto regional, conectando regiões e concentrando infraestrutura urbana e oportunidades de emprego.

Apesar do papel de centralidade econômica que ocupa a RMR, os desafios de infraestrutura e a concentração de oportunidades e serviços no município do Recife, além da falta de integração, planejamento e governança entre os municípios ainda representam desafios a serem enfrentados na perspectiva urbanística e, sobretudo, econômica para o Estado. A respeito dessa integração aqui cabe destacar que a metrópole "é realidade urbana contínua que se estende por vários municípios, porque ela compreende todas as cidades (da Região Metropolitana), numa unidade inseparável e de interesses desses municípios" (CAU/PE, 2016, p. 18). Apesar disso, órgãos como a Agência Condepe/Fidem, que já tiveram um papel relevante no planejamento regional, perderam força política após os anos 2000, deixando uma lacuna no desenvolvimento de planos estratégicos para a região.

4 São considerados informais os trabalhadores sem carteira de trabalho, empregador sem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

5 A Região Metropolitana do Recife (RMR) reúne 14 municípios em um arco de 300 quilômetros em torno da capital e é a sexta mais populosa do Brasil, com 3.743.854 habitantes (IBGE, 2021), mais de um terço da população de todo o Estado#. Além de representar polo acadêmico, médico, jurídico, tecnológico (mais especificamente o próprio município do Recife) com alcance em todo o Estado, a RMR ainda reúne empreendimentos como os portos de Suape e do Recife, a Refinaria Abreu e Lima e o Aeroporto Internacional dos Guararapes.

Em 2017, com a proximidade do prazo estabelecido pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015)⁶ para a criação de mecanismos de governança metropolitana, mais de 30 entidades capitaneadas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU/PE) cobraram a retomada de uma visão estratégica para a região. O grupo assinou o *Manifesto para a Governança Metropolitana* e lançou a campanha *Somos Cidadãos da Metrópole*, em defesa da implementação dos mecanismos previstos na lei, destacadamente a governança metropolitana e o Plano Diretor Urbano Integrado (PDUI), ressaltando a vocação estratégica da metrópole como *hub* regional.

É compreensível que, sendo a capital do Estado e acolhendo a sede do Governo Estadual, a cidade (o Recife) galgasse posições sobre as demais. Contudo, essa hegemonia tem sua carga de problemas, devido à sobrecarga que representa ser o único polo. Na Região Metropolitana do Recife, as cidades que formam uma única metrópole não são homogeneamente equilibradas na oferta de oportunidades urbanas. A capital pernambucana acumula, com sua centralidade, demandas cotidianas que nem sempre pode atender, porque as oportunidades econômicas e urbanas que oferece são insuficientes para grande parte dos que a procuram. É preciso separar, entre essas demandas, aquelas que de fato ativam positivamente a economia da capital pernambucana daquelas que advêm da busca por oportunidades indisponíveis até para o próprio recifense (CAU/PE, 2016, p. 32).

Além dos impactos na qualidade de vida urbana, a demanda por uma governança integrada entre os municípios da metrópole rebate fortemente na economia da região metropolitana, com repercussões até mesmo interestaduais no que diz respeito, sobretudo, à geração de empregos e renda. Um exemplo de expressão econômica potencialmente impactada por uma governança metropolitana são os Arranjos Produtivos Locais (APL)⁷, que se configuram como um aglomerado de empresas com um amplo conjunto de atores e estrutura organizacional complexa, com interações e vínculos, além

6 O Estatuto estabelece "diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa" e previa um prazo de três anos para que fosse instalada a referida governança e elaborado do plano de desenvolvimento urbano integrado (PDUI) - do qual devem partir os Planos Diretores Municipais e suas revisões.

7 "O sistema produtivo local refere-se a aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, que apresentam vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem voltadas à introdução de novos produtos e processos (...) O conceito de arranjos produtivos locais refere-se àquelas aglomerações produtivas cujas interações entre os agentes locais não são suficientemente desenvolvidas para caracterizá-los como sistemas" (CASSIOLATO, SZAPIRO, 2002, p.12).

da inclusão de instituições públicas ou privadas por meio de parcerias⁸ (Figuras 94 e 95). Dentre tais atores, destacam-se os econômicos; os do conhecimento; os de regulação; e os sociais (CASSIOLATO, LASTRES, 2004).



Figura 94
Arranjos Produtivos
Locais. Fonte: ADEPE.



Figura 95
Arranjos Produtivos
Locais. Fonte: ADEPE.

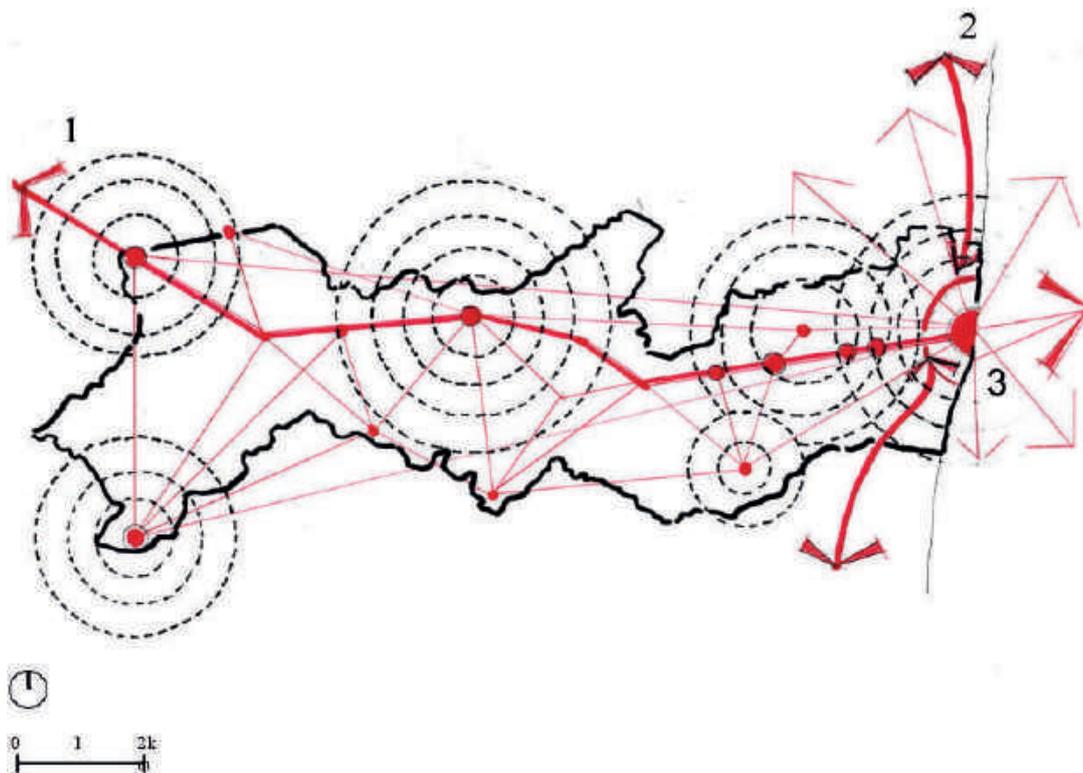
8 “O conceito de APL tem sido muito utilizado na elaboração de políticas públicas, por atribuir grande ênfase às questões de desenvolvimento sustentável e protagonismo local. Desse modo, os APLs no Brasil vêm ganhando cada vez mais espaço como importante instrumento estratégico de desenvolvimento regional” (CORDEIRO, 2018, p. 20).

O movimento pela articulação das cidades também envolve uma demanda relacionada à infraestrutura diretamente relacionada à dinâmica produtiva. A RMR destaca-se ainda pela interseção entre as duas principais vias de fluxo de pessoas e mercadoria do Estado: a BR-101 no sentido Norte-Sul e a BR-232 no sentido Leste-Oeste. Exatamente devido ao grande fluxo de cargas e pessoas, bem como ao adensamento populacional na RMR os dois eixos apresentam-se sobrecarregados, com registros constantes de congestionamentos que impactam diretamente no papel desempenhado pelas vias. Entre projetos estruturadores com potencial para atender esta demanda estão o projeto histórico pernambucano da Ferrovia Transnordestina, articulador regional, nacional e internacional, através de uma estrutura com conexão rodoviária, aeroviária e portuária para o desenvolvimento do estado.

Ainda reconhecendo a capital como estratégica na dinâmica econômica do Estado e da região, há a previsão da construção do chamado Arco Metropolitano, uma via de contorno no Oeste da RMR, com caráter de via expressa que prioriza a mobilidade e os deslocamentos de médias e grandes distâncias, liberando as vias estaduais para desempenharem respectivamente a conexão entre litoral e interior (BR-232) e interestadual (BR-101)⁹. Nessa perspectiva o Arco Metropolitano pode ser pensado como outro projeto regional a conectar as capitais da região, considerando que o Recife está no arco de 1.000 Km das principais capitais do Nordeste. (Complexo Turístico Recife Olinda, 2007, p. 17).

O desenvolvimento das potencialidades metropolitanas no que se refere ao setor produtivo, portanto, passa pelo reconhecimento estratégico dessa metrópole de forma ampla, por parte do poder público e privado. Equilibrar demandas e oportunidades no território e criar condições para que os agentes econômicos interajam de forma eficiente permanece como desafio para que a Região Metropolitana do Recife se consolide de forma sustentável como referência econômica no Nordeste do Brasil (Figura 96).

9 “Com conexões em trevo com a BR-101 norte e sul, com a BR-232, com a BR-408 e com a PE-27, representará grandes possibilidades de desenvolvimento e implantação de empreendimentos nos municípios que margeiam as citadas rodovias. A conexão com uma via expressa aproximará as distâncias entre estes municípios e o polo econômico representado pelo Complexo Industrial e Portuário de Suape, assim como com o novo complexo logístico que se pretende implantar no norte metropolitano. [...] representará uma alternativa à BR-101 no que se refere ao escoamento de mercadorias e ao fluxo entre o norte e o sul metropolitano, fazendo ligações importantes com os outros estados que se limitam com Pernambuco” (IPEA, 2015).



2.2.2 Movimento 5: Rede de Feirinhas Orgânicas

Na dinâmica econômica do Recife, cabe ressaltar uma rede consolidada de Feiras Orgânicas e Agroecológicas (FOA), que se diferencia das feiras tradicionais pela comercialização de produtos sem a utilização de agrotóxicos, ou qualquer tipo de insumo químico, além da não realização de queimadas.

O orgânico se constitui como um estilo de vida que se preocupa ao mesmo tempo com a saúde dos indivíduos e a do Planeta e vem ganhando força tanto global quanto localmente, resultando em políticas públicas voltadas para o setor: o Governo do Estado de Pernambuco sancionou em 2021 a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica para estimular o desenvolvimento da agroecologia e sustentabilidade e melhorar a qualidade de vida dos agricultores, ampliando ainda o sistema de produção e comercialização de produtos orgânicos.

Apesar de enfrentar problemáticas relacionadas à agricultura familiar principalmente nos últimos anos, como o tamanho das propriedades; a degradação das terras; além da redução das fontes de água (CENTRO SABIÁ, 2008), registra-se um aumento no número de FOA nas cidades do Estado nas duas primeiras décadas do século XXI. Especificamente em Recife, de acordo com um levantamento realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário em 2020, existem em torno de 50 feiras orgânicas e agroecológicas em atividade, tornando-a a capital do Brasil com maior quantidade de feiras orgânicas (dado também confirmado pelo Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor, Figuras 97 e 98).

Figura 96

Esquema gráfico do movimento por uma rede de cidades e seus arranjos produtivos locais como estratégia para projeção de um sistema de infraestruturas regionais, nacionais e internacionais. 1.Ferrovia Transnordestina; 2.Arco Metropolitano; 3.Recife Hub – Morfologia radial do sistema.

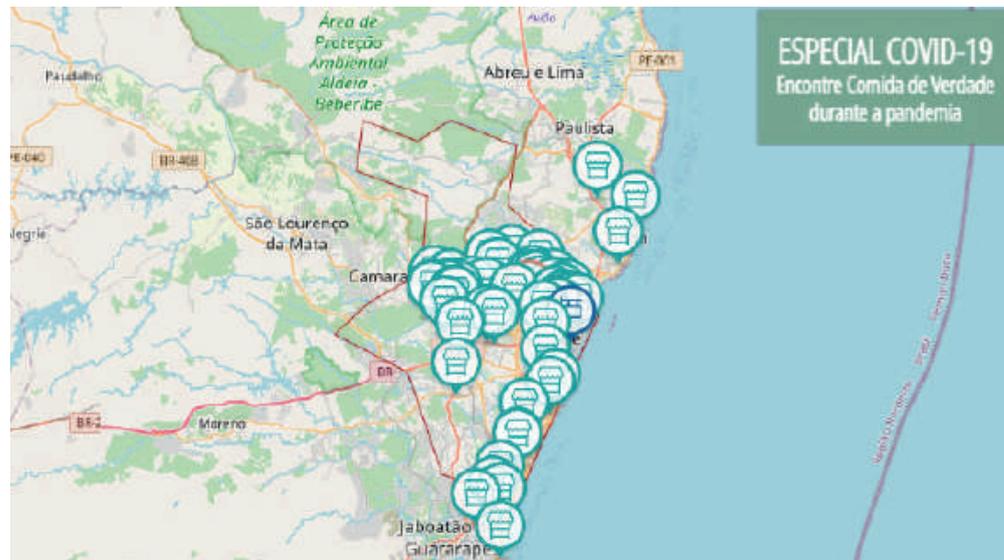
Figura 97

Recife: a capital das feiras orgânicas e Mapa Feiras Orgânicas no Recife.
Fonte: CBN Recife



Figura 98

Recife: a capital das feiras orgânicas e Mapa Feiras Orgânicas no Recife. Fonte: Mapa de Feiras Orgânicas



Em estudo sobre a agroecologia na Região da Mata Sul de Pernambuco, tradicionalmente dominada pela produção de cana-de-açúcar, Brasileiro (2012) reforça o papel do Recife como centralidade na dinâmica da agroecologia do Estado e descreve:

Os territórios-rede da agroecologia [...] são espaços de multiterritorialidades (articulação, comercialização, diálogo de saberes, promoção da agricultura familiar, etc.), e as feiras constituem parte integrante destes territórios sendo nós ou pontos luminosos desses espaços alternativos. São, sobretudo, importantes pelo fato de tornarem a agroecologia uma alternativa de destaque no mercado de alimentos contemporâneo, garantindo um lugar aos agricultores familiares numa região hostil a tudo que não seja monocultura (BRASILEIRO, 2012, p. 170)

Além da dimensão estritamente econômica desse fenômeno, portanto, cabe destacar a repercussão territorial dessa rede de FOA que vem se consolidando na cidade. As feiras acontecem em dias distintos e estão distribuídas em diferentes bairros, ocupando tanto espaços públicos como áreas comuns de empresas e órgãos públicos (Figuras 99 a 101). Dessa forma, a ocupação e a dinamicidade promovida no espaço público representam vitalidade. As FOA reúnem agricultores do Recife, de cidades da RMR e também do interior do Estado, apresentando-se uma forma de conexão da cidade com o cinturão verde que a envolve. Essa espécie de "infiltração" do rural no urbano configura-se como resistência, ainda que em pequena escala no cenário macroeconômico (Figura 102).

Figura 99

Recife: a capital das feiras orgânicas.

Fonte: Marco Zero.



Figura 100

Recife: a capital das feiras orgânicas.
Fonte: Marco Zero

**Figura 101**

Recife: a capital das feiras orgânicas.
Fonte: Trip Advisor.



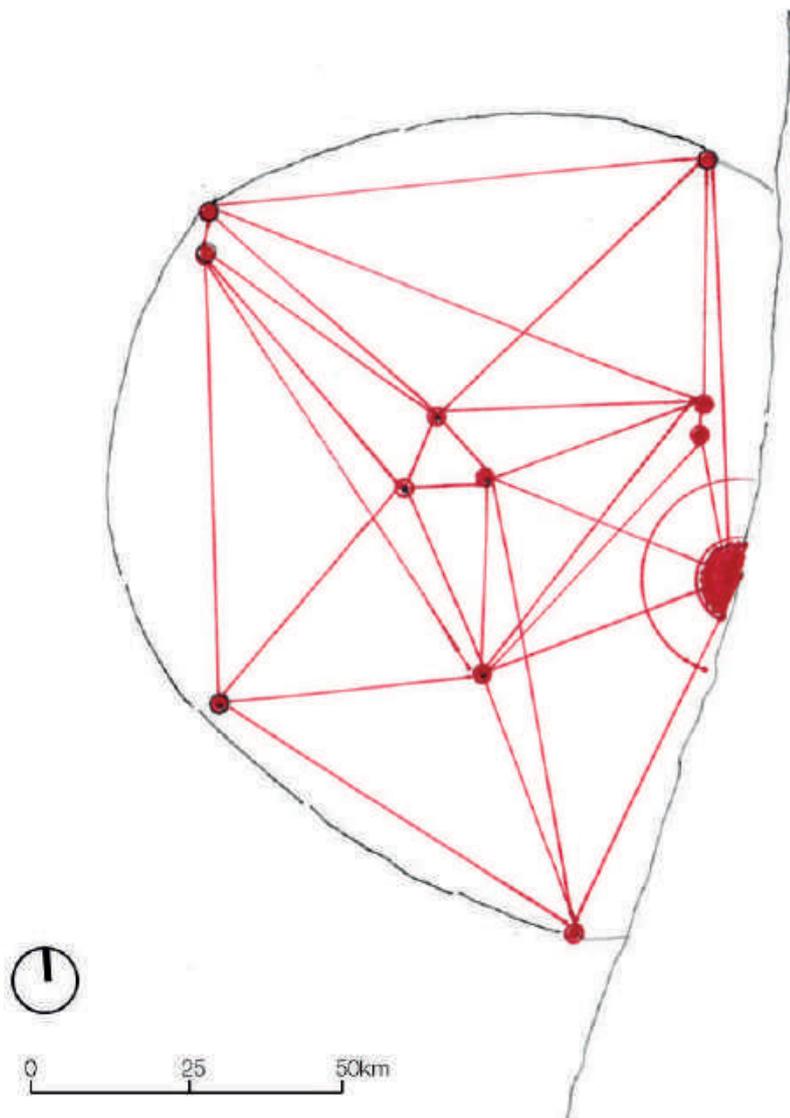


Figura 102
Esquema gráfico do movimento por uma rede de produção agroecológica como cinturão verde envolvendo a Região Metropolitana do Recife e seus entornos a estimular redesenho de novos espaços públicos na cidade.

2.2.3 Movimento 6: Redes do setor terciário contemporâneo

No Recife, a vocação para os setores de comércio e serviços atravessa os séculos, desde a sua fundação, quando centralizava a troca e a exportação de mercadorias na região e destacava-se enquanto porto, principalmente, para exportação de açúcar e importação das mais diversas mercadorias. Com uma economia fortemente dominada pelo setor terciário, no ano de 2010, das pessoas com 18 anos ou mais ocupadas na cidade, 1,45% trabalhava nos setores de utilidade pública, 19,36% no comércio e 59,59% no setor de serviços (PNUD, 2010) - registra-se ainda relevância dos setores da construção civil e da indústria de transformação.

Partindo da noção de cadeia produtiva enquanto "conjunto de articulações de atividades e ramos produtivos que promovem trocas de insumos e serviços para a produção final" e que envolve desde matéria prima, proces-

samento e beneficiamento a comercialização e distribuição dos bens ou serviços, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), órgão que compõe o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizou um estudo em 2011, identificando dez cadeias produtivas já estabelecidas ou com potencial de desenvolvimento no Recife.

Os parâmetros utilizados foram o adensamento de empresas, integração a lógica de mercado bem definida, capacidade de inovação e a exposição à concorrência externa. As informações foram adquiridas por meio de pesquisas em documentos técnicos e entrevistas com empresários e especialistas dos setores estudados. Além das cadeias da indústria de confecção e moda e, mais recentemente, a automobilística e a de energias renováveis, que o município apoia por meio do desenvolvimento de pesquisas e tecnologias e de ofertas de mão de obra qualificada, as cadeias produtivas instaladas e que apontam para a vocação econômica do Recife são: Complexo de Saúde; Economia Criativa; Editorial e gráfica; Eletrônicos e médico-hospitalar; Engenharia Consultiva; Farmacoquímica e farmacêutica; Logística; Naval, offshore, petróleo e gás; Tecnologia da Informação e Comunicação; Turismo (PREFEITURA DO RECIFE, s.d.)

Nesse sentido, destaca-se ainda o exemplo da Rede Gestão Empresarial, que reúne empresas de diversos segmentos e profissionais liberais da área de consultoria na tentativa de ampliar as possibilidades de troca e de crescimento do mercado local, com responsabilidade social e ambiental, entendendo patrimônio natural e construído, com foco na requalificação dos espaços públicos (calçadas, ciclofaixas, praças, quadras, bairros). As empresas envolvidas na iniciativa representam uma dinâmica de atividades profissionais empreendedoras, de forma articulada, de modo a potencializar a vocação de prosperidade do Recife, numa espécie de herança da tradição empreendedora do Estado, atrelada à melhoria do espaço urbano.

Todavia, quando, no início do século XXI, Recife passou a ser considerada a capital mais violenta do País, o grupo foi provocado a atuar de maneira mais direta com a dinâmica socioespacial da cidade: criou-se uma organização em forma de movimento que veio a ser intitulada Observatório do Recife (ODR). O objetivo deste movimento foi organizar os indicadores estratégicos da cidade para tentar entender as causas da violência detectada, bem como fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas eficazes não só em relação ao aspecto da segurança pública, mas, também, no que diz respeito às demais políticas públicas que impactassem a qualidade de vida na cidade.

Uma das atividades do Observatório do Recife, além da produção de indicadores estratégicos da cidade, e do fomento ao debate sobre eles, foi o incentivo às caminhadas para observação *in loco* das dificuldades e também belezas, inclusive históricas, do Recife, nas chamadas Caminhadas Dominieiras (Figura 103), gerando novas dinâmicas microeconômicas e, sobre-

tudo, novas relações urbanas que proporcionam trocas entre espaço público e seus usuários.



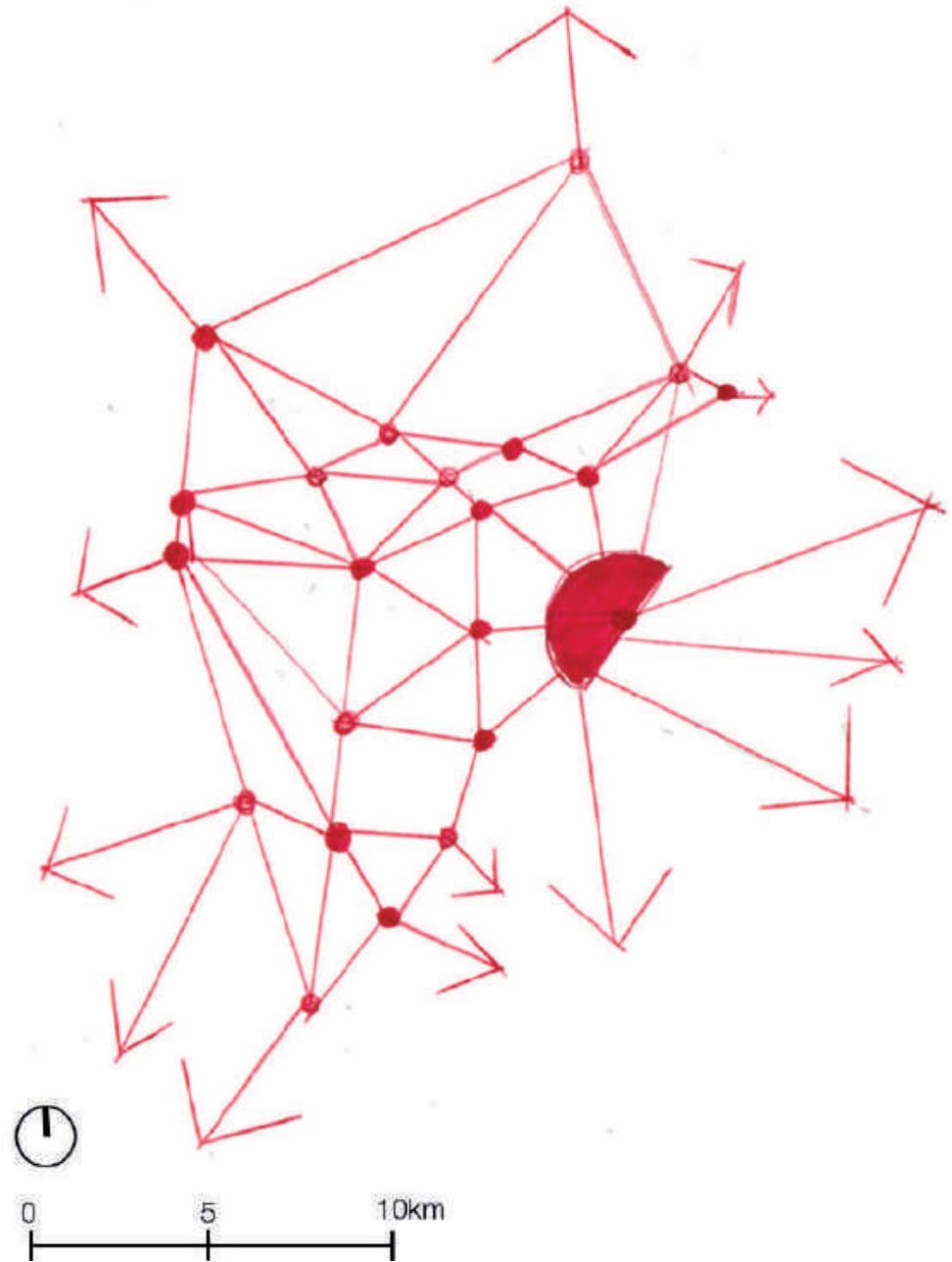
Na eleição municipal de 2012, alguns integrantes que participavam do Observatório do Recife e das caminhadas, com base nas observações e nos debates realizados, iniciaram uma discussão sistemática sobre o que consideravam importante para o Recife com o objetivo de realização de um diagnóstico e de consolidação de um conjunto de propostas para serem entregues ao prefeito eleito que tomaria posse em janeiro de 2013, consolidada no documento *O Recife que Precisamos* que por sua vez já se encontrava alinhada com alguns paradigmas adotados na campanha *The City We Need*. O projeto, construído em torno de cinco eixos, planejamento de longo prazo, controle urbano, rio Capibaribe, mobilidade e preservação do patrimônio (OBSERVATÓRIO DO RECIFE, s.d.), depois de entregue formalmente ao prefeito eleito, após a sua posse, com as sugestões sistematizadas, foi acrescido, ajustado e retomado nas eleições seguintes (2016 e 2020).

Para além de determinar o perfil econômico da cidade, o setor terciário revela-se enquanto potencial vetor de transformações socioespaciais no Recife na medida em que se vale da atuação econômica para ampliar debates em torno do desenvolvimento e prosperidade em sua concepção mais ampla (Figura 104).

Figura 103

Registro de uma Caminhada Domingueira, no Marco Zero do Recife.
Fonte: Grupo Caminhadas Domingueiras.

Figura 104
Esquema gráfico do movimento de desenvolvimento da rede de comércio de bens e prestação de serviços.



2.2.4 Síntese Gráfica da Alma Empreendedora

Tais *Movimentos Econômicos* revelam na cidade uma **Alma Empreendedora** (Figura 24), marcada por um conjunto de ações de dimensão econômica da cidade, podendo ser apreendida, assim, nos acontecimentos significativos que buscam prosperidade urbana (Figura 105).

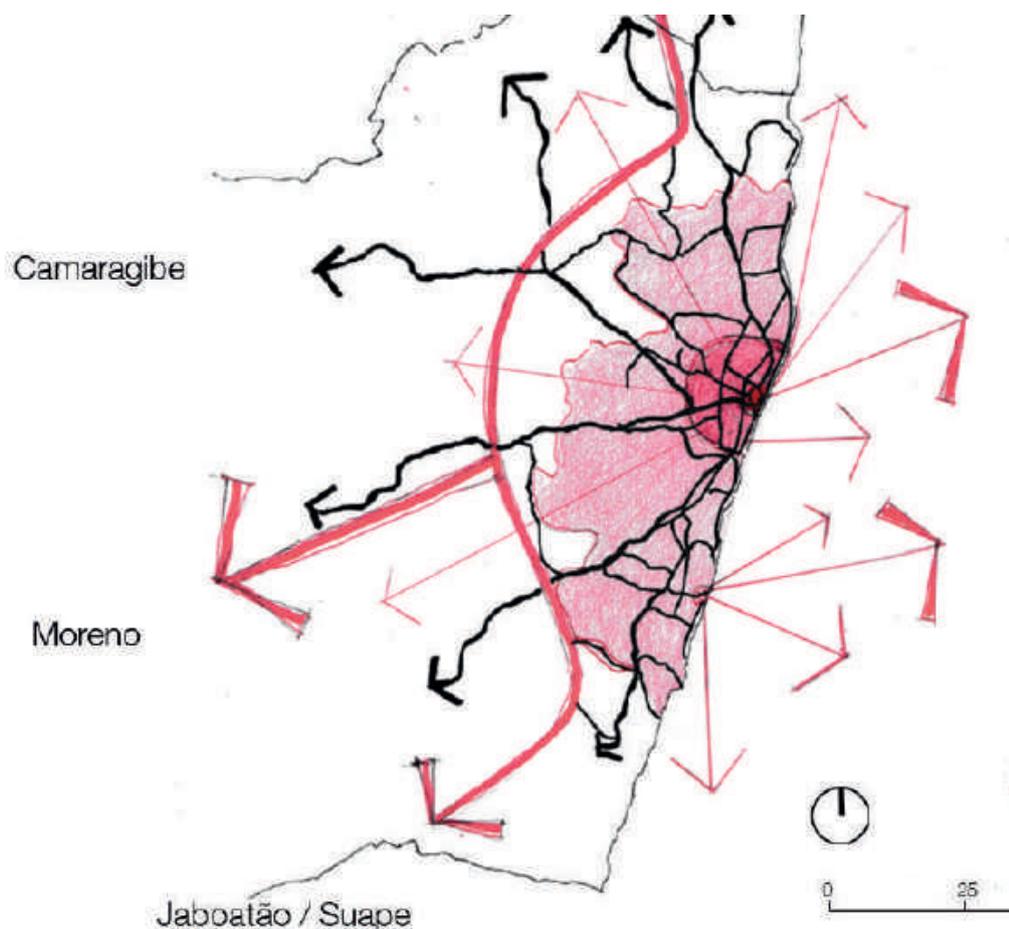


Figura 105
Recife como Hub econômico radial em Reinvenção.

2.3 Alma Combativa - revelada nos Movimentos por Moradia

Os *Movimentos por Moradia* são os acontecimentos significativos que clamam por justiça social frente às desigualdades e às exclusões com seus reflexos na dimensão espacial de habitar a cidade. Refletem a luta por uma cidade, a partir de seus habitantes, por espaços apropriados para se viver. Revelam uma tradição que se ancora na luta pelo direito à cidade e às maneiras de habitá-la, já que segundo Harvey (2014a), "o direito à cidade é, portanto, muito mais que um acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com os nossos mais profundos desejos" (p. 28).

Recife tem tradição combativa. Entre os movimentos combativos na história da cidade, destacam-se a expulsão dos holandeses, em 1654, e as lutas libertárias contra o império português, como a Revolução de 1817 (primeiro caso de uma região-estado, independente do país), a Confederação do Equador, em 1824 (movimento revolucionário de caráter republicano e separatista), e a Revolução Praieira (movimento de caráter liberal e federalista), entre outros.

Recife tem como especificidade a espacialização da desigualdade distribuída em todo o território: ao contrário de outras capitais brasileiras, em que a desigualdade é percebida no binário centro-periferia, na capital pernambucana a desigualdade é uma expressão morfológica em todo o tecido urbano, com comunidades populares de baixa renda presentes em praticamente todos os bairros da cidade. As áreas alagáveis foram deixadas vazias pela ocupação formal e, posteriormente, ocupadas pelos mocambos. Isso gerou um complexo mosaico na cidade, onde estão interligadas áreas formais, algumas ricas, a áreas informais e pobres.

Nessa dimensão dos Movimentos por Moradia existe um recorte social e étnico na sua construção. Os primeiros exemplos são as lutas combativas dos indígenas com os brancos portugueses decididos a ocupar e controlar o território, constituído de terras, aldeias e ocas. Destaca-se ainda o caso do Quilombo dos Palmares (1605-1694), comunidade localizada ao sul do Recife, entre Pernambuco e Alagoas, que tinha no Recife um ponto estratégico para sua repressão. Eram pessoas predominantemente negras, além de indígenas, fugidos da condição de cativo, que organizaram um corpo social composto de aproximadamente 6 mil pessoas distribuídas em 9 aldeias. Palmares formou-se como um estado, sendo considerado o maior, o mais organizado e nacionalmente significativo quilombo do Brasil, equivalente à terça parte do território de Portugal, segundo Carneiro (1966, apud GALEANO, 1981, p.96). Os neerlandeses da Companhia das Índias Ocidentais, em 1644, preocupados com a força daquele agrupamento, mandaram tropas para combatê-lo e foram derrotados (CARNEIRO, 1958). Apesar de ter sido violentamente reprimido, a memória dos seus acontecimentos fez com que a coroa portuguesa tivesse sob a sua tutela a sombra de Palmares.

Situado nas regiões próximas ao núcleo urbano do Recife, o Quilombo do Catucá, ou Malunguinho (1814-1835), duramente reprimido pelas autoridades da Província de Pernambuco, representava a força de uma complexa gama de sujeitos vindos de diferentes regiões da África que se solidarizavam uns com os outros na busca por um território onde pudessem viver livremente longe do jugo do cativo (CARVALHO, 2010).

A marca dos mocambos (CASTRO, 1956), como também eram conhecidos os agrupamentos de escravizados fugidos, fazia parte, não só do imaginário dos habitantes da cidade, como do seu cotidiano. Como é o caso do quilombo urbano da Ilha dos Ratos, situado no coração da cidade do Recife, no atual Parque 13 de Maio. Com o passar do tempo, sobretudo na região

Nordeste do Brasil, a palavra *mocambo* deixou de significar um lugar de escravizados fugidos para significar um tipo de habitação, casebres de barro com cobertura de palha, que não por acaso eram as casas de pessoas majoritariamente negras.

Esses mocambos são construídos, via de regra, nas terras menos valorizadas do Recife, nos alagados, nos mangues, nos terrenos de maré. [...] Por outro lado, esses mocambos têm contribuído grandemente para o trabalho de aterro e de drenagem da cidade alagada, continuando a tarefa inicialmente planejada pelos holandeses, domadores e domesticadores da água (CASTRO, 1956, p. 153).

É oportuno ressaltar que esses movimentos parecem estar em permanente conflito com uma cidade que se desenvolve, sobretudo, dentro da lógica da civilização do açúcar. O sistema social se materializa, portanto, em um contraste entre a casa grande (moradia dos senhores de engenho de açúcar) e a senzala (moradia dos escravos nos engenhos de açúcar), os sobrados (moradia urbana da população mais favorecida) e os mocambos (moradia urbana da população menos favorecida), que atravessa os séculos evidenciando a desigualdade como marca social da cidade. Como aponta o sociólogo Gilberto Freyre, esse contraste revela "a quebra da acomodação e a constituição de novas relações de subordinação, de novas distâncias sociais, de novos antagonismos entre os dominadores e os dominados" (FREYRE, 1961, p. XXI).

Os Movimentos por Moradia no Recife cruzam os séculos e continuam a se manifestar sob o nome de outras lutas, como a da Liga Mista dos Moradores Pobres de Afogados, que pela permanência dos seus mocambos se organizaram e fizeram valer seu direito à moradia. Ou mesmo, o bairro de Brasília Teimosa, que durante os anos 1950 e 1960 se consolidou, através de intensa luta de seus moradores para permanecerem nas terras por eles ocupadas, pelo direito à terra, o acesso à moradia e à cidade. Foi a partir de movimentos como estes que o território da cidade passou a ter um reconhecimento formal para a salvaguarda dessas áreas, através das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) (FISCHER, 2020), instrumento normativo de natureza urbanística, criado em 1983, fundamental para a permanência da população em regiões marcadas pela desigualdade de uma cidade excludente.

Tratam-se, assim, de Movimentos por Moradia, em torno do acesso ao habitat urbano nos diversos territórios da cidade. A temática da moradia se mostra central, sendo marcada por combate entre o mercado imobiliário local e as frentes em prol da habitação popular. Essas comunidades de baixa renda, inseridas em praticamente todos os bairros da cidade, recebem pressão do mercado imobiliário com seus projetos.

Nas últimas décadas, conforme apresentado no Corpo Manhattan Tentacular, a percepção das desigualdades sócioespaciais se agravaram. Amparada por legislação urbana, a produção massiva de edifícios verticais amuralhados, assentados em bases com função de garagens para automóveis,

isolados da dinâmica urbana, contribuiu para gerar uma cidade mais insegura e desigual. Soma-se à desigualdade socioespacial a inação do governo municipal e estadual em relação ao déficit habitacional. Nos últimos trinta anos, os recursos foram concentrados no governo federal, e, mais recentemente, no programa Minha Casa Minha Vida, com foco na construção de residências desintegradas da malha urbana.

Nesse contexto, observa-se no Recife o surgimento de uma série de iniciativas, sobretudo por parte da sociedade civil organizada, em busca de uma cidade construída e experimentada democraticamente, com vistas a garantir o direito a uma cidade mais democrática, uma cidade para todos (HARVEY, 2014).

Os Movimentos investigados são: *ZEIS - Brasília Teimosa*; *Movimento Ocupe Estelita (MOE)* e *Beira Rio Graças*.

2.3.1 Movimento 7: Beira Mar de Brasília Teimosa

O termo Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) teve origem em 1983, com a publicação da Lei Municipal do Uso do Solo no Recife, configurando-se como "instrumentos urbanísticos que definem áreas da cidade destinadas para construção de moradia popular" (SDRU, s.d.). Resultado da luta de líderes comunitários desde a década de 1960, "as ZEIS são uma categoria de zoneamento que permite o estabelecimento de um padrão urbanístico próprio com regras especiais, mais permissivas, para determinadas áreas da cidade" (SDRU, s.d.) e refletem discussões acerca do direito à cidade (MORAES, 2019). As ZEIS têm como objetivo geral incorporar a cidade clandestina à cidade legal, reconhecendo a diversidade local no processo de desenvolvimento urbano e estimulando a regularização fundiária (FONSECA, PASTICH, DA SILVA, 2014). Em 2021, registrava-se um total de 66 zonas na cidade, e mais de 50% da população vivendo nesses espaços. Ou seja, pode-se dizer que mais da metade da cidade do Recife é de ZEIS e Comunidade de Interesse Social (CIS), revelando uma acentuada desigualdade socioespacial.

A primeira ZEIS instituída no Recife foi a de Brasília Teimosa, um local privilegiado próximo ao centro e à Zona Sul, com uma alta densidade construtiva. O nome Brasília é uma alusão à construção da capital Brasília, já o adjetivo veio pelo fato de a consolidação da comunidade ter-se dado pelas sucessivas tentativas dos habitantes, que construam suas moradias à noite, enquanto a polícia derrubava durante o dia - o nome do local faz, portanto, alusão à resistência dos seus habitantes, mesmo vivendo, geralmente, em condições insalubres. A área era inicialmente conhecida como Areal Novo por ter sido fortemente aterrada para receber uma ampliação do Porto do Recife (o que acabou não acontecendo) e foi primeiramente ocupada por trabalhadores e pescadores do bairro do Pina (FERNANDES, 2010). A região, portanto, apresenta um histórico de combate pela posse da terra, com diversas tentativas de retirada dos moradores locais por grandes grupos com poder econômico e político (SALES, 2017).

A partir de Brasília Teimosa como referência surgiu o projeto da ZEIS e apesar do histórico de disputas, o local conseguiu resistir ao longo das décadas (ALBUQUERQUE, 2006). Entre os fatos mais recentes, destaca-se o remanejamento das palafitas da beira mar e a criação do projeto “Brasília Formosa”, que incluiu a construção de uma avenida homônima no local (imagem 27). A luta dos moradores, portanto, possibilitou a permanência histórica de uma comunidade à beira mar que continua sendo pressionada pelo mercado imobiliário diante da sua peculiaridade paisagística entre mar, arrecife e rio, centro histórico e porta da Zona Sul da cidade, esta última marcada por habitações de alto poder aquisitivo (Figuras 106 a 111).



Figura 106

Água do mar quebrando nos arrecifes próximos às palafitas na comunidade de Brasília Teimosa. Fonte: GOMES, 2017.

Figura 107

Ato simbólico do primeiro mandato do Ex-Presidente

Lula em visita a Brasília Teimosa, como ação simbólica de combate às condições de pobreza, representadas historicamente pela precariedade das palafitas.

Fonte: Disponível em:

<<<https://pt.org.br/brasilia-teimosa-simboliza-compromisso-de-lula-com-moradia>>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

**Figura 108**

Vista aérea de Brasília Teimosa, sentido Norte, antes da construção da Avenida Beira-Mar.





Figura 109
Vista aérea de Brasília Teimosa, sentido Norte, com a avenida Beira-mar construída. Vista do Centro Histórico do Recife à esquerda.



Figura 110
Vista aérea de Brasília Teimosa, sentido Sul, entre mar e rio. Zona Sul da cidade ao fundo.

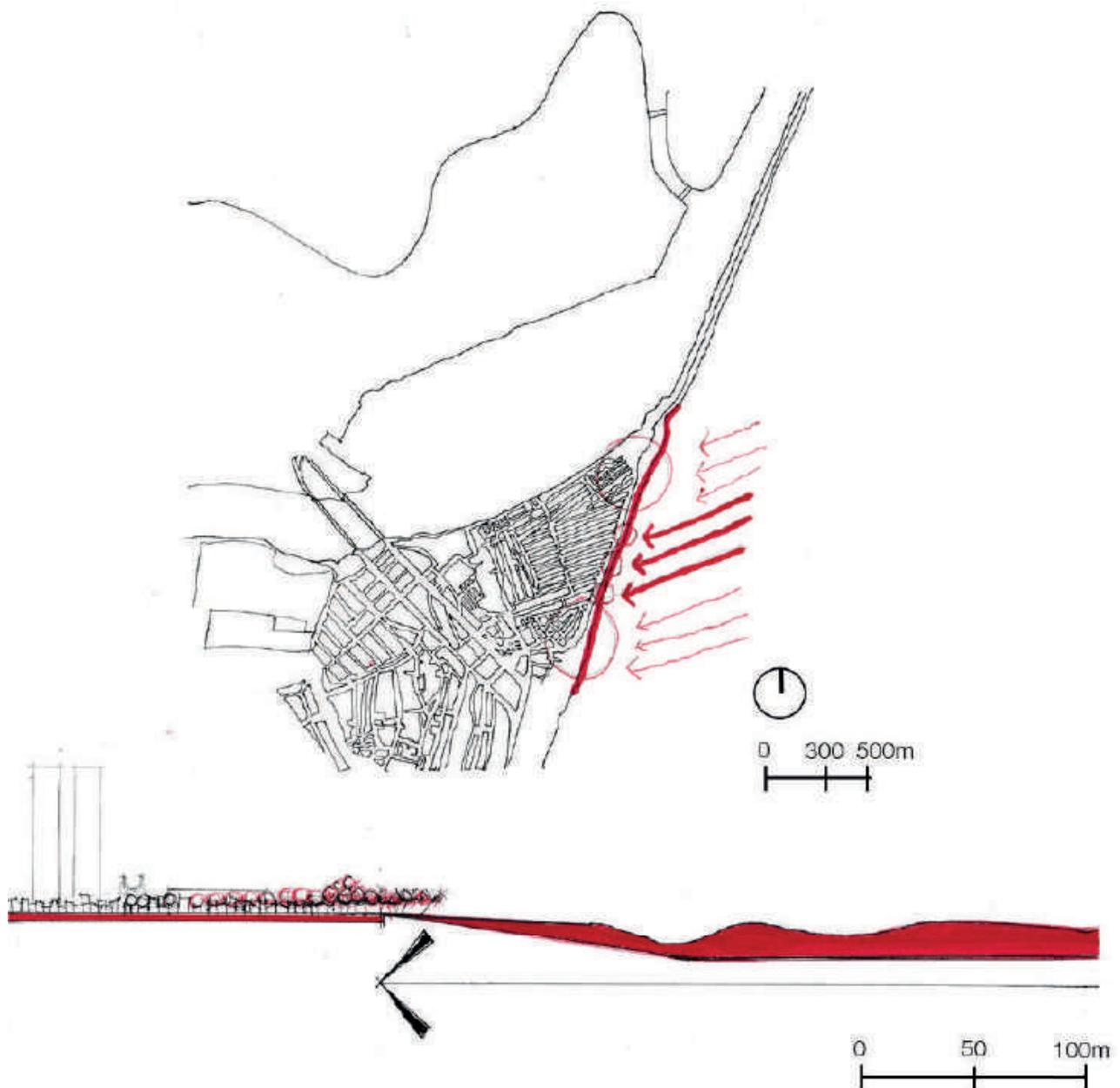


Figura 111

Esquema gráfico do movimento pioneiro por conquista de moradia em frente marinha na Zona Sul do Recife através da instituição legal da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

2.3.2 Movimento 8: Movimento Ocupe Estelita (MOE)

O movimento Ocupe Estelita (MOE) teve início em 2012 como resposta ao projeto Novo Recife (viabilizado através do leilão Consórcio Novo Recife) - empreendimento imobiliário liderado por grandes construtoras da cidade em 2008, em uma área de aproximadamente 10,1 hectares, chamada de Cais José Estelita, formada por um conjunto de galpões antigos em uma região central e de frente d'água da cidade do Recife. O projeto habitacional previa a construção de 12 torres residenciais e comerciais de alto padrão com um gabarito de até 40 andares (CARDOSO, NASCIMENTO, 2018) - em uma área cujo *skyline* é predominantemente horizontal, dando as costas à cidade histórica (Imagem 18 a e b). Portanto, "a disputa pelo destino da região envolve interesses econômicos, debate sobre desenvolvimento urbano e noções de espaço público e privado" (FIGUEIREDO, CAVALCANTI, 2019, p.108).

O fato de não terem sido apresentados projetos de impacto de vizinhança e ambiental pelo Consórcio, além de críticas sobre o impacto na paisagem, a preservação do patrimônio e a mobilidade motivaram manifestações contrárias ao projeto por uma parcela da sociedade, que se organizou para contestar o projeto e discutir o direito à cidade. Ainda em pauta estava a localização: no bairro histórico de São José, um bairro fundamentalmente habitacional, onde não houve respeito pela massa edificada (CARDOSO, NASCIMENTO, 2018).

Em poucas palavras, o conjunto Cais José Estelita, sejamos contra ou a favor da sua demolição, é parte da história do Recife e uma discussão sobre os seus rumos não pode ser tangenciada exclusivamente pelos interesses do capital imobiliário e sem a devida transparência pública e participação social (MARTINS, MOREIRA, 2014).

O movimento se manifestou na forma de protestos, ocupações do Cais – no modelo de outros *occupy* -, intensa mobilização, debates e encontros contra a forma de especulação imobiliária. Assim, o Ocupe Estelita se caracterizou como um movimento de luta pelo direito à cidade, ganhando notoriedade internacional¹⁰ e destaque na memória política recente. O uso das redes sociais também foi um forte aliado para propagação, articulação tática e divulgação das discussões e demandas.

[...] reivindicamos para a área do Cais José Estelita um projeto de uso misto, com área comercial, de lazer e residencial, destacando 30% das moradias para habitação popular. Desejamos ainda construções que se integrem de maneira coesa com a paisagem e a dinâmica daquela

10 O evento foi notícia em veículos como o The New York Times: <https://www.nytimes.com/2015/10/03/world/americas/brazilian-protester-shot-with-rubber-bullet-for-knocking-officers-cap-off.html>

região, respeitando os patrimônios históricos tombados e integrando as comunidades vizinhas ao Cais (MOE, 2015 apud COSTA, 2016).

Apesar das irregularidades no processo e das críticas ao projeto, o Consórcio Novo Recife iniciou a demolição do Cais José Estelita no início de 2014. Assim, o MOE ocupou permanentemente o local como forma de barrar as obras (AZEVEDO, SOUZA, CADENA, 2019), tendo sido registrados episódios de embate direto dos manifestantes com forças policiais.

Foram quase trinta dias até uma reintegração de posse violenta, no dia 17 de junho de 2014 - simbolicamente realizada durante um jogo da seleção brasileira de futebol pela Copa do Mundo. Em seguida, os manifestantes ainda se mantiveram acampados por cerca de um mês do lado de fora do terreno, embaixo do viaduto Capitão Temudo, além de ocuparem também a prefeitura, exigindo negociação e alterações nas diretrizes do projeto (AZEVEDO, SOUZA, CADENA, 2019).

A relevância do MOE¹¹ deu-se, sobretudo, pelo suscitamento e pela visibilidade em escala local, nacional e internacional de questões acerca da cidade como espaço de inclusão social e do envolvimento dos cidadãos na viabilização da cidade como espaço para todos. Além disso, apesar de o movimento não ter sido suficiente para evitar a construção das torres no local, a mobilização teve reflexo no projeto proposto pelo Novo Recife, que passou por ajustes e revisões para ampliar a permeabilidade e o parcelamento do terreno, integrar as novas construções à parte histórica da cidade e reduzir os impactos na malha urbana e na paisagem (Imagem 28 c). Assim, o MOE integrou diversos coletivos que provocaram um debate nacional com repercussão internacional sobre direito à cidade para todos, com foco principal na questão habitacional, além de alguns de seus manifestantes serem recebidos na sede da ONU em Nova York (Figuras 116 a 125).

O fenômeno do Movimento Ocupe Estelita estimulou a multiplicação de novos coletivos na defesa das mais variadas temáticas urbanas, colocando em questão o modelo vigente de cidade.

11 O MOE suscitou um conjunto de diversas pesquisas e teses na temática, além de interessados como David Harvey que deu uma aula no local sobre direito à cidade.



Figuras 112 e 113

Primeira versão do projeto do projeto Novo Recife. Disponível em: <<<http://hallsocial.leijaja.com/tags/projeto-novo-recife>>> e <<<https://atalmineira.com/2012/11/30/povo-se-mobiliza-contraprojeto-novo-recife/>>>. Acesso em: 24 de maio 2022.



Figuras 114 e 115

Redesenho do projeto Novo Recife depois de reivindicações por parte da população. Disponível em: <<<https://www.cbnrecife.com/artigo/obras-do-projeto-novo-recife-devem-ser-retomadas-apos-aval-do-pleno-do-tjpe>>> e



Figuras 116 a 124

O Movimento Ocupe Estelita: a cidade é nossa, OCUPA-A. Fonte: Direitos Urbanos



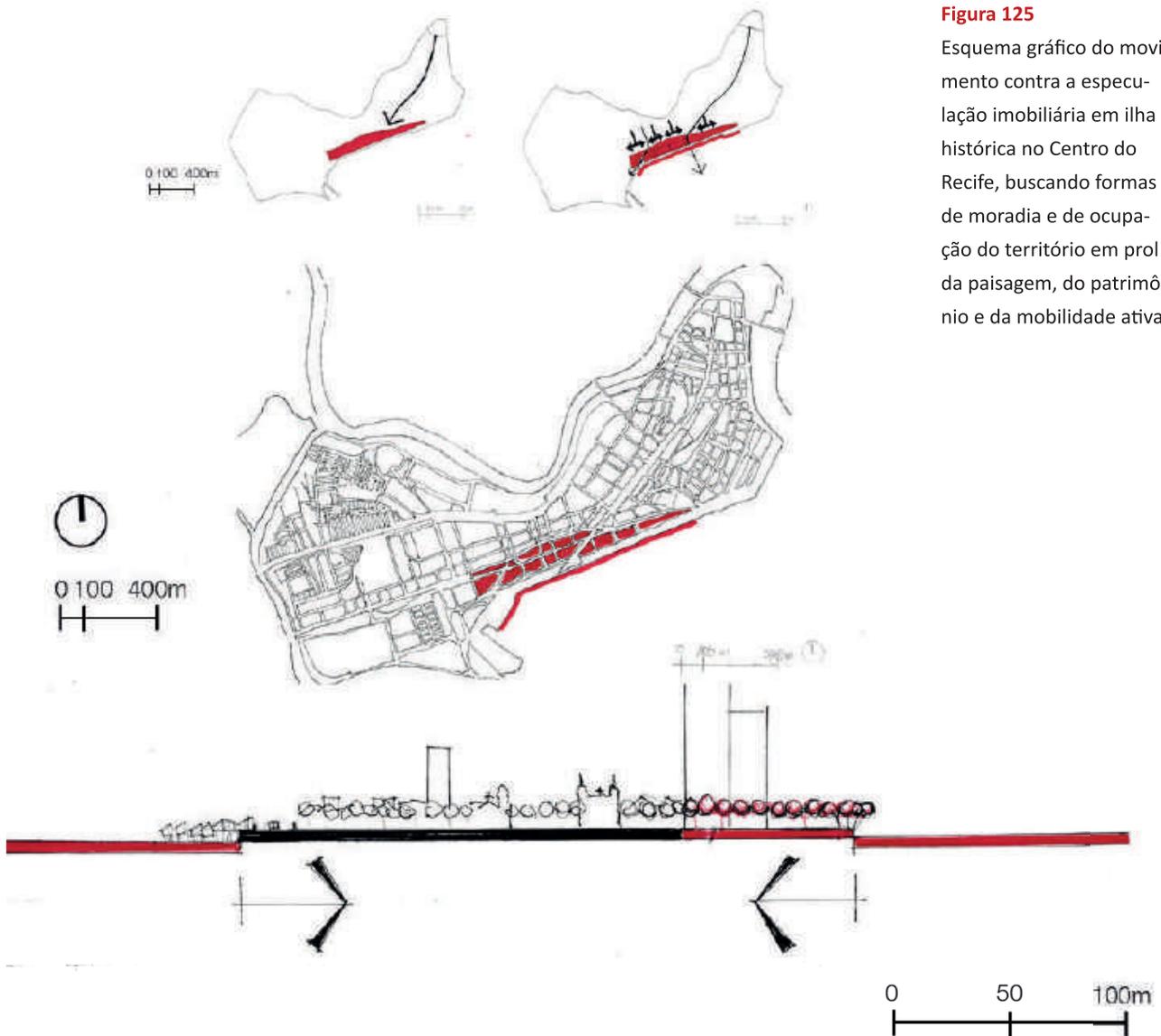


Figura 125
Esquema gráfico do movimento contra a especulação imobiliária em ilha histórica no Centro do Recife, buscando formas de moradia e de ocupação do território em prol da paisagem, do patrimônio e da mobilidade ativa.

2.3.1 Movimento 9: Beira Rio Graças

O movimento em prol da Beira Rio nas Graças, bairro de classe média alta, com tráfego intenso de veículos, engarrafamentos e falta de espaços públicos verdes também revela o caráter combativo do Recife. As propostas iniciais da Prefeitura do Recife, que datam da década de 1980, apresentavam uma visão rodoviária com veículos em ambas as margens do Rio Capibaribe e contavam com a implantação de quatro faixas entre as pontes da Torre e da Capunga, além de um elevado sobre o rio, com velocidade de 60km/h e sem semáforos (MONTEIRO, VIEIRA, DA MONTEZUMA, 2019). Com o anúncio da liberação do financiamento para o projeto de abordagem rodoviária em 2013, seguido do lançamento do Parque Capibaribe¹², sem incluir o referido trecho, em 2014, houve reação de um grupo de moradores locais, que se

12 Ver case do Parque Capibaribe em Alma Ecológica.

organizaram através da Associação Por Amor às Graças para garantir que seus anseios fossem considerados pelo poder público.

Temos como proposta, promover a integração das pessoas e o estreitamento das relações de amizade, a fim de resgatar o sentimento de união e solidariedade existente nos primórdios das Graças. Atuaremos de forma positiva, sem esperar indefinidamente pelo Poder Público, com a realização de campanhas educativas, eventos comunitários e discussões sobre a realização de obras no bairro. [...] Vamos cobrar do Poder Público, o cumprimento das leis e aplicação correta dos tributos na conservação e melhoria do bairro (FACEBOOK, 2019 apud CORTIZO, 2020, p. 32).

Correspondendo a uma elite intelectual privilegiada socioeconomicamente, o grupo buscou formas distintas e complementares de fazer com que o poder público suspendesse o projeto com foco estritamente rodoviário e utilizasse no bairro das Graças o conceito adotado no projeto Parque Capibaribe, realizado em cooperação entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Prefeitura da Cidade do Recife. O projeto previa uma articulação com as margens do Rio e o equilíbrio entre os diferentes meios de transporte, priorizando os veículos não motorizados (MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA, 2020). Assim, a Associação se valeu não apenas de assembleias com a vizinhança, grupo no Facebook e eventos no bairro, mas também de matérias nos jornais, articulação com representantes estratégicos do poder público e audiência com o prefeito. O grupo também estabeleceu intenso diálogo com os pesquisadores envolvidos no projeto. Inicialmente resistente à mudança sob a justificativa de dificuldades impostas pela fonte de financiamento (o então Ministério das Cidades). O poder municipal, a partir da provocação insistente dos moradores, buscou a substituição do projeto com manutenção da verba, garantindo que o Parque Capibaribe pudesse se estender até o referido trecho.

O resultado desse período de discussões, que durou dois anos, foi a priorização da mobilidade não motorizada, junto à criação de ruas compartilhadas para carros e bicicletas, em sentido único e velocidade limitada a 30 km/h, uma solução que concilia mobilidade ativa e integrada aos ideais de qualidade de vida do Parque Capibaribe (MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA, 2019, p. 251).

O desfecho dessa disputa, portanto, revela um fenômeno de consonância entre poder público, sociedade civil organizada e academia no processo de produção do espaço urbano (Figuras 126 a 129).

[...] a Associação por Amor às Graças conseguiu estabelecer ligações relevantes e tensionar as relações da rede no sentido de construir um espaço de discussão em torno de um projeto alternativo para o espaço urbano naquele bairro, mais relacionado aos desejos coletivos do grupo. Esses tensionamentos foram o ponto de partida para a mudança de projeto e também contribuíram com o desenrolar político das negociações que levaram à assinatura da ordem de serviço para a construção

da Via Parque. [...] em que pese se tratar de um grupo socioeconomicamente privilegiado, entedemos que os agenciamentos realizados pela Associação evidenciam o exercício do direito à cidade, pois a atuação dos moradores se deu no sentido de, coletivamente, e até mesmo em colaboração com o poder público - contratos de compatibilidade temporários (CERTEAU, 1994) -, construir o desejo do bairro e encontrar formas de fazer com que esse desejo fosse considerado pelo poder público (CORTIZO, 2020, p. 102).



Figuras 126 e 127

Concentração dos barqueiros para embarque dos moradores das Graças. Fonte:- MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 248.



Figuras 128

Queima virtual de pneus pela Beira Rio das Graças em julho de 2016

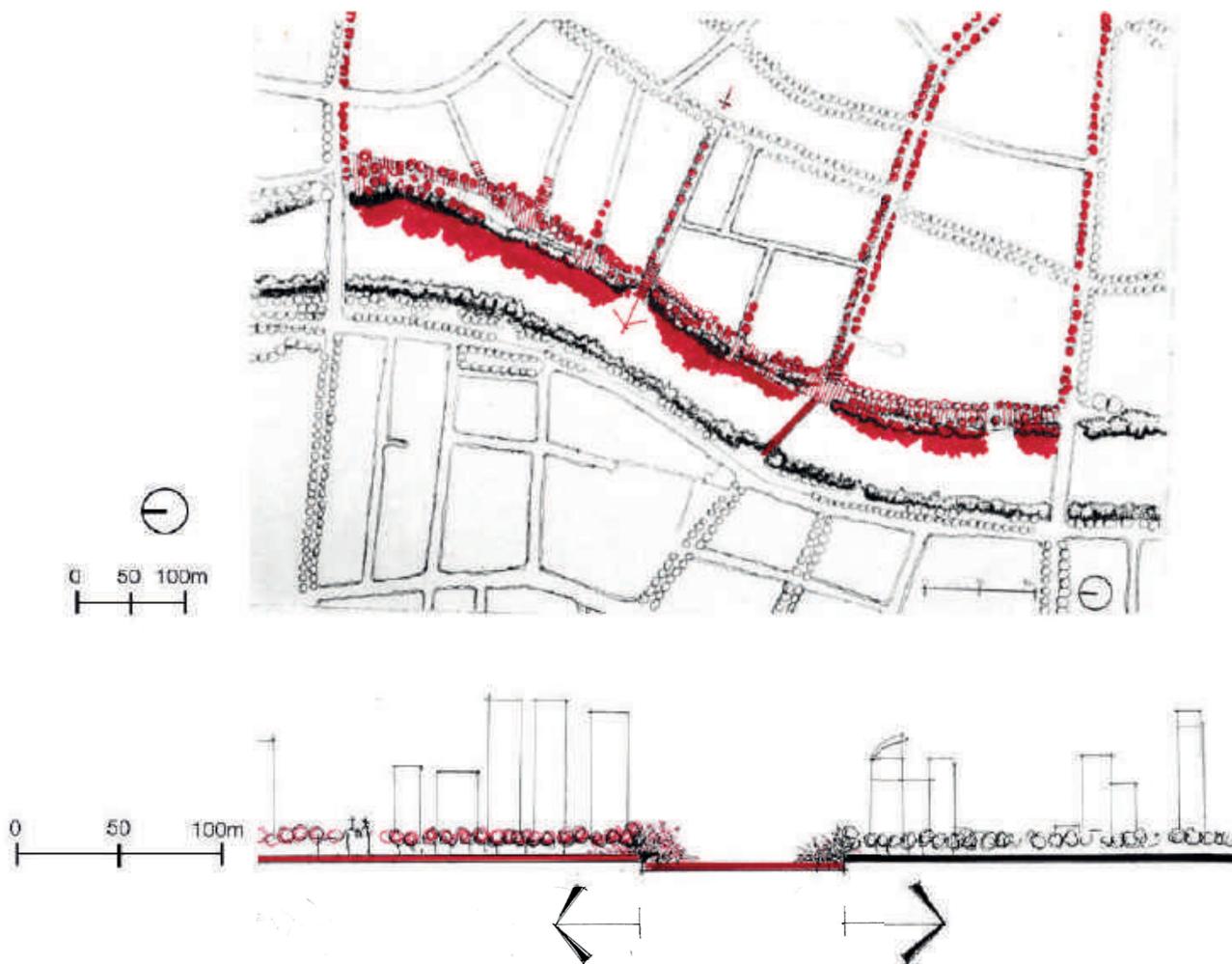


Figura 129 2.3.4 Síntese Gráfica da Alma Combativa

Esquema gráfico do movimento contra a rodoviari-zação e pela viabilização de um parque à beira rio na Zona Norte do Recife.

Diante desse histórico e da desigualdade social, política, econômica e espacial agravada ao longo dos séculos, os *Movimentos por Moradia* traduzem-se na **Alma Combativa do Recife** (Figura 130). Essa expressão da alma revela o conjunto de ações que se refletem, muitas vezes, na reunião de pessoas em prol de um objetivo comum, seja político, artístico, de mudança de cultura, entre outros, às vezes contra decisões do poder público, geralmente no que concerne a projetos urbanos ou ao destino dado às áreas de uso público a fim de imprimir novos paradigmas relacionados à maneira de vivenciar a cidade e, principalmente, na luta por um habitar digno.

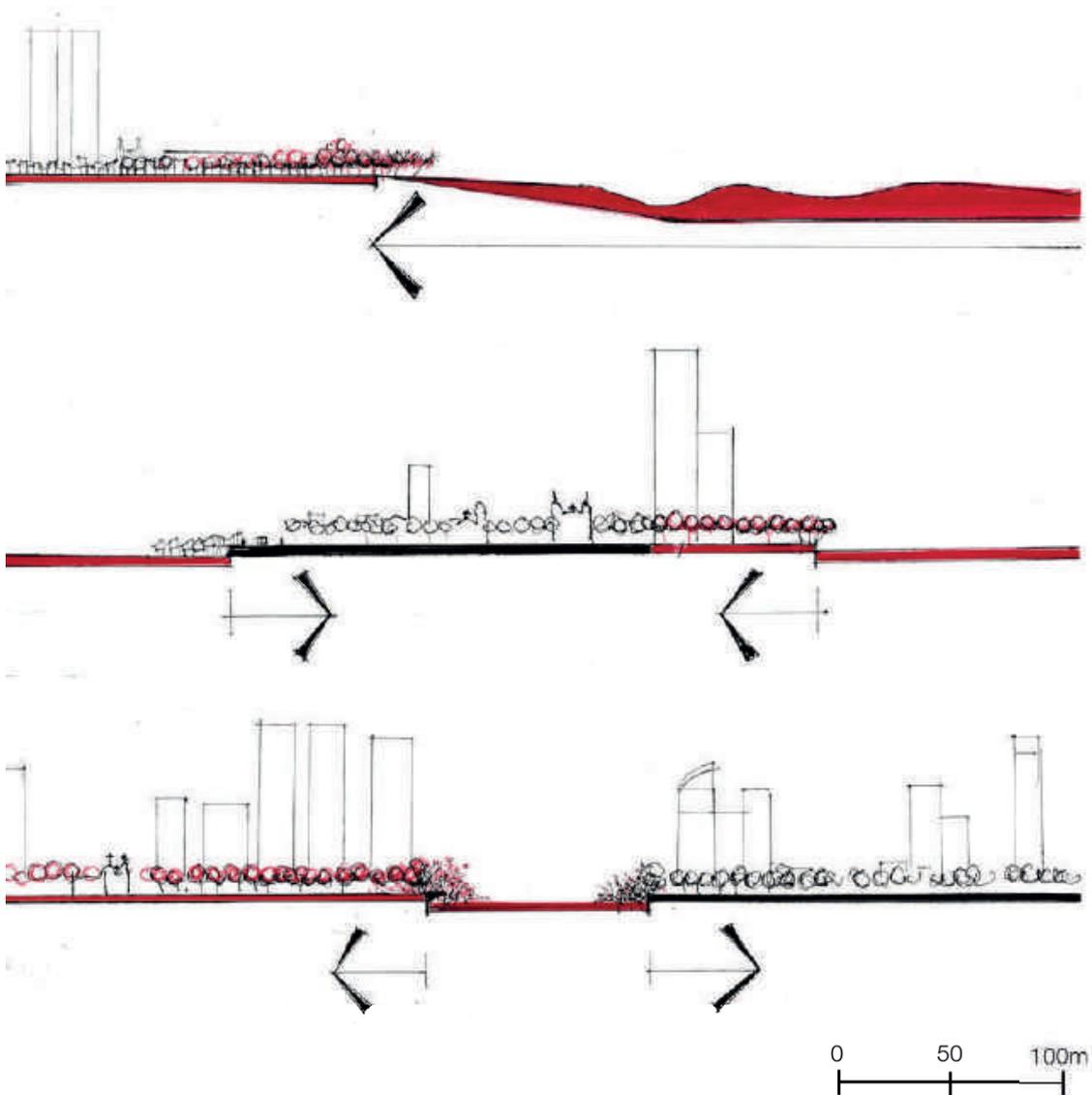


Figura 130

Moradia e ocupação das frentes d'água do Recife em Reinvenção.

2.4 Alma Poética - revelada nos Movimentos Culturais

Os *Movimentos Culturais* são os acontecimentos significativos que conectam as práticas e imaginários da sociedade às formas de expressão em suas múltiplas linguagens artísticas, gerando o sentimento de coletividade e de pertencimento, fundamentais na construção das identidades regionais. A noção de *cultura* aqui definida refere-se a uma dupla acepção. De um lado, conecta-se com definições que entendem este campo como um sistema integrado de símbolos que compõem os significados atribuídos pelos sujeitos. De outro, ao mesmo tempo, refere-se às práticas sociais com implicações direta na composição do mundo social. Assim, a compreensão ampliada do conceito *cultura*, no qual os sujeitos moldam e são moldados

pelas relações sociais, é fundamental para entendermos as relações de longa duração que permeiam o nosso cotidiano, e como estas forjam identidades e formas coletivas de se ver o mundo (SEWELL JR, 2017).

O Recife, diante de sua complexa formação social, possui significativa diversidade de práticas culturais. Relatos de memorialistas portugueses e holandeses que estiveram nos primeiros anos da colonização (séculos XVI e XVII) na capital Olinda e no seu porto Recife dão conta de um ambiente de natureza exuberante - descrições eloquentes da generosidade ambiental presente na diversidade e exotismo local imprimiram uma aura de beleza e poesia que o Recife parece carregar até hoje nas expressões de sua cultura material e imaterial.

Desde os primórdios, o modelo econômico implantado pelos portugueses na capitania de Pernambuco, apontado para o protagonismo da cana-de-açúcar, se revelou determinante na constituição do cenário social e cultural que se delineou no Recife. A monocultura canavieira espalhou seus efeitos através de rígidos valores, costumes, credences e manifestações artísticas. Ao mesmo tempo em que os canaviais transformavam drasticamente a paisagem geográfica do Recife e dos seus arredores com os desmatamentos florestais, serviam de berços para uma cultura genuína escravocrata.

Frutos do universo que se desenvolveu em torno da cana-de-açúcar são os movimentos artísticos denominados *brinquedos populares*, ainda hoje presentes na cultura da cidade, como o Cavalinho, o Maracatu e os Caboclinhos. Forte conexão com as religiosidades, nas suas diversas matrizes, marcou profundamente as manifestações culturais, consequência da complexa formação social do povo que constituía o lugar. Elemento essencial para entender esses *movimentos* no Recife e como se relacionam com a territorialidade. Ao se lançar um olhar histórico é possível perceber o quanto as práticas culturais contemporâneas estão ancoradas em um lastro de historicidade. O catolicismo ibérico e as religiões afro-indígenas brasileiras produziram insumos que são apropriados e reapropriados de múltiplas maneiras, imbricando-se uns com os outros.

Existem poucas pesquisas sobre quais práticas culturais indígenas influenciaram de modo determinante as formas de expressão na capital pernambucana. Mas desde, pelo menos, o século XVII as hibridizações entre esses grupos e os escravizados trazidos de África, são verificáveis em registros históricos, eram pessoas distintas que se congregavam em torno das suas crenças. Crenças estas que se hibridizavam e se traduziam no território. Exemplo fundamental nesse sentido é o caso da *Irmandade do Rosário dos Homens Pretos*, composta sobretudo por homens negros que construíram de maneira coletiva uma Igreja (1654) no atual Bairro de Santo Antônio. O templo do *Rosário dos Homens Pretos*, desde 1938 considerado um patrimônio histórico brasileiro, trazia o signo do catolicismo com seus altares e santos, mas ao mesmo tempo realizava a histórica coroação do Rei do Congo, uma espécie de constituição de autoridade de um homem

negro como uma liderança daquele grupo (MACCORD 2003). Nestas ocasiões havia batuques e festas que foram centrais no desenvolvimento dos Maracatus-nação (SILVA, 1999).

Assim como a irmandade do Rosário, mencionada acima, várias outras também de recorte étnico passaram a se organizar e construir seus próprios templos, como é o caso da Igreja do Livramento (irmandade de pardos), a do Rosário da Boa Vista (irmandade também de negros), sem contar os grupos devocionais que se conectavam através de atividades laborais, como a Irmandade de São José do Ribamar, que congregava os artífices do bairro de São José. Essas pessoas conectados através de crenças religiosas, praticavam as suas sociabilidades que resultavam em expressões culturais.

Essas interações se refletiam, através dos séculos, em formas artísticas que hoje são consideradas patrimônios imateriais da humanidade, o frevo, e do Brasil, o maracatu. Expressões artísticas que, ao seu modo, contribuía com a construção da materialidade da cidade. Praticadas por sujeitos imersos em um universo religioso e de relações de trabalho mobilizam os *Movimentos Culturais*.

Essas formas artísticas, muitas vezes atribuídas como o *popular*, serviram de base para a consolidação de outras linguagens, nas quais se delineia um *Movimento Cultural Identitário-Regionalista*. As cores, os passos e o apelo estético das manifestações culturais trouxeram para o pioneiro Movimento Regionalista de 1926, e seus desdobramentos, uma fonte quase inesgotável de inspiração. Não é gratuito que mais tarde, nos anos de 1950, tenham surgido movimentos de pintores e gravuristas, como o Ateliê Coletivo que propôs experiências estéticas inovadoras tendo a beleza e a unicidade das expressões locais (PAZ, 2015). Posteriormente, tem-se, na década de 1970, o Movimento Armorial, uma frente artístico-cultural que tinha como objetivo a criação de uma arte erudita a partir da valorização das artes populares nordestinas, com elementos da cultura vernacular. Esse movimento gerou manifestações artísticas de diversos gêneros: música, teatro, dança, literatura, arquitetura, artes plásticas, gravura, cinema, dentre outras formas de expressão.

A Arte Armorial Brasileira é aquela que tem como traço comum principal a ligação com o espírito mágico dos “folhetos” do Romanceiro Popular do Nordeste (Literatura de Cordel), com a Música de viola, rabeca ou pífano que acompanha seus “cantares”, e com a Xilogravura que ilustra suas capas, assim como com o espírito e a forma das Artes e espetáculos populares com esse mesmo Romanceiro relacionados (SUASSUNA, 1975).

Essa amálgama de práticas artísticas foi irradiada para a música, fotografia e outros campos. É na diversidade que a cidade encontra sua maior expressão e não há maneira mais fecunda de traduzir isso do que a cultura e as suas mais distintas formas de se representar no espaço

urbano. Destacam-se, nessas três décadas, os Movimentos: *Manguebeat*; *Cinema pernambucano* e *Carnaval Multicultural*.

2.4.1 Movimento 10: Manguebeat

As palavras abaixo fazem parte do manifesto *Caranguejo com Cérebro*, trecho que abre o *Recife em reinvenção*, nesta investigação (p. 21). O manifesto marcou o início de um sistema estético e deixou seu traço definitivamente como Movimento Cultural do Recife.

Emergência! Um choque rápido ou o Recife morre de infarto! Não é preciso ser médico para saber que a maneira mais simples de parar o coração de um sujeito é obstruindo as suas veias. **O modo mais rápido, também, de enfartar a alma de uma cidade como o Recife é matar os seus rios e aterrar os seus estuários.** O que fazer para não afundar numa depressão crônica que paralisa os cidadãos? [...] Basta injetar um pouco de energia na lama e estimular o que ainda resta de fertilidade nas veias do Recife (LIRA, 2014, p. 21, grifo nosso).

O "grito" de um grupo de jovens, que em princípios da década de 1990 denuncia a morte iminente da cidade pela profunda "inanição cultural" e material dos seus habitantes foi a força motriz do movimento, hoje já histórico, mas que continua com seus desdobramentos em diversas linguagens artísticas (Figuras 131 e 132). O Manguebeat trouxe consigo dupla reabilitação: de um lado, renovação musical no ritmo pulsante que hibridizou os tambores afro-brasileiros com as guitarras elétricas, e do outro, a paisagem do mangue como encontro com a origem de uma cidade anfíbia, tal qual historicamente se constituiu o Recife.

O Movimento Manguebeat [...] consistiu em uma "cena cultural", especialmente de corte musical, que misturava elementos da cultura regional de Pernambuco, como o maracatu rural, com a cultura pop, sobretudo o rock'n roll e o hip-hop. O Manguebeat também desenvolveu uma forma própria de exprimir visualmente essa mistura. O uso do chapéu de palha, típico da cultura pernambucana, aliado a acessórios da cultura pop, como óculos escuros, camisas estampadas, tênis e colares coloridos produziu um efeito visual acentuado em seus integrantes. (FERNANDES, s.d.)



Figura 131
O grupo Mangubeat.
Fonte: Fred Jordão.



Figura 132
Show do grupo Mangubeat. Fonte: Fred Jordão.

Os envolvidos no manifesto do Mangubeat compreendiam a iniciativa como "núcleo de pesquisa e produção de ideias pop." Por meio do movimento artístico, tinham como propósito, de maneira central e ativa, incidir na transformação das realidades sócio-políticas do seu tempo (GAMEIRO, 2008). Como imagem e símbolo do movimento utilizaram uma antena parabólica enfiada na lama¹³. Além disso, o manguezal, elemento presente na paisagem da cidade, foi fonte de inspiração com o que ele representa como ecossistema.

A paisagem natural recifense representa uma extensa planície flúvio-marinha, na qual os constantes movimentos de avanço e recuo do mar,

13 A trama de significados representada, imagetivamente, pela antena parabólica fincada na lama, buscava traduzir a ideia de que com os pés na lama seria possível captar a potência do território e emaná-la, como ondas, para o mundo. Ao mesmo tempo, a parabólica voltada para o alto captaria as ondas planetárias trazendo-as para a cidade.

formaram ilhas, coroas, penínsulas e manguezais. Tais características físico-naturais influenciaram o processo de urbanização local, que foi historicamente marcado pela conquista de grandes extensões de áreas susceptíveis de alagamentos (SILVA, 2011, p.51).

O movimento mangue articulou uma proposta integrada onde conflitos e desigualdades sociais - relacionadas às condições precárias e excludentes dos que viviam em moradias ribeirinhas e retiravam dos manguezais sua subsistência - foram as bases do manifesto estético que trouxe à luz, de forma afirmativa, as condições marginais e, ao mesmo tempo, carregadas de potência poética, da realidade cotidiana de parte da população do Recife.

As ideias do pernambucano Josué de Castro (1908-1973), um dos cientistas e intelectuais mais importantes do século XX no estudo da fome e suas consequências (SANTO, AMORIM, 2019), trouxeram consistência às mensagens transmitidas pelo movimento. Entre os livros publicados pelo médico e pesquisador, o único romance, intitulado *Homem e Caranguejos* (1967), narra, em tom memorialista, a história de vida de um menino pobre que cedo se depara com a miséria e a lama do mangue. No romance, as brincadeiras das crianças são substituídas pelo duro trabalho nos manguezais, fato que as fazem se assemelhar a caranguejos. Nas palavras do livro:

Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos. Que aprendiam a engatinhar e andar com caranguejos da lama e que depois de terem bebido na infância este leite de lama, de se terem enlambuzado com o caldo grosso da lama dos mangues e de se terem impregnado do seu cheiro de terra podre e de maresia, nunca mais se poderiam libertar desta crosta de lama que os tornava tão parecidos com caranguejos seus irmãos, com as duras carapaças também enlambuzadas de lama (CASTRO, 1967).

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o manguezal traz consigo a dura realidade daqueles que dele sobrevivem e nele vivem, "do ponto de vista dos processos ecológicos, os estuários apresentam grande variabilidade na salinidade e fragilidade em seu equilíbrio dinâmico, sendo biologicamente considerados como berçário da vida marinha (SILVA, 2011, p.51).

O ecossistema manguezal é típico das áreas costeiras localizadas na Zona Tropical do planeta, também conhecidos como "Florestas de Beira-mar" (SCHARFFER-NOVELLI, 1995). O ambiente onde o mesmo se desenvolve resulta da mistura da água doce e salgada (...) cuja produtividade biótica a transforma em uma das áreas biologicamente mais ricas do mundo (SILVA, 2011, p. 51-52,).

Esse habitat rico e fértil, em meio à lama, sintetiza uma estética e estabelece linguagem própria no esforço em expressar que, no aparente caos, pulsa uma energia vital que distingue o que é próprio do Recife. A imagem do "homem-caranguejo", sugerida por Castro, foi traduzida no *Manguebeat* em

diversas canções, como por exemplo: "Estou enfiado na lama / É um bairro sujo / Onde os urubus têm casas / E eu não tenho asas / Mas estou aqui em minha casa / Onde os urubus têm asas / Vou pintando segurando as paredes do mangue do meu quintal / Manguetown" (SCIENCE, 1994). A letra da canção traz a história de alguém que mora em condição de vulnerabilidade, divide espaço com um animal e se alimenta dos restos pútridos, dando sinais da pobreza flagrante desse cenário.

O *Manguebeat* e seu imaginário criaram e institucionalizaram uma nova forma de perceber a paisagem urbana do Recife, contribuindo com outras releituras da alma da cidade e com a criação de novas sensibilidades (BARBOSA, MACIEL, 2012). E resultou no manifesto com a proposta de um sistema estético que reverbera até hoje em diferentes linguagens artísticas, para além do campo musical (Figuras 133 e 134) Com o passar dos anos, a forma de ver o mundo iniciada pelo *Manguebeat* se incorporou a outras linguagens artísticas e ao imaginário da cidade do Recife. A estética crua do verso seco e da batida forte chegou às telas do cinema, à moda, à dança, ao design e à literatura.



Figura 133
Chico Science e Nação
Zumbi cobertos de lama
posando para fotógrafo.
Fonte: Fred Jordão



Figura 134

Bloco do Manguê, que acontece no Carnaval, com integrantes banhados em lama (argila).
Fonte: Raul Kawamura.

O movimento Manguêbeat propõe uma transformação social que sai da periferia em direção ao centro e ganha amplitude global. Sua proposição foi e é força social e estética que continua a produzir frutos e multiplicar linguagens, dando dimensões variadas à alma poética do Recife (TESSER, 2007) e se tornando componente decisivo do fazer artístico da cidade (Figura 135). Portanto, é possível dizer que o movimento mangue tem continuidade. Transcende as dimensões isoladas ambientais, sociais, econômicas e as une em um sistema estético em torno do imaginário possível de uma *cidade mangue* (*mangue town*) (Figura 136).



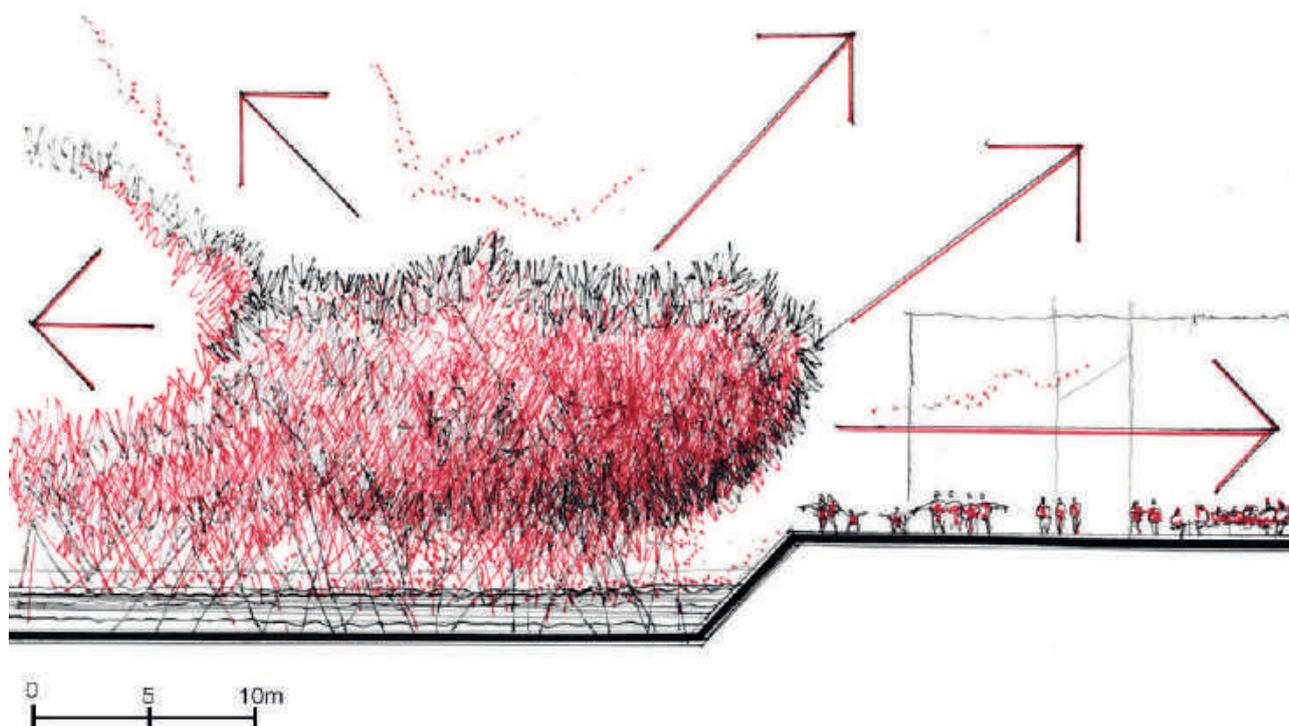
Figura 135

Capa do disco Da Lama ao Caos, referência do Manguemusic. Abaixo, QR Code que direciona para o áudio do disco no YouTube. Fonte: Fred Jordão.

Figura 136

Esquema gráfico do movimento pela recuperação cultural do Recife a partir da hibridização rítmica e do reconhecimento do mangue, dos rios e dos estuários enquanto força motriz da cidade.





2.4.2 Movimento 11: Cinema Pernambucano

No que diz respeito aos *Movimentos Culturais do Recife*, a cidade destaca-se ainda como pólo da produção audiovisual brasileira com particularidades que a diferenciam no cenário nacional e repercutem também em âmbito internacional. O que se convencionou chamar de cinema pernambucano - e, mais recentemente, Novo Cinema Pernambucano - diz respeito a uma produção engajada, carregada de crítica social e com uma estética marcada por particularidades culturais do Nordeste e, sobretudo, por paisagens urbanas.

Desde a retomada do cinema brasileiro¹⁴, o audiovisual feito em Pernambuco marcou presença com produções expressivas no cenário nacional, com o *Baile Perfumado* (1996), dirigido por Paulo Caldas e Lírio Ferreira, obra que tem como foco o cangaço¹⁵ e a vida de Lampião e marca o início dessa

14 Cinema da retomada é o termo usado para designar o cinema feito no Brasil entre 1995 e 2002, quando, após um período de quase estagnação, consequência principalmente da ditadura, teve início a implementação de um sistema de incentivos fiscais para fomento da produção cinematográfica.

15 Cangaço é o termo usado para definir um movimento de conflito social registrado no Nordeste do Brasil nos séculos XIX e XX. Revoltados com a precariedade das condições de vida da época na região, os cangaceiros vagavam em grupos, atravessando estados e atacando cidades, onde cometiam assaltos e atos de violência contra autoridades e fazendeiros.

fase de recuperação¹⁶. Como pontua pesquisa de Fernandes (2015) era possível notar nesse momento uma intenção de "salientar a identidade local pela diferença, ressaltando o que era próprio de Pernambuco, peculiar à nossa gente, expresso na própria relação daquele cinema com o Manguebeat e na recuperação de temas tradicionais dessa região como o cangaço" (p. 115). Ainda no sentido de explorar características e paisagens regionais, sobretudo as cidades do interior do Estado, registram-se obras como *Cinema, aspirinas e urubus* (2005), dirigido por Marcelo Gomes; *Árido Movie* (2006), dirigido por Lírio Ferreira; *Viajo porque preciso, volto porque te amo* (2009), por Marcelo Gomes e Karim Aïnouz. O regionalismo fica ainda mais acentuado em produções de nacionais como *O Auto da Compadecida* (2000) e *Lisbela e o prisioneiro* (2003), ambos adaptações de livros, com direção de Guel Arraes.

Sobretudo a partir da segunda década do novo milênio, embora haja uma diversidade de estilos e abordagens, é possível identificar uma nova leva de obras que partilham de algumas características em comum e por isso tem sido chamado de Novo Cinema Pernambucano.

Um rápido olhar pela produção cinematográfica pernambucana atual revela panorama diversificado, com nomes já consolidados como Cláudio Assis, Adelina Pontual e Lírio Ferreira, e diretores estreantes com trabalhos sendo muito bem recebidos pela crítica, como os premiados *O som ao redor* (2012), de Kleber Mendonça Filho; *Tatuagem* (2013), de Hilton Lacerda e *Boi Neon* (2015), de Gabriel Mascaro. O movimento, que tem sido chamado de Novo Cinema Pernambucano, é resultado de uma combinação de fatores entre eles políticas públicas estaduais de incentivo à produção, com a aprovação de leis que tornaram o audiovisual uma política de Estado, e a mobilização coletiva dos produtores, em intenso diálogo entre si e com os representantes governamentais (GOMES, 2016).

Além do aspecto da identidade regional, mais associada ao contexto rural, já mencionado acima como marca da produção de retomada, o cinema pernambucano também é marcado pela problematização da desigualdade e da crise urbana como temas transversais cada vez mais recorrentes. O Novo Cinema Pernambucano apresenta produções que abordam a cidade do Recife ora como protagonista, ora como coadjuvante, mas sempre em sua dimensão de palco e resultado das diversas disputas características de uma sociedade tão desigual quanto a recifense.

De *Amarelo manga*, primeiro longa-metragem a registrar o Recife após a retomada do cinema brasileiro, até *O som ao redor*, passaram-se dez

16 "A chamada fase de "retomada" do cinema pernambucano confunde-se com a "retomada" do cinema brasileiro. Enquanto o marco nacional dessa fase é o filme *Carlota Joaquina: princesa do Brasil* (1995), de Carla Camurati, o do cinema pernambucano é o filme *Baile perfumado* (1997), de Lírio Ferreira e Paulo Caldas, ambos financiados pelo Prêmio Resgate do Cinema Brasileiro." (GOMES, 2016).

anos e diversos filmes. A cidade tem assumido certo protagonismo não apenas nas elaborações estéticas, mas também nas reivindicações e lutas sociais. Cada um à sua maneira, diversos filmes pernambucanos têm registrado essa relação com a cidade, desde vídeos feitos para serem exibidos apenas na internet, até longas-metragens com renome internacional, passando por curtas com vasta carreira de prêmios em festivais e mostras. Nos últimos anos, o cinema feito em Pernambuco parece ter associado definitivamente o espaço urbano às questões sociais. (FERNANDES, 2015, p. 86).

É importante destacar que, apesar de integrarem uma produção mais alternativa, sendo exibidas em circuitos nem sempre comerciais, filmes como *Febre do Rato* (2011), que traz uma relação poética impactante diretamente relacionada à cidade; *Aquarius* (2016), que coloca em foco os conflitos do desenvolvimento urbano; e *Avenida Brasília Formosa* (2010), que mistura ficção e linguagem documental em uma comunidade usando a avenida construída onde havia palafitas como pano de fundo, têm atingido uma forte repercussão em seu nicho, com exibições expressivas em festivais internacionais e premiações relevantes (Figura 137). Um exemplo disso é a produção de Kleber Mendonça Filho, *O Som ao Redor* (2012), que atingiu expressividade quando a obra se tornou o filme brasileiro indicado a uma vaga no Oscar 2014 e um relativo sucesso de bilheteria, estendendo sua distribuição para salas de países como Estados Unidos e França¹⁷. Sete anos mais tarde, Mendonça Filho viria a experimentar uma projeção ainda mais significativa com a repercussão de *Bacurau* (2019), em uma coprodução com a Globo Filmes.

17 O filme foi apontado pelo crítico A. O. Scott, do jornal The New York Times como um dos 10 melhores filmes do mundo realizados em 2012.

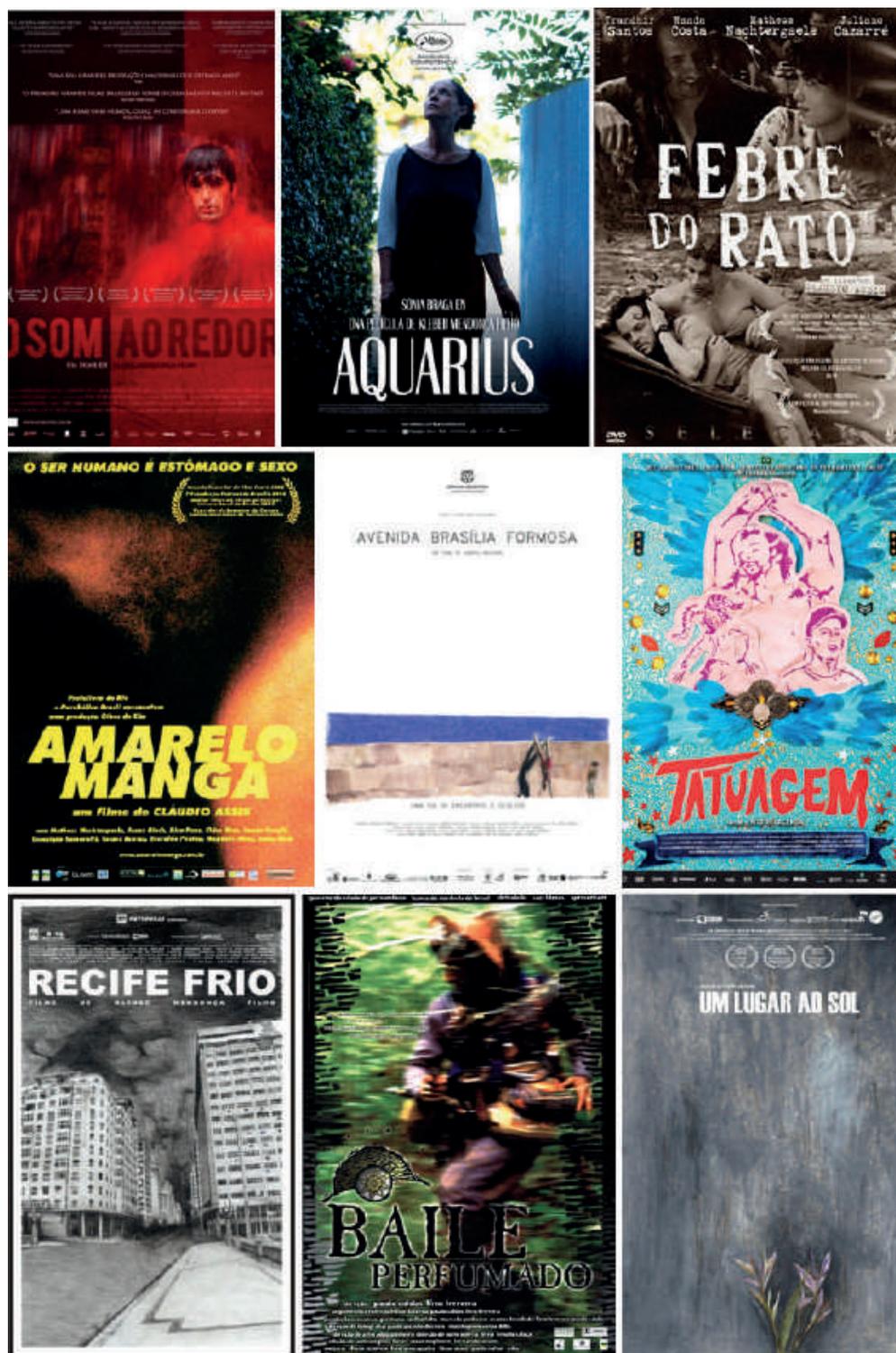


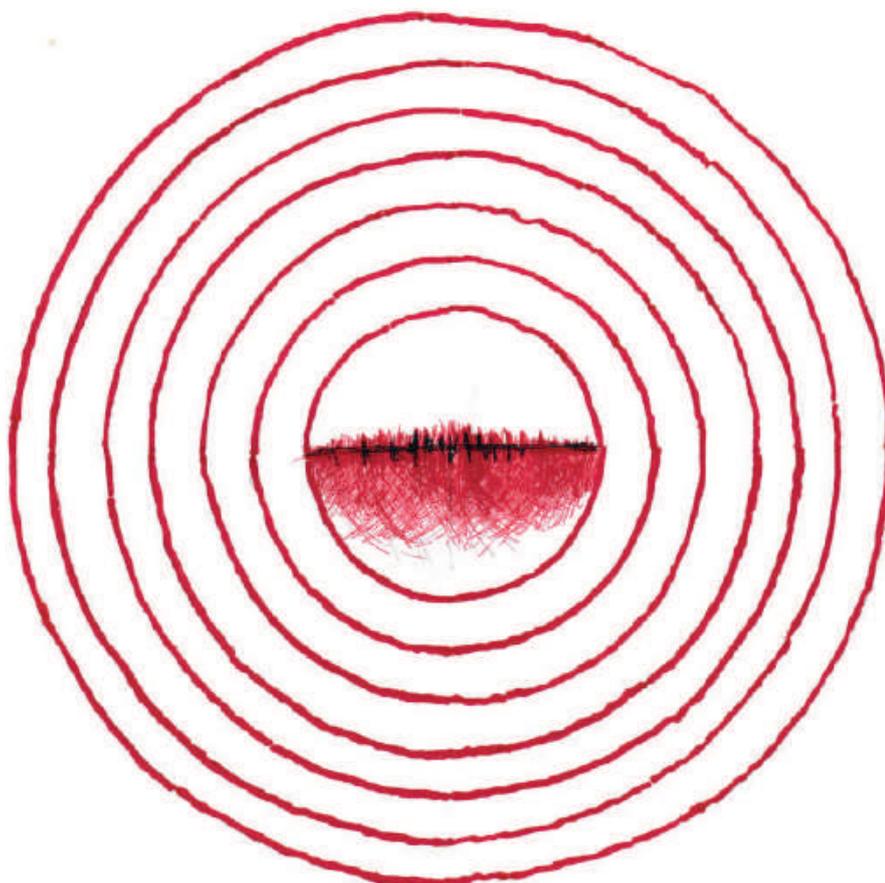
Figura 137
 Montagem com pôsteres de filmes de diretores pernambucanos.
 Fonte: Montagem de autoria própria.

Ainda no que diz respeito à relação do cinema com a cidade, nota-se uma intensa produção audiovisual diretamente relacionada aos movimentos sociais. Em pesquisa sobre o que chamou de cinema engajado, Severien (2018) revela que uma convocatória do Movimento Ocupe Estelita, em 2015, resultou na inscrição de mais de 80 produções audiovisuais relacionadas à luta pelo direito à cidade. A produção, conforme destaca o autor, tende a

refletir os principais temas em pauta no debate público da cidade. Essa característica relaciona-se, portanto, diretamente com a Alma Combativa, apresentada acima nesta Tese (Figura 138).

Figura 138

Esquema gráfico do movimento pelo reconhecimento do Recife enquanto palco e personagem de narrativas por meio da ênfase na relação entre as pessoas e a cidade.



2.4.3 Movimento 12: Carnaval Multicultural

Inicialmente relacionado à tradição cristã de extravasar as energias antes do início da quaresma, trasladada pela colonização portuguesa, o carnaval no Recife, assim como outras manifestações culturais do país, sofreu influência da cultura negra e indígena ao longo dos séculos. Já era possível ver em registros dos séculos XVIII e XIX a recorrência dos festejos nas ruas do Recife, que, com o avançar dos oitocentos traduz-se na presença do *entrudo*, brincadeira que consistia em sair às ruas nos dias de carnaval a jogar água uns nos outros. Daí em diante, o festejo cresceu juntamente com a tentativa de impedi-lo e de transformá-lo em algo que mirasse mais a branquitude europeia, que os tambores negros de África (ARAUJO, 1997).

Não é por acaso que o Brasil é conhecido como o país do carnaval. Melhor seria, é verdade, nos referirmos ao país dos carnavais, ressaltando assim a pluralidade de nossa festa (MIGUEZ, 2013; GOES, 2013). Mas o fato é que, desde os primórdios da colonização do país pelos portugueses, a festa foi trazida da Europa para o que viria a se chamar Brasil e, em terras tropicais, viu-se transculturar (ORTIZ, 1983) a tal ponto que, não podendo mais dissociar-se da cultura local, passaria a fazer parte do que se convencionou chamar identidade brasileira. (...) A origem lusitana em comum, no entanto, não nos permite vislumbrar uma unidade na festa tal qual é vivida nos dias atuais, visto que esta desenvolveu-se diversamente nas diferentes regiões, adaptando-se aos contextos culturais, históricos e políticos que encontrou. Assim sendo, do entrudo que outrora fora a brincadeira por excelência do período momesco resta muito pouco nos três mais populares e reconhecidos carnavais do Brasil: o do Rio de Janeiro, o de Salvador e o de Recife (LIMA, 2001; MIGUEZ, 2012) (ANDRADE, 2016).

A criatividade que marca o carnaval do Recife teve como base a diversidade social, cultural, étnica e territorial da cidade (Figuras 139 a 146). Os principais ritmos relacionados à festividade já revelam a complexa teia social que conecta os sujeitos às práticas carnavalescas da capital pernambucana: o frevo¹⁸ (que vem do verbo ferver), que une os movimentos da capoeira às notas musicais dos metais; o maracatu, com referências aos reis e rainhas africanos ao som do batuque dos tambores; o caboclinho, compassado no ritmo das flechas típicas do povo indígena, que inspira também a estética da vestimenta.



Figura 139
Aglomeração no Carnaval de rua do sítio histórico recifense.
Fonte: Raul Kawamura.

18 Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco (2012) e também pelo governo do Brasil (2007), o frevo nasceu das antigas bandas de fanfarra que animavam as festas públicas em fins do século XIX. Estes conjuntos musicais, por vezes, tocavam ritmos mais acelerados e traziam consigo, à frente, capoeiristas que eram bastante habilidosos corporalmente e conseguiam expressar-se de um modo diferente ao som daquela música (OLIVEIRA, 1971).

Figura 140

Galo da Madrugada, o que já foi considerado o maior bloco de rua de carnaval do mundo.

**Figura 141**

La Ursa desfilando no Pátio de São Pedro.

**Figura 142**

Encontro de blocos de carnaval do Recife no Pátio de São Pedro.
Fonte: Camila Leão/
Prefeitura do Recife.





Figura 143
Foliões curtem Orquestrão de Frevo no último dia do carnaval do Recife
Foto: Marlon Costa/
Pernambuco Press.



Figura 144
Naná Vasconcelos ,
homenageado no carnaval de 2013, tocando no palco principal no Marco Zero, bairro do Recife.

Figura 145

Bloco Empatando Tua Vista desfilando na Rua da Aurora. Disponível em: << <https://direitosurbanos.wordpress.com/tag/empatando-tua-vista/>>>

**Figura 146**

Noite dos Tambores Silenciosos no Pátio do Terço no bairro de São José. Fonte: Fernando da Hora - JC Imagem.



Essas manifestações passaram a ganhar uma maior visibilidade a partir da criação da Secretaria de Cultura do Recife, no ano de 2001, cuja institucionalização do selo *Carnaval Multicultural* passou a defender uma bandeira de que a capital pernambucana congregava uma linguagem artística variada, passando pelo rap, frevo, maracatu, caboclinho, samba, entre outros. Trata-se de um modelo de festa, com sua organização dividida entre Polos de animação distribuídos no centro da cidade e também em bairros periféricos, marcado pela descentralização das atrações (ANDRADE, 2016). Apesar de a escolha desse selo ter gerado, à época, um debate em torno da noção do multiculturalismo (GAIÃO & LEÃO, 2014), foi evidente a consolidação de um cadastro sistemático das agremiações, grupos populares, artesãos, músicos, entre outros, para um estímulo maior a essas práticas.

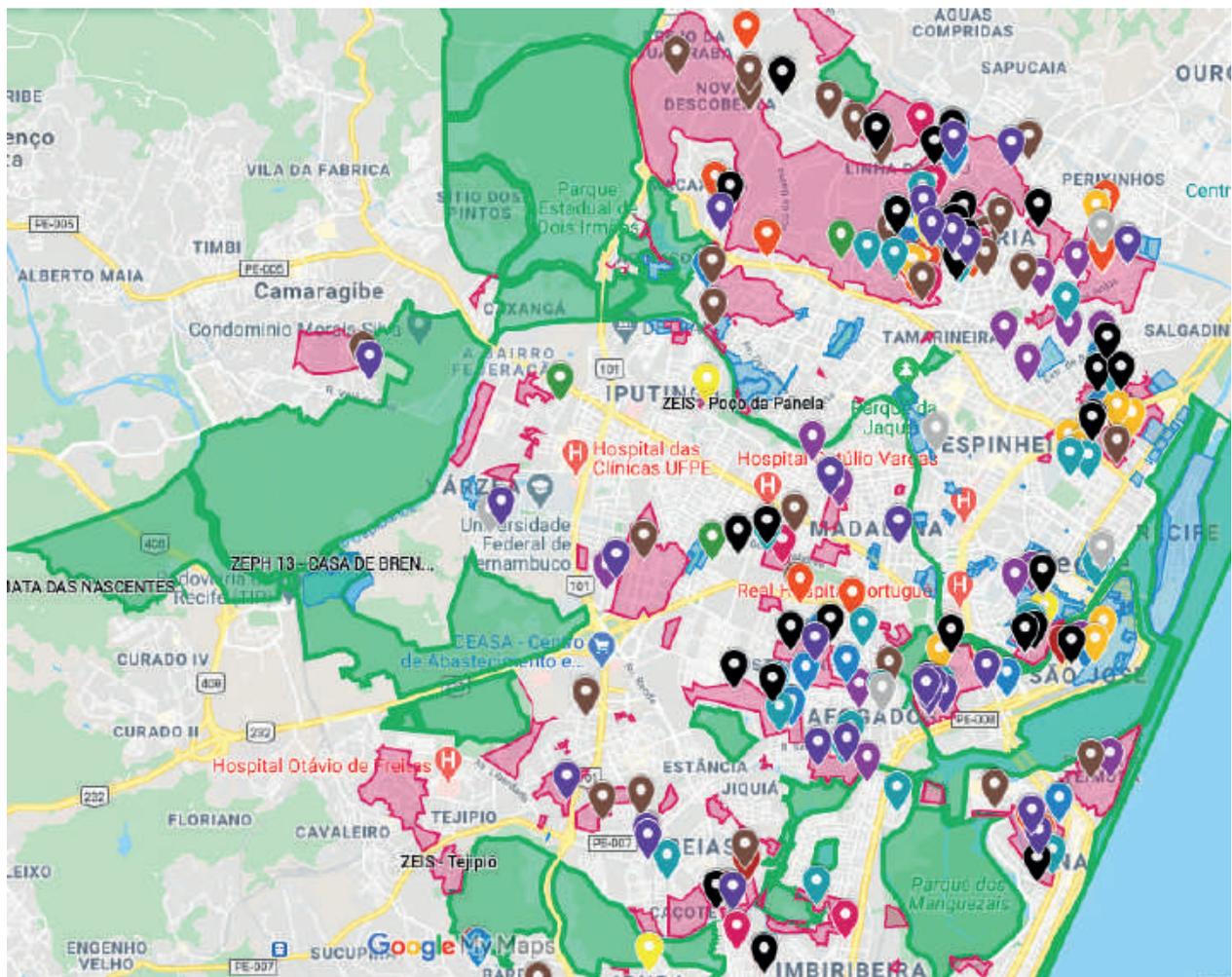
Como bem define a antropóloga francesa Laure Garrabé (2015), a fim de organizar e classificar a diversidade cultural local, os Polos do carnaval do Recife são dispositivos cênico-tecnológicos onde as diferenças são performatizadas, mas eles podem também ser pensados enquanto categoria analítica representativa das polaridades culturais, raciais e estéticas (ANDRADE, 2016).

É importante destacar que, apesar das mudanças de gestão municipal nos anos seguintes, a forma de operação dos festejos se manteve nas suas bases, de modo que é possível, a partir dos dados produzidos ao longo desses anos revelar a realidade social desses grupos. Ao analisar as contratações da Prefeitura do Recife para o ano de 2018 através da Secretaria de Cultura, por exemplo, é possível ter uma ideia dessa pluralidade (Figura 147). Ao menos dezesseis modalidades de folguedos foram registrados no levantamento, entre urso, troças de frevo, maracatus, afoxés, caboclinhos, e muitos outros. Esses grupos congregam milhares de pessoas, mobilizam as comunidades, estão cotidianamente produzindo cultura no meio da luta pela subsistência. O referido levantamento também pontuou que 54,7% de tais grupos estão em áreas de pobreza consolidada (ZEIS), espalhados por todas as zonas da cidade, ou seja, são grupos que historicamente se constituíram nesses territórios (DPCC-SEPLAN-PCR, 2018). São gerações de brincantes que continuam a produzir novos significados para a cultura no Recife, apesar dos entraves para conseguir manutenção a longo prazo.

Figura 147

Cartograma produzido pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural: as áreas em vermelho representam as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e as áreas em verde representam os setores de conservação ambiental. As áreas em azul significam as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH).

Os pontos são manifestações culturais que participaram do carnaval do referido ano. Fonte: DPPC-SEPLAN-PCR, 2018.



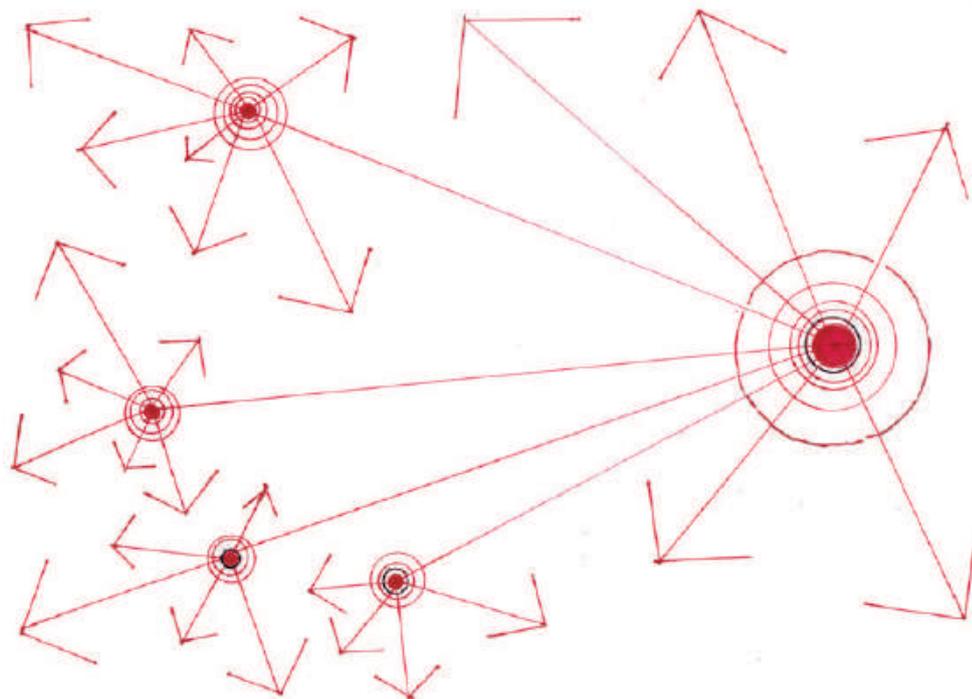


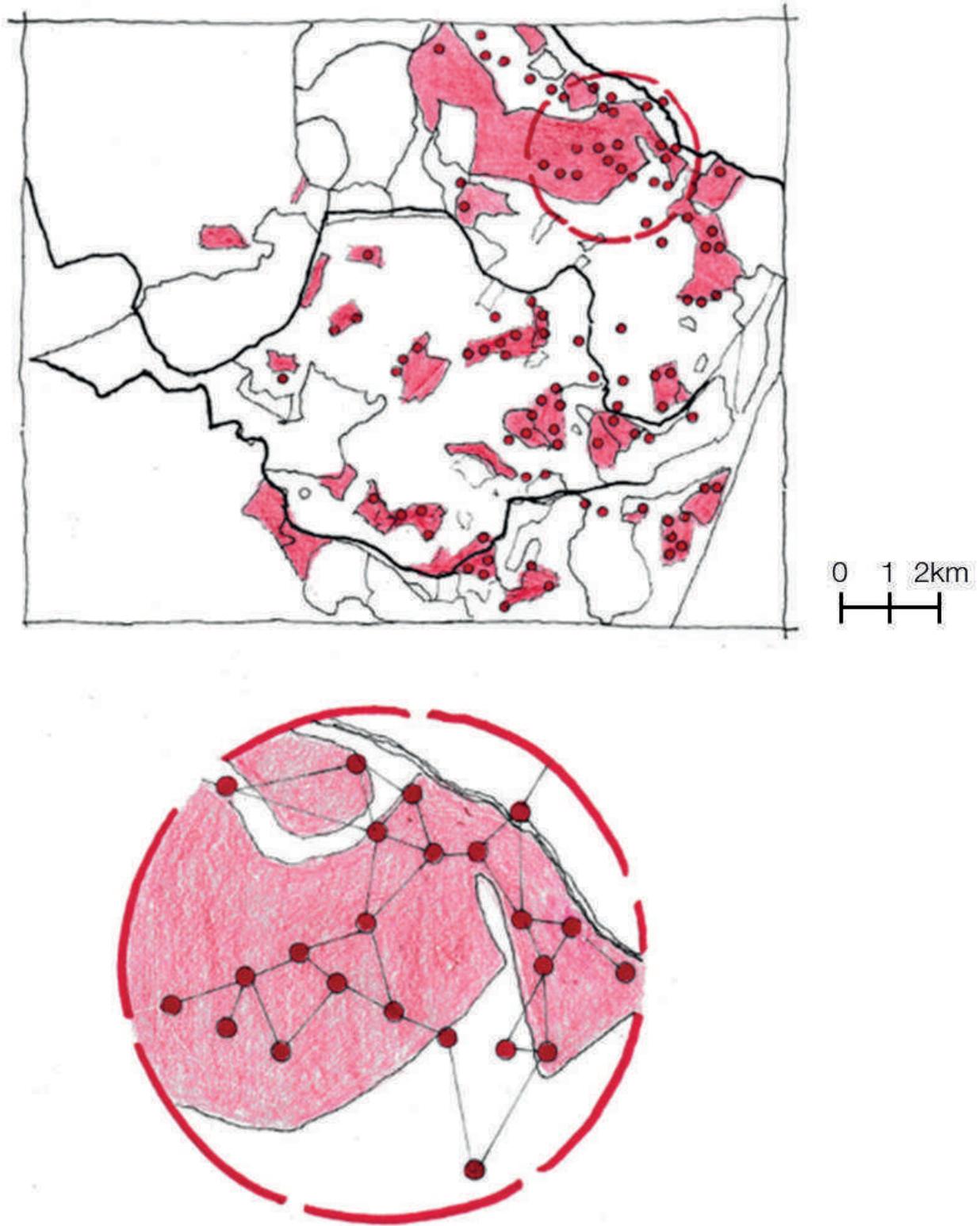
Figura 148
Esquema gráfico do movimento pela diversidade de manifestações culturais e pela multiplicação de centralidades urbanas em conexão com a Praça do Marco Zero no Centro do Recife.

2.4.4 Síntese Gráfica gráfica da Alma Poética

Tais *Movimentos Culturais* revelam na cidade uma **Alma Poética**¹⁹ (Figura 149). Tal expressão da **Alma do Recife** revela o conjunto de ações em prol da dimensão artística da cidade, proporcionando a união de seus habitantes através de identidades e senso de pertencimento. É a conexão entre o ser e o estar na cidade através de suas raízes étnico culturais de expressões que congregam séculos de história nas expressões artísticas cotidianas, representando a expressão do estar no mundo, do extravasar as inquietações coletivas por meio da visualidade, do gesto, dos sons. **A Alma da cidade**, diante das suas mais diversas facetas, se expressa no grito, no passo, no gesto, diante das câmeras, dos tambores, da festa. E é na **Alma Poética** que essas expressões se evidenciam através das temporalidades que pulsam a partir e através da vida das pessoas.

19 A ideia *poética* advém do conceito grego *poiésis* que significa produção, criação, elaboração, fabricação (COLONNELLI, 2009, p. 14). Essa definição que durante muito tempo foi umbilicalmente conectada à poesia, ou à expressão por meio de versos, possui em sua origem semântica uma amplidão de significados muito distinta da que, desde pelo menos o século XVIII, tem sido atribuída (NUNES, 2010, p.8).

Figura 149
Multicentralidade
cultural e urbanística do
Recife em Reinvenção.



2.5 Alma Sábria - revelada nos Movimentos Educacionais

Os Movimentos Educacionais são os acontecimentos significativos em prol da aquisição e repasse de conhecimentos, valores, crenças e hábitos. Indicam, assim, um conjunto de métodos próprios, formais e informais, para a estruturação do desenvolvimento físico, intelectual e moral dos cidadãos. No Recife, em uma perspectiva histórica, os acontecimentos educacionais significativos parecem reconhecer a importância e a potência dos conhecimentos eruditos e vernaculares, frequentemente, em uma relação dialógica. Tais movimentos contribuíram para uma situação de pioneirismo da cidade, considerando a significativa contribuição teórica de pensadores, tais como as do abolicionista e co-fundador da Academia Brasileira de Letras, Joaquin Nabuco, os estudos sobre a integração étnica brasileira e o regionalismo, de sociólogo Gilberto Freyre, as pesquisas referentes à geografia humana relacionada à fome, de Josué de Castro e a obra do educador e filósofo, autor do livro "Pedagogia do Oprimido" um dos fundadores da pedagogia crítica e patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire.

A formação de indígenas por missionários europeus, a partir do século XVI é um exemplo de Movimento Educacional: o Recife como centro de educação sob responsabilidade das denominações cristãs permanece até a atualidade. Já no século XVII, registra-se a realização, pelos holandeses, da primeira missão científica ao continente americano, com pesquisas e catalogação da fauna e flora, tipos humanos, atividades econômicas, paisagem, mapeamentos territoriais, além da instalação do primeiro observatório de astronomia das Américas, bem como o projeto da primeira universidade no palácio de Friburgo, no período de domínio holandês (MATSUURA, 2010, p. 27-28). A missão científica resultou ainda na primeira publicação de um dicionário indígena em latim no livro *Historia Naturalis Brasiliae*, por Piso e Marcgrave (ANO) - um resgate cultural por meio de diversas expressões da história oral e das visões de mundo. Nesse período, associado aos primeiros séculos de colonização, os Movimentos Educacionais assumem um caráter de instrumentos de conhecimento e domínio sobre a terra, sua natureza e suas gentes.

No século XIX, pode-se destacar a criação da Faculdade de Direito do Recife (FDR), primeira faculdade de Direito do Brasil, em 1827, posteriormente constituindo a Universidade Federal de Pernambuco. Nesta fase, que precede o período republicano, pode-se identificar um *Movimento Educacional-Independentista*, no qual a aquisição de conhecimentos passam a se desenvolver no próprio país, ainda que sob influência europeia.

No século XX, além do fortalecimento das lutas de uma cultura afro-descendente por meio de movimentos populares, surgem várias experiências de educação popular inspiradas no método de alfabetização de adultos do pedagogo Paulo Freire. Em 1960, surge o Movimento de Cultura Popular (MCP), com foco na alfabetização de adultos e na educação popular, constituído por estudantes universitários, artistas e intelectuais, em ação conjunta

com a Prefeitura do Recife. O MCP tinha por objetivo formar uma consciência crítica, política e social nas classes trabalhadoras. Realizou experiências educativas através do rádio, com audiências organizadas nas escolas, transmitindo programas de alfabetização e de educação de base. Com o MCP, foram criados também os "parques" e "praças de cultura", destinados à melhoria das condições de lazer popular, a apreciação crítica de cinema, teatro e música. O professor Paulo Freire foi um de seus principais colaboradores ao formular um método de alfabetização de adultos que, entre 1962 e 1964, passou a ser regularmente aplicado em Pernambuco. As iniciativas de produção e intercâmbio de saberes, em torno da Pedagogia do Oprimido, desenvolvida por Freire, têm por natureza constituir-se em um *Movimento Educacional-Autônomo*, com capacidade de servir ao empoderamento de classes sociais marginalizadas.

Entre os movimentos educacionais significativos nas últimas três décadas, esta investigação destaca: *Ensino, Pesquisa e Extensão Acadêmica: Recife Exchanges (RXA, RXH e RXN)*; *Pequenos Profetas*; *Rede de bibliotecas comunitárias*.

2.5.1 Movimento 13: Recife Exchanges (RXA, RXH e RXN)

O surgimento do Recife Exchanges, em 2011, representou uma articulação integradora da Universidade para se pensar a cidade, com base na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, eixos fundamentais nas Universidades públicas do Brasil, que buscam conectar as salas de aula e a sociedade em geral. O projeto tem como alicerce o intercâmbio entre o Brasil e os Países Baixos, voltado à Conservação do Patrimônio Cultural Compartilhado entre ambos, no intuito de refletir sobre objetivos e estratégias de longo prazo, já que a cultura neerlandesa de controle e convivência com as águas em um território abaixo do nível do Oceano se apresenta como uma referência fundamental para o desenvolvimento de soluções de um urbanismo "sensível às águas".

O primeiro workshop dessa parceria entre Brasil-Países Baixos foi o Recife Exchanges Amsterdã (RXA) entre 2011 e 2012 (Figuras 150 e 151). Os integrantes do encontro, ao se debruçarem sobre o mapa do Recife, perceberam que essa cidade úmida, nascida na beira mar, interligada por bacias, rios e filetes tinha a sua estrutura hídrica como elemento com potencial reestruturador de toda malha urbana. Numa visão aérea da cidade, ao se fazer um contorno imaginário da malha hídrica, com suas ramificações, revelou-se a forma de uma árvore. Nasce aí o conceito do Recife Árvore D'água (Figura 152).

Em 2011, um importante movimento chamado Recife Exchange Amsterdam (RXA) [...] através de uma visão holística sobre mim, conseguiram me interpretar como Recife Árvore D'Água. Ao me observarem numa vista aérea, foi revelada a forma de uma árvore, em que **as raízes são o mar, o tronco é o encontro das bacias hídricas, os galhos são meus**

rios, e as folhas e frutos são as pessoas inseridas em movimentos sociais. A partir dessa visão, concluíram que eu deveria ser reinventada com base no entendimento de que a natureza — meus rios, mangues, córregos, mar e vegetação — precisava ser aceita e acolhida. Só então, poderia acontecer a minha verdadeira transformação (carta manifesto lançada no RECIFE EXCHANGES, 2021, Recife do Futuro para o Recife do Presente, p.1, grifo nosso).



Figuras 150 e 151

O Recife Exchange
Amsterdã (RXA). Fonte:
Acervo Equipe RX.

O segundo *Workshop* foi o Recife Exchange Holland (RXH)²³ (Figuras 153 e 154), nos anos de 2018 e 2019, uma iniciativa de construção coletiva e colaborativa de uma visão de futuro para o desenvolvimento sustentável do território Ilha de Antônio Vaz, a histórica Cidade Maurícia, composta pelos bairros de Santo Antônio, São José, Joana Bezerra e Cabanga (tronco da Árvore D'água). Tal visão seria alcançada através de transformações em nível endógeno à ilha, diante da integração dos vários setores que a compõem; e em nível exógeno, na sua articulação física e funcional com o conjunto da cidade. Foi proposta, ainda, a criação de um grande eixo socioambiental costurando o território longitudinalmente e infiltrando-se através do conceito de bordas e transversalidades articulando paisagisticamente toda a ilha, estimulando a salvaguarda do patrimônio ambiental e cultural (MONTEZUMA, 2022).



Figuras 153 e 154

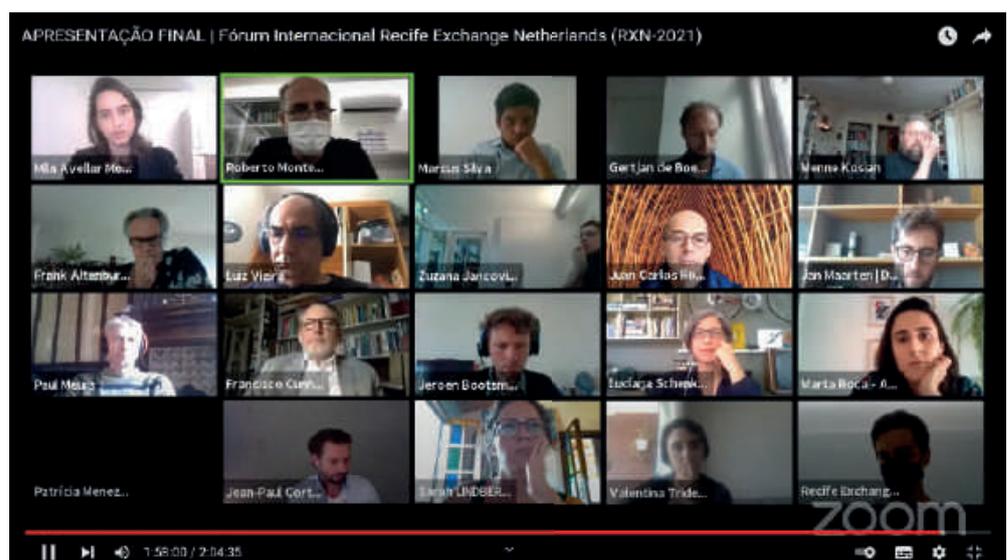
O Recife Exchange Holland (RXH). Fonte: Acervo Equipe RX

23 Os projetos RXA e RXH foram reconhecidos com o destaque de Boas Práticas Internacionais pela Agência de Patrimônio Cultural Neerlandesa (LOVEGROVE, 2020).

Como terceiro workshop, o Fórum Internacional Recife Exchange Netherlands (RXN), realizado entre 2020 e 2021, deu continuidade aos Fóruns RXA e RXH, e teve o intuito de refletir sobre o desafio de enfrentar o avanço do nível do mar na cidade. No Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC, 2014) o Recife aparece como a 16ª cidade mais vulnerável no mundo, especialmente por ter a conservação do seu patrimônio cultural ameaçada. Assim, através de soluções tecnológicas integradas dos conceitos de adaptação e proteção urbana, frente ao aumento das águas oceânicas, buscou-se responder, por um lado, aos desafios do aquecimento global e, por outro, às necessidades de conservação do sítio histórico da cidade pernambucana. O foco do RXN, terceiro workshop, deu-se, então, nas raízes da Árvore D'água, a frente marinha da cidade (Figuras 155 e 156).

Figuras 155 e 156

O Recife Exchange Netherlands (RXN). Fonte: Acervo Equipe RX.



Portanto, através do Recife Exchanges, o saber acadêmico possibilitou a criação de condições para a transformação da cidade, com base na água como patrimônio para as estratégias de conservação urbana integrada, contribuindo para a proteção e a valorização de seu patrimônio natural e cultural.

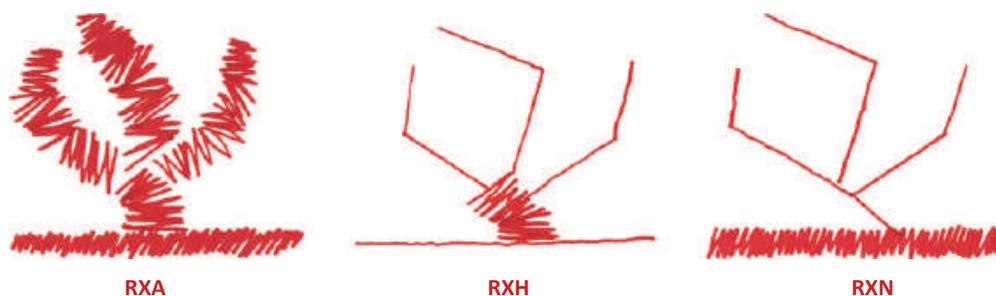


Figura 157
Esquema gráfico do movimento por visão sistêmica e estratégias para controle e convivência com as águas, por meio de uma iniciativa acadêmica envolvendo ensino-pesquisa-extensão em intercâmbio técnico entre o Brasil e os Países Baixos.

2.5.2 Movimento 14: Pequenos Profetas

A Comunidade dos Pequenos Profetas (CPP) é uma organização não governamental que atende crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 7 a 24 anos que encontram-se em situação de extrema vulnerabilidade social nos bairros de São José e na Comunidade do Coque da Ilha de Joana Bezerra, região central do Recife (OLIVEIRA, SOUZA, 2021). Caracteriza-se como um projeto social que une conceitos didáticos de sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e democratização do acesso à produção orgânica e à gastronomia saudável em localidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Recife. Além disso, tem como propósito a promoção do desenvolvimento comunitário a partir da melhoria da qualidade de vida dos jovens desfavorecidos no meio urbano, através de sua reinserção na sociedade civil e no mercado de trabalho (HERMÍNIO, 2021) e, por isso:

A CPP tem o reconhecimento de várias entidades internacionais, entre elas a Organização das Nações Unidas, por seu trabalho voltado aos direitos humanos, além de parcerias com institutos internacionais que financiam o projeto. Considerando suas ações no público evidenciado, o projeto é ganhador de vários prêmios de gestão e promoção da igualdade de direito e social de seus participantes (OLIVEIRA, SOUZA, 2021, p. 310).

As ações do projeto vão desde atendimento básico à educação, profissionalização e socialização, até à integração do público infantojuvenil no contexto de participação social ao exercício da cidadania. Nesse âmbito, a CPP foi a vencedora do Prêmio Objetivos do Desenvolvimento do Milênio Brasil (ODM - Brasil) e eleita pelas Nações Unidas, como uma das 50 melhores práticas sociais de desenvolvimento do Brasil.

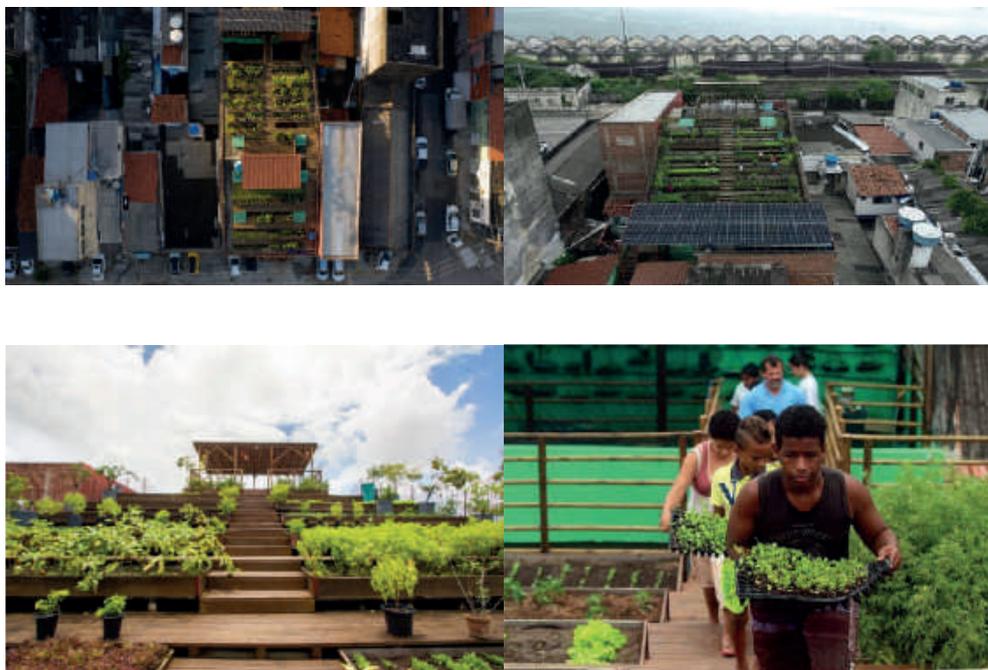
Oliveira e Souza (2021) pontuam quatro ações desenvolvidas pelo CPP. A primeira delas são as Hortas Verticais, criada em 2010, principalmente com a comunidade ribeirinha. A ação dá-se no reuso de garrafas pet - que poluem o Rio Capibaribe - para horticultura. Assim, a atividade com foco no consumo final é impulsionada por meio da educação ecológica.

A segunda, o Telhado Eco Produtivo²⁴ (Figuras 158 a 161), ação em 2016, estruturado em 400 metros quadrados de hortas orgânicas, sendo "muito mais que um espaço físico; é um espaço para se discutir e fomentar a inclusão, democratização do acesso a conceitos de produção orgânica, sustentável e alimentação saudável" (OLIVEIRA, SOUZA, 2021, p. 312). São realizadas feirinhas para venda dos alimentos e os participantes recebem aulas de gastronomia orgânica e alimentação saudável, o que reafirma a educação como basilar do projeto CPP.

Vejo este projeto como o primeiro passo para estimular grupos e pessoas comuns para uma prática alimentar mais saudável, aliada à responsabilidade socioambiental e a uma visão voltada para a sustentabilidade. Nós somos uma instituição que atende crianças e jovens, e é nessa faixa etária que se fixam atitudes e práticas que poderão persistir por toda idade adulta. **Acredito que, como cidadãos, estamos contribuindo para uma cidade melhor e mais verde, para a formação de uma geração com uma nova mentalidade ecológica e abertura para a alimentação saudável** (DEMÉRIO, [s.d] apud CPP, [s.d], grifo nosso).

**Figuras 158, 159,
160 e 161**

Projeto Telhado Eco Produtivo – semeando novos horizontes.



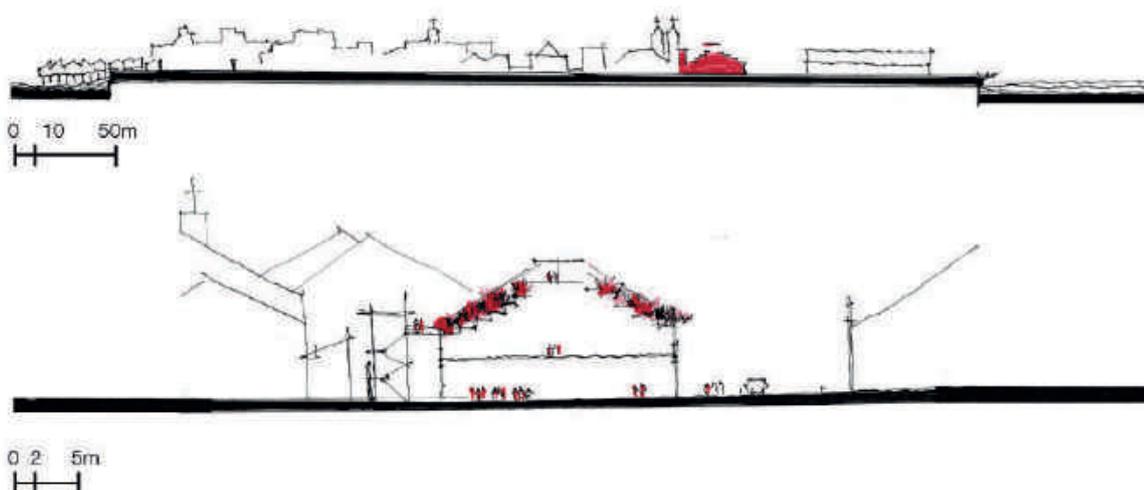
24 A sede do projeto é tida como o primeiro telhado eco produtivo do Nordeste Brasileiro.

A terceira e a quarta ação, integradas às duas primeiras, são a Gastronomia Social e a Faça e Venda, que se baseiam na geração de alternativas para os resíduos gerados, com a customização de receitas tradicionais de formas inovadoras para geração de renda. Segundo Oliveira e Souza (2021), esse representa mais um exemplo da transformação social com base na alimentação e educação, fazendo com que os hábitos aprendidos sejam também replicados no ambiente habitacional individual.

Pode-se inferir, portanto, que as ações do projeto se alinham com a **Alma Sábia**, sob a ótica do saber no sentido de superar as desigualdades pela não acomodação à realidade de extrema vulnerabilidade por meio da educação (Figura 162).

Figura 162

Esquema gráfico do movimento pelo desenvolvimento comunitário através da arquitetura, educação, profissionalização, do exercício da cultura e da alimentação saudável.



2.5.3 Movimento 15: Rede de bibliotecas comunitárias

As bibliotecas comunitárias no Brasil têm muitas coisas em comum. Compartilham histórias de criação de espaços de leitura em periferias urbanas, lutam pela efetivação do direito à literatura em contextos de exclusão social, conduzem práticas culturais com centralidade no livro, são mantidas a partir de seu engajamento e enraizamento comunitário... Mas elas também são bastante singulares. Criam seus espaços de resistência cultural, organizam suas práticas de afirmação identitária, mobilizam e formam mediadores de leitura, incidem sobre políticas públicas, organizam-se em redes, afirmam, através de diferentes ações, que a leitura também é direito (FERNANDEZ, MACHADO, ROSA, 2018, p.2).

As bibliotecas comunitárias constituem um "dispositivo cultural que contribui para o letramento daqueles que a frequentam e para as comunidades em que estão inseridas" (FERNANDEZ, MACHADO, ROSA, 2018, p. 13). Os

autores afirmam ainda que elas se caracterizam como espaços de organização política e resistência cultural.

Além disso, "ao adjetivar uma biblioteca como sendo comunitária, no contexto brasileiro, há uma inevitável associação com movimentos sociais, com a educação popular e com o pensamento paulofreireano" (FERNANDEZ, MACHADO, ROSA, 2018, p.24). Freire (2013, p.116) defende que é necessário "[...] ler o seu próprio mundo através de sua própria cultura [...], a cultura como acrescentamento que o homem faz ao mundo que ele não fez. A cultura como resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador".

No Brasil, o acesso às bibliotecas está inserido nas políticas culturais, estando pontuado na Constituição Federal (ROSA, FUJINO, 2021). Como uma resposta à baixa quantidade de bibliotecas públicas e de espaços públicos, (relacionada pelo autor à omissão do poder público), as bibliotecas comunitárias surgem, de forma independente ou coletiva, geralmente sem apoios institucionais, principalmente em bairros periféricos (BOTELHO, 2012). Esse é um fator fundamental, pois demonstra a capacidade de resiliência e resistência dessas. Essa característica está diretamente relacionada ao objetivo de formação do leitor:

Se para as bibliotecas comunitárias, há uma maior relevância à ação cultural, outro fator, neste sentido, recebe forte notoriedade: **a formação do leitor**. É preocupação constante da maioria das bibliotecas comunitárias do país, criar e/ou incentivar o hábito da leitura. É no público infantil e juvenil que a construção do hábito de ler ocorre com maior facilidade, através da leitura e contação de histórias" (BOTELHO, 2012, p. 56, grifo nosso).

No Recife, são diversos os exemplos de como essas bibliotecas comunitárias têm se organizado, entre elas:

- a. no Alto José Bonifácio, uma edificação, onde já funcionou desde gafieira a bailes noturnos, transformou-se no lugar em que a população local se reúne para realizar atividades lúdico-educativas, ouvir e ler histórias;
- b. na Ilha de Joana Bezerra, tem-se a prática de leitura em uma casa alugada na comunidade do Coque;
- c. no centro, a Biblioteca de Caranguejo Tabaiães, no Bairro da Ilha do Retiro foi inaugurada em 2005 por lideranças e residentes, sob a ótica de que esta seria uma excelente plataforma de estabelecer o acesso ao livro, o prazer da leitura, incitar a cultura letrada e apoiar o desenvolvimento escolar dos jovens;
- d. no bairro de Peixinhos, na Região Metropolitana, um prédio abandonado foi ocupado pelo movimento popular denominado Movimento Cultural Boca do Lixo (MCBL) em meados dos anos 2000 para a implementação de

um espaço de leitura e onde atualmente se localiza a Biblioteca Multicultural Nascedouro que contém um acervo de 6.000 livros e recebe aproximadamente 60 visitantes diariamente. A BMN se desloca para onde a população estiver, através do projeto Bibliobôca Mamabembe;

- e. no Bairro da Torre, a RioTeca, requalificada na comunidade de Santa Luzia às margens do Rio Capibaribe estruturando uma pequena centralidade urbana na borda do rio (Figuras 163 a 166).



Figuras 163, 164, 165 e 166.

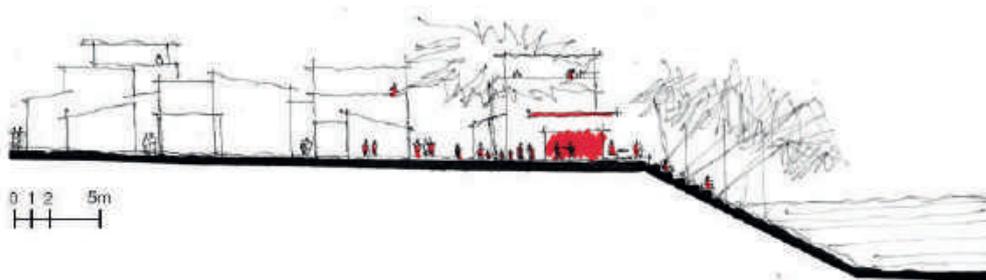
A Rioteca às margens do Rio Capibaribe.



Logo, uma vez que a compreensão do mundo nessas bibliotecas comunitárias é ampliada, as culturas popular e erudita tornam-se efetivamente coirmãs. Por conseguinte, há a troca entre multiculturas e a resignificação de territórios. Isso contribui veementemente a manter vivos e vibrantes sistemas de pessoas, lugares e significados (Figura 167).

Figura 167

Esquema gráfico do movimento por uma rede social que estimula novas centralidades urbanas por meio da literatura em aglomerados de baixa renda.



2.5.4 Síntese Gráfica da Alma Sábia

Tais *Movimentos Educacionais* revelam na cidade uma **Alma Sábia** (Figura 168), que traduz o conjunto de ações entre a aprendizagem e o ensino, tanto formal quanto informal, em um sistema retroalimentativo.

Figura 168

Árvore D'água do Recife a articular os diversos territórios das três bacias hídricas da cidade.



2.6 Alma Ecológica - revelada nos Movimentos Ambientais

Os *Movimentos Ambientais* são os acontecimentos significativos que buscam a adaptação, proteção e integração das intervenções físicas no meio ambiente natural (fauna e flora, cursos d'água, topografia, clima). No caso do Recife, essa expressão ecológica tem a marca de uma região tropi-

cal, estuarina e atlântica, condições naturais que incluem temperaturas, umidade e radiação solar relativamente elevadas. Diante dessa especificidade, ao longo do tempo foram adotadas ações e estratégias com base na compreensão para adaptação e/ou valorização do território, a exemplo da busca pela sensação de conforto ambiental por meio do uso adequado da sombra e ventilação permanente em convivência com a natureza. As etnias indígenas com seu sistema ancestral de inserção simbiótica com a natureza através de aldeias com arquitetura de madeira e palha inseridas em matas são também exemplos de adaptações climáticas.

Pode-se registrar como acontecimento significativo ao longo da história urbana do Recife os esforços pela criação do Parque de Friburgo, como pioneiro jardim botânico utilitário, experimentando o transplante de coqueiros adultos, árvores frutíferas (século XVII) e o sistema de pátios urbanos em frente às igrejas, que além de apoiar procissões de fiéis, permitia ventilar e respirar o tecido urbano (século XVIII).

Pontua-se, no Século XIX, a instituição dos banhos de rios e mar para a saúde da população diante da epidemia de cólera - assim, as classes sociais de maior poder aquisitivo começaram a abandonar os sobrados altos e magros, pouco iluminados e ventilados do centro da cidade em direção às chácaras verdes dos subúrbios afastados. Neste período mais longo, observa-se um *Movimento Ambiental de Apropriação-Adaptação* às condições climáticas.

O Século XX trouxe contributos notáveis quanto à compreensão da relação entre as dinâmicas naturais e humanas, e seus impactos sobre o território do Recife (CASTRO, 1956). Do mesmo modo, registram-se iniciativas de promoção do saneamento da cidade, calçamento e arborização das ruas, além da implantação de um sistema de parques e do projeto de um bairro sobre os princípios de uma cidade Jardim em torno da bacia do Rio Tejipió, ao sul da cidade e o bairro do Derby.

Como Movimentos representativos da Alma Ecológica nas últimas três décadas, esta investigação selecionou: *Projeto Parque Capibaribe: por uma cidade-parque*; *Membrana Anfíbia: por uma cidade-membrana*; *Reedição de Roteiro para Construir no Nordeste: Por uma cidade-árvore*.

2.6.1 Movimento 16: Projeto Parque Capibaribe (Cidade Parque)

[O Recife] nos apresenta um conjunto de características essenciais que explicam a configuração singular dessa cidade e demonstram o que ela pode vir a ser. Como em um ser vivo, esse código revela a raiz, a aparência, o passado, o presente e o futuro da cidade. São condições estruturais que ora atuam como forças ou fatores a serem apropriados e estimulados, ora como desafios e conflitos a serem enfrentados (MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA, 2019, p.45).

O Projeto Parque Capibaribe (PPC), convênio de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Mais Ativação (PD&I + A) firmado entre a Prefeitura do Recife e a Universidade Federal de Pernambuco propõe um modo de vivência da cidade através da conexão com as águas do Rio Capibaribe - o eixo central da *Árvore d'Água*²⁵ e "a alma líquida da cidade do Recife" (MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA, 2019, p.33) - e do resgate da bacia hidrográfica. Alencar e Sá (2018) apontam o contexto do PCC dentro dessa busca pela retomada da relação com as águas:

[...] apesar da cidade ter dado as costas ao rio, os resultados das pesquisas de campo apontam também para uma variação na configuração espacial ao longo do rio, que revela **potencial diverso para fomentar vitalidade urbana nos espaços abertos ao longo das suas margens**. [...] A concepção do Parque Capibaribe buscou explorar as qualidades paisagística e naturais das margens do rio, assim como seu grande potencial de articulação sobre o tecido urbano (ALENCAR, SÁ, 2018, p.179-180, grifo nosso).

O Projeto se revela como o primeiro passo para a transformação do território com olhar aos 500 anos da cidade e se traduz em um sistema de parques integrados ao longo do Rio Capibaribe, no intuito de transformar o Recife em uma Cidade-Parque. "A estratégia de ação estabelece eixos centrais: recuperação ambiental do Capibaribe e afluentes; conexão dessa rede de rios e riachos à malha urbana e uso da rede hídrica como vetor de articulação de soluções para mobilidade sustentável" (DINIZ et al, 2016, p.4).

A Zona Parque Capibaribe proposta contempla um território de aproximadamente quinhentos metros de largura e quinze quilômetros em cada uma das bordas do Rio Capibaribe, ou seja, totaliza-se em trinta quilômetros de transformações nas margens do principal curso hídrico da cidade. Essa Zona Parque (Figura 169) é desenvolvida através de cinco ações urbanísticas estratégicas: *chegar, percorrer, atravessar, abraçar e ativar*. Ao resultado dessas ações, espera-se ainda a implementação de quarenta e cinco quilômetros de novas ciclovias; doze pontes de pedestres para articulação de territórios que se encontram socialmente, e espacialmente, segregados pelas margens do rio; e mais de cinquenta quilômetros de ruas verdes (MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA, 2019, p.92).

É apostar em uma cidade verde, que promoverá a reconexão com a natureza, através da gradativa recuperação das águas e vegetação ciliar. É conceber a cidade como um lugar de encontro e oportunidades, pela criação de espaços abertos, coletivos, inclusivos. É pensar uma cidade que abrace processos sustentáveis para o enfrentamento dos desafios de um planeta em transformação, com efeitos tanto climáticos quanto econômicos (MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA, 2019, p.92, grifo nosso).

25 Ver Alma Sábia.

Através da visão *Recife Cidade-Parque* - envolvendo o Parque Capibaribe, o Parque Beberibe e o Parque Tejipió (Figura 170) -, o PPC traz uma lógica de projeto urbano que objetiva a sua implementação através de processos de ativação com a sociedade no processo de integração das águas na cidade, a exemplo dos trechos pilotos já executados do Jardim do Baobá e do Parque das Graças em 2021. Nessa ótica, o PPC incita o processo de planejamento sistêmico de longo prazo com base na relação com o ambiente natural (Figura 171).

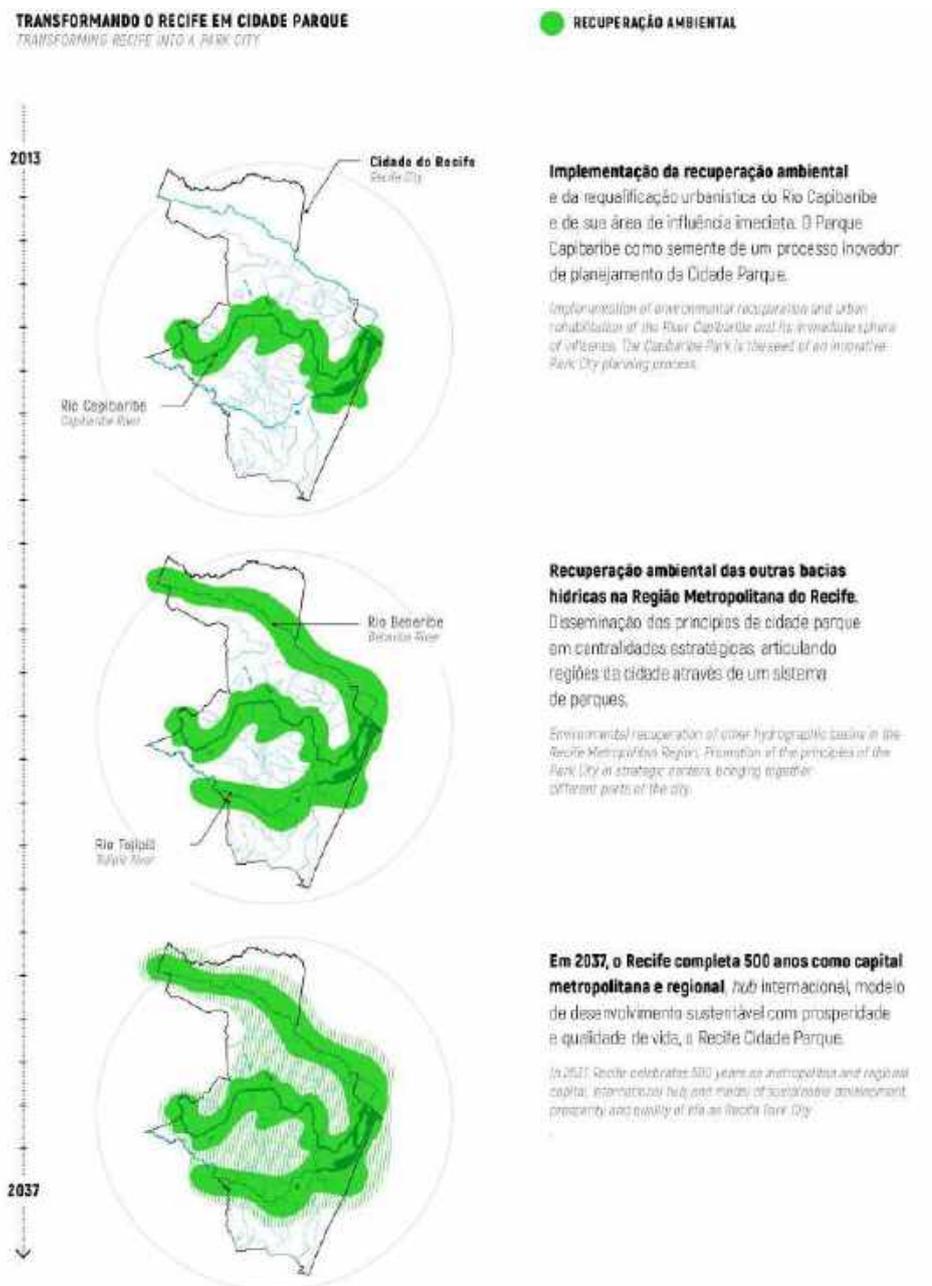


Figura 169

Recife Cidade-Parque.

Fonte: MONTEIRO,
VIEIRA, MONTE-
ZUMA (2019).
pgs. 156, 157.

Figura 170
Recife Cidade-Parque.
Fonte: MONTEIRO,
VIEIRA, MONTE-
ZUMA (2019).



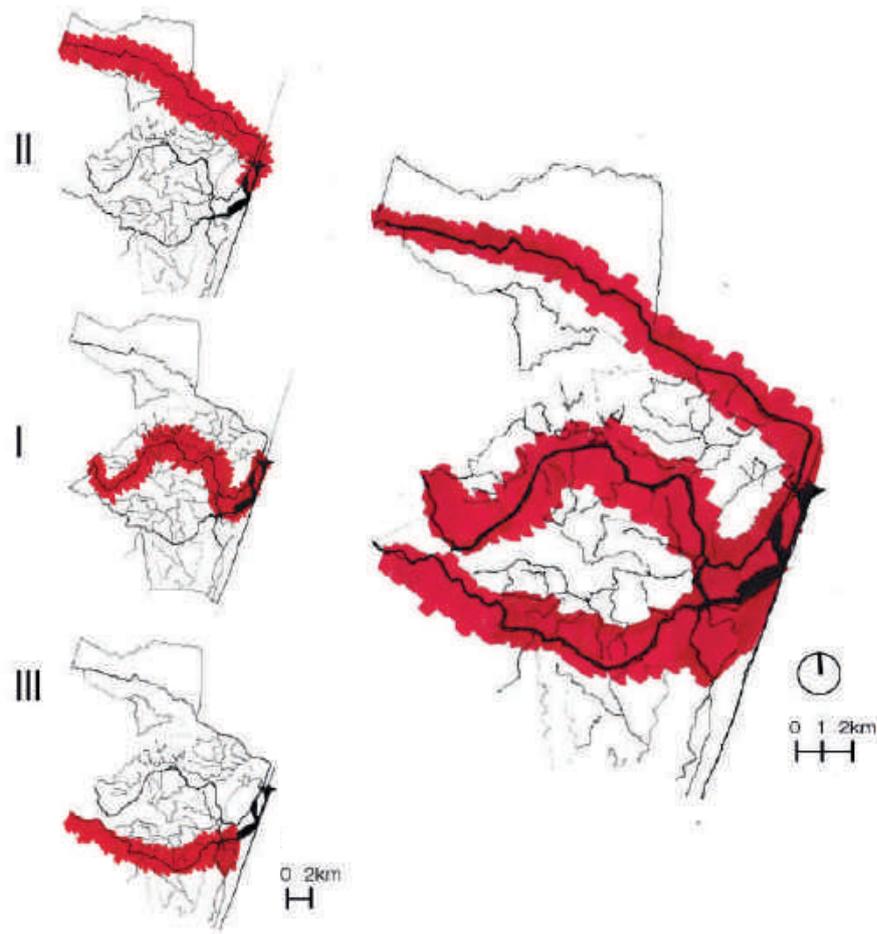


Figura 171
 Esquema gráfico do movimento por uma nova relação com a cidade através da conexão com as águas do Rio Capibaribe, recuperando a bacia hidrográfica, fase I. Potencial de estender aos rios: Beberibe, fase II e Tejipió, fase III.

2.6.2 Movimento 17: Membrana Anfíbia (Cidade-Membrana)

Articulado ao desafio de transformar o Recife em uma Cidade-Parque, o segundo caso aqui apresentado é a pesquisa *O8ª Membrana Anfíbia* (MONTEZUMA, 2019) que apresenta estratégias urbanas para a cidade do Recife, apontada como 16º hotspot global (IPCC, 2014), pioneira em lançar as bases para o debate operativo do Recife, 16ª cidade mais ameaçada do mundo, frente às mudanças climáticas. O projeto, em si, tem tom de manifesto "por uma cidade membrana". Após levantar uma série de consequências globais como o aumento da transmissibilidade de doenças, dentre elas, novas pandemias; temperaturas extremas; instabilidade de fauna e flora e crise hidrológica; tem-se a questão que põe em xeque a existência da cidade: o aumento do nível de mar, que pode levar a capital pernambucana a ficar substancialmente submersa pelas águas oceânicas em poucas décadas (Figuras 172 e 173). O trabalho tem então como referência a questão: como proteger a capital mais antiga do país de ser definitivamente inundada nas próximas décadas? (MONTEZUMA, 2019).

Figuras 172 e 173

Simulações do Bairro de Boa Viagem atual e em 2010 para um aumento de até 4°C. Fonte: MONTEZUMA (2019).



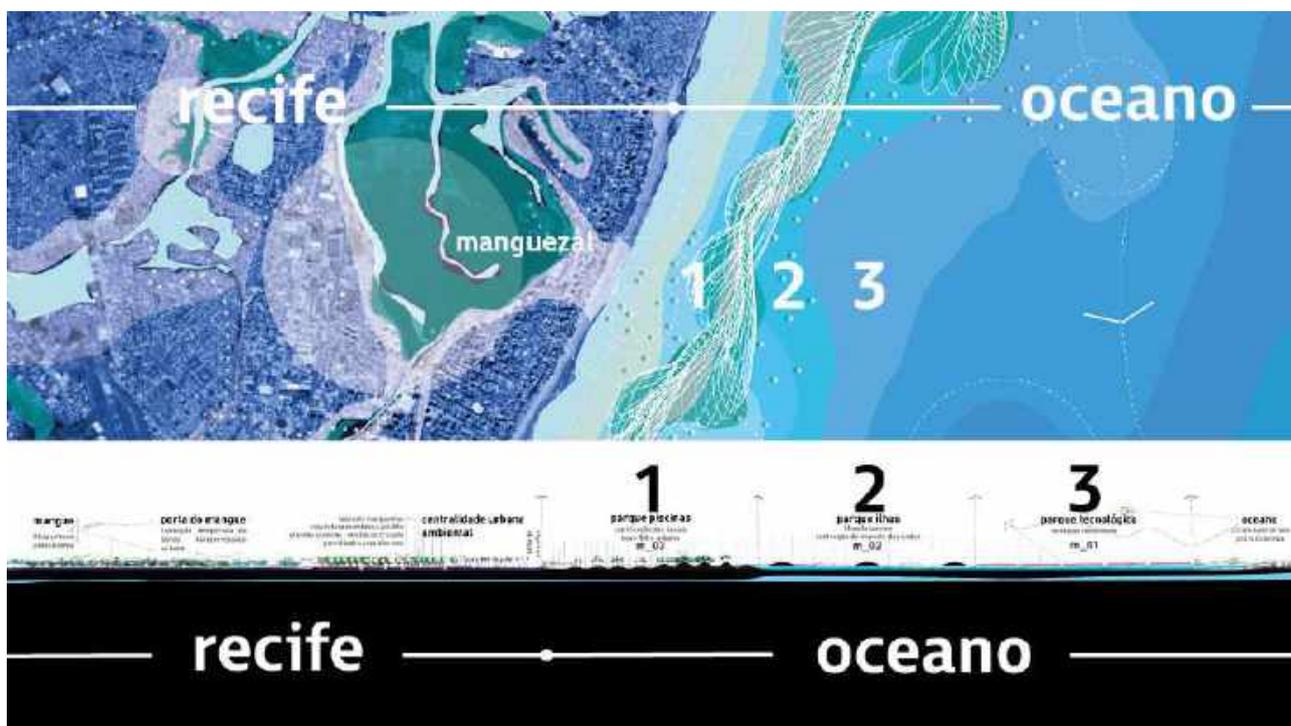
Em função de entender o escopo de um ambiente em constante mudança, tem-se a urgência de reconsiderar a premissa de estabilidade e sistemicamente projetar forças que possam proteger e reinventar esses cenários (MONTEZUMA, 2019, p. 12).

A pesquisa analisa diversos mecanismos no mundo inteiro - construídos e especulativos - e lança a hipótese inicial chamada "membrana anfíbia", como estratégia de adaptar a cidade às águas a partir de seu elemento gerador: o arrecife. Tal membrana se materializaria em um sistema composto de três parques ecossistêmicos no mar: o primeiro é o *parque tecnológico*, para atenuar a erosão costeira e gerar energia limpa; o segundo, um *parque de ilhas flutuantes*, para atenuar o impacto mecânico das ondas e promover espaços de resguardo da vida selvagem; e o terceiro um *parque de piscinas filtrantes*, onde contém diretamente o aumento do nível do mar com espaços públicos multifuncionais e áreas de regeneração da vida ambiental (MONTEZUMA, 2019).

É proposta uma infraestrutura de contenção (Figura 174) para além de uma linha de defesa puramente técnica tradicional, através de um ecossistema socioambiental de alto desempenho e baixo impacto ambiental (MONTEZUMA, 2019). O trabalho²⁶ estimula a criação de uma rede global de cidades ameaçadas para investigar soluções conjuntas sob medida para cada caso (Figura 175).

Este trabalho sensibilizou à mídia e o campo acadêmico por abordar de forma propositiva os desafios que o planejamento da cidade do Recife deverá enfrentar nos próximos anos e deu origem a reportagens, capítulos de livros, e tema do terceiro workshop RXN (2020/2021) - Visões e estratégias diante da elevação do nível do mar no Recife e nos Países Baixos.

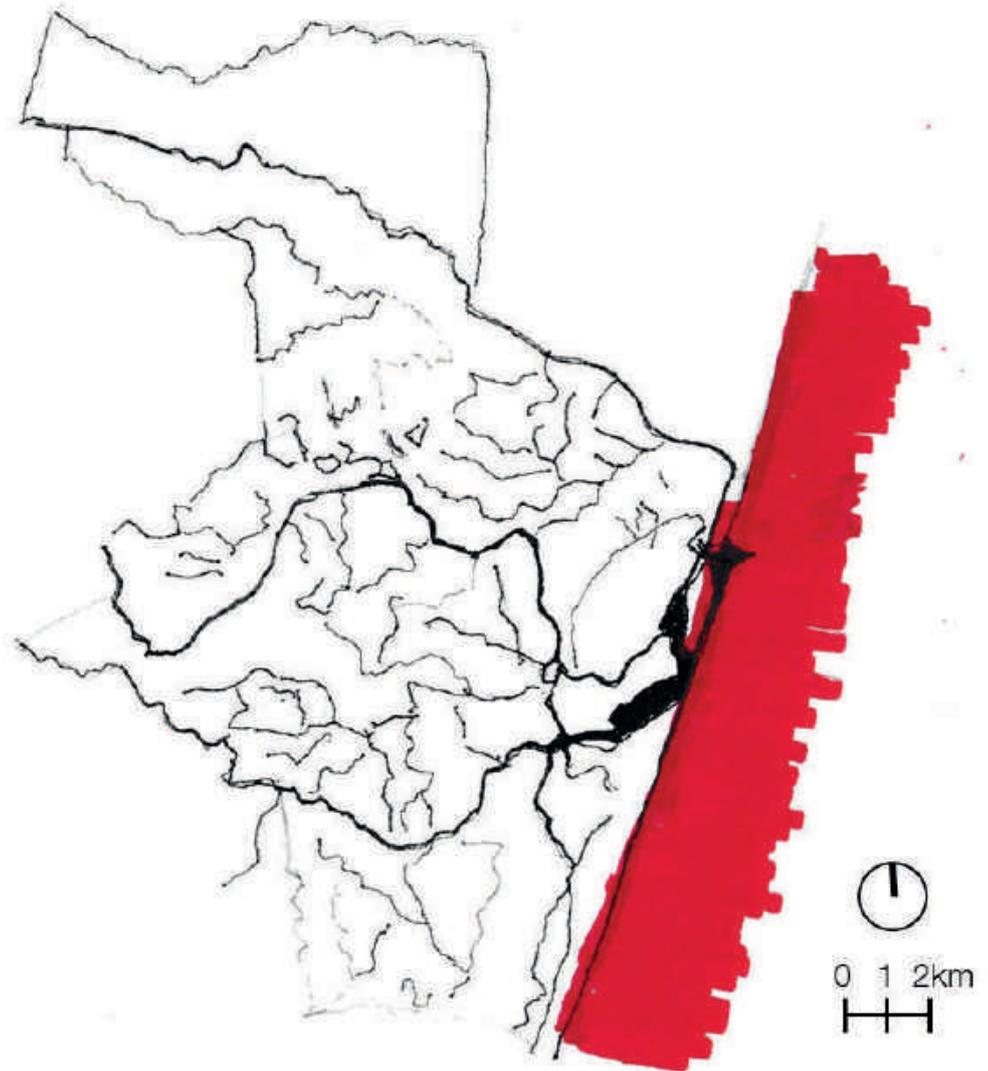
Figura 174
Corte do Masterplan da Membrana Anfíbia. Fonte: MONTEZUMA (2019).



26 O trabalho é multidisciplinar e foi escolhido pela UFPE para representá-la nacionalmente no ENANPARQ no eixo de *Projeto, tecnologia, infraestrutura e questões socioambientais*.

Figura 175

Esquema gráfico do movimento de adaptação e proteção do Recife em resposta às consequências das mudanças climáticas, principalmente frente ao aumento do nível do oceano.



2.6.3 Movimento 18: Reedição de Roteiro para Construir no Nordeste (Arquitetura e Cidade Árvore)

A arquitetura vista pelo lado do ser humano pode privilegiar uma convivência adequada com o meio ambiente, filtrando os elementos da natureza, sem se perder em tecnicidades periféricas ao fazer arquitetônico. A arquitetura dita sustentável deve ter uma continuidade com nossas práticas culturais, incluindo particularmente nossa relação com o clima da nossa região. Esta é a tradição do "morar bem" (HOLANDA, 2018, p.11).

Uma referência teórica fundamental são as reedições do livro *Roteiro para construir no Nordeste - Arquitetura como um lugar ameno nos trópicos ensolarados*, manifesto regionalista à modernidade brasileira, lançado em 1976. São elas: a segunda reedição, em 2010, para o 19º Congresso Brasileiro de Arquitetos, e a terceira, em 2018, para a fundação do Instituto Armando de Holanda.

O objetivo das duas reedições foi o de reacender e aprofundar o debate necessário sobre sustentabilidade nas relações tropicais entre arquitetura, natureza e sociedade. Assim, propõe-se estratégias de concepção projetual onde a arquitetura pode ser pensada como uma "grande árvore", com valores espaciais como uma sombra ampla que reduz a excessiva carga térmica dos trópicos e permite que o vento circule livremente no interior dos espaços, articulando verdes e vivências. Segundo Moreira (2019a):

A reedição deste livro faz-se muito oportuna, pois essas lições parecem estar sendo esquecidas, particularmente após a popularização dos equipamentos de ar-condicionado. Entretanto, desde o começo do milênio, a economia de energia, o reaproveitamento de água, a busca da melhor performance e a obtenção de selos de eficiência energética passaram a ter destaque entre as preocupações dos arquitetos. Estes desafios são importantes para a prática contemporânea e não devem ser negligenciados, mas **a obra de Armando mostra que uma arquitetura boa e sustentável pode alcançar mais do que o simples atendimento a determinados índices e requisitos** (MOREIRA, 2019a, grifo nosso).

Para além da questão da atualidade da obra, cada ponto contém uma lição da Escola Pernambucana de Arquitetura Moderna, como: *criar uma sombra, recuar as paredes, vazar os muros, proteger as janelas, abrir as portas, continuar os espaços, construir com pouco, conviver com a natureza e construir frondoso*. Sobre eles, pode-se extrair alguns pontos, nos quais, segundo Ramos e Naslavsky (2020) os quatro primeiros apresentam um *caráter sugestivo-prático* e os cinco últimos um caráter reflexivo-teórico (Figura 176):

1. *Criar uma sombra* é possibilidade de criar cobertas generosas e ventiladas a partir da disposição de seus elementos, dando a possibilidade do telhado "respirar" e assim têm uma eficiência na retirada da umidade e carga térmica, além de proteger da radiação solar direta e de eventos climáticos, como tempestades.
2. *Recuar as paredes*, por sua vez, significa gerar grandes sombras e áreas de convivência sombreadas que desempenham a função de filtros luminosos.
3. *Vazar os muros* permite a entrada e saída de ar e gera novos níveis de iluminação, incorporando elementos vazados como uma linguagem plástica tropical.

4. *Proteger as janelas* significa criar projeções e quebra-sóis para que possam permanecer abertas, devidamente sombreadas e abrigadas (HOLANDA, 2018).
5. *Abrir as Portas* denota a integração da paisagem interior e exterior, individual e coletivo e, assim como as janelas, que as portas também possam estar abrigadas e protegidas para permanecerem abertas.
6. *Continuar espaços* significa projetar a continuidade dos ambientes, fazendo-os contínuos, livres e desafogados, reservando apenas os locais que necessitem de maior privacidade, criando ambientes em consonância com os modos de viver do Nordeste brasileiro.
7. *Construir com pouco* trás uma dimensão antropométrica, com materiais refrescantes próximos ao usuário, evitando assim a variedade excessiva de materiais construtivos, em prol de uma padronização e racionalização da construção.
8. *Conviver com a Natureza* enaltece a necessidade de convivência amigável entre o humano e o "selvagem", intervindo equilibradamente entre ambos, valorizando a grandiosidade da paisagem natural. Nessa perspectiva, utiliza-se o sombreamento da vegetação como "cobertas", ou seja, geradoras de sombras e luz filtrada para jardins, praças, ruas, calçadas, estacionamentos, entre outros, articulando esses espaços a partir de uma malha verde de espécies próprias dos trópicos.
9. *Construir frondoso* encerra o manifesto de uma identidade regional, negando os estilistas resultantes de uma dependência cultural dos países desenvolvidos, formulando, assim, uma tecnologia da construção tropical que atenda a alta demanda por habitação, garantindo sua qualidade.

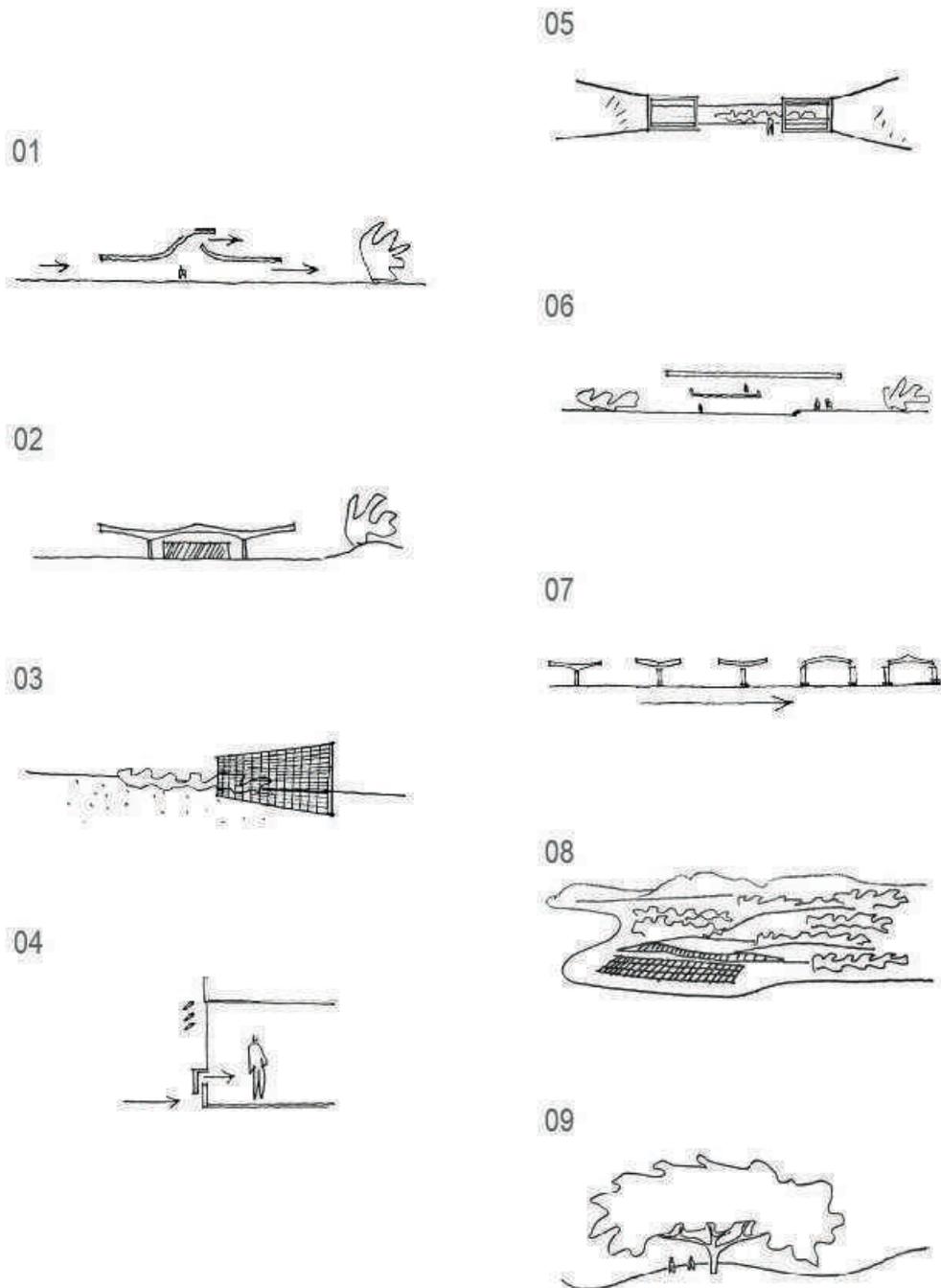


Figura 176
Princípios do 1 ao 9.
Fonte: HOLANDA (2018).

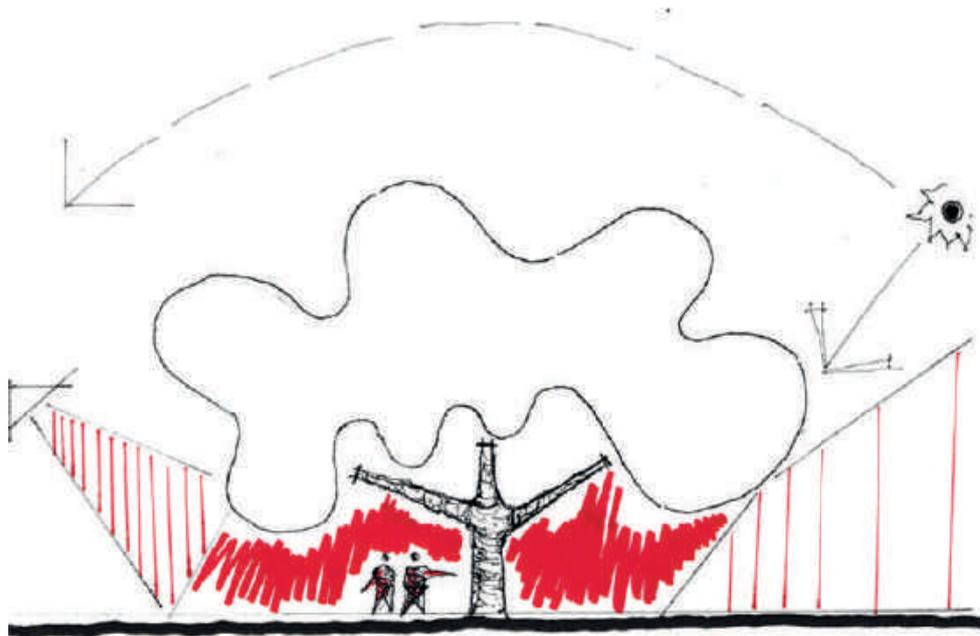
O autor destaca a necessidade de adaptação da arquitetura às especificidades locais:

A análise das realizações dos países desenvolvidos permitirá distinguir, nas suas arquiteturas o que é criação de espaços com conteúdo humano, sensibilidade social e adequação ao meio do que é incorporação de sofisticados recursos tecnológicos; recursos que, de fato, fascinam, mas que podem ser enganadores, por terem sido desenvolvidos para situações completamente distintas da nossa (HOLANDA, 2018, p. 49)

Portanto, a articulação desses princípios, à primeira vista de uma arquitetura-árvore, pode ser estendida para o entendimento de uma cidade-árvore. Ela contempla as diversas escalas da urbe sob uma mesma ótica: a condição tropical como diretriz para se alcançar arquiteturas e cidades saudáveis (Figura 177).

Figura 177

Esquema gráfico do movimento por uma arquitetura e “cidade-árvore” que enfatiza o regionalismo e a sustentabilidade, priorizando o uso de estratégias adequadas ao clima tropical quente e úmido.
Fonte: Autoria própria



2.6.4 Síntese Gráfica da Alma Ecológica

Tais *Movimentos Ambientais* de adaptação ao lugar tropical, estuarino e atlântico revelam uma **Alma Ecológica** (Figura 178), que revela o conjunto de ações que evocam a dimensão ambiental e saudável da cidade.

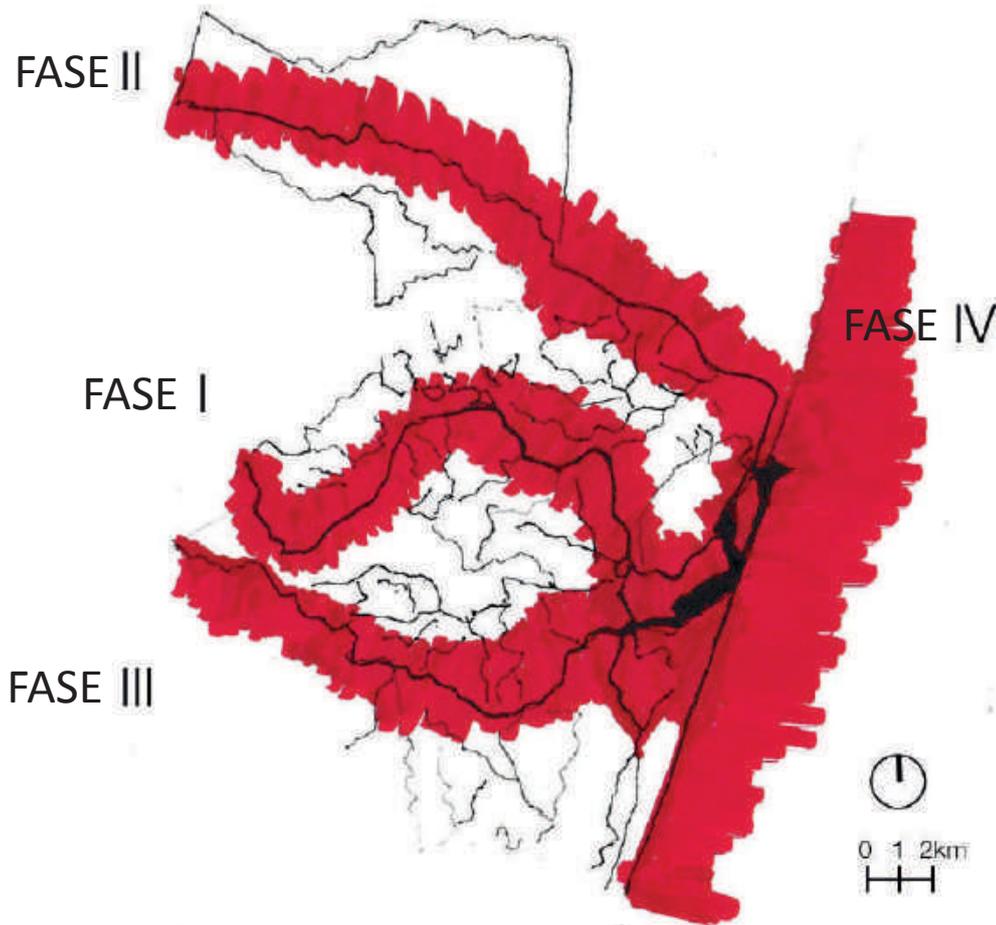


Figura 178
 Meio Ambiente Natural do Recife em Reinvenção. Fase I Parque Capibaribe; Fase II Parque Beberibe; Fase III Parque Tejipió e Fase IV Parque Marinho.

Tais Movimentos Ambientais de adaptação ao lugar tropical, quente e úmido, estuarino e atlântico revelam uma Alma Ecológica (Figura 178), que evoca ações urbanísticas com base na valorização da malha hídrica e na adaptação às condições climáticas do local. A dimensão ambiental demonstra ser o caminho para uma cidade saudável.

2.7 Alma Política - revelada nos Movimentos por Planejamento

Os Movimentos por Planejamento são os acontecimentos significativos que antecipam cenários e procuram articular, integrar e estruturar as várias possíveis ações (iniciativas públicas e privadas) em um sistema de planejamento (programas, planos, projetos pontuais ou setoriais) que, por sua vez, estimule, a partir de uma determinada visão, um sistema de projetos urbanos em busca de um Projeto de Cidade.

No Recife, os movimentos de planejamento parecem estar marcados permanentemente, desde a origem, por significativas ideias de centralidade

regional, nacional e internacional ao longo dos séculos. Partindo, inicialmente, do período pré-ocupação europeia, quando por suas características naturais, a região já revelava uma abrangência regional entre as etnias indígenas (BARBOSA, 2014). Com a chegada dos portugueses, destacam-se os planos iniciais de transformação de um território milenar de ocupações indígenas com características de porto natural estuarino (centralidade geográfica de um anfiteatro topograficamente disposto em semicírculo) em uma Cidade Porto Internacional para exportações do açúcar com gênese de território metropolitano, articulado à então capital Olinda e aos engenhos de açúcar no Século XVI (REYNALDO, 2005).

Durante a ocupação holandesa, já no século XVII, seguiram-se novas estratégias, desta vez para fazer do Recife Capital do Brasil Holandês (BARLÉU, 2018), executando-se um plano pioneiro renascentista para desenvolver uma Cidade nas Águas a partir de um sistema de canais e pontes, espaços públicos e privados com estratégias de integração à natureza. Em seguida, e em oposição à concepção holandesa de cidade, um plano orgânico de ruas tortas, casarios, pátios e igrejas reestruturou um Recife de urbanismo português até o final do século XVIII. Tratam-se de *Movimentos por Planejamento* da cidade.

Já no século XIX, as ideias urbanísticas de planejamento para modernização do Recife envolveram estratégias como expansão, construção de grandes equipamentos e infraestruturas urbanas, exemplos de saneamento e de vias que ora rasgaram o tecido urbano, ora se expandiram em direção a novos territórios. Por fim, no século XX, foram elaborados distintos planos de estruturação formal da metrópole que não chegaram a responder de forma integrada às demandas de infraestrutura, do uso e ocupação do solo e do meio ambiente.

Em relação ao século XXI, esta investigação identifica Movimentos voltados à concepção da cidade a longo prazo, em torno de uma visão de futuro, num horizonte temporal que coincidirá com os 500 anos do Recife. Assim, no que diz respeito a esforços de planejamento da cidade esta investigação selecionou três conjuntos de *Movimentos* significativos: ***movimentos por redução das desigualdades sociais*** (*Prezeis, Mais Vida nos Morros, Compaz*); ***movimentos por preservação ambiental*** (*Plano Urbanístico de Resgate Ambiental - PURA; Plano Diretor de Drenagem do Recife - PDDR; Plano de Manejo das Unidades de Conservação da Natureza - UCN*); ***movimentos por desenvolvimento urbano estratégico*** (*Metrópole Estratégica; Recife 500 anos; Planos Diretores*).

2.7.1 Movimento 19: Redução das desigualdades sociais

2.7.1.1 Plano de Regularização de Zonas Especiais de Interesse Social - PREZEIS

O Plano de Regularização de Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS) é um mecanismo legal que visa regulamentar, na Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife, os processos de regularização plena (urbanística, fundiária

e ambiental) nas ZEIS do Recife (Figura 179). Elaborada por setores do movimento popular, com o apoio da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, essa lei é considerada uma experiência pioneira na sociedade civil, no qual o princípio do direito social à moradia se sobressai ao do direito à propriedade. Nesse sentido, a Lei do Prezeis de 1987 (atualizada em 1995) tem três principais objetivos: promover a regularização jurídica da terra; protegê-la contra a especulação imobiliária; e garantir que os assentamentos habitacionais populares tenham acesso à terra e à urbanização.

Inicialmente, em 1987 a lei aprovou 27 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), distribuídas na Região Metropolitana do Recife. Em 2021, o número chegou a 77 ZEIS dentre os 94 bairros da cidade do Recife. A aplicação prática desse instrumento legal se revelou como importante medida protetionista dos aglomerados urbanos de baixa renda da cidade, especialmente freando a remoção das populações periféricas que ali vivem. Como coloca a Equipe Técnica de Assessoria Pesquisa e Ação Social:

A Lei do Prezeis (1987 atualizada em 1995) contribuiu para evitar a prática de governantes de remover a população pobre de zonas periféricas da cidade para distante do mercado de trabalho e dos equipamentos coletivos. Assim como contribuiu para promover a participação direta da população nas etapas de planejamento e implantação da urbanização e regulamentação fundiária das ZEIS - com a criação da Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra (COMUL) e Fórum do Prezeis (ETAPAS, 2017).

A gestão do Prezeis traz uma relevante conquista no sentido da governança urbana (Imagem 45), de cunho democrático e participativo. Seu arranjo institucional integra várias instâncias com composição equilibrada, com 50% de representantes do poder público municipal e 50% de representantes da sociedade civil (moradores das ZEIS, Universidades, ONGs e outros agentes sociais).

Figura 179

Mapa de localização das Zeis no Recife. Fonte: NASCIMENTO (2020).

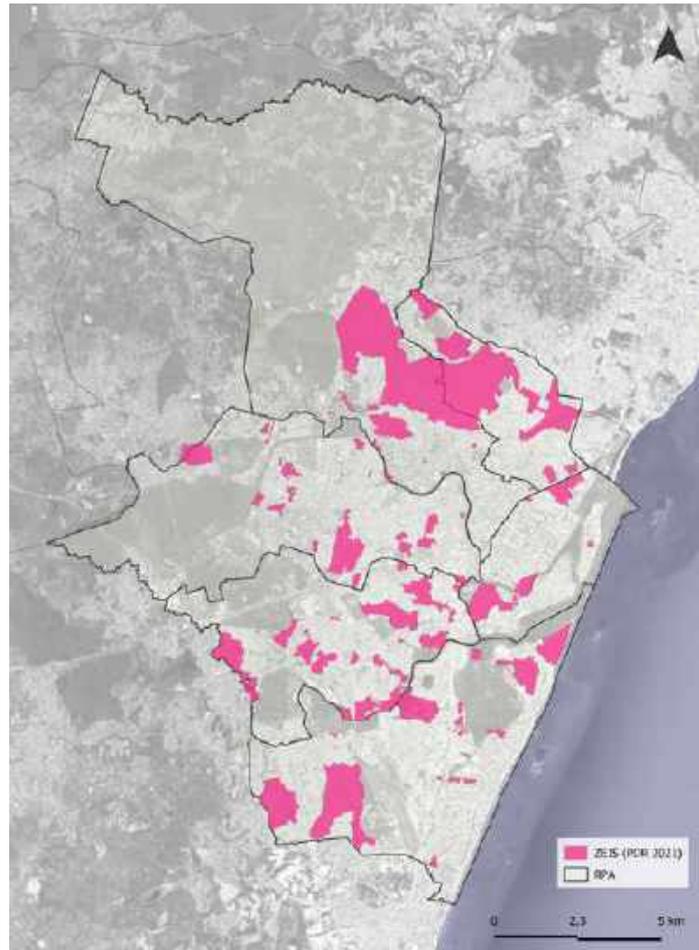
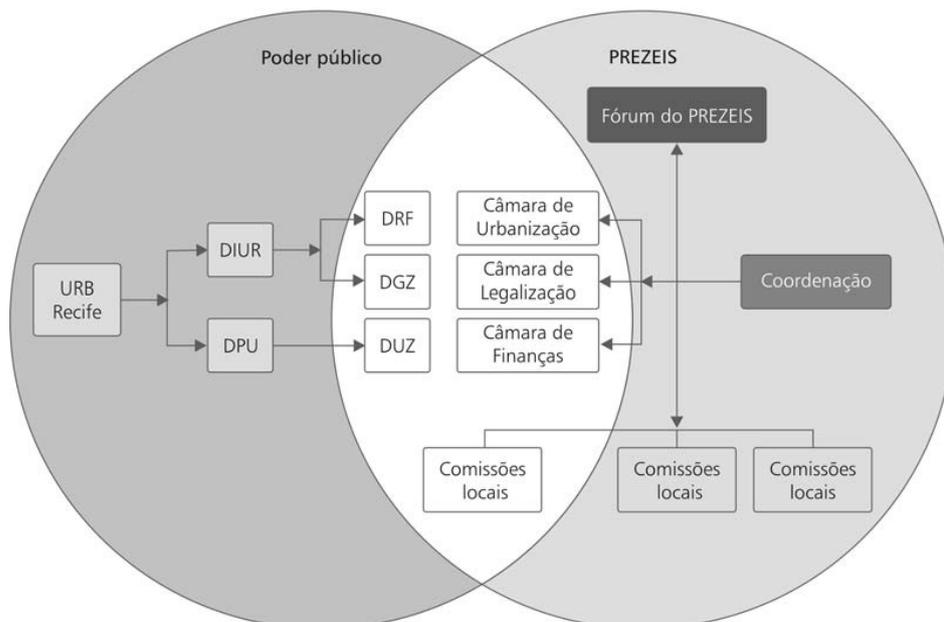


Figura 180

Relações entre o Poder Público e Prezeis. Fonte: MORAES, MIRANDA (2015).

Mecanismos de planejamento e gestão



2.7.1.2 Mais vida nos Morros

O Programa Mais Vida nos Morros, realizado pela Prefeitura da Cidade do Recife, através da Secretaria Executiva de Inovação Urbana, tem como objetivo realizar pequenas intervenções em comunidades nos morros. Em busca da promoção de melhorias da qualidade do ambiente urbano, desenvolvem-se atividades voltadas à implantação de soluções de paisagismo, áreas de lazer e de convivência. Seu objetivo é transformar a relação do cidadão periférico com seu entorno, a partir da compreensão de que o cidadão é protagonista das mudanças e partícipe da consolidação de uma cultura de resiliência urbana.

O projeto é inspirado em experiências da Colômbia, México e Venezuela, com base na percepção de que mesmo pequenas ações urbanas do poder público em áreas desfavorecidas são capazes de gerar mudança no comportamento das pessoas. No Recife, essa ação é uma parceria entre entidades públicas e privadas, com atuação em morros da cidade. Quanto à sua execução, a Prefeitura do Recife disponibiliza equipes de profissionais como arquitetos, engenheiros e outros técnicos, tendo como estratégia a mobilização de organizações locais de moradores.

Os espaços geográficos com diferentes potencialidades e riscos que compõem as comunidades promovem uma diversidade de contextos onde pequenas intervenções têm a participação dos moradores como agentes da transformação. (Figuras 181 e 182)²⁷.

São exemplos de intervenções: criação de pequenas praças, mirantes, retirada de entulhos, pequenas hortas, espaço para jogos e brincadeiras infantis, corrimões nas escadarias, pintura das paredes, espaços de leitura.

²⁷ O Mais Vida nos Morros, recebeu premiações da ONU-Habitat e do *The Child in The City International Seminar*, na Bélgica, que é o mais importante seminário que reúne especialistas do mundo todo para debater sobre crianças e cidades sustentáveis, além da Fundação Bernard van Leer, uma instituição da Holanda que tem se mostrado como um case de integração entre o poder público, sociedade e a iniciativa privada na descoberta de soluções urbanas e na promoção de desenvolvimento social.

Figuras 181 e 182

Vista Aérea do Morro da Conceição sob a intervenção do programa Mais Vida nos Morros; Morro do Vasco da Gama sob intervenção do Programa Mais Vida nos Morros. Fontes: Prefeitura da Cidade do Recife (2018); Andrea do Rego Barros/Prefeitura da Cidade do Recife.

**2.7.1.3 Compaz**

O Centro Comunitário da Paz (Compaz) é um projeto da Secretaria de Segurança Cidadã da Prefeitura do Recife. O equipamento originou-se tendo como referência as Bibliotecas Parque de Medellín e Bogotá, bem como de outras fontes de experiências colombianas. O Compaz possui como meta o combate à violência, o fortalecimento comunitário e a inclusão social.

Com base no Pacto pela Vida, plano de segurança pública desenvolvido pela Prefeitura do Recife em 2013, a Secretaria de Segurança Cidadã passa a atuar em duas frentes: o enfrentamento policial e a prevenção à violência através do Compaz - infraestrutura com oferta de atividades de cultura, educação, esporte, lazer, serviços cidadãos, tais como defesa do consumidor, junta militar, mediação de conflitos - para a população das comunidades mais vulneráveis da cidade.

A primeira Unidade foi inaugurada em 2016, no Alto de Santa Terezinha, região de morros do Recife; a segunda, em 2017, no bairro do Cordeiro; a terceira, em 2019, na comunidade do Sítio do Berardo, limite com a Avenida Caxangá; e a quarta, na comunidade do Coque, Bairro Joana Bezerra - as últimas três últimas, na região da planície da cidade. Os Centros Comunitários da Paz se destacam pela estrutura e pela variedade dos serviços e atividades ofertadas. Espaço de convivência, voltado para os públicos de todas as faixas etárias, com oferta de oportunidades que permitem aos jovens manterem-se afastados das dinâmicas de criminalidade e violência presentes em suas comunidades.

Para exemplificar, mais de 900 crianças e jovens praticam artes marciais no Compaz do Alto de Santa Terezinha (Figura 183), onde há também práticas de natação, tai chi chuan, yoga, biodança, aulas de violão, oficinas de circo, espaços para resolver pendências de documentação, orientações sobre direito do consumidor, mediação de conflitos, assistência social, biblioteca com 850 metros quadrados e cerca de 15 mil livros. Como resultado, em 2017, enquanto a violência aumentou 19% em toda a cidade, no entorno dos Compaz, reduziu em 20%, segundo reportagem da revista IstoÉ (2018).

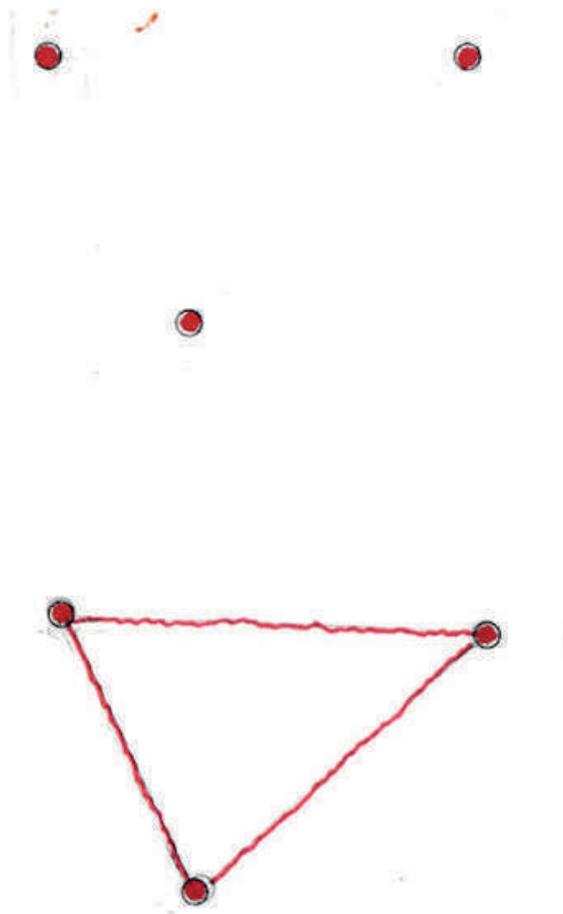
Recife, no estado de Pernambuco, é a oitava cidade mais violenta do País, com uma taxa de homicídios de 55 por 100 mil habitantes. Nos últimos 10 anos a taxa de homicídio da Colômbia baixou 10 pontos percentuais enquanto a do Brasil subiu mais de 30. Para encontrar soluções para o problema, a prefeitura buscou inspiração no exemplo de Medellín, que, nos últimos 30 anos, conseguiu fazer o índice cair de espantosos 381 para 22 homicídios por 100 mil habitantes. Uma das iniciativas importadas da Colômbia deu origem aos Centros Comunitários da Paz (Compaz), cujo principal objetivo é manter os moradores de regiões pobres ocupadas em atividades edificantes (DINIZ, 2018).

Figura 183

Compaz do Alto de Santa Terezinha. Fonte: Andrea Rego Barros (2018).

**Figura 184**

Esquema gráfico dos movimentos pelo enfrentamento às desigualdades sociais. Das ações isoladas à necessidade de ações integradas.



2.7.2 Movimento 20: Preservação do Meio Ambiente

2.7.2.1 Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Parque Capibaribe-PURA

Um dos produtos do trabalho de pesquisa desenvolvido por convênio da UFPE com a Prefeitura do Recife para a implantação do Projeto Parque Capibaribe é o Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Parque Capibaribe (PURA Capibaribe). Trata-se de documento que apresenta a síntese dos produtos resultantes da pesquisa em cinco tomos que reúnem pesquisas, diagnósticos, diretrizes e planos visando a implantação, a curto e longo prazo, do Parque Capibaribe e consolidação de estratégias. De acordo com o Plano, a proposta é ir além da Recuperação Ambiental do Parque Capibaribe, estabelecendo uma uma visão transcendente: a de Reinvenção do Recife Cidade Parque.

Em seu Tomo 1: PROCESSOS, o PURA apresenta as metodologias de interação do conhecimento multidisciplinar, assim como os processos de pesquisa, de diálogo popular e engajamento nos processos de decisão sobre conceitos do projeto. O Tomo 2: NATUREZA contém pesquisas, descrições e diagnósticos do sistema ambiental e os desafios a serem enfrentados para conservar, recuperar e dar condições de regeneração da natureza. Já o Tomo 3: CIDADE reúne conhecimento produzido sobre os diversos sistemas que operam no nível da cidade, análises históricas, diagnósticos, e diretrizes para intervenções globais. O Tomo 4: PARQUE CAPIBARIBE traz informações e dados no nível local, descrevendo territórios e efeitos de sistemas na zona do Capibaribe. Por fim, o Tomo 5: PLANO - A REINVENÇÃO articula os tomos anteriores e apresenta diretrizes com prazos e metas para subsidiar políticas e programas prioritários para implementação do Parque Capibaribe, objetivando contribuir com o processo de transformação do Recife numa cidade-parque.

Um processo que em sua natureza metodológica quebra paradigmas em relação aos planos urbanos tradicionais, ao retirar a ênfase no produto final e focando também no processo como produto. A partir de um olhar de baixo para cima, baseado nas premissas do Urbanismo Emergente, foi possível melhor identificar soluções que tinham como sustentação as potencialidades dos grupos envolvidos no território (INCITI/UFPE, 2020).

O PURA foi formulado por corpo transdisciplinar de pesquisadores com base em estudo aprofundado dos aspectos urbanos e ambientais da bacia hidrográfica. Engenheiros, arquitetos, biólogos, urbanistas, jornalistas, economistas e ainda profissionais de áreas como Serviço Social, Pedagogia, Psicologia e Direito participaram da construção do documento, que poderá servir de referência para gestões futuras, constituindo-se enquanto base para políticas públicas (Figura 185).

Figura 185
Masterplan de implementação gradual do Parque Capibaribe. Na imagem destacam-se as áreas de influência direta do parque, assim como o processo de sua construção. Fonte: PURA (2020).



2.7.2.2 Plano Diretor de Drenagem do Recife – PDDR

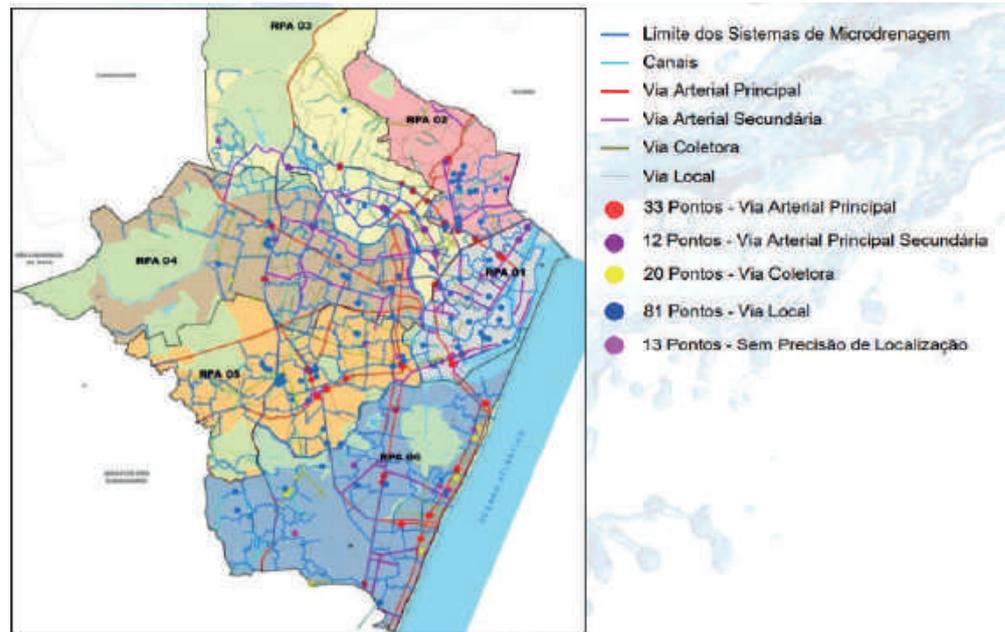
O *Plano Diretor de Drenagem do Recife* (PDDR) é um instrumento legal que tem o objetivo de planejar, implantar, manter e operar as estruturas naturais e construídas de drenagem, prevenindo e controlando as ocorrências de inundações e alagamentos, especialmente quanto frente à Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), o até então inédito *PDDR* contém diretrizes e caminhos para melhoria das condições das áreas alagadiças do município, assim como a formulação de projetos executivos de algumas ações e cadastros das principais redes existentes, dentre outros instrumentos. Tal plano inclui, entre outras ações, a drenagem das bacias de oito rios que cortam a cidade: Capibaribe, Camaragibe, Beberibe, Tejiipió, Jiquiá, Jaboatão, Moxotó e Jordão.

Atualmente, em termos de Macrodrenagem, o Recife está confinado entre o mar e os morros, onde correm os rios Capibaribe, Beberibe e Tejipló, que possuem um mesmo estuário. Fazem parte ainda desta macrodrenagem os riachos Jiquiá, Curado, Morno, Camaragibe, Dondon e Moxotó. Nesse aspecto, existem 99 canais, totalizando 115.308m desse curso hídrico. Com relação à Microdrenagem, esta é composta por galerias e canaletas, apresentando uma extensão aproximada de 1.580km. Muitos segmentos estão subdimensionados e não há cadastro desta rede de drenagem (PCR, 2015).

O *PDDR* procura atuar nos problemas de macrodrenagem e microdrenagem. Quanto à macrodrenagem, nas inundações desse sistema, contemplando corpos hídricos como rios, riachos, canais. Com relação ao sistema de microdrenagem, os alagamentos são mais frequentes no Sistema viário de circulação e em 160 pontos críticos (Figura 186). Para tanto, o Plano apresenta 11 produtos técnicos, dentre os quais se destacam: *Diagnóstico do Sistema de Drenagem Atual; Relatório de Concepção (Estudo de Alternativas e Estudos Complementares); Minuta do Projeto de Lei do PDDR; Manual de Drenagem; e Proposta de Tratamento das Margens de Rios e Riachos.*

Como revela Diniz (2022), o *PDDR* representa uma transição de paradigmas na gestão de águas urbanas deste século XXI. Por um lado, mantém abordagens tradicionais, baseadas em soluções de cunho higienista, de natureza “condutiva”, que tratam do escoamento das águas fluviais e de chuvas, com riscos de transferência do problema de inundações para áreas à jusante das intervenções de melhoria do sistema de drenagem. Por outro lado, antecipam e indicam o potencial de emprego de soluções de convivência com as águas, como a coleta e armazenamento de águas pluviais para uso em funções, como rega de plantas e descargas sanitárias, contribuindo para retardar alagamentos. Entretanto, ressurte-se o pouco avanço no sentido da participação dos cidadãos na gestão da drenagem urbana, aspecto central do urbanismo sensível à água.

Figura 186
Pontos Críticos de Alagamento na Microdrenagem. Fonte: Plano Diretor de Drenagem do Recife (2016).



2.7.2.3 Plano de Manejo das UCN

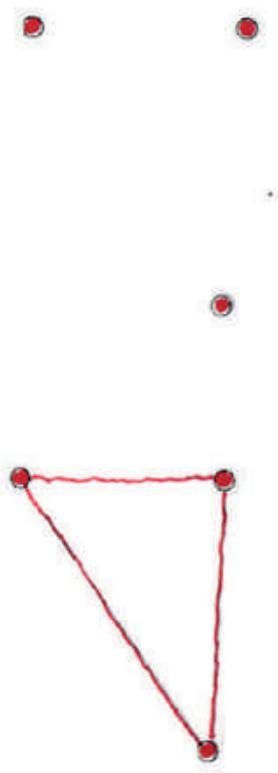
As Unidades de Conservação da Natureza (UCNs), fazem parte do zoneamento ambiental do Recife (Figura 187). Tratam-se de áreas naturais de grande relevância para a cidade, instituídas por lei pelo poder público municipal. Conforme a Lei nº 18.014/2014, que institui o Sistema Municipal de Unidades Protegidas (SMUP), as UCN têm por objetivo "conservar as características ambientais, proteger a biodiversidade e contribuir para a manutenção dos serviços ecossistêmicos e ambientais", a exemplo da "regulação de marés, sequestro de carbono, melhoria da qualidade do ar e provimento de alimentos" (PREFEITURA DO RECIFE, 2021). A lei municipal se enquadra nas diretrizes nacionais e estaduais que regem as Unidades de Conservação (UC) e seus sistemas. No Recife existem 25 Unidades de Conservação da Natureza e 02 Unidades de Conservação da Paisagem.

No plano local, em que pese a relativa densidade de ocupação urbana das distintas áreas ou bairros do Recife e a exiguidade de espaços livres verdes públicos, as UCN do Recife possuem o potencial de abrigar atividades de lazer e de contemplação, servindo de áreas de amenização ambiental e base para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental. Essa atribuição se articula e complementa a outras iniciativas, como as desenvolvidas pela equipe do Laboratório da Paisagem da UFPE, que identifica o potencial de se estabelecer um Sistema de Espaços Livres Públicos no Recife, com fins de promover a Conservação da Paisagem constitutiva das **Almas Patrimônio e Ecológica** da cidade (CARNEIRO, DUARTE, MARQUES, 2009) (Figura 187).

Ao estabelecer parâmetros para a proteção dessas UCN, dentre as quais se destacam fragmentos remanescentes da Mata Atlântica e ecossistemas a ela associados, os *Planos de Manejo* (PM) exercem um papel duplo:

Figura 188

Esquema gráfico dos movimentos de re-articulação da cidade ao ambiente natural. Das ações isoladas à necessidade de ações integradas.



2.7.3 Movimento 21: Por Desenvolvimento Urbano Estratégico

2.7.3.1 MetrÓpole Estratégica

O *Plano MetrÓpole Estratégica* (REYNALDO, 2005) promovido pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Cities Alliance/Banco Mundial é um conjunto de metas estratégicas de desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (RMR). Apesar da construção deste plano ter sido liderada pelo órgão estadual CONDEPE/FIDEM (vinculada à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social de Pernambuco), a estratégia não é um plano de governo, mas um referencial coletivo da metrÓpole e seus atores - sociais e governamentais-, integrando diversas iniciativas. Para atingir competitividade e equidade na RMR, desenvolve-se uma perspectiva de longo prazo compreendida entre 2005 e 2015. Assim, extrapola-se o período de dois mandatos governamentais, de quatro anos cada, permitindo sinalizar mudanças a serem galgadas paulatinamente no espaço e no tempo.

A estratégia de Desenvolvimento da Região Metropolitana forma as bases para a constituição de um pacto metropolitano que mobilize e articule o governo de Pernambuco, os governos municipais e a sociedade metropolitana num conjunto convergente e complementar de

ações que implementem mudanças capazes de construir o futuro da região (REYNALDO, 2005, p.13).

Dividida em 16 estudos temáticos, tal estratégia metropolitana apresenta os três grandes vetores de desenvolvimento (Figura 189): habitabilidade, competitividade e sistema de gestão e planejamento, bem como indica de que maneira eles devem se articular e interagir, de modo a desencadear um processo de desenvolvimento sustentável, que combine crescimento econômico, qualidade de vida para a população e conservação ambiental, baseando nos ativos locais com densidade para projetar o futuro da metrópole pernambucana.

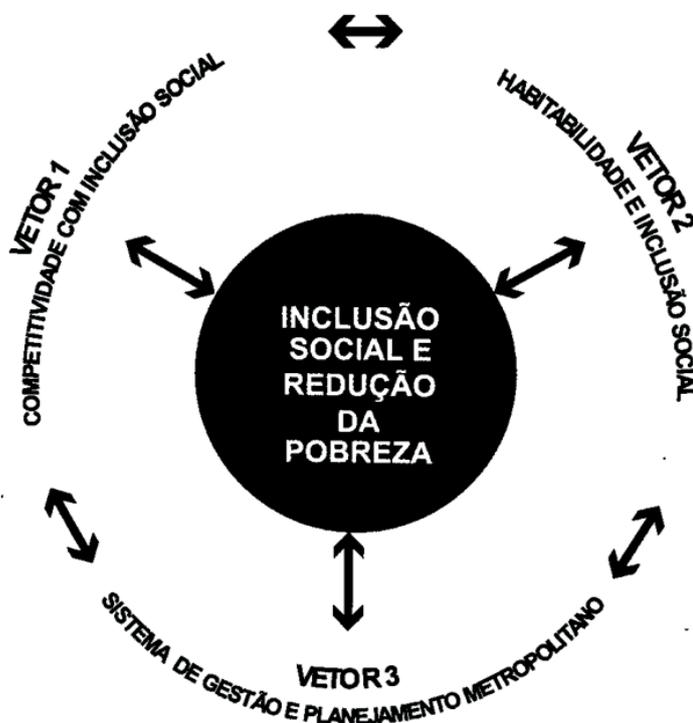


Figura 189

Projetos estratégicos agrupados nos três vetores de desenvolvimento. Fonte: REYNALDO (modificado) (2005).

O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (CONDERM), órgão deliberativo e consultivo composto pelos prefeitos dos 14 municípios metropolitanos e por 14 representantes do Governo do Estado, que tem a Agência CONDEPE/FIDEM como secretaria executiva, encontra-se hoje esvaziado de suas atribuições de conduzir os rumos do desenvolvimento metropolitano sustentável. Apesar disso, de certo modo, pode-se inferir que o trabalho de elaboração do plano *Metrópole Estratégica* foi um dos esforços precursores do *Estatuto da Metrópole* (2015), conforme se pode apreender na apresentação desta lei.

Esta Lei, denominada Estatuto da Metrópole, estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano (ESTATUTO DA METRÓPOLE, Capítulo 1, Art. 1º, 2015).

2.7.3.2 Recife 500 Anos

O plano Recife 500 anos é fruto do contrato de gestão entre a Prefeitura da Cidade do Recife, por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Urbano, com o Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD), por meio da Agência Recife para Inovação e Estratégia (ARIES). Foi durante o RXA - Recife Exchange Amsterdã (como explicado na *Alma Sábia*) que se identificou o fato de o Recife ser a primeira capital entre os estados brasileiros a completar 500 anos de fundação, data potencial para o estabelecimento de um marco estratégico. Assim, tendo como referência o dia 12 de março de 2037 (data de aniversário da cidade), busca-se mobilizar os gestores e habitantes da cidade, para promover o engajamento da sociedade para a urgência de retomar a cultura do desenvolvimento urbano de longo prazo.

O Recife 500 anos objetiva estruturar um plano estratégico para o desenvolvimento ordenado da cidade, sob a perspectiva da inclusão e do desenvolvimento humano, do desenvolvimento econômico, do espaço urbano e da mobilidade, da sustentabilidade e do meio ambiente. Para isso, o projeto inclui um diagnóstico da cidade no presente, estabelece uma visão de futuro comum e indica caminhos para se chegar nesse futuro. Dentre os resultados estão as guias para a definição de uma visão de futuro para o Recife, que se divide em sete atributos: cidade inclusiva; cidade com qualidade urbana; cidade da diversidade e civilidade; cidade do conhecimento; cidade resiliente e de baixo carbono; cidade ativa e democrática; e cidade integradora (ARIES, 2022).

Quando completar 500 anos, o Recife será uma cidade parque inclusiva e sustentável, segura e com qualidade de vida, renda alta e baixa desigualdade social, com espaços urbanos qualificados e mobilidade ativa; será uma cidade criativa, conectada e competitiva, com população educada, tolerante e organizada, governo eficiente e transparente. O Recife será uma cidade resiliente às mudanças climáticas, com meio ambiente recuperado e conservado, rios e canais revitalizados, num território com reduzida desigualdade social e entre as áreas formais e informais do tecido urbano (ARIES, 2022, p. 172).

Foram definidos, assim, quatro cenários alternativos para o Recife de 2037, considerando tanto condições externas, definidas como favoráveis ou

desfavoráveis, quanto as posturas dos atores internos, de forma passiva ou ativa (ARIES, 2022). A Figura 190 sumariza esses cenários:

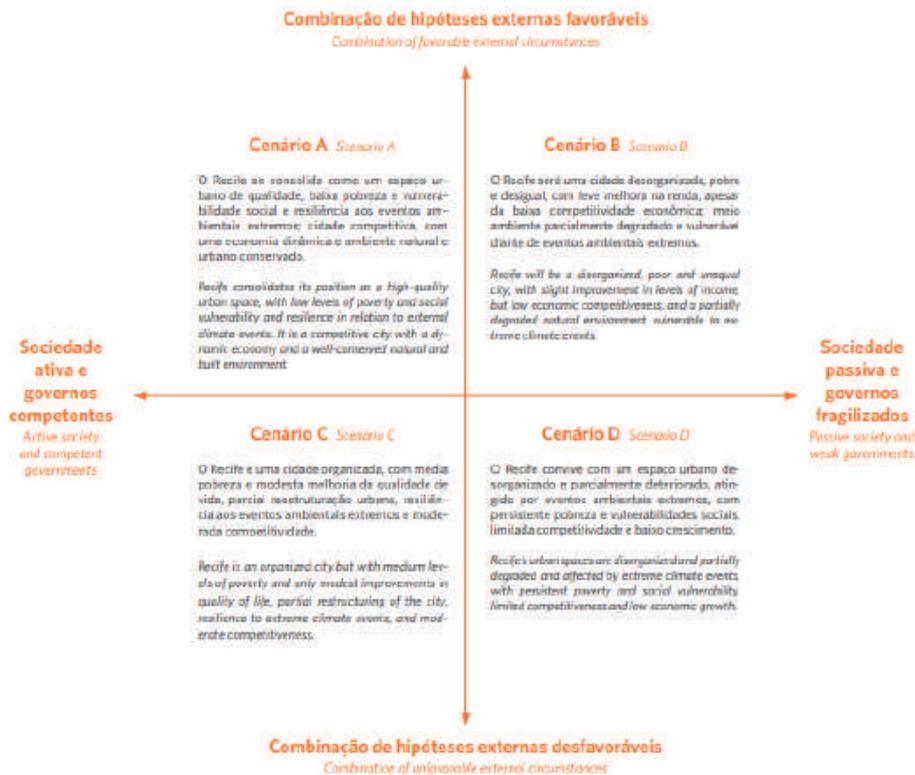


Figura 190
Futuros Alternativos.
Fonte: RECIFE 500 ANOS (2022, p 159)

Cabe destacar, ainda, que a população possui papel fundamental em todas as fases da sua elaboração, uma vez que a construção é realizada de maneira conjunta. A relevância dessa integração com os cidadãos fica clara na definição do método adotado para o plano, que baseia-se em três tipos de saberes: sobre as cidades, sobre a cidade do Recife e o que emerge da participação popular e sua respectiva elaboração técnica (ARIES, 2022).

2.7.3.3 Plano Diretor do Município do Recife (PDMR)

O atual *Plano Diretor do Município do Recife (PDMR)*, objeto da Lei Nº 18.770/2020, traz em seu inciso primeiro que: "O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano do Município do Recife, de cumprimento obrigatório por todos os agentes públicos e privados que atuam em seu território, sejam pessoas físicas ou jurídicas". Assim, o novo Plano contém um conjunto de regras para regular aspectos estruturais, econômicos, sustentáveis e sociais da cidade nos próximos 10 anos.

Em conformidade com o que reza a Constituição brasileira, de 1988, e o Estatuto da Cidade, de 2001, o Plano Diretor do Recife é uma Lei Municipal que deve ser desenvolvida de modo participativo, criada junto à sociedade civil para organizar o desenvolvimento e o funcionamento da cidade. Para a elaboração do novo Plano Diretor, foram convocados representantes de todos os

segmentos sociais da cidade, em 30 eventos, entre reuniões, audiências públicas, oficinas e seminários. Vale ressaltar que seu processo de revisão foi polêmico, uma vez que uma expressiva parcela da sociedade, especialmente a mais vulnerabilizada, não se sentiu contemplada, avaliando que o processo carecia de maior aprofundamento participativo junto às comunidades (Figura 191).

O PDMR também trouxe riscos relativos à possibilidade de restrição ao exercício de direitos conquistados ao longo de décadas. Um exemplo é a flexibilização dos parâmetros de proteção das ZEIS contra as pressões do mercado imobiliário. Isso se expressa claramente no art. 75 da lei, que permite que imóveis inscritos em ZEIS e lindeiros a eixos de transporte público dentro de Zonas de Reestruturação Urbana (ZRU) podem adotar parâmetros da ZRU - mais flexíveis e atraentes ao mercado imobiliário - desde que o Fórum Prezeis aprove essa mudança. Outro exemplo é a inserção de altos coeficientes construtivos nas Unidades de Conservação da Natureza (UCN), que fragilizam sua proteção. Não se encontra na base do plano políticas relativas ao enfrentamento aos desafios globais, a exemplo do nível do mar, desafio presente no Recife.

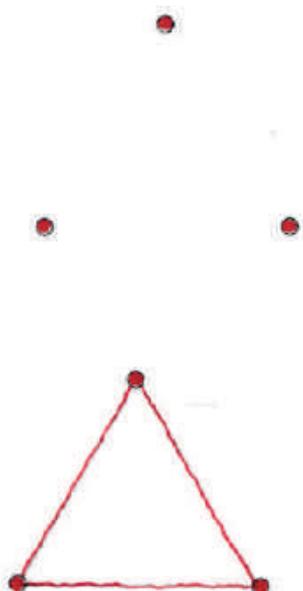
Figura 191

Protesto popular durante processo de revisão do Plano Diretor do Recife, etapa do Plano de Ordenamento Territorial (POT). Fonte: Articulação Recife de Luta (2018).



Figura 192

Esquema gráfico dos movimentos pela ênfase ao planejamento. Das ações isoladas à necessidade de ações integradas.



2.7.4 Síntese Gráfica da Alma Política

Observa-se que os Movimentos por Planejamento no Recife - Alma Política²⁸ - sinalizam a presença de um conjunto de planos para a cidade. No entanto o cenário resulta em ações isoladas, e por muitas vezes, sem continuidade e eficácia. Por vezes o ímpeto da Alma Política do Recife demonstra pioneirismo e inovação, é o caso das ZEIS, PREZEIS, Compaz, Metrópole Estratégica, Recife 500 Anos. Porém, a Alma Política prescinde de política urbana com planejamento integrado que defina estratégias de longo prazo com base numa visão transformadora da cidade. Portanto, de um Projeto de Cidade. (Figura 193).

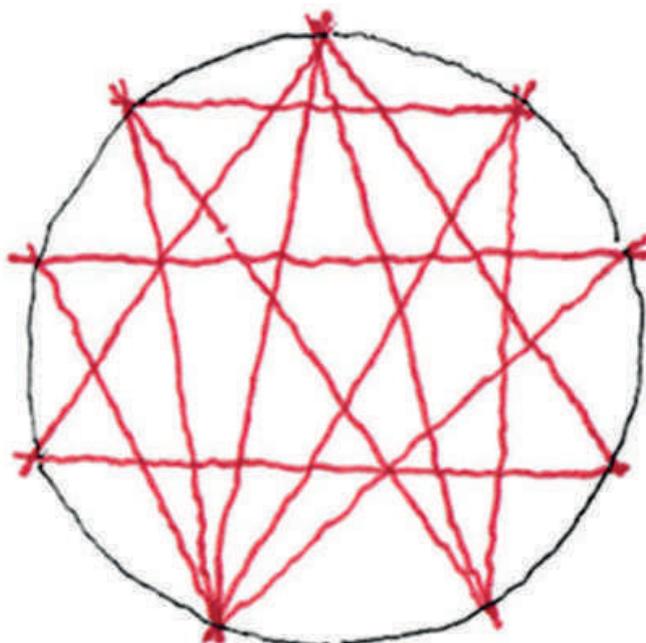


Figura 193
Necessidade de Políticas Urbanas Integradoras para o Recife em Reinvenção.

²⁸ O termo "política", usado há séculos no Ocidente, deriva exatamente do grego pólis (a Cidade-Estado grega), que expressa a dimensão política presente nos espaços urbanos e significa as ações sociais na esfera pública (PANIKKAR, 2005).

CONTRIBUTO

No recorte da dimensão material, a explanação realizada na Parte II desta Tese identificou os seis sistemas físico-territoriais que antecedem o sétimo *corpo* do Recife - este último referindo-se ao período de três décadas, de 1990 a 2020. Assim, na tentativa de ilustrar de maneira esquemática e imagética, com base no resultado de percepções coletivas, apresenta-se abaixo um esquema do comportamento dos componentes materiais, representados simbolicamente por cores - água (azul), vegetação (verde), terra (marrom), ar (transparência), ambiente construído (cinza), população não humana (laranja claro) e população humana (laranja escuro), em cada sistema físico-territorial identificado ao longo da história da cidade do Recife.

Nessa perspectiva, o esquema de cores apresentado abaixo (Figura 194) caracteriza-se como um recurso ilustrativo para introduzir a análise dos *corpos* do Recife ao longo dos seus quase cinco séculos, bem como a reflexão sobre a relação dos projetos de cidade experienciados no território frente aos desafios que o Recife e outras cidades no mundo enfrentam neste início de século. Ele representa um esforço em demonstrar que a relação entre esses elementos resulta num sistema, conseqüentemente afetado por toda intervenção empreendida no território. Cada projeto de cidade terá, portanto, rebatimento nesse sistema.

Nesta análise imagética percebe-se que o sistema físico-territorial do *corpo Paranambuco Berçário D'águas* demonstra acentuada representação dos componentes da natureza, numa relação oposta à representação da população humana e do ambiente construído, com baixa representatividade no gráfico. No período pré-colonial, em seu sistema físico-espacial prevalecia a natureza. No *corpo Atenas Estuarina*, aparece uma pequena alteração em relação ao Corpo anterior, com o aumento da população humana e do ambiente construído. *Amsterdã nos trópicos*, com seu sistema de bordas d'águas e transversalidades, procura alcançar um equilíbrio entre o ambiente construído e a natureza anfíbia do território. *Lisboa nas Águas*, com seu sistema tradicional de ocupação em terras altas, como acontece em cidades portuguesas, com a reprodução do sistema de igrejas, pátios, ruas estreitas, tortuosas e casario, demonstra indiferença à dinâmica das águas, aterrando canais e ampliando as áreas construídas.

No esquema gráfico, a cor cinza se acentua em relação aos períodos anteriores. *Paris Atlântica*, com seu sistema de radiais e do projeto de reestruturação da cidade, interfere com mais intensidade no aumento da área construída (cinza), no entanto, resguarda a reserva de espaços verdes na cidade. Por outro lado, é evidente o desequilíbrio existente no sistema físico-territorial *Manhattan Tentacular* entre os componentes naturais e o ambiente construído, com sua verticalização, rodoviariização, diminuição dos espaços públicos abertos, numa demonstração de desprezo pela meio ambiente e numa percepção coletiva de que o elemento representado pelo cinza está a dominar o território. Esse sexto *corpo* deixa explícito os desafios que o Recife enfrenta nessa mudança de milênio, quando os movimentos da sociedade, *Alma do Recife*, apontam reações, a exemplo de abaixo assinados, petições jurídicas, greves, ocupações, não raro a gerar paralisação de obras, revisão ou substituição de projetos, novas legislações - que resultam por projetar uma nova visão de cidade.

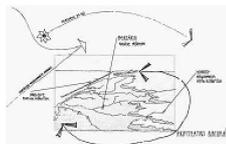
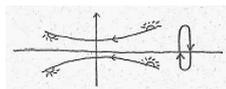
	PARANAMBUCO BERÇÁRIO D'ÁGUAS	ATENAS ESTUARINA	AMSTERDÃ NOS TRÓPICOS	LISBOA NAS ÁGUAS
ALMA	PATRIMÔNIO			
	EMPREENDEDORA			
	COMBATIVA			
	POÉTICA			
	SÁBIA			
	ECOLÓGICA			
	POLÍTICA			
CORPO	TERRA			
	ÁGUA			
	VEGETAÇÃO			
	AR			
	POPULAÇÃO NÃO HUMANA			
	POPULAÇÃO HUMANA			
	CONSTRUÇÃO			

antes de 1500

SISTEMA ANFITEATRO NATURAL

1

Sistema de anfiteatro natural em semicírculo, definido por arrecifes na frente marinha, planície estuarina e morros com Mata Atlântica.

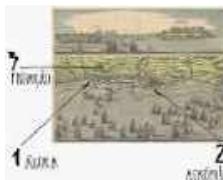


século XVI

SISTEMA TRIPARTITE

2

Sistema tripartite no território, constituído pelas cidades de Olinda como acrópole no alto, de Recife como agora no porto e pela várzea com os engenhos para produção de açúcar.



século XVII

SISTEMA BORDAS D'ÁGUA

3

Sistema integrado de natureza hídrica com bordas d'água e transversalidades compostos por canais, diques, pontes, mirantes e parque zoológico que estruturam uma cidade nas águas.



século XVIII

SISTEMA IGREJAS • PÁTIOS

4

Sistema de igrejas, pátios, ruas tortuosas e casário estruturam trama que se acomoda na topografia da planície aquática.



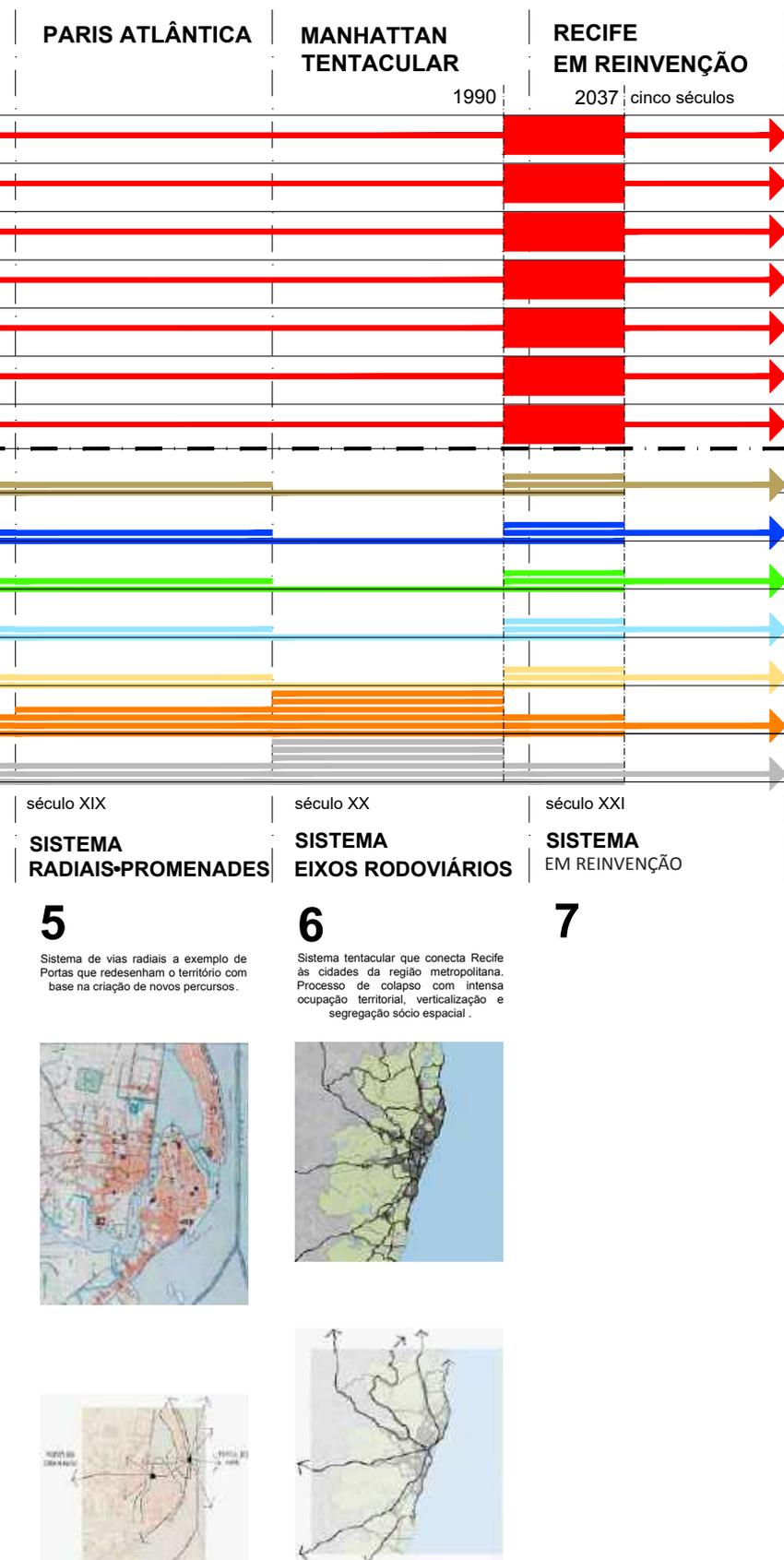


Figura 194

Síntese dos componentes naturais e do ambiente construído dos seis Corpos que antecedem o sétimo Corpo em processo de reinvenção.

Com a visão geral deste esquema gráfico, percebe-se que, paulatinamente, vai havendo uma redução das cores que representam os componentes água, vegetação, ar, terra e população não humana, ao passo que vai aumentando o cinza e o laranja escuro, que representam, respectivamente, o ambiente construído e a população humana.

É importante destacar que a progressão no domínio do componente cinza, relativo às construções, e do laranja escuro, relativo à população humana, é resultado de uma visão antropocêntrica, com suas políticas e projetos desenvolvimentistas, em que o homem, visto como centro de tudo e não integrado ao todo (desenvolvimento sustentável) domou a natureza, moldando-a em proveito próprio.

Entretanto, ao passo que se nota essa inversão entre ambiente natural e construído no *corpo* do Recife, foram pontuados movimentos que representam acontecimentos significativos em prol de um objetivo que ocorre no atravessar dos séculos na cidade. Com olhar mais específico aos últimos 30 anos - de 1990 a 2020 -, organizaram-se 7 *Movimentos* que revelaram expressões das 7 *almas* com base na campanha do *The City We Need 2.0*. Dessa forma, foi possível visualizar caminhos e um processo de Reinvenção. Nesse esforço de sistematizar, para o caso específico do Recife, qual seria essa cidade necessária e possível já em gestação, chegaram-se aos seguintes contributos:

1 - Os *Movimentos Memória*, próprio da Alma Patrimônio, relacionam-se com o Princípio 7 do TCWN 2.0 **por uma Cidade Palimpsesto**: que valoriza e salvaguarda o jogo de tempos da cidade composta pelos seus 7 tempos - desde a origem indígena até o Recife do século XXI - com identidades partilhadas e senso de lugar.

2 - Os *Movimentos Educacionais*, próprios da Alma Sábia, relacionam-se com o Princípio 10 do TCWN 2.0 **por uma Cidade Educadora/Inovadora**: que aprende e inova, se projetando a constante aquisição de conhecimentos, valores, crenças e hábitos, com métodos próprios, formais e informais, para seu desenvolvimento.

3 - Os movimentos por moradia, próprio da Alma Combativa, relacionam-se com os Princípios 1 e 2 do TCWN 2.0 **por uma Cidade Inclusiva**: que é propícia para a comunidade viver e se desenvolver, socialmente inclusiva e engajadora, bem como econômica, acessível e equitativa.

4 - Os *Movimentos Culturais*, próprios da Alma Poética, relaciona-se com o Princípio 7 do TCWN 2.0 **por uma Cidade Arte**: que compartilha expressões, manifestações humanas, identidades e um pertencimento ao lugar.

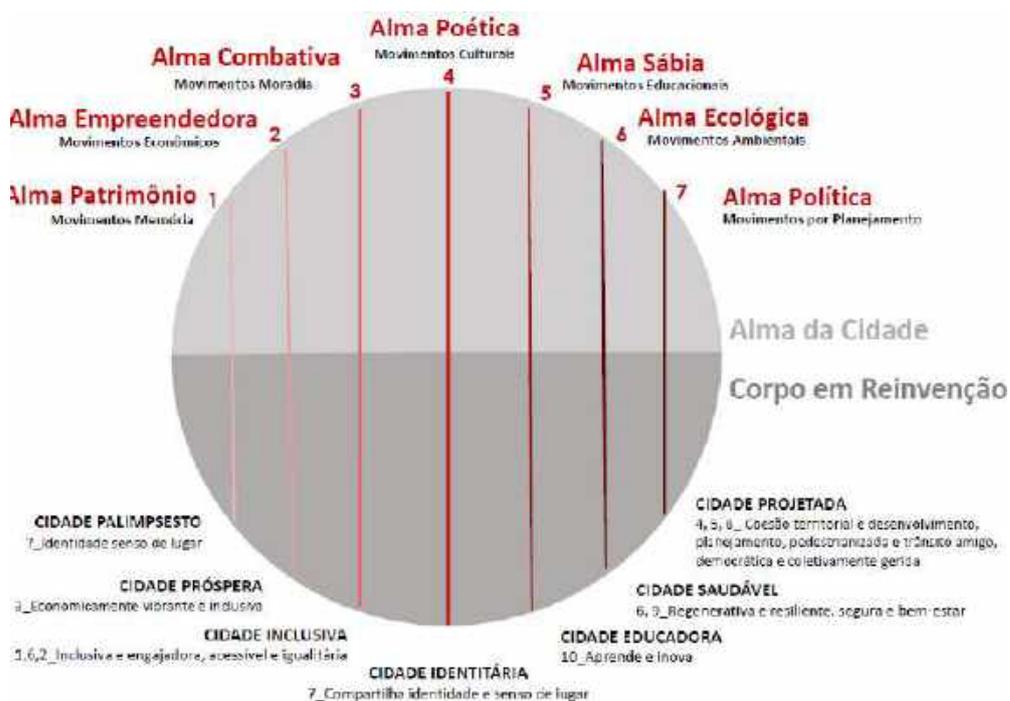
5 - Os *Movimentos Econômicos*, próprios da Alma Empreendedora, relaciona-se com o Princípio três do TCWN 2.0 **por uma Cidade Próspera**: que é economicamente vibrante e inclusiva, com uso cíclico de recursos necessários à qualidade de vida.

6 - Os *Movimentos Ambientais*, próprios da Alma Ecológica, relaciona-se com os Princípios seis e nove do TCWN 2.0 **por uma Cidade Saudável**: regenerativa, resiliente, segura e promove o bem-estar da população - a **Cidade Saudável** se adapta, protege, conserva e integra intervenções físicas ao meio ambiente.

7 - Os *Movimentos por Planejamento*, próprios da Alma Política, relaciona-se com os Princípios quatro, cinco e oito do TCWN 2.0 **por uma Cidade Projetada**: que é coletivamente gerida e democraticamente governada, desenvolvimento territorial integrado, bem planejada, caminhável e com mobilidade ativa.

Assim, todas as sete Almas geram sete Cidades complementares e interdependentes que estabelecem conexões entre si. Dessa inter-relação entre movimentos, almas e cidades, deriva a *alma mater* do Recife, sangue da Cidade - suas ideias e ideais -, que não só anima, mas também transforma o *corpo*, organismo citadino, um organismo vivo. Simbióticos de *alma-e-corpo*, tais acontecimentos significativos em permanente movimento – a partir de conflitos, intersubjetividades e encontros de diferenças-, entram em integração e estimulam uma reinvenção que, conseqüentemente, tem como base a cidade como projeto (Figura 195).

Figura 195 a
Gráfico de correlação
entre as 7 Almas e as
respectivas 7 Cidades.



Entretanto, é na constituição da **Alma Política** que se encontra o gérmen da *Alma Mater* que deve promover os debates e conduzir a concepção e implementação das ações-intervenções constitutivas das demais *almas* que animam o *corpo* da cidade. Sob um ponto de vista estratégico, que considera a inserção do planejamento local-regional num contexto global, a **Alma Polí-**

tica precisa se relacionar diretamente à maioria dos princípios do *The City We Need 2.0* (UN-Habitat, 2016), segundo o qual, a cidade que precisamos:

1. é socialmente inclusiva e envolvente, abriga todos de modo equânime, associando sobretudo movimentos das *almas* **Patrimônio, Sábia, Combativa, Empreendedora e Poética**;
2. é economicamente acessível e igualitária, os custos de terras, imóveis e serviços é equilibrado, pondo em relação movimentos das *almas* **Patrimônio, Sábia, Combativa e Empreendedora**;
3. é economicamente vibrante e inclusiva, gerando dinâmicas ricas e distribuindo os seus ganhos, abrangendo em especial movimentos das *almas* **Patrimônio, Combativa e Empreendedora**;
4. é administrada coletivamente e governada democraticamente, acolhe a lógica do exercício do direito à cidade *lato sensu* a partir de movimentos das *almas* **Sábia e Combativa**;
5. promove o desenvolvimento territorial coeso, distribuindo investimentos e implementando melhorias de modo equilibrado e articulado, em todo o território, em movimentos ligados às *almas* **Patrimônio, Combativa e Ecológica**;
6. é resiliente e capaz de se regenerar de impactos de acidentes e desastres, frutos do processo de antropização e agravados pelas mudanças climáticas, em sintonia com movimentos das *almas* **Patrimônio, Combativa e Ecológica**;
7. tem identidade própria e compartilhada, possui sentido de lugar e se reconhece, diferenciando-se dentre outras cidades por movimentos vinculados principalmente às *almas* **Patrimônio, Sábia e Poética**;
8. é segura, saudável e promove o bem-estar através de ações em torno das *almas* **Patrimônio, Sábia, Poética e Ecológica**.
9. aprende com suas experiências e gera inovações, potencializa seu passado e estrutura visão de futuro por meio de movimentos das *almas* **Patrimônio, Sábia, Combativa, Poética e Empreendedora**.

Ao notar que estes princípios se alinham com a **Alma Política** - e vice-versa -, podemos inferir que esta, aqui especificamente associada ao Recife, está imbricada com o desafio contemporâneo de todas as cidades globais. A partir desses filtros da *NAU*, a cidade que precisamos necessita ser participativa e pressupõe a dimensão da governança. Nesse sentido, "por uma cidade projetada" promove alianças eficazes com envolvimento ativo dos membros da sociedade - poder público, iniciativa privada e sociedade civil.

No Recife, sobretudo em suas áreas centrais, o ambiente natural é um elemento substantivo e diferencial para qualificar sua condição especial e criar uma metrópole sustentável no futuro. Para alcançar um equilíbrio entre ambiente construído e natural na metrópole do Recife é indispensável a implementação de ações que façam frente ao desafio de ordenar e tornar sustentável essa cidade de natureza essencialmente hídrica, através de uma visão de totalidade sistêmica que a regeneração e resiliência ambiental exigem dentro de um desenvolvimento sustentável discutidos na Parte I desta Tese.

PARTE



A REINVENÇÃO DO RECIFE

LABORATÓRIO VIVO DO HABITAT

UM PROJETO

O conceito de *alma-e-corpo* fundamenta, nesta Tese, o argumento da cidade entendida como organismo vivo. A adoção dessa imagem reforça a necessidade de pensar a cidade como parte de um grande sistema vivo que é o Planeta.

Esta investigação constitui um exercício de reconhecimento das múltiplas interações que existem e existiram nesta *cidade-organismo-vivo* que é o Recife para, assim, poder revelar novas possibilidades. Daí poder-se abordar a cidade como um laboratório vivo, reconhecendo uma condição sistêmica de inseparabilidade entre sua geografia, sua história, sua gente, sua fauna, sua flora, sua cultura e sua territorialidade.

Reconhecendo a cidade como organismo vivo, em constante transformação, e observando o Recife e os seus movimentos nos últimos 30 anos – as suas Almas –, apresenta-se nesta terceira parte, o entendimento de *cidade como projeto*, ação coletiva de construção, uma visão de reinvenção, com a idéia de projeto como projeções num laboratório vivo que possibilita ser a cidade.

Como instrumento próprio de um processo projetual, propõe-se a criação de esquemas-síntese interpretativos do conjunto de movimentos de cada *Alma*, assumindo a importância da expressão e da exploração do pensamento através da linguagem imagética, procurando compreender, sintetizar e expressar o potencial transformador desses movimentos.

Com o suporte dos três conceitos apresentados na Parte I desta Tese – *a cidade como organismo vivo de alma-e-corpo; a cidade como projeto e a cidade como movimentos* –, investigou-se o Recife enquanto *Corpo* (dimensão material) e enquanto *Alma* (dimensão imaterial), esta com foco nos últimos 30 anos. Dessa interpretação, e ao compreender a cidade como um sistema em permanente movimento e transformação, identificou-se uma simbiose entre a *Alma* e o *Corpo* do Recife, em que a primeira impacta o segundo e vice-versa, argumento suportado pelas referências conceituais de enquadramento da Tese. De forma mais específica, o *Corpo do Recife* foi revelado em seis sistemas físico-territoriais distintos, identificados como significativos e constitutivos da identidade da cidade, enquanto a *Alma do Recife*, foi evidenciada a partir dos diferentes movimentos da sociedade das últimas três décadas. Atualmente, no sétimo *corpo*, a cidade se apresenta em *processo de reinvenção*.

Em síntese, descreve-se aqui os seguintes *corpos*: *Paranambuco Bercário d'Águas* – sistema de anfiteatro natural em semicírculo, definido por arrecifes na frente marinha, planície estuarina e morros com Mata Atlântica; *Atenas Estuarina* – sistema tripartite no território, constituído pela cidade de Olinda, que se configura como acrópole, no alto, Recife como ágora, no porto, protegida pelos arrecifes e a várzea entrecortada por rios, riachos e lagoas, onde se encontravam os engenhos para produção de açúcar; *Amsterdã nos Trópicos* – sistema de diques, pontes, canais, belvederes estru-

turam uma cidade integrada a sua natureza hídrica; ***Lisboa nas Águas*** – sistema composto por igrejas, pátios, ruas que acompanham a topografia da planície aquática; ***Paris Atlântica*** – sistema de vias radiais que redesenham o território com base na criação de novos percursos e promenades; ***Manhattan Tentacular*** – sistema de eixos rodoviários “tentaculares” que conecta Recife às cidades da região metropolitana e provoca intenso processo de ocupação territorial, verticalização, rodoviarização e segregação sócio espacial.

O conjunto dos seis sistemas físico-territoriais descritos na Parte II, quando traduzidos nos subsistemas que compõem a materialidade urbana – ar, terra, água, vegetação, população faunística, população humana e construção –, revela-se numa percepção coletiva de que o Recife, gradativamente, vai perdendo sua relação com a natureza ao longo do tempo. Dando as costas para os ambientes naturais que outrora constituíram suas características originais, a cidade foi perdendo sua relação com o azul das águas, com o verde da vegetação, com o marrom da terra na topografia original dos morros, da paisagem, do anfiteatro natural e com a transparência do ar, enquanto vazio representado pelas perspectivas abertas aos horizontes, ao céu, que permitiam a circulação das brisas marinhas no território urbano.

Numa metáfora representada por uma “paleta cromática urbana”, trazida na linha do tempo no final da Parte II, as componentes naturais perdem espaço na cidade do Recife para o *cinza*, que, com o *laranja escuro* – a representar a população humana que cresceu massivamente no século XX – parecem ocupar quase a totalidade do território, caracterizando um ***processo de colapso urbano***. São exemplos que confirmam essa realidade: aterros sucessivos sobre áreas alagadas; ocupação de áreas de preservação ambiental; poluição do ar e das águas; impermeabilização do solo; redução das áreas verdes urbanas; verticalização indiferente aos sítios paisagísticos; carência de espaços públicos, rodoviarização da malha urbana, privilegiando o transporte individual (automóvel) sobre o transporte coletivo e mobilidade ativa; agravamento das desigualdades sócio espaciais e segregação com a disseminação de condomínios residenciais separados da rua por muralhas urbanas para acomodação de automóveis, desintegrando a dinâmica da vida privada da dinâmica da vida pública, promovendo territórios inseguros e propícios à violência urbana; e a emissão de carbono resultante do modelo de ocupação do território. Esse conjunto de exemplos, entre outros, acarreta consequências que rebatem em dimensões planetárias, como o aquecimento global a provocar o aumento na frequência dos eventos extremos – chuvas torrenciais e tempestades – e a elevação do nível do mar, ameaça à sobrevivência de cidades costeiras do planeta, entre elas o Recife.

A hipótese lançada nesta Tese é de que, enquanto a cidade do Recife mergulha em um ***processo de colapso***, como apresentado acima, simultaneamente emergem movimentos da sociedade a reivindicar transformações que buscam reverter esse processo. À medida que a cidade é afetada pelo processo emergente de colapso, um conjunto de movimentos da sociedade se processa como reação (*conatus*) - instinto de preservação e sobrevivência – revelando a *alma* da

cidade, que clama pela reinvenção do *corpo*. Em analogia a um organismo vivo, confirma-se aqui que os conceitos lançados na fundamentação teórica desta tese estão presentes neste fenômeno enquanto processo de reinvenção urbana.

O estudo do recorte dos movimentos da sociedade do Recife nos seus últimos 30 anos é articulado aos movimentos globais tendo como referência principal a última Conferência Mundial da ONU Habitat (Quito, 2016), denominada Habitat III, sob a ótica do *The City We Need 2.0* (2016), da *World Urban Campaign*, manifestando dez princípios traduzidos na cidade do Recife em sete conjuntos de movimentos a revelar as sete *Almas* da cidade: 1) Movimentos por memória a revelar a **Alma Patrimônio**; 2) Movimentos por uma cidade próspera a revelar uma **Alma Empreendedora**; 3) Movimentos por uma cidade inclusiva a revelar uma **Alma Combativa**; 4) Movimentos por uma cidade criativa a revelar uma **Alma Poética**; 5) Movimentos por uma cidade educadora a revelar uma **Alma Sábia**; 6) Movimentos por uma cidade saudável a revelar uma **Alma Ecológica** e 7) Movimentos por uma cidade projetada a revelar uma **Alma Política**.

Ao se constatar que os movimentos da **Alma do Recife** refletem os 10 princípios do *The City We Need 2.0*, pode-se afirmar que a cidade está em **processo de reinvenção**. Na busca pelo desenvolvimento do quarto objetivo específico desta Tese – investigar a inter-relação entre as dimensões físicas e imateriais da cidade do Recife para revelar a ideia motora e as bases metodológicas para a sua **reinvenção** –, questiona-se:

- 1) sob que bases se assentam essa reinvenção e;
- 2) sob qual sistema o corpo em reinvenção está a se estruturar.

Ao se analisar as sete almas que compõem o Recife se pretende responder a primeira questão, reconhecendo-as como bases da reinvenção observada e defendida na Tese. Com o estudo dos movimentos da sociedade através de três casos relevantes representativos de cada uma das categorias das *almas*, numa visão sistêmica, se observam convergências para a construção de uma visão de futuro a revelar “a cidade que precisamos”.

Esta investigação se propõe a demonstrar que é possível construir uma visão integradora da cidade e que na cidade do Recife uma visão urbana integradora da cidade já está em curso, e que é onde se assenta o **processo de reinvenção** aqui defendido.

Portanto, a Parte III desta tese – *Reinvenção* – procura apresentar como se constitui a ideia de projeto como laboratório vivo, demonstrando como todo o universo apresentado nas partes 1 e 2 se interconectam, a comprovar que a cidade está em um processo de reinvenção. Quatro são as condições reconhecidas nesta tese, organizadas em quatro capítulos, à partir de suas sete almas como processo e como projeto. Projeto e cidade refletem-se, simultaneamente, como um laboratório vivo do habitat.

No primeiro capítulo, **Como estão os movimentos a reinventar o Recife**, elabora-se uma síntese dos três movimentos significativos de cada Alma com o objetivo de apontar o potencial que os três movimentos selecionados têm de transformar o Recife;

No segundo capítulo, **Os movimentos das Almas: da teoria à práxis**, busca-se costurar os elementos trazidos nas Almas do Recife com as bases teóricas adotadas na investigação, a procura de demonstrar que as ideias contidas na fundamentação teórica sustentam as hipóteses desta investigação;

No terceiro capítulo, **O sétimo corpo: Sistema de Parques - Recife em reinvenção**, revela-se o modo como as Almas afetam concretamente o Corpo do Recife, evidenciando a relação entre o potencial transformador de cada Alma e o sistema material em que se pode observar um impacto estruturante, tomando a experiência da concepção do Sistema de Parques como expressão desse **processo de reinvenção**;

No quarto capítulo, **Recife Cidade Parque + IDEAS: Um projeto a revelar bases metodológicas**, são identificadas bases operativas e as etapas para a construção de um projeto de cidade portador de visão sistêmica, tendo como suporte a interpretação do sistema físico-territorial intuído, a partir dos múltiplos movimentos e Almas do Recife, no **processo de reinvenção da cidade**.

Figura 195 b

Laboratório vivo do habitat em projeções.



CAPÍTULO 1
COMO ESTÃO OS MOVIMENTOS
A REINVENTAR O RECIFE

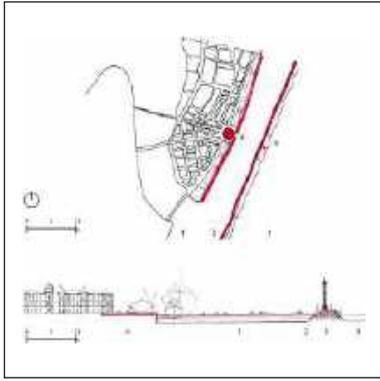
Uma das hipóteses desta Tese é que a cidade do Recife, nos últimos 30 anos, está a se reinventar com base nos movimentos significativos de sua *Alma*, partindo da visão da ***cidade como organismo vivo de alma-e-corpo***, em que, numa relação simbiótica, estas duas dimensões se afetam mutuamente.

Como foi dito anteriormente, para melhor compreender a ***Alma do Recife***, esta investigação sistematizou-a em sete diferentes representações que a constituem. Abaixo, será desenvolvida, separadamente, uma análise dos três eventos significativos de cada *Alma* para que se encontre uma síntese reveladora do potencial de cada *Alma* afetar o *Corpo* da cidade. Em seguida, desvendar-se-á efetivamente como este potencial afetou o *Corpo* do Recife nos últimos 30 anos, estimulando um ***processo de reinvenção da cidade***.

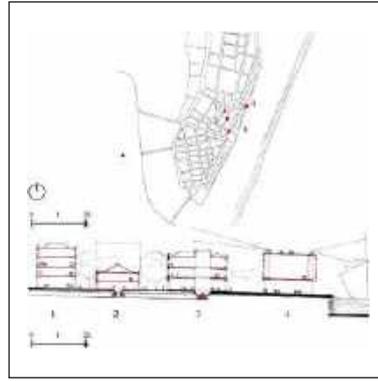
2.1 Sobre a Alma Patrimônio na reinvenção do Recife

Os casos significativos selecionados para representar a ***Alma Patrimônio*** revelam um movimento de preservação e de reconexão com a memória da origem da cidade, resgatam uma espacialidade com forte valor identitário, natural e cultural – lugar da fundação do Recife, enquanto porto natural da capital de estado mais antiga do Brasil. Os três movimentos identificados – Porto Natural, Porto Cultural e Porto Tecnológico –, simultaneamente, reconhecem o passado e lançam bases para o futuro, impactando numa nova dinâmica urbana na cidade, construída sob camadas da memória urbana, onde se incorpora um parque de tecnologia digital que se propõe a revitalizar o território. O parque linear de esculturas, sobre os arrecifes, a Praça do Marco Zero, e o tecido urbano radial, no estuário – encontro das três bacias com o oceano – requalificam um espaço singular que transcende o aspecto físico da paisagem e reforça, no imaginário da população do Recife, o lugar como porta da origem da *cidade nas águas*.

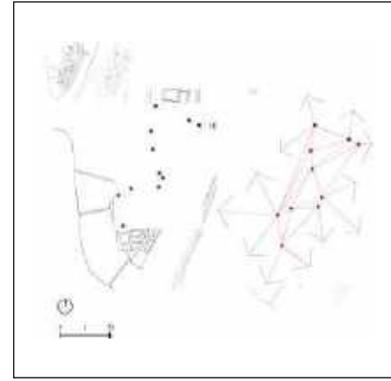
Os movimentos da ***Alma Patrimônio***, nas últimas três décadas, estão a reinventar o território portuário, que é ressignificado em relação ao seu papel de origem da cidade do Recife, simultaneamente como espaço cívico de convivência, ambiente de inovação tecnológica para o desenvolvimento natural, bem como vetor de valorização cultural e econômica. Porto Natural, Porto Cultural e Porto Tecnológico consolidam-se no imaginário como Marco Zero da cidade do Recife, com potencial de incitar a revitalização de outros territórios no seu perímetro urbano (Figura 196).



Porto Natural



Porto Cultural



Porto Tecnológico

Em que a *Alma Patrimônio* está a reinventar o Recife?

No potencial de transformar o território portuário em centro cultural, cívico e tecnológico da cidade (Figura 197).

Em que o *Corpo do Recife* em reinvenção já está afetado?

No processo de requalificação do centro histórico da cidade.

Figura 196
Esquemas gráficos da *Alma Patrimônio*.

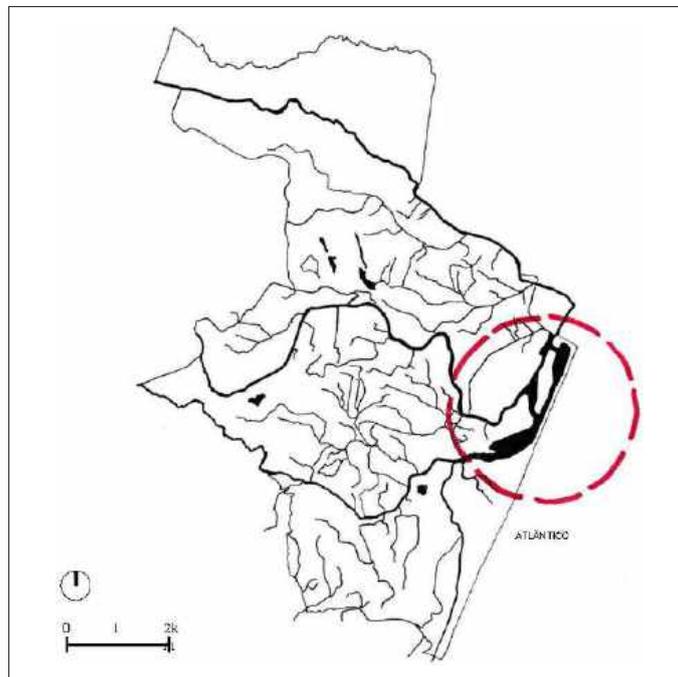


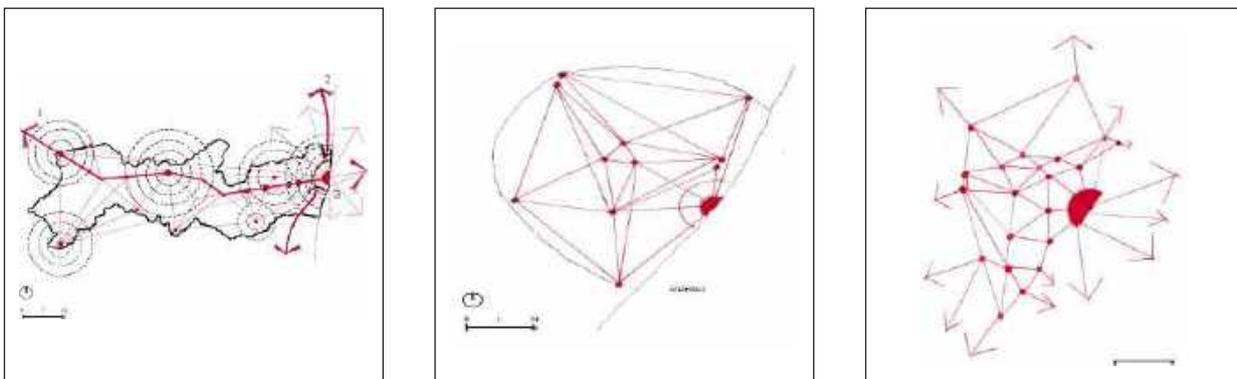
Figura 197
Esquema gráfico síntese da *Alma Patrimônio*.

2.2 Sobre a Alma Empreendedora na reinvenção do Recife

Os casos significativos selecionados para representar a **Alma Empreendedora** revelam um movimento que manifesta a vocação original do Recife como cidade-porto – lugar de circulação, entrada, saída, trocas –, onde integração e formação de redes, de diferentes naturezas, são características relevantes da cidade.

Os três movimentos selecionados para representar a **Alma Empreendedora** – Rede de cidades; Rede de Feirinhas Orgânicas e Rede de Serviços do Setor Terciário – clamam por um processo de reinvenção da cidade com base na criação de infraestrutura em redes articuladas em nível metropolitano, regional, estadual, nacional e internacional (Figura 198).

Nos últimos 30 anos, se observam movimentos de formação de redes, em diferentes escalas e especificidades, comprometidas com o desenvolvimento econômico e articuladas à responsabilidade ambiental, social e cultural – como destacado nos casos das feirinhas orgânicas e do Observatório do Recife ou com projetos de infraestrutura, como a Transnordestina, o Arco Metropolitano e o processo de implantação do Porto de Suape. Tal fenômeno enfatiza a necessidade de consolidação de uma cidade que seja capaz de se estruturar em redes, reinventando Recife como *hub* desses diferentes sistemas.



Rede de Cidades

Rede de Feirinhas Orgânicas

Rede do Setor Terciário

Figura 198

Esquemas gráficos da Alma Empreendedora.

Em que a *Alma Empreendedora* está a reinventar o Recife?

No potencial de transformar o Recife num *hub* – cidade em rede (Figura 199).

Em que o *Corpo do Recife* em reinvenção já está afetado?

Na implementação de algumas infraestruturas de integração identificadas na cidade.

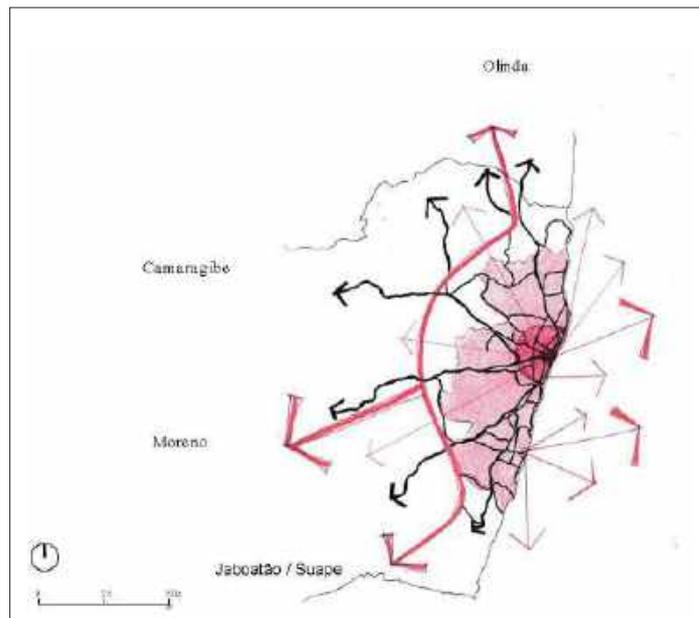


Figura 199
Esquema gráfico síntese da Alma Empreendedora.

2.3 Sobre a Alma Combativa na reinvenção do Recife

No Recife, cerca de 53% da população vive em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e Comunidades de Interesse Social (CIS), territórios que abrigam 61% das moradias da cidade e distribuídos, praticamente, em todos os bairros, incluindo nas frentes d’água, beira rios e beira mar e áreas cobijadas pelo mercado imobiliário. Boa parte dessa população vive em sub-habitações e em espaços sujeitos a risco ambiental, vulneráveis e insalubres, carentes de infraestrutura urbana. Este cenário reflete de forma concreta as desigualdades socioespaciais da cidade do Recife.

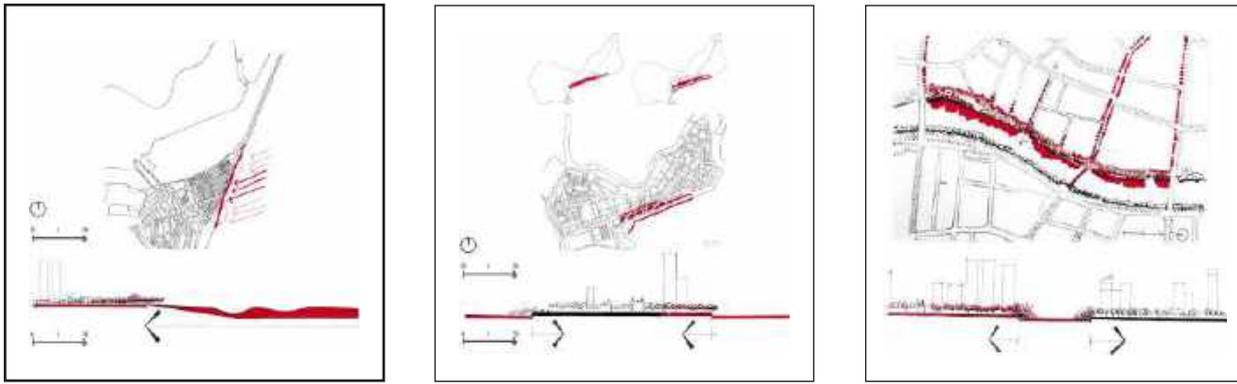
Os três movimentos significativos selecionados para representar a **Alma Combativa** do Recife nos últimos 30 anos – ZEIS/Beira-mar de Brasília Teimosa; Movimento Ocupe Estelita (MOE) e Beira-rio Graças – são exemplos emblemáticos que enfatizam a participação do cidadão na luta por voz e poder de influência nas decisões relativas à ocupação e ao destino da cidade. Estes embates revelam a busca dos diferentes estratos da sociedade por uma cidade inclusiva que incorpore as particularidades e atenda às demandas dos distintos territórios.

Pode-se interpretar os casos expostos como três tipologias urbanísticas distintas de frentes d’água: a beira-mar de Brasília Teimosa, como frente marítima; o Cais José Estelita, como frente insular; e a beira-rio das Graças, como frente fluvial. Em comum, todos trazem, entre outras reivindicações, o direito ao meio ambiente e à paisagem. Além disso, clamam para que estes espaços sejam reprojatados de maneira a estabelecer relação e articulação com a cidade, resguardando os valores e interesses inerentes a cada território e dotando-os de infraestrutura que melhore a qualidade de moradia de todos.

O entendimento do Recife desigual, onde o direito à cidade inclusiva está em confronto permanente com a lógica da segregação de classe e do mercado imobiliário, faz da **Alma Combativa** uma força motora que reivindica uma cidade que respeite e valorize suas diferenças, tratando-nas com a equidade necessária ao compreender que a qualidade da moradia urbana deve estar em toda parte. Ou seja, em uma cidade desigual é estratégico o investimento nas suas áreas mais vulneráveis (Figura 200).

Figura 200

Esquemas gráficos da Alma Combativa.



Frente Marinha - ZEIS Brasília Teimosa

Frente Insular - Ocupe Estelita

Frente Fluvial - Beira-rio Graças

Em que a *Alma Combativa* está a reinventar o Recife?

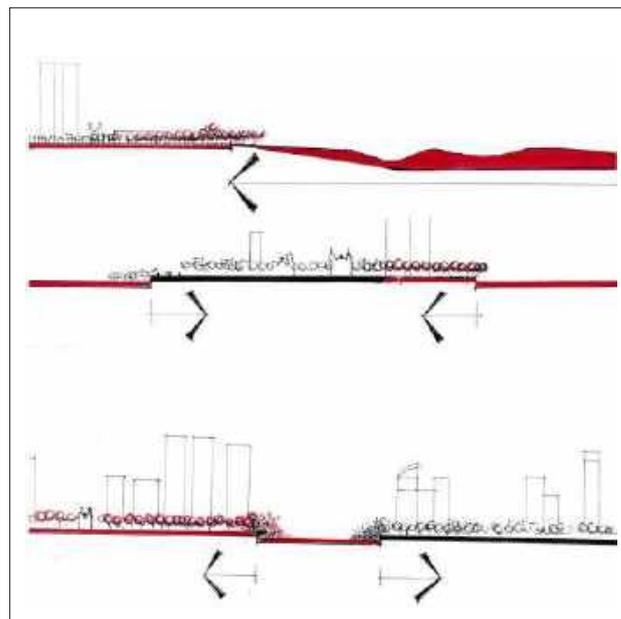
No potencial de gerar territórios como moradias para uma cidade inclusiva, onde o meio ambiente e a paisagem são estruturadores (Figura 201).

Em que o *Corpo do Recife* em reinvenção já está afetado?

Na reestruturação de espaços públicos como parte da moradia nas diferentes frentes d'água.

Figura 201

Esquema gráfico síntese da Alma Combativa.



2.4 Sobre a Alma Poética na reinvenção do Recife

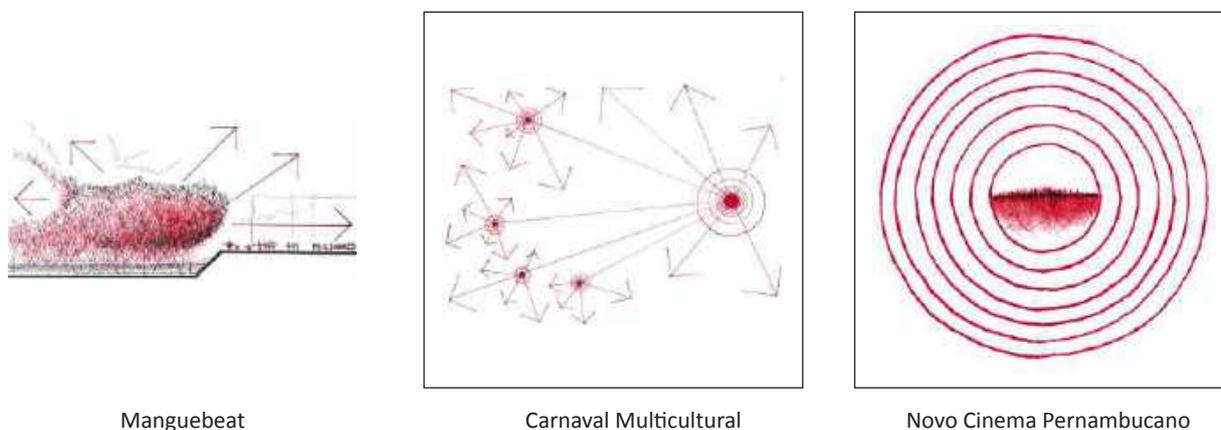
Os três movimentos da **Alma Poética do Recife** – Carnaval Multicultural; Mangubeat e Novo Cinema Pernambucano – têm como força motriz uma ética/estética que reconhece e reafirma elementos identitários da cultura do Recife. O ponto de partida é o potencial criativo presente na periferia, traduzido no Carnaval Multicultural pulverizado na cidade, nas temáticas abordadas no Novo Cinema Pernambucano e no *Manifesto Mangubeat*, que faz analogia à lama do manguezal, ecossistema característico da região – ambiente fértil, potência criadora e transformadora –, considerada uma das biotas mais férteis do mundo (Figura 202).

Esses movimentos estético-sócio-espaciais que ocorrem nos últimos 30 anos na cidade do Recife, buscam alterar padrões culturais, transformando o que, aparentemente, é alternativo, em manifesto na defesa de linguagens que têm como ponto de partida expressões culturais processadas na periferia.

O aspecto multicultural inerente à cidade do Recife, onde índios, brancos e negros, ao longo da história, depositaram seu imaginário nas manifestações e celebrações, forjou uma hibridização poética, permeada pela mescla de ritmos, danças, música, culinária, festejos que emergem essencialmente nos espaços públicos.

Pode-se dizer que os movimentos da **Alma Poética do Recife** clamam por uma cidade policêntrica, onde as forças culturais sejam valoradas a partir do conjunto de novas centralidades urbanas a redesenhar o território.

Figura 202
Esquemas gráficos da Alma Poética.



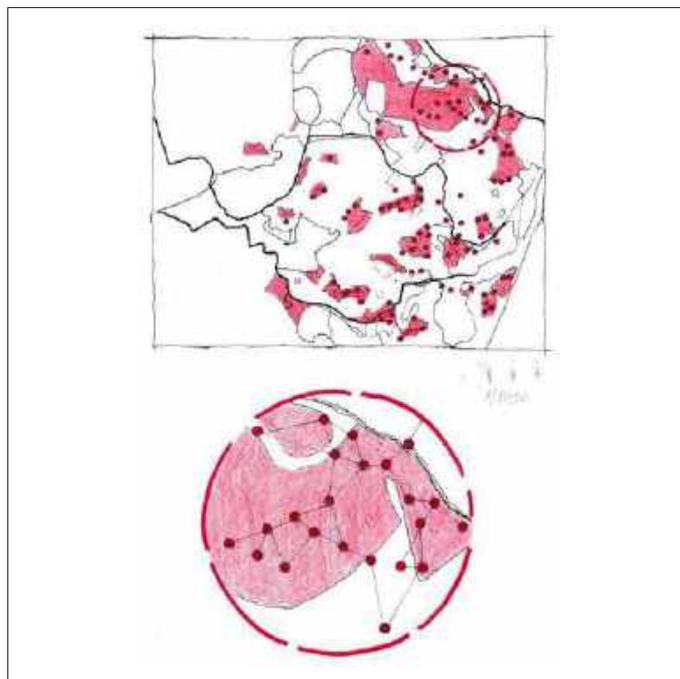
Em que a **Alma Poética** está a reinventar o Recife?

No potencial das expressões culturais das periferias fazerem emergir espaços públicos como novas centralidades urbanas na cidade (Figura 203).

Em que o **Corpo do Recife** em reinvenção já está afetado?

Na criação de polos artístico-culturais descentralizados no Carnaval do Recife, com projeção para implementação de espaços públicos culturais descentralizados na cidade.

Figura 203
Esquema gráfico síntese
da Alma Poética.



2.5 Sobre a Alma Sábia na reinvenção do Recife

Os três movimentos selecionados por esta investigação para representarem a **Alma Sábia** – Ensino, Pesquisa e Extensão Acadêmica: Recife Exchange (RXA, RXH e RXN); Pequenos Profetas e Rede de Bibliotecas Comunitárias – agrupam-se em torno do saber e de sua aplicação à vida prática.

Na prática acadêmica desenvolvida por grupos de pesquisadores, no primeiro movimento apresentado (Recife Exchanges), no primeiro workshop a análise da rede hídrica do Recife revelou a imagem de uma cidade estruturada a partir das águas. A maneira como as águas se distribuem no território fez emergir a imagem da figura de uma árvore com suas raízes (frentes d'água), tronco (estuário), galhos (rios), ramos (canais e córregos), folhas, flores e frutos (pessoas e grupos sociais). A visão da cidade como Árvore d'Água lança uma nova ótica na compreensão do território da cidade com poder de reinventá-la a partir de sua estrutura ambiental. O segundo workshop se debruçou no estudo do estuário (tronco) e o terceiro, na frente marinha (raízes).

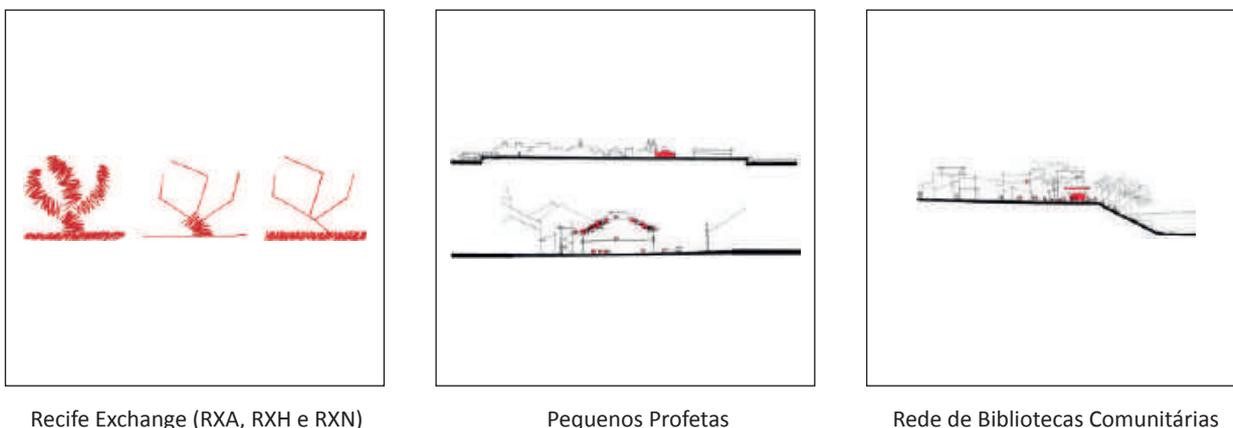
O movimento do terceiro setor, o Pequenos Profetas traz a luz conhecimento voltado para a transformação dos modos de vida, propondo ações pedagógicas com base nos conceitos de sustentabilidade, responsabilidade socioambiental, democratização do acesso à produção orgânica e à gastronomia saudável para comunidades vulneráveis na beira do rio, nas palafitas (tronco da Árvore d'Água). A implementação desse processo pedagógico com a proposição do Telhado Ecológico e suas hortas

orgânicas exercem a função de laboratório de experimentações dessas novas práticas e da proposição de uma nova relação com o meio ambiente.

Às margens do Rio Capibaribe, em trecho ocupado por comunidade de baixa renda, entre terrenos invadidos e ocupações desordenadas, moradores constroem uma pequena biblioteca-parque comunitária. Espaço composto por diferentes lugares com usos diversificados: leitura, parque infantil, píer para atracação de pequenos barcos e área de confraternização. Neste movimento, a **Alma Sábia** está presente na iniciativa comunitária de implantar uma pequena biblioteca na margem do rio (galhos da *Árvore d'Água*). Ponto significativo com potencial de se transformar numa centralidade urbana, revela uma nova relação da comunidade com o rio. Possibilidade de ser implementada em outros lugares da cidade, recriando-se com as particularidades dos diferentes territórios.

Os três movimentos da **Alma Sábia** articulam-se na proposição de colocar a natureza no centro de suas ações (Figura 204).

Figura 204
Esquemas gráficos da Alma Sábia.



Recife Exchange (RXA, RXH e RXN)

Pequenos Profetas

Rede de Bibliotecas Comunitárias

Em que a **Alma Sábia** está a reinventar o Recife?

No potencial de revelar o meio ambiente como protagonista na transformação da cidade, a exemplo do conceito *Árvore d'Água*, que em sua visão holística integra os saberes que emanam de ações como os *Pequenos Profetas* e a *RioTeca* na cidade.

Em que o **Corpo do Recife** em reinvenção já está afetado?

Na compreensão de que o sistema hídrico é a base estruturante de um novo projeto de cidade.

Figura 205
Esquema gráfico síntese da Alma Sábia.



2.6 Sobre a Alma Ecológica na reinvenção do Recife

Os três movimentos significativos da **Alma Ecológica do Recife** selecionados nesta investigação – Projeto Parque Capibaribe: por uma cidade-parque; Membrana Anfíbia: por uma cidade-membrana; e Reedição de *Roteiro para Construir no Nordeste*: por uma arquitetura e cidade-árvore – trazem o meio ambiente como centralidade em suas propostas.

O Projeto Parque Capibaribe resulta do propósito de transformar a cidade a partir da sua reintegração com as águas do Rio Capibaribe, com base no conceito Recife Árvore d'Água (Workshop Internacional RXA, 2012), revelado pela **Alma Sábia**. A ideia traz consigo o movimento de fazer o Recife se voltar para as frentes d'água, contrário ao que se sucedeu ao longo de parte de sua história, quando a cidade “dava as costas” para suas águas. O Projeto Parque Capibaribe, a partir das qualidades naturais e paisagísticas das margens do rio, define uma Zona Parque que se articula com o tecido urbano da cidade, requalificando-o como um parque, espinha dorsal da cidade, com aproximadamente 30 km de margens. A aplicação dessa concepção às bacias do Rio Beberibe, ao Norte, e do Rio Tejipió, ao Sul, define um sistema de parques a revelar uma visão do Recife Cidade Parque.

O segundo movimento da **Alma Ecológica** apresenta a visão de um projeto-manifesto de pesquisa para sensibilizar o Recife frente ao fato da cidade ser considerada a 16ª hotspot internacional pelas Nações Unidas diante da ameaça resultante do aumento do nível do mar. Em um alerta para que a frente atlântica do Recife seja tratada como desafio urbanístico, pesquisa aplicada lança a ideia de um sistema composto por três parques ecossistêmicos no mar para conter o avanço das águas atlânticas.

O terceiro movimento da **Alma Ecológica** é a reedição da publicação do *Roteiro para Construir no Nordeste - Arquitetura como um lugar ameno nos trópicos ensolarados*, manifesto que relança bases para a orientação de como projetar e construir arquiteturas e cidades integradas aos desafios do ambiente tropical – quente e úmido. Um conjunto de estratégias construtivas de como sombrear e ventilar é sintetizado na metáfora de uma “grande árvore”, capaz de produzir sombras altas e favorecer a ventilação natural para redução do calor e da umidade - princípios vernaculares que propiciam sensação de conforto ambiental e paisagístico.

A **Alma Ecológica**, representada nos três movimentos estudados, propõe uma mudança de paradigma no que se refere às relações da cidade com a natureza. Assim como os ecossistemas, as cidades são compostas por sistemas dinâmicos e interconectados e podem ser compreendidas como parte do meio natural, como habitats (PURA, 2020, p. 6). O pensamento sistêmico surge como imperativo a contribuir na busca de soluções para os desafios urbanos. O Projeto Parque Capibaribe revela a possibilidade de um sistema de parques nas margens dos rios Capibaribe, Beberibe e Tejiipió. Rios que se encontram no estuário retroalimentados pelas águas marinhas. O somatório do Parque Capibaribe + Parque Beberibe + Parque Tejiipió amplia o conceito original dos três parques ao se juntarem na frente oceânica com o parque marinho. Os princípios expostos no *Roteiro para Construir no Nordeste* se integram à proposta sistêmica da **Alma Ecológica** e propõem, no sistema de parques, a construção de equipamentos urbanos respeitando os preceitos da “grande árvore” (Figura 206).



Figura 206
Esquemas gráficos da Alma Ecológica.

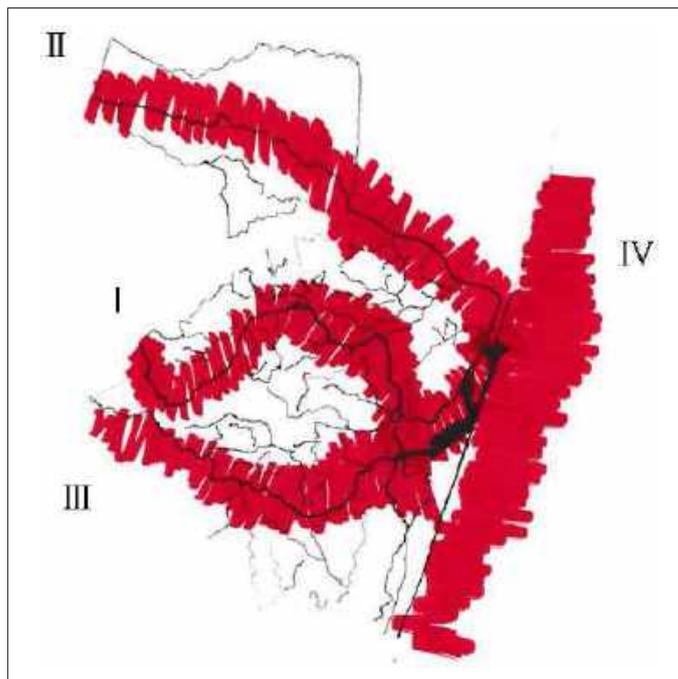
Em que a *Alma Ecológica* está a reinventar o Recife?

No potencial de revelar que a cidade do Recife começa a vivenciar processos integrados de implementação de pesquisas aplicadas e projetos urbanos com visões sistêmicas, em que o meio ambiente e os seus desafios contemporâneos são pontos de partida no novo projeto de cidade.

Em que o *Corpo do Recife* em reinvenção já está afetado?

Na criação de um sistema de parques.

Figura 207
Esquema gráfico síntese
da Alma Ecológica.



2.7 Sobre a Alma Política na reinvenção do Recife

A **Alma Política do Recife** está representada nesta investigação em três conjuntos de movimentos por políticas públicas agrupados de acordo com três diferentes categorias. São eles:

Conjunto 1: Movimentos por políticas urbanas de combate às desigualdades sociais:

- *Plano de Regularização de Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS)*
- Mais vida nos Morros;
- Compaz.

Conjunto 2: Movimentos por políticas urbanas em defesa do meio ambiente:

- *Plano Urbanístico de Resgate Ambiental (PURA);*
- *Plano Diretor de Drenagem do Recife (PDDR);*
- *Plano de Manejo das UCN.*

Conjunto 3: Movimentos por políticas urbanas de governança para o desenvolvimento da cidade:

- Metrópole Estratégica;
- Recife 500 Anos;

— Planos Diretores.

No primeiro conjunto da **Alma Política**, dos movimentos por políticas públicas de combate às desigualdades, o *Plano de Regularização de Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS)*, tem papel estrutural na cidade por ser um mecanismo legal que visa regulamentar a posse da terra nas ZEIS, garantindo direitos referentes às infraestruturas urbanas e qualidade ambiental – plano pioneiro de garantia de direitos ao espaço urbano às populações mais vulneráveis da cidade. A segunda ação deste conjunto, Mais Vida nos Morros, pode ser observada de forma positiva como iniciativa que pode contribuir com a auto-estima dessas comunidades, e agir como ativação e sensibilização para futuras ações ou planos urbanísticos para o território. A terceira ação é o Centro Comunitário da Paz (Compaz), equipamento voltado para a oferta de oportunidades nas comunidades vulneráveis da cidade, através de atividades no campo da educação, cultura, esporte e serviços públicos para prevenção à violência. Busca valorar as características e necessidades particulares de cada comunidade. Espaço público com oportunidade para reprojeter o território na dimensão de uma nova centralidade urbanística a reestruturar o tecido urbano articulado à cidade.

Nas últimas três décadas no Recife, a exemplo do *PREZEIS*, Mais Vida nos Morros e Compaz, observa-se, gradativamente, uma ênfase de movimentos do poder público na elaboração de projetos, programas, planos como políticas urbanas voltadas para o combate às desigualdades socioespaciais, em consonância direta ou indireta com movimentos globais em prol da inclusão social. Parece ser consenso na cidade que as desigualdades socioespaciais estão na raiz dos problemas, e que as políticas urbanas, que têm escala, precisam estar à frente como protagonistas das transformações.

No segundo conjunto da **Alma Política** dos movimentos por políticas públicas em defesa do meio ambiente, o *Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Parque Capibaribe (PURA)* consiste nas diretrizes para implementação do Projeto Parque Capibaribe. Documento integrado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a *Nova Agenda Urbana*, deve servir de base para estruturar uma política pública que garanta a implementação do Parque Capibaribe ao longo do tempo. A segunda ação em defesa do meio ambiente é o *Plano Diretor de Drenagem do Recife (PDDR)* que contempla a macrodrenagem, envolvendo os grandes rios e riachos que banham a cidade e a microdrenagem, composta por galerias e canaletas. É um plano que, por um lado mantém abordagens tradicionais de controle e canalização das águas urbanas e por outro, busca uma mudança de paradigma com a proposta de resiliência urbana, através de um urbanismo sensível às águas. A terceira ação é o *Plano de Manejo das Unidades de Conservação da Natureza (UCN)* instituídas em 2014 pela Lei que regulamenta o Sistema Municipal de Unidades Protegidas (SMUP). O propósito de conservar as características ambientais e proteger a biodiversidade por meios legais permite que Recife tenha hoje 25 Unidades de Conservação da Natureza e 02 Unidades de Conservação da Paisagem. Os planos de manejo das UCNs estabelecem os parâ-

metros de proteção dessas áreas e fazem a gestão do uso sustentável de seus recursos naturais.

Os três planos ambientais citados acima sinalizam o interesse, por parte do poder público e da sociedade civil, de estruturar políticas sensíveis ao meio ambiente, na defesa da preservação e da proteção dos ecossistemas significativos da cidade. No momento em que se apresentam os grandes desafios ambientais do planeta, Recife desenvolve planos na direção de posicionar os desafios ambientais com centralidade nas decisões urbanísticas, a exemplo do *PURA* (2020), levando em consideração o meio ambiente, seus ecossistemas e paisagens no planejamento da cidade.

No terceiro conjunto da **Alma Política** dos movimentos por políticas urbanas de governança para o desenvolvimento da cidade, o *Plano Metrópole Estratégica*, reforça o papel do Recife, núcleo estelar, como abordado na Parte II desta tese, no centro dos 14 municípios que compõem a Região Metropolitana. O plano é um documento que antecipa o *Estatuto da Metrópole*¹. Aprovado em 2005 para um período de 10 anos, portanto mais do que duas gestões municipais, demonstra a necessidade de não ser o plano de, apenas, uma gestão, a enfatizar a emergência do planejamento urbano de longo prazo. Sua estrutura tem como base três vetores para fomentar o desenvolvimento sustentável da Região Metropolitana, combinando desenvolvimento econômico, qualidade de vida e conservação ambiental. A segunda ação, o *Plano Recife 500 Anos*, com metas para 2037, tem como propósito estabelecer estratégias que colaborem na transformação do Recife a partir de uma nova visão da cidade, que contempla a perspectiva da inclusão, da mobilidade urbana, do desenvolvimento econômico e da sustentabilidade do meio ambiente. A terceira ação é o *Plano Diretor do Município do Recife (PDMR)*, aprovado em 2020. Instrumento que regula as ações relativas ao desenvolvimento urbano do município e tem como marco temporal 10 anos. Plano que tem por determinação legal ser construído com ampla participação dos diferentes setores da sociedade e, portanto, lugar onde afloram as contradições e os seus diferentes interesses. Neste último Plano Diretor, após polêmicas acirradas, não se observa o protagonismo da Região Metropolitana dos planos citados acima de dimensão metropolitana e de visão do planejamento estratégico do Recife 500 Anos.

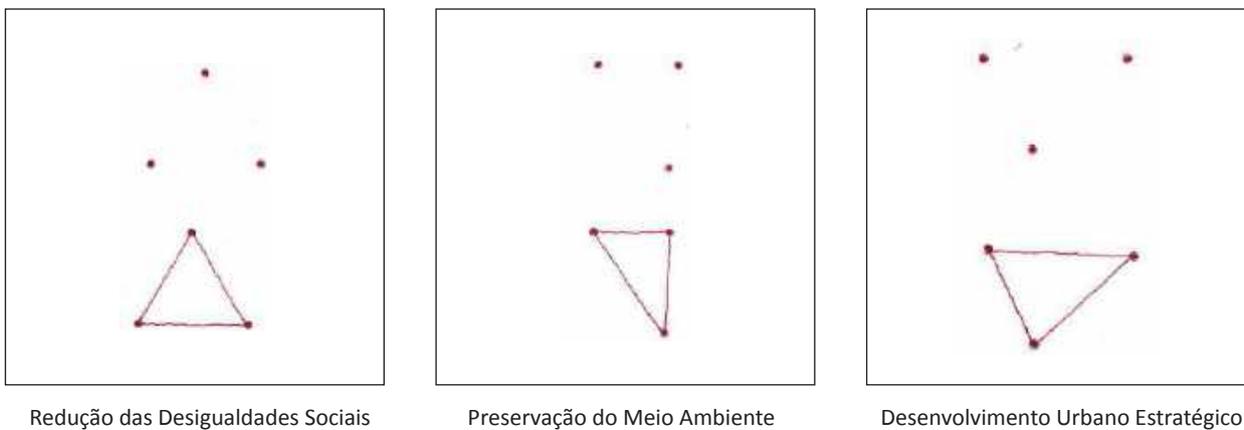
As nove ações representativas da **Alma Política**, nos últimos 30 anos, agrupados em três conjuntos de acordo com temática de abrangência, demonstram a tentativa do poder público e, em alguns casos, da sociedade, de planejar a cidade a médio e longo prazos com intenção de combater as desigualdades sócio espaciais, tão acentuadas no Recife, bem como controlar o crescimento desordenado do território, que tanto avançou e des-

1 O Estatuto da Metrópole tem na sua estrutura o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, que substituirá o Plano Metrópole Estratégica. No Recife, em 2022, o PDUI encontra-se na fase de diagnóstico.

truiu o meio ambiente, ao longo dos anos. Os planos e leis que preconizam a preservação dos ecossistemas da cidade convergem para a necessidade de considerar, rigorosamente, o meio ambiente nos processos de desenvolvimento urbano do Recife. Por fim, as legislações e planos mais genéricos, que se debruçam com abrangência nos desafios urbanos, parecem ainda trazer as contradições e evidenciar os diferentes interesses daqueles que habitam a cidade. Se observa que, para além dos esforços empreendidos em cada uma dessas ações, falta uma visão global de um projeto de cidade, consensuada e pactuada entre todas as esferas da sociedade. Apesar de existir uma estrutura legislativa para o planejamento da cidade, a falta de unidade em relação a uma visão de cidade acarreta em pouca integração e sinergia e, consequentemente, ineficácia ou resultados inferiores aos que a cidade precisa para resolver seus desafios (Figura 208).

Figura 208

Esquemas gráficos da Alma Política. Planos isolados que necessitam de integração em busca de uma visão de cidade.



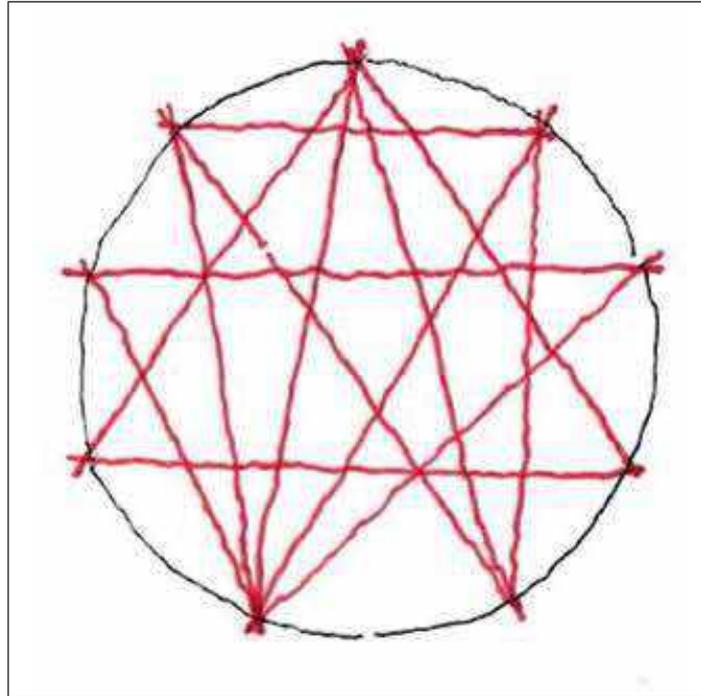
Em que a *Alma Política* está a reinventar o Recife?

No potencial de promover políticas públicas urbanas com foco em temas urgentes, como desigualdade socioespacial e meio ambiente resiliente e regenerativo. Instrumentos legais que têm o poder de acomodar as diferentes *Almas* da cidade em um pacto urbano em direção a uma cidade projetada.

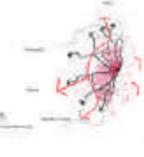
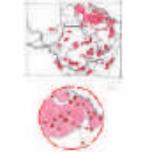
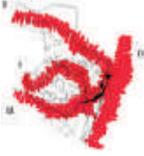
Em que o *Corpo do Recife* em reinvenção já está afetado?

Em instrumentos legais que asseguram a existência das zonas de interesse social e ambiental, bem como equipamentos públicos que induzam a redução das desigualdades sociais.

Figura 209
Esquema gráfico síntese
da Alma Política.



2.8 Síntese de como os movimentos das *Almas* estão a reinventar o Recife

ALMA DO RECIFE	SÍNTESE GRÁFICA	EM QUE A ALMA ESTÁ A REINVENTAR O RECIFE?	EM QUE O CORPO DO RECIFE EM REINVENÇÃO JÁ ESTÁ AFETADO?
Alma Patrimônio		No potencial de transformar o território portuário em centro cultural, cívico e tecnológico da cidade.	No processo de requalificação do centro histórico da cidade.
Alma Empreendedora		No potencial de transformar o Recife num Hub - cidade em redes.	Na implementação de algumas infraestruturas de integração na cidade.
Alma Combativa		No potencial de gerar territórios como moradias para uma cidade inclusiva, onde o meio ambiente e a paisagem são estruturadores da cidade.	Na reestruturação de espaços públicos como parte da moradia nas diferentes frentes d'água.
Alma Poética		No potencial das expressões culturais das periferias fazerem emergir espaços públicos como novas centralidades urbanas na cidade.	Na criação de polos artístico-culturais descentralizados no Carnaval do Recife, com projeção para implementação de espaços públicos culturais descentralizados na cidade.
Alma Sábia		No potencial de revelar o meio ambiente como protagonista na transformação da cidade, a exemplo do conceito Árvore d'água, que em sua visão holística integra os saberes que emanam de ações como os Pequenos Profetas e a RioTeca na cidade.	Na compreensão de que o Sistema hídrico é a base estruturante de um novo projeto de cidade.
Alma Ecológica		No potencial de revelar que a cidade do Recife começa a vivenciar processos integrados de implementação de pesquisas aplicadas e projetos urbanos com visões sistêmicas, onde o meio ambiente e os seus desafios contemporâneos são pontos de partida no novo projeto de cidade.	Na criação de um sistema de parques..
Alma Política		No potencial de promover políticas públicas urbanas com foco em temas urgentes, como desigualdade sócio espacial e meio ambiente resiliente e regenerativo. Instrumentos legais que têm o poder de acomodar as diferentes <i>almas</i> da cidade em um pacto urbano em direção a uma cidade projetada.	Em instrumentos legais que garantem a existência de zonas de interesse social e ambiental, e equipamentos públicos de redução das desigualdades sociais.

Quadro 9
Recife cidade em reinvenção.

A análise dos movimentos significativos das *7 Almas do Recife* permite observar que cada agrupamento de *movimentos* é capaz de gerar um potencial de transformação no *corpo* da cidade. Tal conclusão tem como base evidências concretas que se refletem nas mudanças físico-espaciais que têm ocorrido no Recife nos últimos 30 anos. A exemplo da centralidade que a zona portuária da cidade ganhou a partir dos movimentos de preservação, iniciados dos anos 90; do número de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) registradas na cidade; dos parques construídos nas margens do Rio Capibaribe, como o Jardim do Baobá e o Parque das Graças. Também através da constatação da existência de pesquisas, projetos urbanos, aparentemente isolados, legislação, políticas públicas que, mesmo elaborados de maneira desintegrada, parecem convergir na mesma direção.

É possível observar ainda a presença do meio ambiente no centro de movimentos em diferentes *Almas*: na ***Alma Patrimônio***, com a preservação do Porto Natural; na ***Alma Combativa***, nas lutas por meio ambiente e paisagens associados ao direito de habitar; na ***Alma Sábia*** que tem revelado em pesquisas acadêmicas e no saber popular a urgência de projetar a cidade com base no meio ambiente, especificamente considerando a malha hídrica da cidade, revelada na visão do Recife Árvore d'Água; na ***Alma Ecológica*** ao projetar e iniciar a implementação do Parque Capibaribe margeando 30 quilômetros de suas margens, considerando os ecossistemas nele envolvidos e sua integração com os bairros adjacentes; na pesquisa e proposição de parque marítimo para enfrentamento do avanço das águas; e na perceptível posição em defesa do meio ambiente e adoção de visão sistêmica na concepção dos projetos urbanos; na ***Alma Política*** com a elaboração de instrumentos legais de regulação e controle para preservação dos ecossistemas da cidade e para ordenar seu desenvolvimento.

É certo que as *Almas* do Recife expressam anseios, expectativas e desejos de seus cidadãos enquanto habitantes de um território comum, mas é imperativo dizer que no mundo globalizado essas recebem influências externas e acabam por incorporá-las. Os *movimentos* das *Almas*, portanto, refletem de alguma forma o que se absorve dos movimentos que ocorrem no mundo e, não por acaso, os princípios do *The City We Need 2.0*, da World Urban Campaign, encontram rebatimento em tais *movimentos* no Recife.

Como já anteriormente mencionado, os 10 princípios do *The City We Need 2.0* dialogam com o que propõem os acontecimentos significativos das *Almas* do Recife, o que torna plausível afirmar que Recife “clama” por transformação - aqui nesta investigação denominada *reinvenção*. À medida que foi constatado que alguns desses *movimentos* foram implementados ou estão em processo de implementação, resultando em estruturas físico-espaciais na cidade, se pode afirmar que um *processo de reinvenção* está em curso. De maneira que, a resposta à questão 1) *sob que bases se assentam essa reinvenção?* está nos potenciais extraídos dos *movimentos* de cada *alma*, identificados nesta investigação.

CAPÍTULO 2
**OS MOVIMENTOS DAS ALMAS:
DA TEORIA À PRÁXIS**

O potencial que as *Almas* do Recife revelam como propulsoras de transformação da cidade é o componente que esta investigação define como essência na proposta de uma nova visão da cidade como projeto.

A fundamentação teórica exposta na Parte I dessa tese traz à luz conceitos que embasam a ideia de considerar como objeto de estudo os movimentos relevantes da sociedade em um determinado recorte de tempo, para então se construir um projeto de cidade, com base na cidade como laboratório vivo do habitat.

Os movimentos da sociedade (*alma*) são fenômenos que “animam” a cidade. O conceito de Bergson pode ser aplicado para esse entendimento, quando ele afirma que *elã vital* é uma energia que garante a capacidade de movimentar e manter vivo um organismo que se reconstitui a cada nova ação, no caso, os diferentes movimentos da sociedade. Por sua vez, os neurocientistas, Maturana e Varela, defendem que os organismos vivos são capazes de se autogerar a partir de acontecimentos biológicos e de fenômenos sociais, visão que dialoga com o conceito de *conatus*, a qual enfatiza o esforço de preservação que os seres vivos praticam mesmo que não tenham consciência desse gesto. Todos estes conceitos podem ser aplicados ao entendimento dos movimentos das ***Almas do Recife*** como propulsoras de estímulos que auto geram a transformação da cidade. A exemplo da ***Alma Poética***, que lançou um movimento artístico-cultural, social e ambiental, como expressão estética, capaz de propor uma nova ética transformadora na cidade.

Quando as ***Almas do Recife*** brigam por uma visão ecológica, em que o meio ambiente deve ser preservado, nada mais é que entender a natureza como Corpo, e que, como Corpo é constitutivo do lugar, da cidade. Mendes e Nóbrega (2004), afirmam que o corpo “é nossa possibilidade de existência”, essa ideia somada aos conceitos expostos acima reforçam a hipótese da cidade como Alma e Corpo e reafirmam que movimentos como o Ocupe Estelita, da ***Alma Combativa***, os movimento pelo Parque Marinho, da ***Alma Ecológica***, pela preservação do sítio histórico, da ***Alma Memória*** são, em síntese, a ***Alma da Cidade*** a reivindicar seu *Corpo*. Enfim, como afirma Morin: o ser humano é natureza e, por conseguinte, não superior. Possivelmente, aí está a resposta em relação ao caminho que as cidades precisarão tomar a partir dos desafios impostos no Antropoceno, quando urge a necessidade de projetar cidades com a natureza, onde o ser humano e os demais biosistemas, juntos, precisam ser os protagonista da cidade a reprojeter-se.

Argan (2000) entende o projeto como fenômeno que ataca a causa geradora de problemas, e, portanto, assume o protagonismo de sua transformação à medida que propõe soluções para os desafios. Neste sentido, como ele afirma, o projeto passa a gerar alternativas de destinos para a cidade. Diante da noção de *projeto como destino*, é urgente uma abordagem ampla e democrática na sua aplicação, onde a co-participação da gestão pública e dos atores envolvidos, os habitantes da cidade, e os diferentes interesses refletidos nas relações complexas de poder estejam incluídos no processo.

Com base no conceito de *alma-e-corpo*, pretende-se compreender o que a dimensão imaterial da cidade aponta como desejo coletivo de destino. O conceito de projeto como destino parece demandar metodologias que precisam ir além de escutas à população.

Na seleção dos movimentos relevantes da *Alma do Recife*, foram reconhecidos macro-ações, tais como: o conjunto de projetos de revitalização do centro histórico do Recife; as Zonas Especiais de Interesses Sociais (ZEIS); o movimento cultural Manguêbeat; o Carnaval Multicultural; o Parque Capibaribe; o *Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Parque Capibaribe* (PURA); o Plano Diretor do Recife; os Centros Comunitários da Paz (Compaz) e o Plano Metrópole Estratégica; o Plano Recife 500 Anos. Porém, como afirmam Wolfrum e Janson (2016), citados no referencial teórico, é preciso reconhecer também as micro-ações e pequenas iniciativas locais, percebendo como suas estratégias criativas refletem as complexidades urbanas e acabam por ser incorporadas aos processos formais de projeto espacial da cidade. É preciso, portanto, valorizar os movimentos de co-criação encabeçados pela sociedade e facilitar a escuta ativa no processo projetual (AURELI, 2013). São exemplos de micro-ações significativas da *Alma Sábria* a ONG Pequenos Profetas e a biblioteca comunitária, Rio Teca, esta construída como centralidade de um pequeno parque na margem do Rio Capibaribe.

Segundo Aureli (2013), o projeto aborda um potencial de simulação futura, antecipação da realidade. Como foi trazido através deste teórico na fundamentação desta investigação: o projeto pode ser entendido como o momento em que as relações de poder presentes na sociedade podem ser vistas de modo mais estratégico. É a cidade como laboratório vivo dela mesma. Esta teoria acolhe e acomoda a proposta desta tese de investigar os acontecimentos significativos da sociedade na cidade do Recife, para extrair o potencial de cada um deles ao “propor” um projeto de cidade. Os movimentos da sociedade no recorte dos últimos 30 anos no Recife são uma “antecipação da realidade em si”, conceito trazido por Aureli.

Antecipação de realidade, revelando um processo de reinvenção como ocorre com a luta dos moradores das Graças para a construção de um parque e espaço de convivência na beira-rio do bairro, no lugar da construção de avenida com três faixas para carros; no movimento Ocupe Estelita, em que parte da população da cidade protestou de forma contundente para conter a especulação imobiliária e apropriação privada de paisagem na beira-rio insular; na elaboração e sanção da Lei que instaura as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), para garantir que populações de comunidades vulneráveis não fossem expulsas de seus territórios e estes fossem incorporados às áreas de especulação imobiliária; na elaboração de projeto de revitalização da área portuária da cidade, que por anos estava em processo de degradação, transformando-a em área central do bairro histórico da cidade, onde se desenvolveu ambiente favorável a promoção da cultura artística na cidade, com implantação de museus, espaços para artesanato, teatros, entre outros equipamentos culturais, assim como a valorização e resgate da paisagem natural e construída no território

onde se originou o Recife e onde natureza, patrimônio construído e tecnologia digital comungam do mesmo espaço; na visão da *Árvore d'água*, resultante de workshop e pesquisa acadêmicos com fins de encontrar soluções para uma cidade em processo de colapso; no Projeto Parque Capibaribe, com o desenvolvimento de pesquisa e inovação urbana que teve como partido a visão do Recife *Árvore d'água*, onde sua malha hídrica é reconhecida como estruturante na espacialidade da cidade, projeto em curso desde 2013, com a inauguração do Jardim do Baobá em 2017 e, na sequência, com a inauguração do primeiro trecho do Parque das Graças (2021) e os demais trechos em processo de construção; na elaboração do *Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental (PURA)*, planejamento para implantação do parque ao longo do Rio Capibaribe, respeitando os ecossistemas envolvidos, a exemplo da fauna e da flora presentes nos manguezais; na luta dos moradores de Brasília Teimosa para que sua orla marítima permaneça como espaço público da comunidade; nos movimentos culturais Mangubeat e Novo Cinema Pernambucano, que ganhou notoriedade no Brasil e no exterior – o Mangubeat foi reconhecido como ritmo inovador no campo musical nacional e internacional e foi considerado o melhor álbum brasileiro dos últimos 40 anos, e o filme *Aquarius*, de Kleber Mendonça, foi destaque no Festival de Cannes em 2016 – ambos têm como baluarte o resgate da identidade da cultura local e da potência criadora e poética presente na periferia; no projeto de pesquisa, *Membrana Anfíbia*, que investiga soluções para o avanço do mar na 16ª cidade mais ameaçada pelas águas marítimas do planeta, com a proposição de criação de parques marítimos que protejam a cidade do avanço das águas e resguardem os ecossistemas envolvidos nas águas dos rios, do mar e do seu encontro no estuário; na implantação dos Centros Comunitários da Paz (Compaz), equipamentos projetados para inclusão social e prevenção à violência, integrados espacialmente à comunidade, com oferta de espaço de convivência e oportunidade de atividades educativas, esportivas e culturais nos bairros vulneráveis da cidade, O equipamento foi premiado pela Oxfam, em 2019, como melhor equipamento de combate a desigualdade social no Brasil e em junho de 2022, recebeu o Prêmio de Serviço Público do Ano das Nações Unidas, pelas práticas de gestão compartilhada entre suas Secretarias Municipais; o Projeto Mais Vida nos Morros, que atua nas áreas de morro da cidade, com propósito de ativar os moradores e sensibilizar a sociedade que estas áreas são espaços vibrantes da cidade que necessitam infraestrutura urbana.

Os exemplos acima revelam que o potencial das *Almas* do Recife antecipa um projeto de cidade. De acordo com a ideia de Aureli:

Um projeto é uma estratégia em cuja base algo deve ser produzido ou trazido à tona. O projeto aborda assim uma potencial simulação futura, mas ao fazê-lo, procura organizar os meios disponíveis para um fim possível [...] é exatamente uma antecipação da realidade em si (AURELI, 2013, p. 16, grifo nosso).

Esta afirmativa corrobora com a hipótese de que nos últimos 30 anos a cidade do Recife está a se reinventar quando se avalia as mudanças em curso na cidade provocadas por movimentos um tanto desordenados do ponto de

vista do planejamento urbano, porém concretos em relação às transformações físico-territoriais que estão a marcar a cidade neste recorte de tempo investigado. Portanto, pode-se afirmar que a cidade pode ser projeto dela mesma – a cidade como projeto. Jacobs reforça essa proposição ao defender que as cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório que o planejamento urbano deveria aprender, elaborar e testar suas teorias, afirma ela (2011).

Jacobs (2011) defende que projetar tendo a cidade como projeto, enquanto laboratório de experimentações, permite o enfraquecimento do domínio de atores particulares e de instituições específicas de poder na concepção do projeto de cidade, e o processo pode se desenvolver de forma mais democrática e assertiva, fazendo com que o planejamento urbano vá além de um urbanismo de caráter top-down ou bottom-up, sendo mais horizontal e cíclico. Neste sentido, é possível observar no recorte dado aos movimentos da sociedade, selecionados nesta tese, a diversidade de forças emergindo de camadas pressionadas por interesses adversos – é o caso da luta pela orla de Brasília Teimosa, em que seus moradores pleiteiam a territorialidade marinha ou do movimento das Graças, na reivindicação por espaços verdes, de convivência comunitária e conexão com o ecossistema ribeirinho. Nos dois exemplos se fez necessária organização social para se obter representatividade e força.

Por outro lado, as relações de força também estão presentes nos processos de criação e implementação dos planos e legislações urbanas, como os representados nos movimentos das Almas da criação do *Plano Diretor de Drenagem do Recife (PDDR)*, do *Plano de Manejo das UCN*, do *Plano Metrópole Estratégica*, do *Plano Diretor do Município* e do *Plano Recife 500 Anos*. E ainda, de projetos oriundos de ONGs ou da comunidade, a exemplo dos Pequenos Profetas e da biblioteca comunitária Rio Teca. E mesmo os movimentos oriundos da academia, como o do Parque Capibaribe e os Workshops Recife Exchange. São ações que têm gerado transformações na cidade do Recife. O conjunto dessas ações ou movimentos envolve uma diversidade de atores, que, como dito acima, permite diluir a predominância de atores particulares e de instituições específicas de poder, como defende Jacobs. E, pode-se constatar, como citado na fundamentação teórica na visão de Aureli, que o projeto pode ser entendido como o momento em que as relações de poder presentes na sociedade podem ser vistas de modo mais estratégico.

Ações como a ONG Pequenos Profetas, feiras agroecológicas e biblioteca comunitária, são validadas pelos conceitos trazidos na fundamentação desta investigação, quando foi dito que o olhar dos cidadãos, principalmente por meio da compreensão do que representam suas iniciativas - que muitas vezes acontecem como reação a problemas cotidianos e refletem consequentemente no urbano -, seria uma das primeiras estratégias do conceito de cidade como projeto. Confirma-se com esses movimentos a teoria de Aureli, quando diz: A partir desse momento, eles começam a ser vistos como ati-

vistas por causa da crescente busca por uma prática socialmente orientada, considerando as reais necessidades de cada lugar e suas vozes, ou seja, os cidadãos que usufruem diretamente do espaço urbano e para os quais o projeto de cidade deveria ser elaborado (AURELI, 2013).

Nesta investigação, o estudo dos diferentes sistemas físico-territoriais que marcaram o *corpo* da cidade do Recife, desde a chegada dos colonizadores, encontra fundamento teórico na afirmação de Corboz quando este diz que “o território é um acúmulo de processos ao longo do tempo”. Segundo Corboz (1983, p.28), é necessário um projeto de caráter investigativo no território, articulando-se às entidades física e mental a ele inerentes – “não há território sem o imaginário”, afirma. Corboz preconiza que o caráter investigativo deve levar ao entendimento das dimensões materiais e imateriais da cidade – conceito aplicado nesta Tese.

Importante dizer que o conceito de território adotado leva em conta fatores como: a geologia, a topografia, a hidrologia, o clima, a cobertura florestal e os cultivos, as populações, as infraestruturas técnicas, a capacidade produtiva, a ordem jurídica, as divisões administrativas, a contabilidade nacional, as redes de serviços, as questões políticas, defendida por Corboz como sendo essa a definição de território dos especialistas em ordenação (CORBOZ, 1983). O território do Recife, sob a ótica de Corboz, pode ser definido como território em palimpsesto. O *corpo* **Paranambuco Berçário d'Águas**, porto natural estuarino, representado pelo sistema hídrico através das águas marinhas e das águas do estuário é resgatado pela **Alma Sábia** em 2012, quando, através de investigação revela a metáfora da Árvore d'Água do Recife. No espaço de tempo que separa o ambiente natural, no início do século XVI, onde nasceria o Recife, do momento que se revela a visão da Árvore d'Água, diferentes sistemas físicos deram forma à cidade ao longo de quase cinco séculos. Sistemas que não desapareceram de todo, mas se transformaram e deixaram marcas no corpo da cidade.

Sendo o Recife um território em palimpsesto, é compreensível, por exemplo, que sua **Alma Patrimônio** se manifeste nas lutas para resgatar as “camadas” existentes nas diversas estruturas urbanas que se sobrepuseram ao longo do tempo – Recife, por ser a capital de estado mais antiga do País, tem o patrimônio histórico arquitetônico como uma das marcas da cidade. Foi o que ocorreu quando esses movimentos inauguraram uma nova espacialidade no Recife ao resgatar o porto natural e o patrimônio construído na sua zona histórica. Logo, *alma* e *corpo* se entrelaçam na tessitura urbana do Recife.

Contribuindo com a perspectiva de projetar a cidade tendo ela mesma como base para o projeto, ou seja, a cidade como laboratório, Nancy Meijsmans (2010) propõe o conceito *Project Based Approach*, que ela define como uma abordagem mais próxima da realidade, que entende o território como um laboratório, resultando na necessidade de “uma investigação profunda, coletiva, situacional e reflexiva”. Conceito que, assim como o de Corboz,

valida a investigação da **cidade como organismo vivo de alma-e-corpo**, que, simultaneamente, segundo ele é processo, produto e projeto.

A investigação da **Alma Empreendedora** e os movimentos a ela associados, tais como a rede de produção envolvida nas feirinhas orgânicas da cidade, que se conecta com as cidades produtoras do entorno, os desdobramentos do Observatório do Recife, coletivo de empresários comprometidos com o desenvolvimento econômico articulado com as dimensões ambientais, sociais e culturais a estimular o fortalecimento das redes de serviços do terciário tradicionais na cidade, a exemplo do polo médico, do polo educacional, do polo tecnológico, do polo jurídico e os projetos de infraestrutura, como a construção da ferrovia Transnordestina, do Arco Rodoviário Metropolitano e do processo de implantação do Porto de Suape, na escala metropolitana, permitem encontrar revelações que se aproximam com uma outra abordagem de Meijsmans, quando ela propõe que formas transversais e interdisciplinares de projetar as cidades, podem levar a intervenções urbanas para diferentes escalas. Para ela o projeto é ferramenta-chave para o ordenamento em escala regional – intermediária entre a nacional e a local. É o que se revela com os movimentos da **Alma Empreendedora**, que refletem as características do Recife, enquanto cidade nascida do porto, e localizada em posição estratégica do ponto de vista geográfico. A **cidade como projeto** no Recife induz, conseqüentemente, Recife induz, conseqüentemente, a uma visão de cidade a partir de uma escala local articulada a uma escala regional, nacional e internacional.

Outro documento que esta investigação utilizou como referencial teórico foi a *Carta da Paisagem das Américas* (2018), cujo objetivo se volta para a luta pelo direito à paisagem, a promoção e conscientização sobre sua recuperação, e, mais especificamente, a proteção, o planejamento e a gestão sustentável das paisagens. A carta traz na sua construção cinco extratos que apontam, como faróis, para dimensões que devem ser consideradas por serem constitutivas das paisagens e das cidades. Os cinco extratos 1) natureza, 2) cosmovisão, 3) cultura, 4) ética e 5) americanidade, no sentido de identidade, tentam dar conta da imensa complexidade que é lidar com a paisagem, nesta Tese, com a paisagem da cidade. O primeiro extrato, natureza, entendido como legado biológico assentado sobre o piso ecológico próprio de cada cidade é dimensão essencial para sua sobrevivência. No caso do Recife, se pode dizer que as bacias hidrográficas são as bases da cidade. Em um paralelo com as *Almas do Recife* o extrato natureza está presente em todas elas. O mesmo se pode afirmar em relação ao segundo extrato proposto, a cosmovisão, entendido como o aspecto metafísico da cidade, que incorpora a espiritualidade, a sacralidade, os sentimentos da alma e a estética filtrada pela arte, o imaginário individual e coletivo dos povos originários, o misticismo. Em um paralelo com as categorias definidas para comportar as *Almas do Recife*, a cosmovisão dialoga com as diferentes Almas da cidade, em especial com a **Alma Sábia**, que revelou a Árvore d'Água do Recife. O terceiro extrato, cultura, se refere ao que se superpõe no espaço e no tempo como um palimpsesto cultural - no caso do Recife, a cultura de seus povos origi-

nários, dos europeus, dos povos africanos, de outros que chegaram e dos brasileiros de hoje, com todas as camadas que estas culturas acumularam. O quarto extrato, ética, demanda uma mudança de paradigma em contraponto à ideia de que a natureza é inesgotável – neste ponto, a ética ambiental está em jogo. Mais uma vez, o extrato dialoga com as *Almas do Recife*, que reivindicam em seus movimentos o protagonismo da natureza no fazer da cidade. Por último, o quinto extrato, americanidade como identidade, mosaico de paisagens que articulam o continente do Polo Norte ao Polo Sul, onde, nesta extensão, o Recife se encontra na extremidade oriental do continente. A carta destaca que este extrato é a costura dos demais extratos, portanto é instrumento para a tecitura das *Almas do Recife* com seu corpo e sua identidade.

Numa visão geral do que foi trazido como conceitos da cidade como projeto nesta investigação, observa-se que os autores estudados Aureli, Corboz e Meijman, compartilham da concepção da cidade como laboratório vivo – Habitat. E a carta da paisagem traz uma visão holística ao classificar em diferentes extratos as dimensões materiais e imateriais constitutivas da paisagem, reforçando o conceito Alma e Corpo. Instrumento que possibilita a articulação dos diferentes fragmentos presentes nos territórios, contribuindo para o entendimento de que a cidade como projeto é, simultaneamente, projeto de paisagem.

Sob a luz dos conceitos base desta investigação – *cidade como organismo vivo; cidade como projeto* – e utilizando os referenciais do Habitat III das Nações Unidas, o manifesto *The City We Need 2.0* (TCWN), a partir do estudo das *Almas* se consegue conhecer o potencial de transformação que cada uma traz consigo na reinvenção da cidade. E assim, finalmente, encontrar resposta para a questão: 2) Sob qual sistema o corpo em reinvenção está a se estruturar.

CAPÍTULO 3
O SÉTIMO CORPO: SISTEMA DE PARQUES
- RECIFE EM REINVENÇÃO

Na Parte II desta tese, foram apresentados os seis *corpos* do Recife ao longo de sua história. O sétimo *corpo*, que, segundo esta investigação, começa a se estruturar a partir dos anos 1990 do século XX, é o ***corpo em reinvenção***.

No caso do Recife, no recorte de tempo dado, observou-se o interesse de diferentes grupos da sociedade em transformar o território. Cada um, na tentativa de solucionar os seus problemas e superar seus desafios, acaba por traçar uma teia de movimentos e ações que se projetam na cidade.

A ***Alma Política*** tem o papel de catalisar os sinais emitidos pelas diferentes almas, ponderá-los, ordená-los, lançar uma visão integradora e, a partir de então, lançar mão das condições de planejar a cidade com seus instrumentos efetivos. Os *movimentos* da sociedade e seus rebatimentos no *Corpo da Cidade* são projeções da *cidade como projeto*. Os planejamentos de longo prazo e políticas públicas – as únicas que têm escala – devem ser elaborados num contexto integrado e com visão colaborativa, com base numa visão de que cidade se deseja e se precisa chegar.

Ao analisar o rebatimento das *almas* no *corpo* da cidade, encontram-se elementos que podem ser tomados como diretrizes na condução de um caminho para a visão do Recife em ***reinvenção***. Por exemplo, a ***Alma Sábia*** revelou que o sistema hídrico da cidade – suas bacias, rios e frente marinha – devem ser o ponto de partida para um projeto de cidade. Dessa forma a cidade deixará de “dar as costas” para seus rios, incorporando-os de forma planejada à paisagem da cidade e passará a enfrentar os desafios impostos pelo avanço das águas e a se estruturar, de maneira integrada, aos ecossistemas que a constituem.

Ao mesmo tempo, a ***Alma Combativa*** deixou claro em suas lutas a necessidade de reestruturação das frentes d’água da cidade em articulação com seus territórios e a urgência em compreender que o direito de habitá-las é de todos – direito à paisagem. Realidade que reverte a relação da cidade com suas águas e regiões ribeirinhas, por tanto tempo campo de batalha e confronto com a cidade, seja na luta, que durou muitos anos, contra as enchentes ou no confronto permanente com as populações que ocupam as margens dos rios, em palafitas, por falta de condições de moradia. A ***Alma Combativa*** demonstra que é urgente a cidade estabelecer uma relação de resiliência com suas águas e de reconhecer que seu sistema hídrico é constitutivo do território e do imaginário da cidade. É o que se observa na ***Alma Poética*** ao buscar afirmação identitária da cidade lançando mão da metáfora do mangue. O movimento da ***Alma Poética*** é um manifesto estético de resistência, de luta pela sobrevivência da cidade, entendendo esta como um organismo vivo, pulsante e denso do ponto de vista cultural e criativo.

Está intrínseca na reivindicação do Movimento Mangubeat a necessidade de reconexão da cidade com sua natureza física – rios, mangues, lama, vegetação, fauna – e com a necessidade de se criar espaços públicos que permitam germinar o potencial criativo pulsante na cidade. Movimento, que,

não por acaso, surgiu nos últimos 30 anos, momento em que a **Alma Patrimônio** também se pronuncia ao reivindicar a revitalização da zona portuária do Recife, berço de nascimento da cidade, onde o mar se encontra com suas principais bacias hídricas e se define uma paisagem carregada de simbolismo e sacralidade. As **Almas Poética** e **Patrimônio** se complementam no clamor de reconectar o Recife com sua essência – de cidade nas águas e no mangue e patrimônio histórico-cultural.

A **Alma Poética** demanda, portanto, que se “abra espaço” para as manifestações criativas na cidade, e evoca, com contundência, na música, no cinema, na moda que estes espaços estão na periferia da “cidade formal”, nas vozes periféricas de seus habitantes – “na lama”. O movimento é um grito de inclusão que brota através de uma proposta estética para a cidade – estética, portanto, ética. A Alma poética propõe uma cidade com diversas centralidades, onde os diferentes territórios possam ter voz e expressão. E a periferia passe a ser centro de criação e potência de vida na cidade. Periferia e centro conectados devem transformar Recife numa “trama”, que resulta no que clama a **Alma Empreendedora**, quando, através de seus movimentos, reafirma o potencial da cidade porto estabelecer redes - ponto de chegada, partida, cruzamento e caminho que proporcionam compartilhamento, encontros e negócios.

Curioso observar que esses movimentos têm rebatimento direto na expectativa de antecipação de uma visão de cidade, elaborada coletivamente e que se manifesta de diferentes formas pelos movimentos da sociedade.

Por fim, a **Alma Ecológica** e a **Alma Política** apontam, concretamente, para um cenário que revela que a reinvenção do Recife está em curso. O Projeto Parque Capibaribe, movimento da **Alma Ecológica**, se soma ao *Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Parque Capibaribe (PURA)*, movimento da **Alma Política**, e demonstra que a cidade do Recife vem sofrendo transformações estruturais no seu corpo nos últimos anos. Segundo o *PURA*:

O Parque Capibaribe prevê um sistema de parques integrados ao longo das duas margens do rio Capibaribe no Recife, totalizando 30 Km. O projeto busca revolucionar a forma como as pessoas vivem a cidade ao reconectá-las com as águas do rio, resgatando a bacia hidrográfica como espinha dorsal da cidade através de áreas de lazer, descanso e bem-estar. [...] O Parque Capibaribe irá favorecer 42 bairros da cidade, beneficiando diretamente 455 mil pessoas. A iniciativa influenciará no modo como as pessoas se deslocam na cidade, proporcionando novas conexões entre os bairros. O projeto também irá viabilizar outras formas de circular no Recife, por meio de ciclovias, píeres para pequenas embarcações e infiltrações – vias que conectam áreas de maior vitalidade urbana às margens do rio. O Parque prevê a implantação de 12 passarelas, 45 Km de ciclovias e 51 Km de ruas-parque, ruas de acesso ao Capibaribe que serão otimizadas, recebendo o mesmo tratamento aplicado nas margens do rio. (PURA, Tomo 1, p. 2, 2020, p. 2).

O Projeto Parque Capibaribe, com o potencial de transformação do território, demonstra ser o ponto de partida para a reinvenção do Recife. Ao expandi-lo integrando ao processo as bacias dos rios Beberibe e Tejipió, e a frente marinha da cidade – com tratamento urbanístico aplicado às margens e bairros adjacentes às suas diferentes frentes d’água –, a cidade do Recife ganha uma nova territorialidade e se transforma numa cidade integrada através de um sistema de parques – uma Cidade-Parque.

Recife sofre ameaça de sucumbir com o aumento do nível do mar, e o sistema de parques, que se revela como síntese dos componentes físicos-territoriais, motor da reinvenção, tem o parque marinho como ponto nevrálgico no enfrentamento de um dos maiores desafios que a cidade enfrenta neste início de milênio frente às mudanças climáticas do Antropoceno. O sistema de parques (Figura 210), que já se iniciou com o Projeto Parque Capibaribe, será reestruturador na dinâmica da cidade em reinvenção. Recife, cidade costeira, nasceu no estuário, encontro das suas três bacias com o mar – berço de seu nascimento. Cidade que nasceu nas águas e pode nelas sucumbir. O que surge como ameaça pode ser oportunidade de transformação. E sua reinvenção, através dos parques fluviais e marinho exigirá esforços para um projeto de cidade com planejamento de longo prazo. Ao mesmo tempo que enfrenta os desafios do presente preserva a cidade para as gerações futuras.

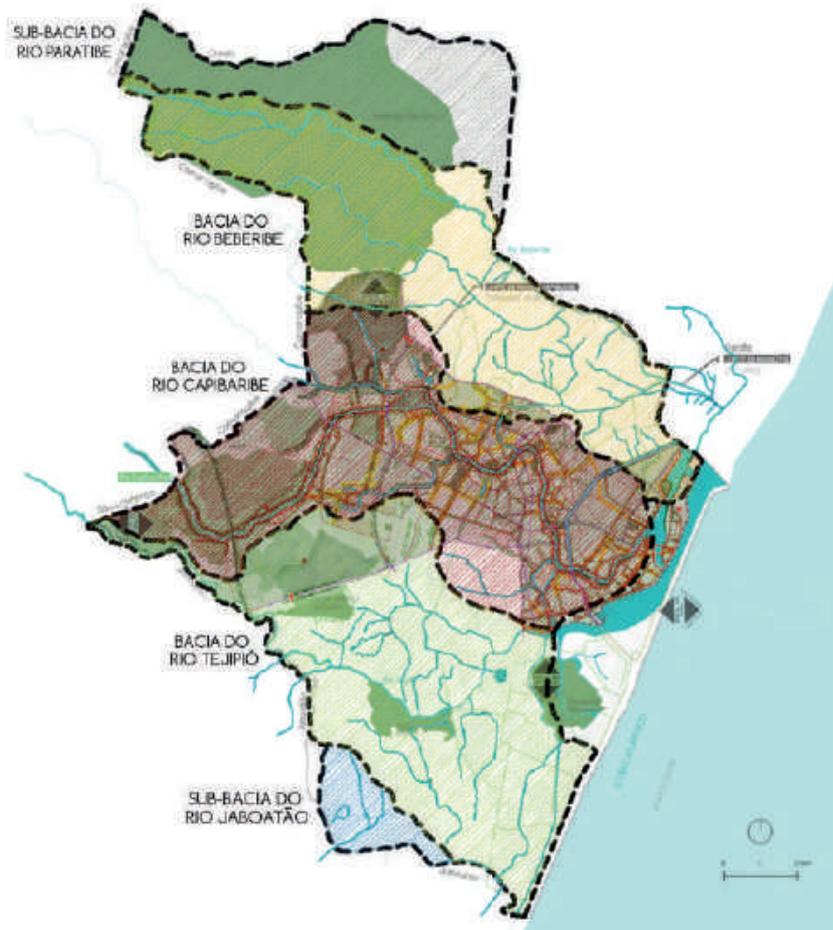


Figura 210

Sistema de parques:
 1) Parque Capibaribe;
 2) Parque Beberibe;
 3) Parque Tejipió e 4)
 Parque Marinho.

O sistema de parques parece criar condições para atender às demandas impostas pelas *Almas do Recife* – uma Cidade Parque que tem como eixo estrutural sua malha hídrica; se volta para o meio ambiente com visão regenerativa e sustentável; devolve às pessoas e demais seres vivos sua relação com os rios; tem como marco zero o sítio histórico revitalizado; está conectada e aberta às diversas possibilidades inerentes às conexões em rede; cria espaços públicos de encontros e inclusão ao conectar periferia e centro e fazendo surgir novas centralidades; e devolve aos pedestres a mobilidade a pé e cicloviária. Uma cidade onde o ambiente construído se integra com o ambiente natural para se transformar na “cidade que precisamos” (*The city we need*).

Imprescindível afirmar que a **Alma Política** tem papel fundamental na consolidação da transformação em curso. Vale lembrar que o Projeto Parque Capibaribe é resultado de convênio da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com a Prefeitura, que, juntos, compreenderam a necessidade de transformação do Recife. O convênio permitiu que a **Alma Ecológica** revelasse um caminho para o planejamento da cidade, com o propósito de estagnar o processo de colapso e dar início a um processo efetivo de reinvenção, tendo como visão a meta de transformar o Recife numa cidade mais “inclusiva, saudável, próspera e pacífica” ao atingir os seus 500 Anos, em 2037.

Para que isso se torne realidade é necessário que a visão da Cidade Parque seja pactuada entre a sociedade e o poder público e resulte em política pública, integradora das demais políticas necessárias para lhe dar suporte, como planos, códigos e leis que convirjam na realização de uma visão de Cidade Parque coletivamente construída.

Ao responder a segunda questão colocada no início desta Parte III da Tese, Reinvenção, 2) Sob qual sistema o **corpo em reinvenção** está a se estruturar, pode-se afirmar que o sistema de parques se configura como a estrutura que sustenta a reinvenção do Recife, tendo como base *a cidade como projeto* revelada nos movimentos de suas sete *Almas* (Figura 211).

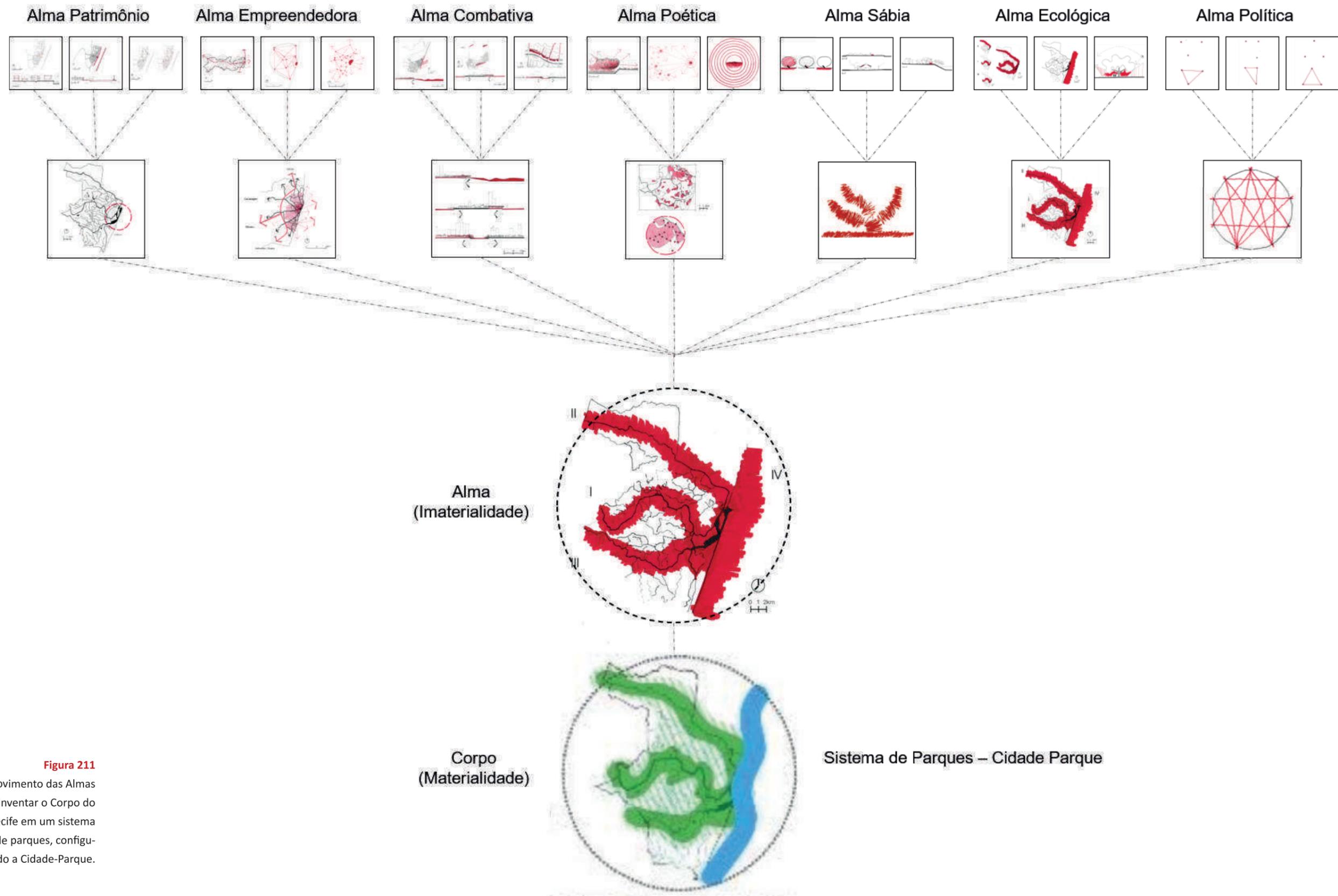


Figura 211
 Movimento das Almas
 a reinventar o Corpo do
 Recife em um sistema
 de parques, configu-
 rando a Cidade-Parque.

Ao se chegar no cenário de desequilíbrio entre os componentes naturais – águas, vegetação, ar, terra, população faunística e população humana – e o ambiente construído, como resultado de uma cidade em palimpsesto, com diversas configurações físico-territoriais que, ao longo do tempo, não levaram devidamente em consideração os componentes naturais do seu corpo, a resultar numa cidade em colapso, o Recife, num esforço de sobrevivência, inicia um processo de reinvenção que tem como aporte fundamental a recuperação dos componentes naturais a partir do incremento das suas áreas verdes, da recuperação gradativa das águas e matas ciliares, do resgate dos ecossistemas faunísticos da cidade, que promoverão a reconexão do ambiente construído com a natureza, na busca do equilíbrio entre ambiente natural e construído (Figura 212).

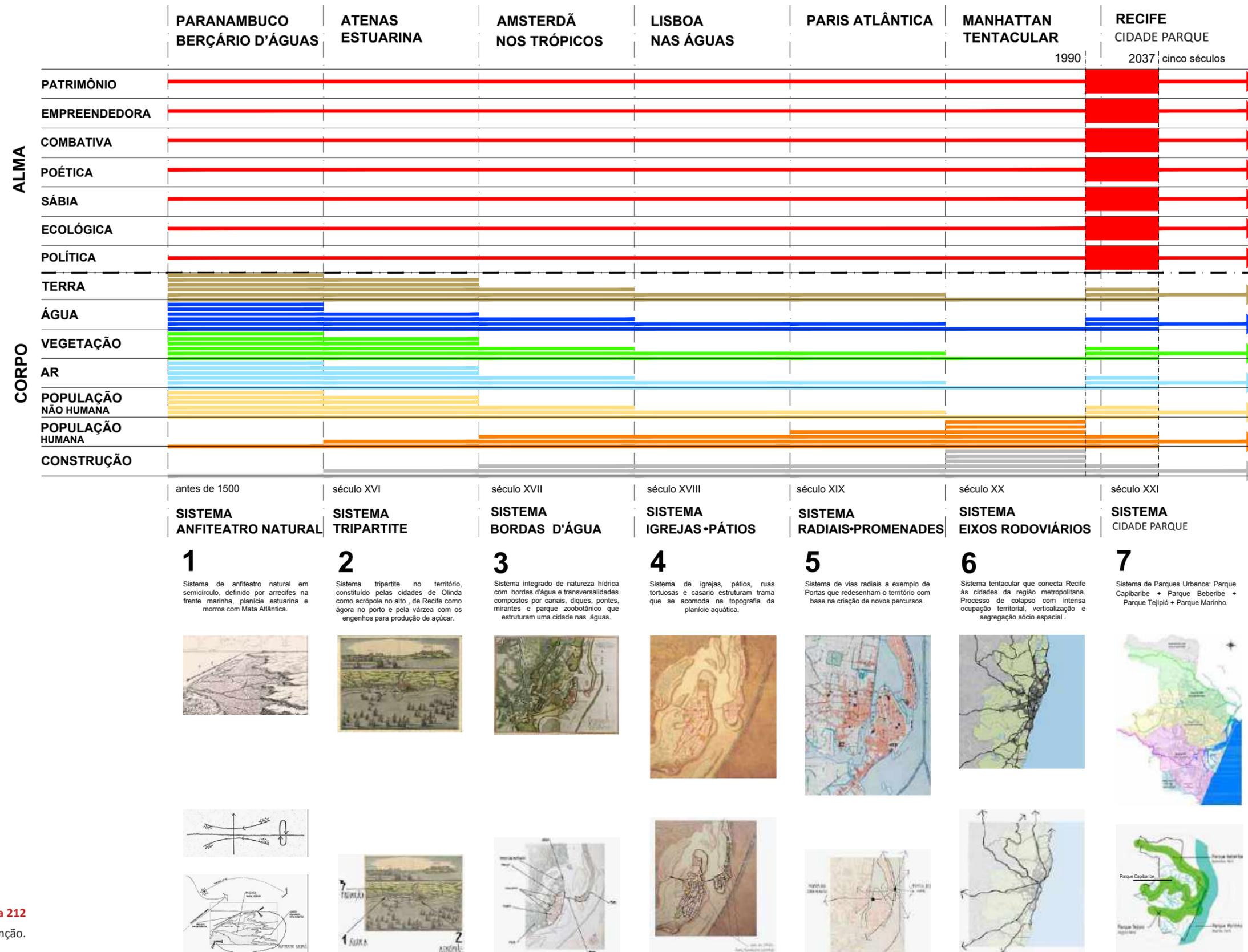


Figura 212
O Recife em reinvenção.

CAPÍTULO 4
RECIFE CIDADE PARQUE + IDEAS:

O Projeto Parque Capibaribe propõe a criação de um sistema de parques em torno do Rio Capibaribe. A extensão do sistema de parques para as demais bacias, Beberibe e Tejipló, e para a frente marinha da cidade, terá a concepção original do Projeto Parque Capibaribe como referência, por ser a bacia central da cidade do Recife, um marco zero. O sistema que se revela na reinvenção da cidade, aplicado nas demais bacias e frente marinha, envolverá o território de praticamente toda extensão da cidade.

Projeto desenvolvido através de extensa pesquisa interdisciplinar por equipe composta de aproximadamente 300 pesquisadores, no período de 2013 a 2020, resultou em diferentes documentos, entre eles o livro Parque Capibaribe (2019) e o Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Parque Capibaribe (PURA), de 2020, que poderão ser utilizados como base para o projeto de ampliação do sistema para os três novos parques propostos que tem o desafio de estruturar o Recife Cidade Parque. Debruçar-se sobre a concepção do Parque Capibaribe, adotando suas práticas de investigação e de desenvolvimento de projeto, contribuirá para que o planejamento da Cidade-Parque avance, tendo como base um projeto em implementação, e tornando possíveis ajustes e inovações nas bases metodológicas adotadas na sua pesquisa original, respeitando as diferenças inerentes a cada bacia e seus territórios, bem como aos novos desafios a serem encontrados na elaboração do projeto do parque marinho.

Uma vez revelado o sistema que está a estruturar a reinvenção do Recife – sistema de parques –, esta Tese se propõe a fazer uma síntese dos pontos norteadores que estruturam o Projeto Parque Capibaribe (PPC), como sistema de parques integrado em torno do Rio Capibaribe. Entende-se importante registrar aqui a concepção do projeto, como um modo de elucidar o sistema de parques que se reconhece aqui como capaz de transformar a cidade do Recife numa Cidade-Parque, um modo de enfatizar que à partir do que já está acontecendo na cidade, ela se encontra em processo de reinvenção.

Segundo o documento de 2019, "o Rio que nos une" é a proposição do Projeto Parque Capibaribe partindo do princípio de que sua presença na cidade é sentida como uma espécie de "alma líquida", que está presente no imaginário da cidade, das pessoas, dos poetas, como João Cabral de Melo Neto, que constrói dele a imagem, de um "cão sem plumas", como os contadores de histórias, os repentistas mais diversos. Capibaribe significa "rio das capivaras", na língua dos primeiros povos que habitaram a região, todavia, como observa Monteiro, Vieira e Montezuma (2019),

Mesmo mergulhados nesse rico imaginário, o Capibaribe e seus afluentes parecem ter sido esquecidos pela cidade. Prédios viraram as costas, as margens foram ocupadas, as águas receberam os restos, resíduos, dejetos, tudo aquilo que a cidade não quer ver. (MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA, 2019, p. 34).

Assim, diante de tantos problemas, potencialidades e desafios, o Projeto Parque Capibaribe concebe o Recife como uma Cidade-Parque e constrói os seguintes propósitos em busca de contribuir para o processo de sua transformação. Recife Cidade Parque precisa ser:

a. INCLUSIVA

A cidade-parque é INCLUSIVA quando estimula o espírito comunitário formado nas identidades e nas diferenças. É uma cidade que ensina e escuta seus habitantes e incentiva o livre pensar.

b. SAUDÁVEL

Uma cidade-parque é SAUDÁVEL quando se reconecta com sua natureza e permite o acesso a potencialidades ambientais e condições de mobilidade ativa e de lazer. Ela garante o acesso de seus habitantes a saneamento, moradia, alimentação de qualidade e prevenção de doenças através de ambientes urbanos restaurativos e resilientes.

c. PRÓSPERA

Uma cidade-parque PRÓSPERA é aberta e com vitalidade, reinventa-se através da cultura e da tecnologia, gerando oportunidades econômicas para moradores, turistas e novos negócios. É uma cidade eficiente e justa, com qualidade de vida que favorece a emergência de uma cidade mais feliz.

d. PACÍFICA

A cidade-parque é PACÍFICA quando oferece lugares públicos de encontro e oportunidades de sociabilidade. Através da interação e fricção social, possibilita condições de criatividade e civilidade. É uma cidade que se reinventa de modo sustentável pensando no futuro de suas gerações.

O Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Parque Capibaribe (PURA) tem como objetivo desenhar um Plano para o sistema de parques em torno do Rio Capibaribe, que tem abrangência de cerca de um terço da cidade. Segundo definição contida em sua introdução:

[...] delimita em seu título o seu objetivo. Trata-se de um Plano, logo deve orientar ações futuras para o (re) ordenamento do território da Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe no Recife. Sendo seu teor Urbanístico, visa a organizar intervenções que alterem a ordem física no espaço da cidade do Recife. Voltado à Recuperação Ambiental deste território, deve definir diretrizes para transformar as interações entre os vários sistemas (naturais, artificiais, econômicos, sociais) que condicionam o equilíbrio necessário ao desenvolvimento sustentável da cidade (PURA, p. 1, 2020).

Essa Tese procura revelar, a seguir, uma base metodológica operativa para o desenvolvimento de um projeto de cidade, partindo da compreensão da cidade como projeto, isto é, da cidade como laboratório vivo – habitat urbano – e tendo o Parque Capibaribe como marco zero na reinvenção do Recife como sistemas de parques.

As bases operativas têm como pilares cinco ações interdependentes que, juntas, articulam as várias ações projetuais – Investigar, Desenvolver, Encantar, Ativar e Sustentar - IDEAS (Figura 213):

I	D	E	A	S
INVESTIGAR	DESENVOLVER	ENCANTAR	ATIVAR	SUSTENTAR
Pesquisa transversal	Plano Urbanístico Orgânico	Área Estratégica de implementação	Processos de cocriação	Etapas, prazos e metas

Figura 213

IDEAS
Bases Metodológicas do Laboratório Vivo do Habitat, Sistema de projeções transversais da cidade como projeto. Fonte: Autor



Como dito anteriormente, em setembro de 2013, um extenso corpo de profissionais de diferentes campos do conhecimento, a exemplo de urbanistas, arquitetos, paisagistas, historiadores, biólogos, sociólogos, geógrafos, designers, psicólogos, economistas, engenheiros e advogados reuniu-se para conceber o projeto de um parque ao longo das margens do Rio Capibaribe.

A partir das informações contidas na publicação Parque Capibaribe (2019) e algumas contribuições retiradas do Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Parque Capibaribe (PURA), de 2020, será demonstrada, a seguir, a aplicação das diretrizes e ações propostas pelas bases operativas do IDEAS.

5.1 Investigar

Ao Investigar, o PPC não se restringiu aos conhecimentos apenas científicos. Reconheceu e respeitou os saberes populares dando-lhes a mesma atenção.

Como demonstrado nos anexos do livro Parque Capibaribe, no trecho intitulado “Desafios do conhecimento transdisciplinar” (MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA, p. 212, 2019), o projeto realizou ainda um conjunto de pesquisas, entre elas: investigações históricas¹; investigações biológicas² (Figuras 214, 215 e 216); investigações psicossociais³; outra investigação construiu um Índice de Felicidade Urbana com o objetivo de vislumbrar o bem-estar dos recifenses na cidade⁴; investigações econômicas⁵; investigações morfológicas⁶; investigações urbanísticas⁷; investigações de infraestrutura⁸; e investigações legislativas⁹.

Figura 214

Distribuição da flora silvestre no Rio Capibaribe - Habitat. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019) pg. 278, 279.

1 Engenhos, trapiches e o caminho das águas (Grupo de pesquisa: Lattice – Laboratório de Tecnologias de Investigação da Cidade).

2 Inventário Biótico do Rio Capibaribe – Flora (Grupo de pesquisa: Biodiversidade da Flora Terrestre e Aquática - UFRPE/UFPE e Inventário Biótico do Rio Capibaribe – Fauna (Grupo de pesquisa: Medicina e Biologia da Conservação - UFRPE).

3 A Paisagem que Habito: a relação dos recifenses com o rio Capibaribe e a natureza (Grupo de pesquisa: Núcleo de Pesquisa em Epistemologia Experimental e Cultural NEC/UFPE); Índice de Felicidade Urbana (Grupo de pesquisa: Grupo Integrado de Estudos e Pesquisa em Economia da Saúde - GIEPES) e Antevistas do Parque Capibaribe: percepções e atitudes dos moradores do bairro das Graças no projeto de espaço público (Grupo de pesquisa: Inciti/UFPE).

4 Índice de Felicidade Urbana (Grupo de pesquisa: Grupo Integrado de Estudos e Pesquisa em Economia da Saúde - GIEPES)

5 Análise da Vulnerabilidade Social micro localizando condições de vulnerabilidade (Grupo de pesquisa: Inciti/UFPE).

6 Estrutura Morfológica do Recife (Grupo de pesquisa: Inciti/UFPE).

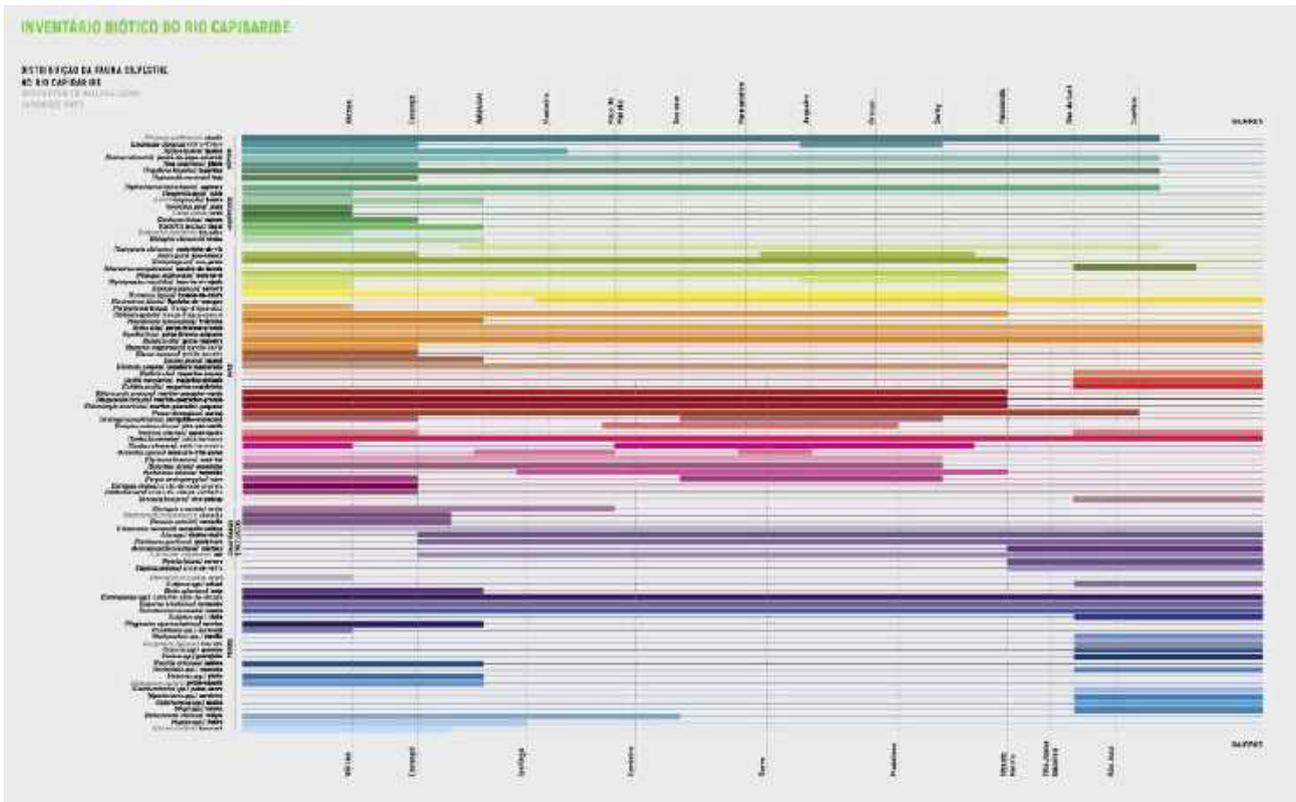
7 Vitalidade Urbana (Grupo de pesquisa: Inciti/UFPE) e Verticalização e Valorização do Solo (Grupo de pesquisa: Grupo Integrado de Estudos e Pesquisa em Economia da Saúde - GIEPES)

8 Parque Capibaribe como Sistema de Drenagem e Tratamento das Águas (Grupo de pesquisa: Gestão De Recursos Hídricos/UFPE).

9 Estudos de Legislação para a Conservação Paisagística do Rio Capibaribe.

Figura 215

Distribuição da fauna silvestre no Rio Capibaribe - Habitat. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 280, 281.



INVENTÁRIO BIÓTICO DO RIO CAPIBARIBE

FAUNA E FLORA: MATA CILIAR, MANGUE E RIO
 FAUNA AND FLORA: RIVERSIDE VEGETATION, MANGROVE AND RIVER



MATA CILIAR								
FAUNA			RIVERSIDE			FLORA		
mamíferos		répteis	aves					
								
raposa	capivara	cobra	anu-branco	aroeira	ingá	páu-pólvora		
								
tatu	preá	lagartixa	anu-preto	cecropia	trapiá	salgueiro-bran		
								
timbu		teju	lim-lim	hibisco do mangue	taúva			
								
			sanhaçu	capim-de-feixe	priaca			

Figura 216

Fauna e flora: mata ciliar, mangue e rio. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 282, 283.



MANGUE			
FAUNA			FLORA
MANGUEVE			
crustáceos	répteis	aves	
			
caranguejo	iguana	andorinha-de-rio	mangue-branco
			
		casaca-de-ouro	mangue-preto
			
		figuinha-do-mangue	mangue-vermelho
			
		garça-azul	
			
		quero-quero	

RIO		
FAUNA		FLORA
RIVER		
répteis	aves	
		
cágado	frango-d'água-azul	aguapé
		
jacaré	frango-d'água-comum	alfaca-d'água
		
	jaçanã	erva-capitão

5.2 Desenvolver

Ao Desenvolver o projeto, especializou-se a visão da Cidade Parque ao longo do território do Rio Capibaribe como sistema de parques integrados desde a chegada do rio na cidade até seu encontro com o mar.

Para desenvolver simultaneamente a ideia da visão projetual do conjunto e os valores da multiculturalidade dos espaços que envolvem o Rio Capibaribe, definiu-se uma área de influência do projeto para além de suas margens em cerca de 500 metros (distância média da mobilidade ativa a pé).

Assim, nas análises realizadas pelo PPC, identificou-se quatro regiões específicas onde o rio se articula a outros sistemas naturais e limites geográficos (MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA, p. 126-131, 2019). Estas regiões, que receberam o nome de “portas”, possibilitaram a abertura e conexão do rio a esses sistemas ambientais e urbanos. A Porta do Rio, a oeste da cidade do Recife, marca a chegada do Rio Capibaribe aos limites internos da cidade, onde encontram-se reservas florestais privadas da Mata Atlântica; a Porta da Mata, ao norte, é a área onde o Rio Capibaribe se conecta a reservas majoritariamente públicas de Mata Atlântica; a Porta do Mangue, na região sul da cidade do Recife, é uma das mais estratégicas para o PPC, onde um afluente do rio encontra a Bacia do Rio Tejiipió e juntos formam parte do estuário que acomoda o manguezal da cidade do Recife. Finalmente, a Porta do Mar, ao leste, é uma região estuarina, onde os rios Capibaribe, Tejiipió e Beberibe se encontram no estuário comum e desaguam no Oceano Atlântico. (Figura 217).



Figura 217

Perspectiva de recorte da cidade do Recife. Em destaque, os territórios das Portas e Águas identificados pelo Projeto Parque Capibaribe. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 126, 127.

Entre as Portas definidas como grandes sistemas ambientais, o Projeto Parque Capibaribe identificou diferentes territórios batizados “Águas” - Águas do Saber, Águas da Natureza, Águas do Meio do Mundo, Águas do Mangue e Águas da Origem, descritas entre as páginas 132 e 145 do livro. Segundo a publicação, o conceito de territórios “Águas” foi utilizado no Projeto por ser a água o elemento ambiental que, simultaneamente, separa e unifica as duas margens opostas e as tratam como uma unidade. Esses territórios possuem diversas características ambientais, sociais e construtivas nos espaços urbanos em sua área de influência.

As Águas do Saber, a oeste da cidade, foram assim denominadas porque seu território abriga instituições privadas, municipais, estaduais e federais de ensino. Desafio: Integrar urbanisticamente as diversas instituições de ensino que estão dispersas no território.

As Águas da Natureza encontram-se no território onde o Rio Capibaribe pode se conectar com as reservas de Mata Atlântica original e remanescentes. Desafio: integrar ambientalmente e socialmente os morros à planície e ao Rio Capibaribe. Transformar as reservas da Mata Atlântica num Complexo Ambiental de Parques.

As Águas do Futuro ocupam o território onde o Recife é mais desigual e segregado pelo Rio Capibaribe, pois enquanto a margem esquerda abriga bairros, predominantemente, habitados pela classe média, dotada de infraestrutura, a margem direita, que por sua vez é habitada, na sua maioria, pela população de baixa renda, sofre com a falta de infraestrutura urbana e se constituem por áreas de vulnerabilidade social e ambiental. Desafio: articular as distintas margens do rio, onde as características do Recife Desigual são mais marcantes.

As Águas do Meio do Mundo, abrigam em seu território parques, praças, jardins, pátios, quintais e equipamentos históricos. Desafio: ampliar o potencial de integração das paisagens verdes com equipamentos consolidados e novos, como o Jardim do Baobá e a Praça Otávio de Freitas, já implantados, e o Parque das Graças, em implantação.

As Águas da Cultura, correspondem ao centro histórico expandido da cidade, onde encontram-se grandes equipamentos públicos e urbanos. Desafio: promover integração e complementaridades urbanísticas entre os vários equipamentos culturais e educacionais para maior vitalidade urbana.

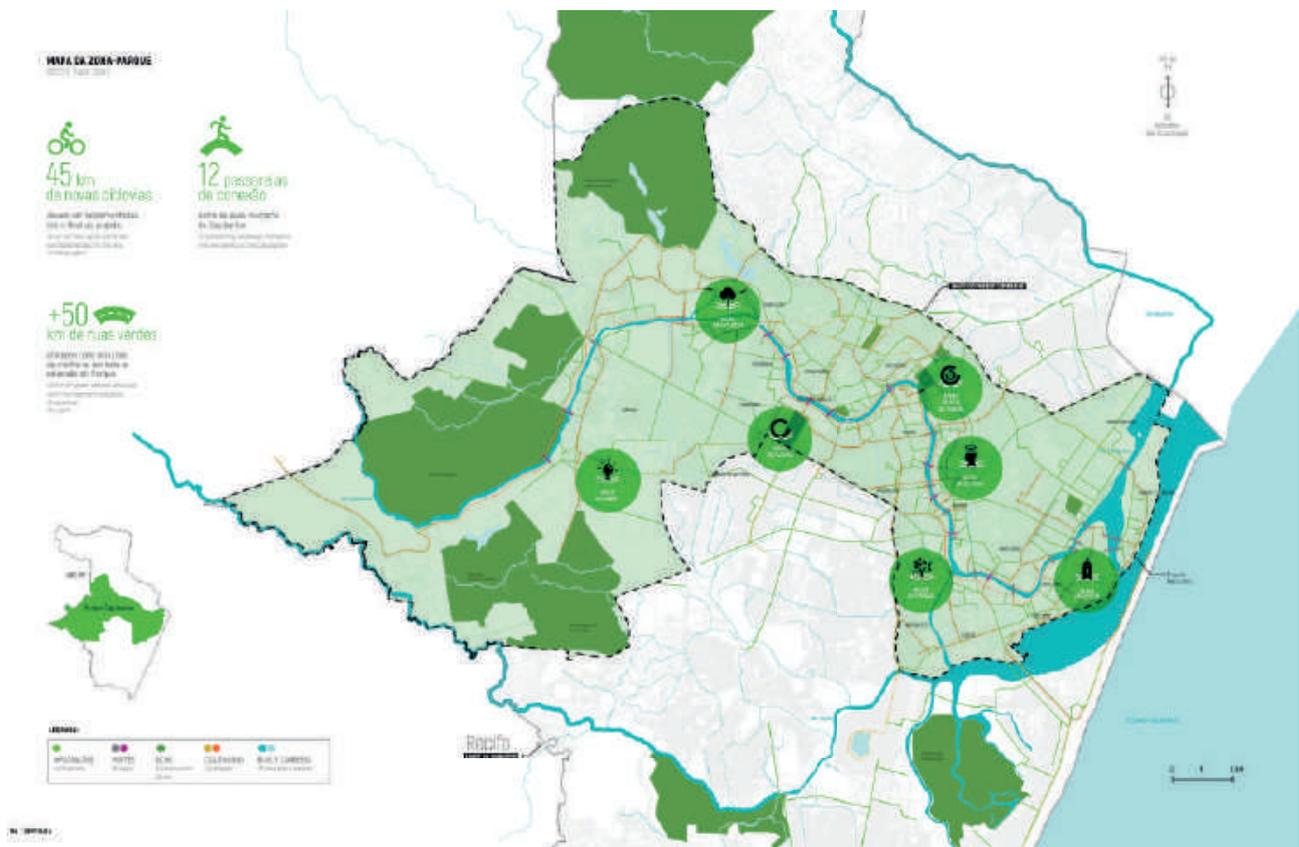
As Águas do Mangue receberam este nome pelo fato do mangue ocupar um extenso território dentro de seus limites, em uma planície aquática responsável por filtrar a poluição e pela manutenção dos sistemas naturais do mangue e do rio. Desafio: construir parques e equipamentos baseados na rica biodiversidade das zonas de mangue e restinga. Engajar as comunidades e buscar interfaces urbanas que favoreçam a sua relação com a cidade formal.

Por último, as Águas da Origem envolvem o estuário comum aos rios Capibaribe, Beberibe e Tejiipió, onde estes encontram os arrecifes e desembocam no Oceano Atlântico. Neste território existe uma forte interação com a paisagem do rio e percebe-se a dinâmica entre o patrimônio natural e o construído, as vitalidades urbana e humana. Desafio: desenvolver requalificações urbanísticas e arquitetônicas cautelosas. Articular bordas d'água com transversalidades e garantir a preservação do patrimônio paisagístico. Consolidar o Bairro do Recife como Bairro Parque Tecnológico, Náutico e Portuário. Planejar, com o PURA Parque Marítimo, a frente oceânica da cidade.

A Zona Parque planeja 7.808 ha de área de influência em torno do seu território, com 140 km de ruas de infiltração, se distribui em cerca de 30 km de extensão de margem, 230 km de rotas cicláveis, 12 passarelas para pedestres e compartilhadas entre pedestres e ciclistas, beneficiam 521.343 mil pessoas e impacta, direta e indiretamente, 44 bairros, o que constitui cerca de 1/3 da área da cidade do Recife (Figuras 218, 219 e 220).

Figura 218

A Zona Parque e as sete diferentes Águas identificadas pela equipe de investigadores no território do Parque Capibaribe. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 154, 155.



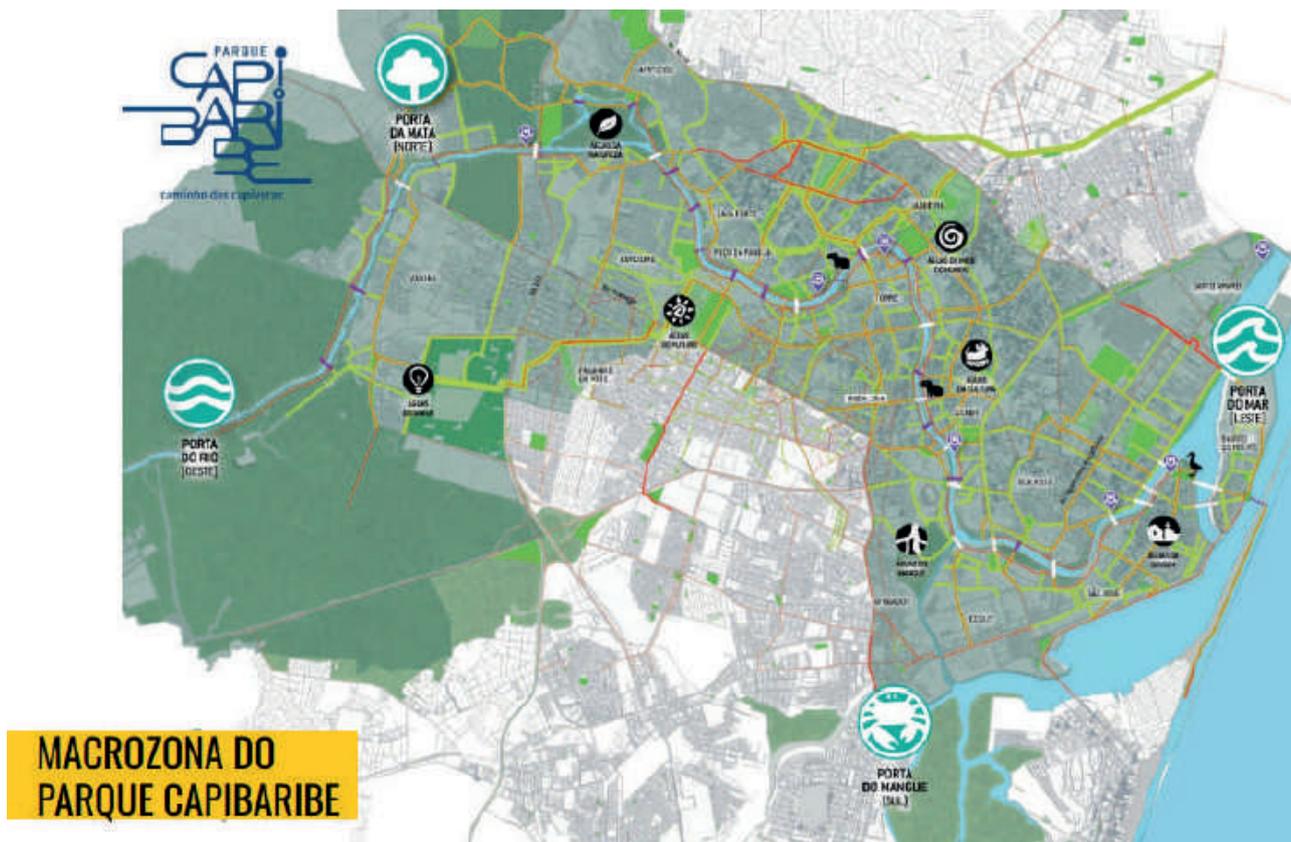


Figura 219
 A Zona Parque, as quatro Portas e as sete diferentes Águas identificadas pela equipe de investigadores no território do Parque Capibaribe. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019).

Nas páginas 162 a 167 do livro Parque Capibaribe, no trecho intitulado “Cinco verbos transformadores” são elencadas ações consideradas, pelos pesquisadores, transformadoras e que podem efetivar e tecer a relação da cidade com suas águas: Chegar, Atravessar, Abraçar, Percorrer e Ativar. *Chegar* é uma ação bidirecional. Para tanto, foram concebidos diferentes modos de chegada às margens do Rio Capibaribe. *Atravessar* significa conectar, diminuir distâncias. Isso será possibilitado através de pontes de pedestres, travessias de barcos ou qualquer outra forma que permita que as pessoas cruzem, em locais estratégicos, as margens direita e esquerda do rio. *Abraçar* remete às ligações afetivas. Essa ação pode ser alcançada fazendo uso de espaços de permanência para atividades de lazer, encontros, convivência e contemplação em todo o território, tanto em escala local quanto metropolitana. *Percorrer* significa se deslocar ao longo do rio permitindo a fruição e conseguinte reconquista das diferentes paisagens do Recife, articulando caminhos tanto para lugares próximos como para longas distâncias e possibilitando escolhas de mobilidade para o cidadão a exemplo de caminhada, bicicleta ou barco. *Ativar* significa criar uma ação imediata que permita vislumbrar a visão de futuro da cidade e de seus espaços, um convite ao engajamento em atividades, eventos culturais e sociais capazes de estimular a reapropriação dos espaços pelas pessoas.

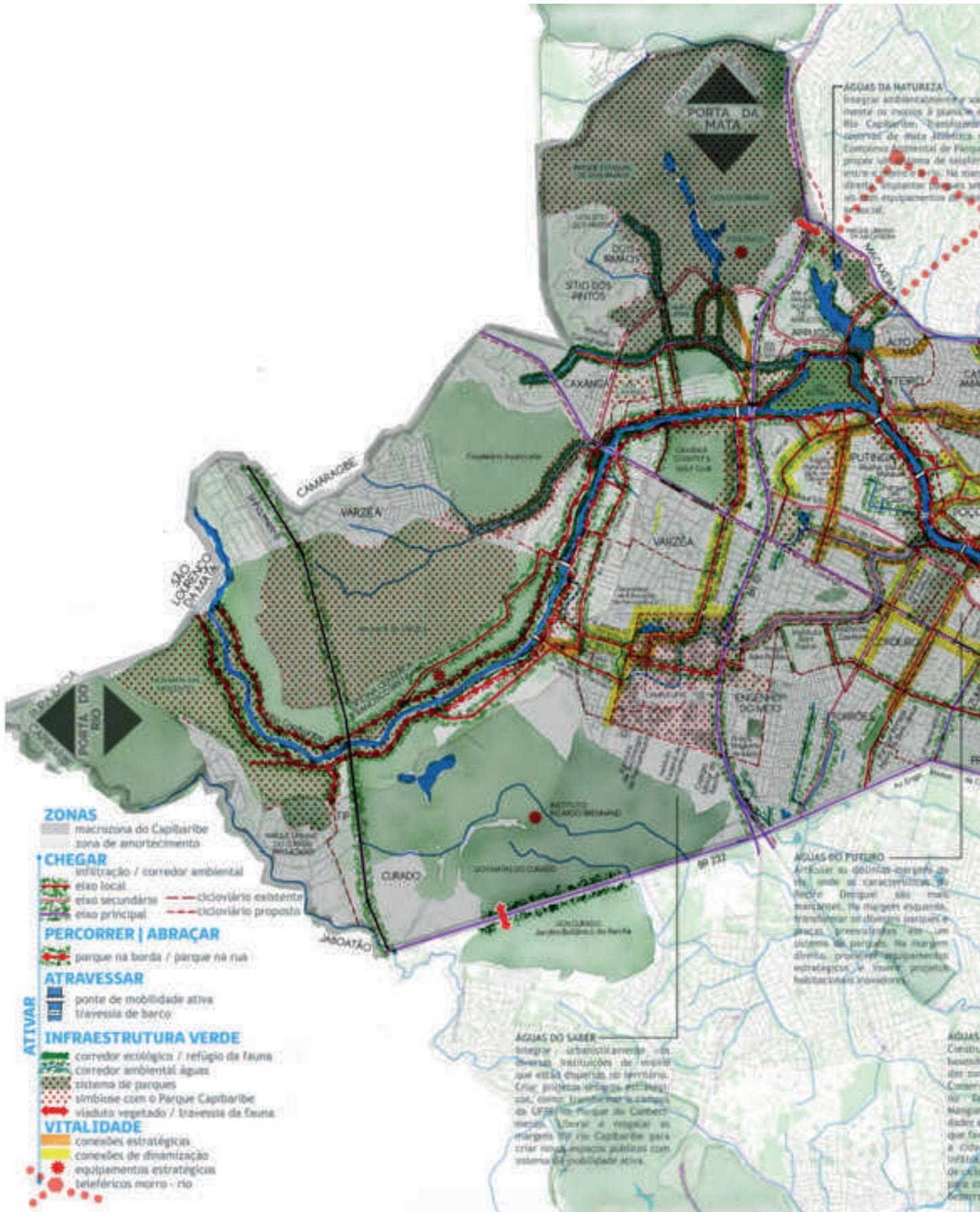




Figura 220
 Planta geral do projeto urbanístico no território da Zona Parque.
 Fonte: PURA (2020).
 pg. 95.

5.3 Encantar

A fim de desenvolver uma consciência ambiental e fortalecer a vontade da população, a força política e a existência de recursos para a concretização do Parque Capibaribe a longo prazo é preciso oferecer a experiência de uma nova visão de cidade e o impacto na sua qualidade de vida. A pô em prática as construções teóricas nas quais o Projeto Parque Capibaribe assenta suas ideias, foi escolhida uma área piloto, estratégica do Parque, para receber projetos básicos desenvolvidos a fim de atrair recursos para sua viabilização.

A área escolhida foi batizada pela equipe de pesquisadores de Encantamento e pretendia articular três grandes espaços públicos da Cidade: Parque de Santana, Parque da Jaqueira e Praça Derby através do percurso promovido por um conjunto de espaços públicos propostos e existentes, iniciando a visão de um sistema de parques integrados em torno do Rio Capibaribe.

De modo a materializar, concretizar e implementar os verbos Chegar, Percorrer, Atravessar, Abraçar e Ativar, foram criadas 15 tipos de equipamentos urbanos adequados às áreas específicas de cada território do Parque Capibaribe (Figura 221 e 222): ponte de mobilidade ativa; mirante; píer; quiosques; parquinho infantil; fonte seca; refúgio da fauna; passarelas sobre o rio; passarelas sob pontes; bulevar; arquibancada para o rio; pergolado; academia de ginástica; praça de gastronomia; espaço de eventos..

Figura 221
 Perspectiva 3D do Projeto Parque Capibaribe. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 156, 157 Com edições do autor.

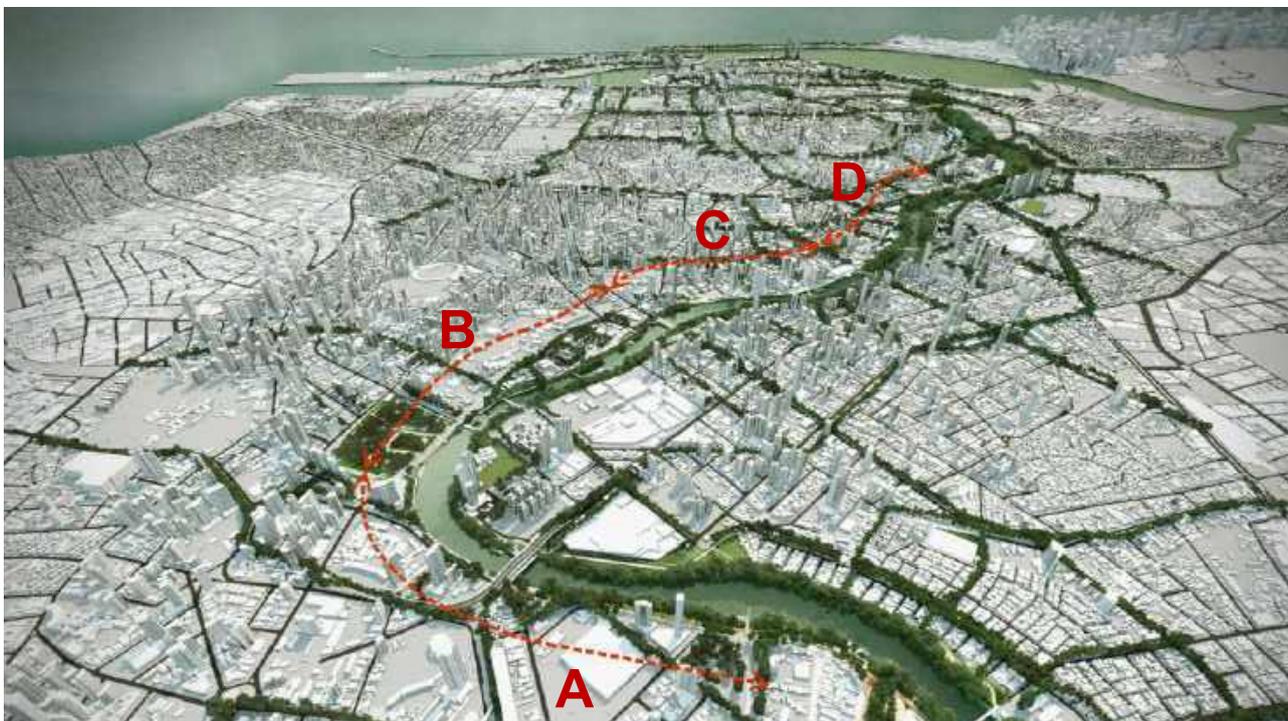




Figura 222

Planta do Encantamento:

- a) do Parque de Santana à Praça Barão de Caiara;
- b) da Praça Barão de Caiara à ponte da Torre;
- c) da ponte da Torre à ponte da Capunga e d)
- da ponte da Capunga à Praça do Derby. Fonte:

MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). p. 178, 179.

O território do Encantamento foi dividido em quatro trechos, descritos abaixo:

5.3.1 Trecho A: do Parque de Santana à Praça Barão de Caiara

No trecho concernente ao Parque Santana até a Praça Barão de Caiara o Parque Capibaribe propõe um passeio arborizado e acessível compartilhado com bicicletas (Figura 223).



Figura 223
Planta baixa do trecho A e seus equipamentos. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 182, 183.

A Praça Antônio Maria será integrada às margens do rio com acesso a shoppings, supermercados e linhas de ônibus. Também adiciona um circuito de brinquedos e uma fonte seca com jatos de água. Iluminada, servirá como palco para encontros de moradores, visitantes e turistas (Figuras 224 e 225).

No canal existente propõe-se um jardim filtrante, exemplo de como despoluir suas águas através do uso da vegetação. Um píer para atracação de pequenos barcos, incentivará a economia informal dos barqueiros no transporte de passageiros. Esta região, com mangue e mata ciliar preservados, será mantida como santuário da fauna.

Em outra praça, a Praça do Vintém, estarão dispostos diversos quiosques de alimentação, incentivando a prosperidade da economia da comuni-

Figuras 225
Perspectiva da Praça do Vintém, com fonte seca, gramados, escadaria e mirante. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 189.

**Figuras 224**

A Praça Antônio Maria se expande até as margens do rio com a retirada da rua que as separa, com o píer flutuante. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 182, 183.

dade do Vintém¹⁰. Propõe-se também a integração da rua com as margens do rio: a margem transforma-se então em um espaço para as pessoas, com um túnel de água, e uma plataforma para contemplação do rio, paisagem convidada à permanência. Ela se integrará ao espaço de lazer da comunidade do Vintém, localizada por baixo do viaduto, onde também haverá um ponto de travessia para ciclistas e pedestres até a outra margem. Existirá, ainda, uma opção de infiltração que seguirá o Canal do Parnamirim.



10 Comunidade localizada no bairro do Parnamirim.

Uma rua compartilhada com lojas e cafés guia os pedestres até o Shopping Plaza e ao novo conjunto habitacional da comunidade Lemos Torres. No trecho concernente à frente do Museu Murillo La Greca, propõe-se uma janela urbana para o rio com uma passarela criando um passeio isolado do trânsito de automóveis.

5.3.2 Trecho B: da Praça Barão de Caiara à Ponte da Torre



Figura 226
 Planta baixa do trecho B e seus equipamentos. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg.190, 191

No decurso em frente ao Parque da Jaqueira, o passeio e a ciclovía deverão ser ampliados com a subtração de uma das faixas da rua que servia como estacionamento. Entre o Parque da Jaqueira e o Rio Capibaribe, o piso receberá tratamento para integração visual entre os dois elementos e para sinalizar a obrigatoriedade da diminuição da velocidade dos automóveis. A entrada do Parque da Jaqueira se confundirá com um bulevar implantado no

percurso do rio de modo que será possível caminhar até uma arquibancada que dá acesso às águas. Existirá neste ponto a opção de atravessar o rio, cujo cais para atracação dos barcos propõe-se revitalizar (Figuras 227 a 229).



Figuras 227, 228 e 229

Parque da Jaqueira à direita; aumento da largura do passeio; e arquibancada para contemplação das águas e do pôr do sol. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pgs. 192 a 195



Ao lado da Praça da Jaqueira, uma plataforma sobre as águas leva ao Jardim do Baobá, marco inicial do Projeto Capibaribe. Aos domingos, diversas atividades como meditação, piqueniques, comemorações ao ar livre, sessões fotográficas e muitas outras estimulam e fortalecem, o encontro e o pertencimento à cidade (Figuras 230).



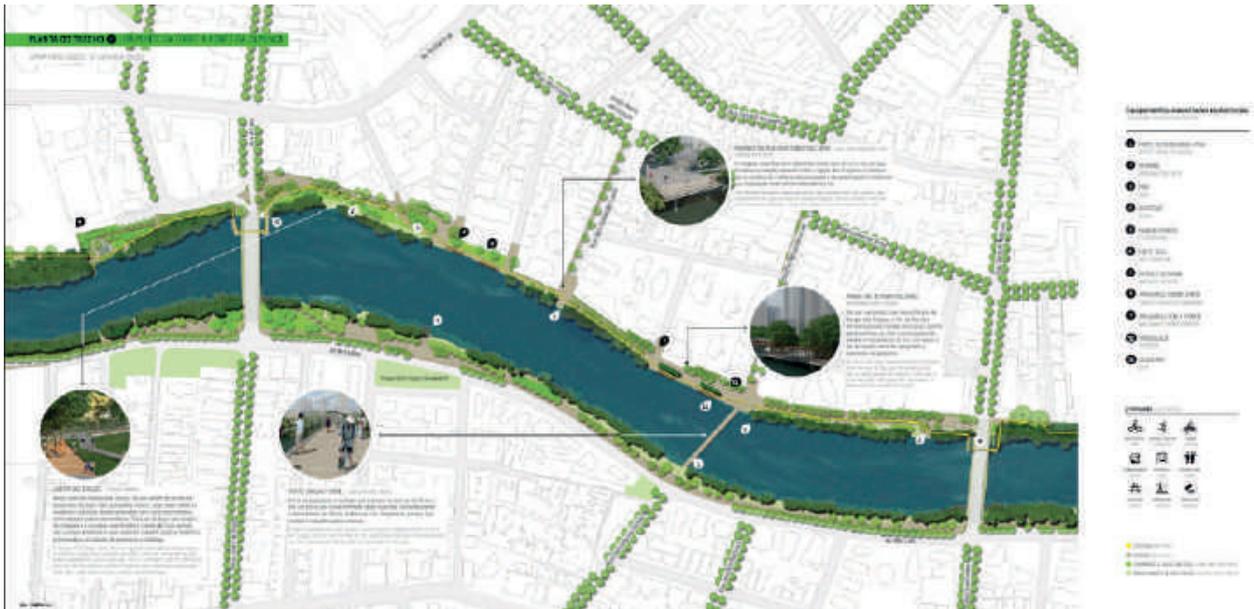
Saindo do Jardim do Baobá em direção à Ponte da Torre, passa-se por uma trilha ecológica no meio do mangue, trecho de forte potencial ambiental e espaço para reunião e convivência, com equipamentos lúdicos de água, quiosques com alimentação e banheiros internos. Neste ponto, o Parque se conectará a mais um passeio cultural, o do Museu do Estado de Pernambuco, ou o pedestre pode seguir caminho até chegar ao Parque das Graças.

5.3.3 Trecho C: da Ponte da Torre à Ponte da Capunga

Este trecho refere-se ao Parque das Graças, que teve sua primeira fase inaugurada em dezembro de 2021, nasce da conquista da Associação Por Amor às Graças¹². O Parque articulará percursos entre escolas, comércio e universidades com espaços de convivência (Figura 231).

Figuras 230

Gramado, equipamentos urbanos e atividades no Jardim do Baobá. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 196, 197



Figuras 231

Planta baixa do trecho C e seus equipamentos. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 204, 205

O fluxo interno do bairro será escoado por ruas e vias locais compartilhadas com automóveis e ciclistas. Um espaçoso largo no início do parque abriga um refúgio para capivaras e outros animais silvestres. No entorno, há presença de mais um espaço para crianças e adolescentes, com equipamentos lúdicos e esportivos (Figuras 232).



Figuras 232

Acesso arborizado ao parque no bairro das Graças. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). p. 206

Há também passarelas sobre o rio que percorrem as margens, barcos atracados em píeres e a possibilidade de travessia por mais uma nova ponte de pedestres e ciclistas ligando o bairro das Graças, na margem esquerda, aos bairros da Torre e da Madalena na margem direita (Figuras 222 e 234).



Figura 233

Ponte para pedestre e bicicleta. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 211



Figura 234

Corte e perspectiva de área de estar, rua compartilhada e passarela sobre as águas. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 212.

5.3.4 Trecho D: da Ponte da Capunga à Praça do Derby



Figura 235

Planta baixa do trecho D e seus equipamentos. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019) pg. 214, 215.

Neste trecho, entre a ponte da Capunga e a Praça do Derby, uma passarela permite o passeio sobre o Rio Capibaribe e através do mangue preservado atravessando as ruínas de um sobrado histórico. Uma praça de alimentação abarca a rede de comerciantes e vendedores informais que já trabalham nas proximidades (Figura 235).

Figura 236

Vista aérea do trecho da Capunga com piso de vegetação, ponte de pedestres e ciclistas. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 216.



Aqui também haverá um píer e um gramado a convidar os estudantes a permanecerem no espaço aberto que também poderá ser utilizado em grandes eventos e comemorações. O passeio continuará através de uma área ambiental de mangue, alternando entre passeio e ciclovia e passarela sobre o rio, margeando o Capibaribe e passando por jardins fronteiros de edificações públicas (Figura 237).



Após a ponte do Derby, chega-se ao último estágio do trecho do Encantamento do Parque Capibaribe, na margem esquerda. O espaço em frente ao Memorial da Medicina, compartilhará a movimentação natural da Praça do Derby, área extremamente movimentada na cidade do Recife, possibilitando conexão com o centro da cidade e outros locais, inclusive a Região Metropolitana do Recife, através do sistema de ônibus (Figuras 238).

Figura 237

Passeio compartilhado com ciclistas define o espaço gramado para usos múltiplos que margeiam o rio com a vegetação ciliar. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). p. 218, 219.



Figura 238

Projeto da Praça Otávio de Freitas já executado.

Fonte: Valença (2020).

pg.

5.4 Ativar

O Projeto Parque Capibaribe define ativação como um processo participativo, colaborativo e contínuo que se inicia antes mesmo da concepção de um projeto urbano (MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA, p. 229, 2019), a fim de promover engajamento das pessoas para apropriar espaços públicos e co-conceber suas transformações, dando aos atores sociais protagonismo no planejamento e gestão urbanos, desde a escolha das soluções a serem adotadas, passando pela experimentação, avaliação de seu funcionamento até ajustes do projeto. Dessa forma, são realizados eventos culturais e sociais e prototipagens urbanas, resultando na reestruturação de espaços públicos em polos de convivência para a sociedade e, simultaneamente, um laboratório de experimentações. O parque elencou e ativou diversas ações, neste trabalho destacam-se três ações especializadas: o Jardim do Baobá, a ativação da Capunga e o Parque das Graças.

5.4.1 Ativação Jardim do Baobá

O Jardim do Baobá surgiu como uma espécie de “oásis urbano”, em uma extensão de terreno na beira rio que havia sido recuperada para uso público após a eliminação de um muro que separava do rio uma área utilizada como estacionamento. O jardim ganhou esse nome devido à existência de um baobá centenário (árvore nativa do continente africano) (Figura 239).



A ativação desse espaço ficou a cargo de dois eventos denominados *Domingo no Baobá*, com rodas de violão, brincadeiras, piqueniques, práticas de pilates, ioga e dança, serenatas, contação de histórias e comércio informal. As obras, iniciadas em 2016 e concluídas em 2017, contam com: mobiliários com desenhos especiais, passeio para pedestres e ciclistas, mesa para piqueniques e confraternizações, gramado para descanso, bancos e um píer-janela para o rio (Figuras 240 e 241).

Figura 239

Baobá que deu origem ao nome do jardim. Fonte: Diário de Pernambuco.



Figura 240

Roda de Meditação.
 Fonte: MONTEIRO,
 VIEIRA, MONTE-
 ZUMA (2019).
 pg. 230.

Figura 241

Bicicleta estacionada
 próxima à mesa de
 uso coletivo no Jar-
 dim do Baobá. Fonte:
 MONTEIRO, VIEIRA,
 MONTEZUMA (2019)
 pg. 235



5.4.2 Ativação Capunga

Na área da Capunga promoveu-se, em 2016, a Residência Capunga. Um evento que propôs diálogo com moradores, ambulantes e estudantes da universidade das redondezas. Em seguida, foram realizadas atividades

de lazer semanais com a realocação de ambulantes para a margem do rio. Nesse sentido realizou-se o Workshop Internacional de Prototipagem Urbana (WIPU), em que foram desenvolvidas propostas para as margens do rio, executado com materiais descartados e reciclados, base para discussão com os atores envolvidos (Figuras 242 e 243).



Figura 242
Montagem de protótipo no Workshop Internacional de Prototipagem Urbana (WIPU). Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 242.



Figura 243
Reunião para avaliação das criações no Workshop Internacional de Prototipagem Urbana - WIPU. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 242.

5.4.3 Ativação Parque das Graças

O Parque das Graças, trecho de cerca de 1 km, nasce de um movimento de contestação urbana da associação dos moradores do bairro das Graças (movimento da Alma Combativa) contra um projeto que estava em vias de iniciar um processo de licitação para construção de uma pista expressa de quatro faixas de rodagem sobre as águas. A associação levou como proposta o cancelamento da construção das faixas e a incorporação da área ao Projeto Parque Capibaribe (Figuras 244 e 245).



Figura 244

Proposta de projeto para as Graças com quatro faixas de rodagem. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife (2020).

Figura 245

Proposta de projeto para as Graças do Parque Capibaribe. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife (2021).

A ativação do pleito para que o Parque Capibaribe se estendesse a essa área envolveu uma série de eventos: protestos com queima virtual de pneus, barqueata, piqueniques, cafés da manhã em calçadas e reuniões com moradores do bairro para sensibilizar o poder público a encontrarem soluções urbanas sustentáveis e integradas ao projeto do Parque, nas suas margens. Após muitos esforços, a associação saiu vitoriosa, conseguindo que a área fosse incorporada ao Projeto do Parque Capibaribe. As obras foram iniciadas em 2019 e sua primeira parte concluída em 2021 (Figuras 246 e 247).



Figura 246
Evento de comemoração do Dia das Crianças no Jardim do Baobá. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 246.



Figura 247
Bandeira do Parque Capibaribe em barqueata organizada pela Associação por Amor às Graças. Fonte: MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA (2019). pg. 246.

5.5 Sustentar

Sustentar é pensar o futuro com planos, projetos, prazos e metas concatenados em ações de curto, médio e longo prazos. O PURA, no Tomo 5, página 92, procura responder esta demanda. Como exposto na Alma Política, é base para a criação de uma política pública urbana e ambiental que sustentará a realização da Cidade-Parque para além de uma gestão municipal.

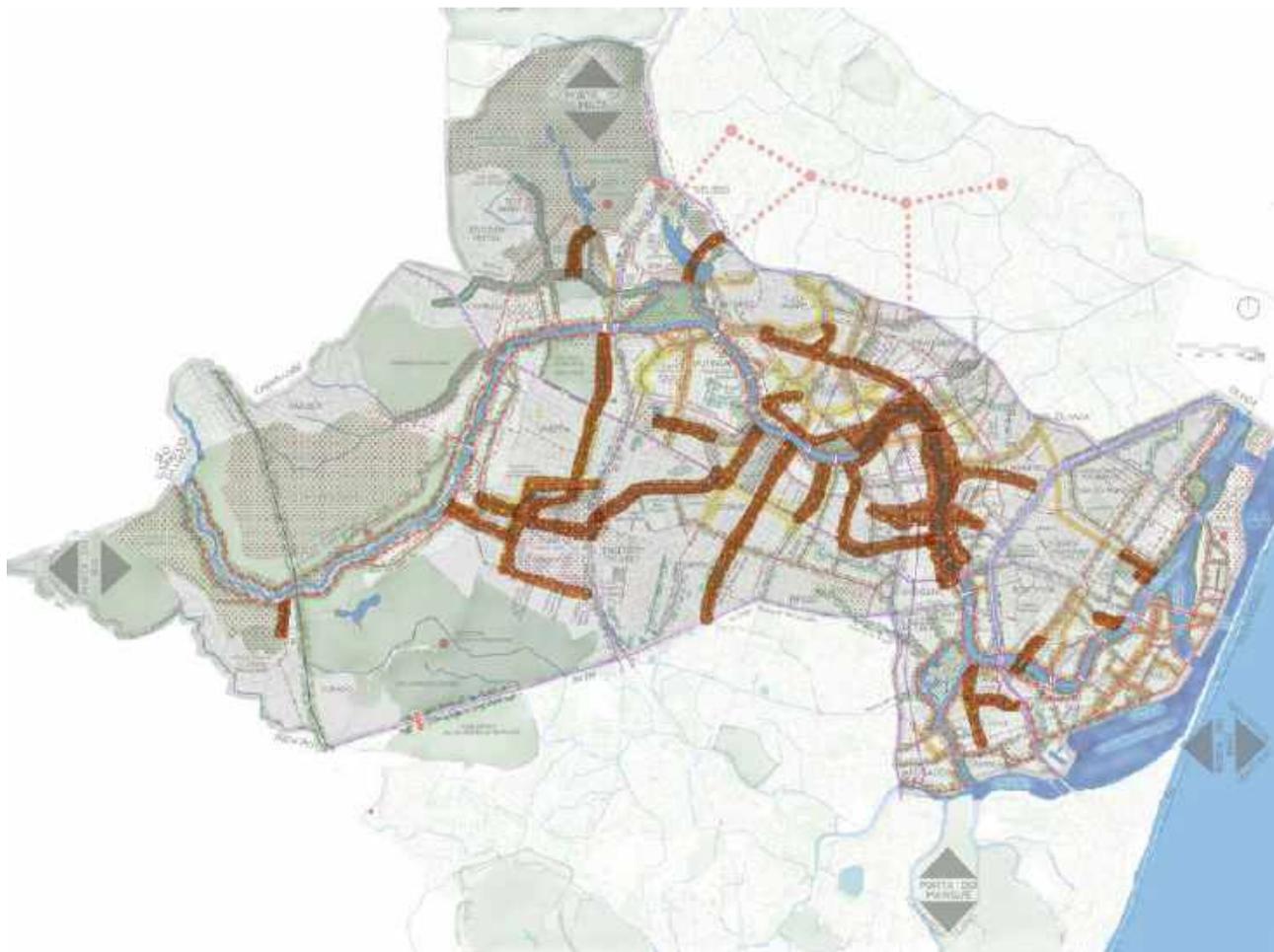
Para sustentar a implementação de um Projeto da dimensão do Parque Capibaribe – de 2016 a 2037, quando Recife completará 500 anos – é fundamental retomar a cultura do planejamento de longo prazo com suas ações concatenadas. Para isso, definiu-se distintas fases de implantação de estratégias com prazos e metas que sustentam a viabilização do Projeto: Fase 1, Encantamento; Fase 2, Expansão; e Fase 3, Consolidação.

Importante destacar que o PPC executa uma nova hierarquia do território entre áreas públicas e privadas, em que os espaços públicos são protagonistas do espaço urbano, através da promoção de espaços de convivência coletiva que despertem no cidadão o pertencimento ao território.

5.5.1 Fase 1 - Encantamento

Recuperação urbanística e ambiental do Rio Capibaribe e de sua área de influência imediata. Prevista para acontecer entre os anos de 2016 a 2028. Teve início com o Jardim do Baobá, inaugurado em 2017, a Praça Otávio de Freitas, inaugurada em 2019 e o Parque das Graças, inaugurado em 2021. A previsão de implantação de vias requalificadas articuladoras do rio com o território, na Zona Parque do Rio Capibaribe, nesta fase, é de 52 km (Figura 248).

Ao tomar conhecimento da ideia de um Parque Marinho, em resposta à ameaça de aumento do nível do mar no Recife, 16º *hotspot* internacional, o PURA resolveu incorporá-lo ao sistema de parques para fortalecer uma política ambiental em direção à Cidade Parque. Os estudos das bacias dos Rios Bebe-ribe, Tejipló e frente marinha estão previstos para iniciarem em 2023.



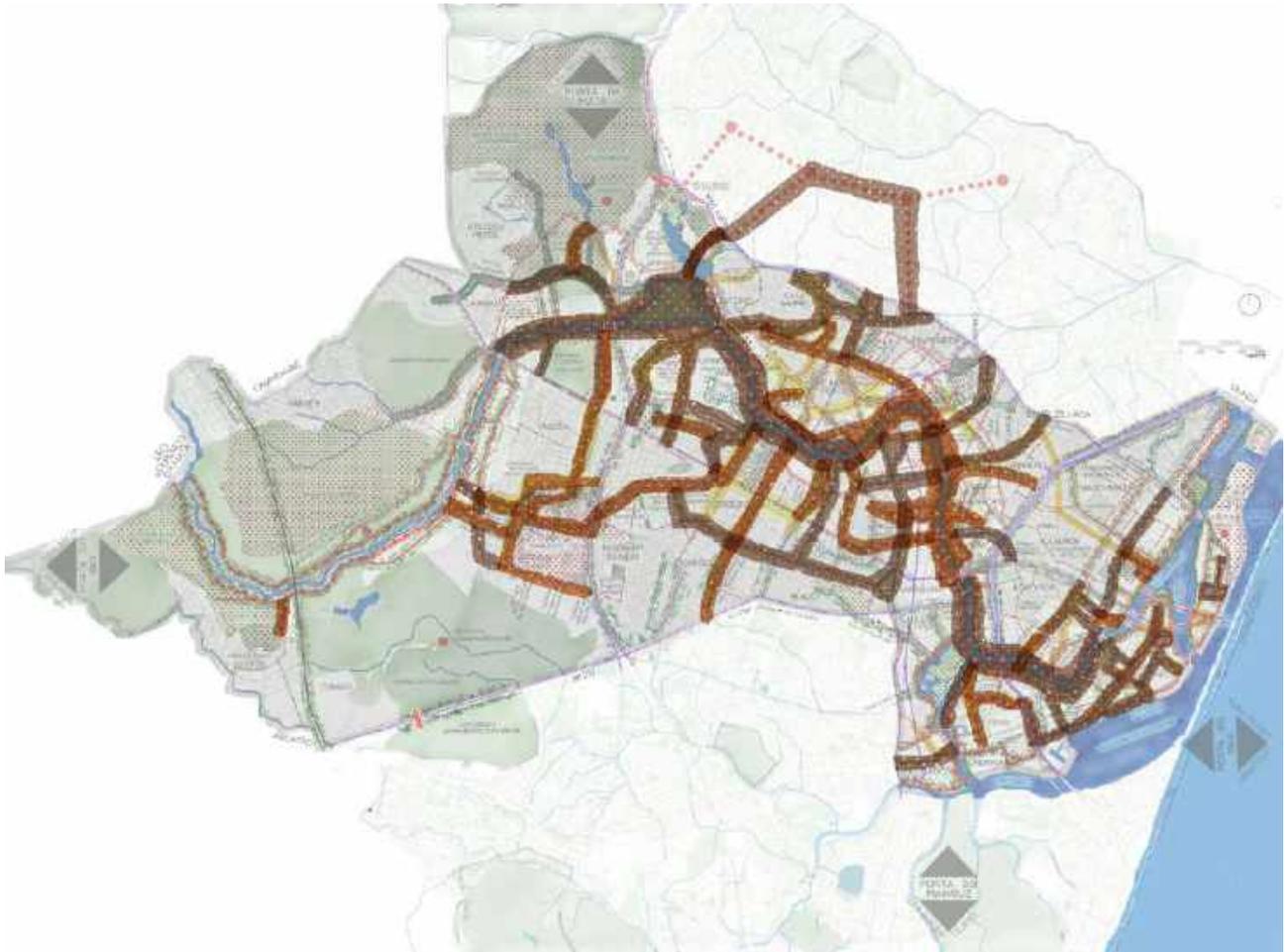
5.5.2 Fase 2 - Expansão

Expansão das soluções de recuperação urbanística e ambiental para outras áreas do Rio Capibaribe e disseminação dos princípios da Cidade-Parque para outras bacias (Beberibe, Tejipió e a frente marinha), articulando territórios e suas bacias pelo sistema de parques. Expansão, estabelecida entre os anos de 2029 a 2034. A previsão de implantação de vias requalificadas articuladoras do rio com o território, na Zona Parque do Rio Capibaribe, nesta etapa, é de 58 km (Figura 249).

Foi previsto nesta fase de expansão o desenvolvimento dos PURAs Parque Bebebeibe, Parque Tejipió e Parque Marinho.

Figura 248

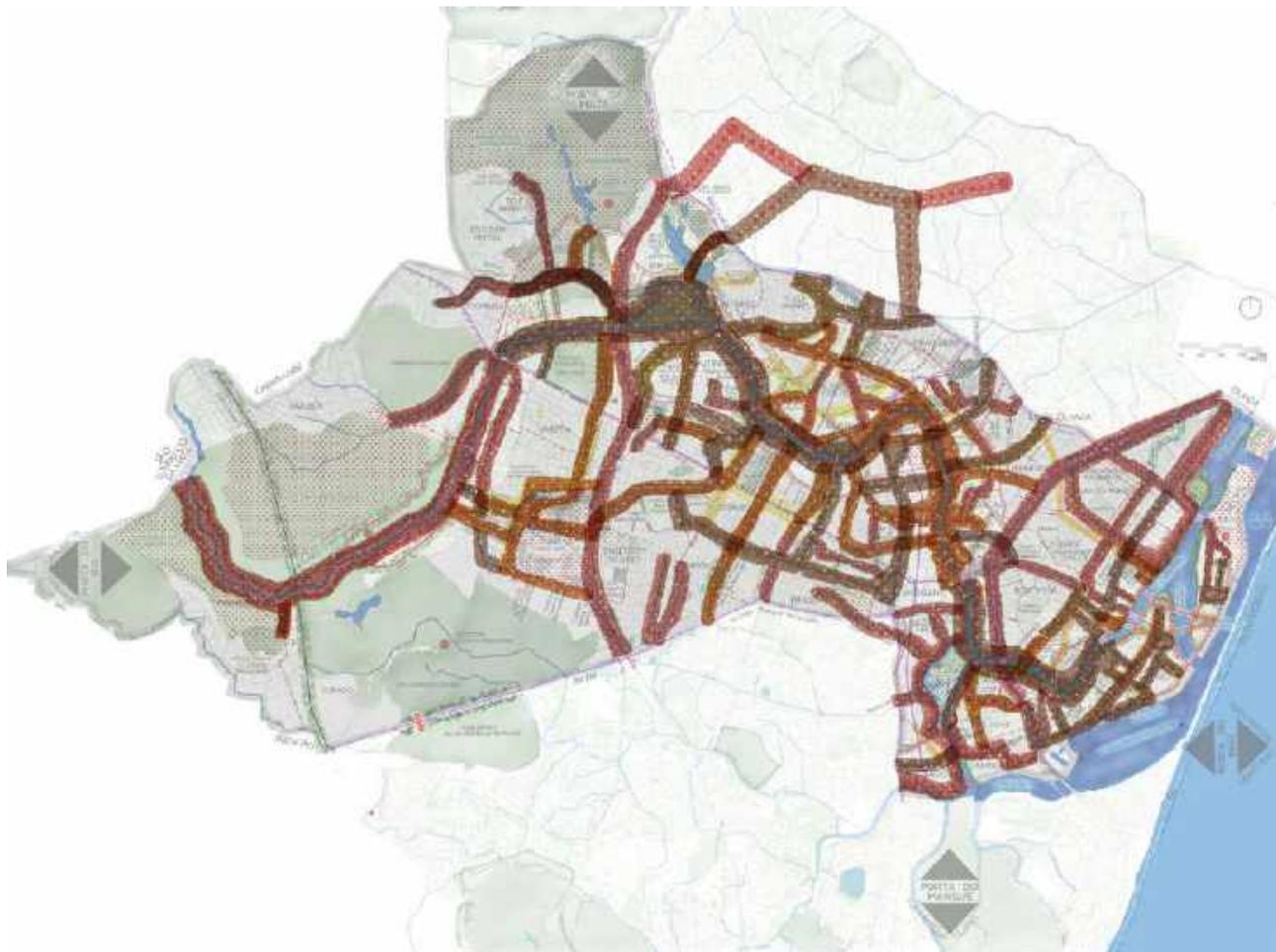
Fase 1 - PURA - Parque Capibaribe Encantamento. Fonte: PURA (2020). pg. 100



5.5.3 Fase 3 – Consolidação

Figura 249
Fase 2 - PURA - Parque
Capibaribe Expansão.
Fonte: PURA (2020).
pg. 101.

Consolidação de uma Cidade Parque, como coluna central do desenvolvimento sustentável do Recife. Modelo de recuperação urbanístico e ambiental adaptado e replicado nos municípios da Região Metropolitana do Recife e nos municípios banhados pela bacia do Rio Capibaribe. No final da fase 3 – de 2035 a 2037 – o Recife completará 500 anos. A previsão de implantação de vias requalificadas articuladoras do rio com o território na Zona Parque do Rio Capibaribe, nesta fase, é de 40km, somando ao todo 150 km de Zona Parque com as três fases (Figura 250).



Demonstra-se no infográfico abaixo, a implantação do PURA a partir de uma linha do tempo com previsões de datas de início e fim de sua implementação. O Plano foi entregue à Prefeitura em 2020, com a expectativa de tornar-se uma política pública. Sua leitura deve considerar o método aberto de planejamento adotado, que possibilita a flexibilidade dos marcos temporais no alcance dos resultados do processo de Recuperação Ambiental do Parque Capibaribe.

O conceito de recuperação urbanística e ambiental adaptado e replicado fora do município do Recife, através do percurso do Rio Capibaribe, até sua nascente, permite criar uma rede de cidades parque em torno de sua bacia, como demonstra o esquema (Figura 251).

Figura 250

Fase 3 - PURA - Parque Capibaribe Consolidação.
Fonte: PURA (2020).
pg.102

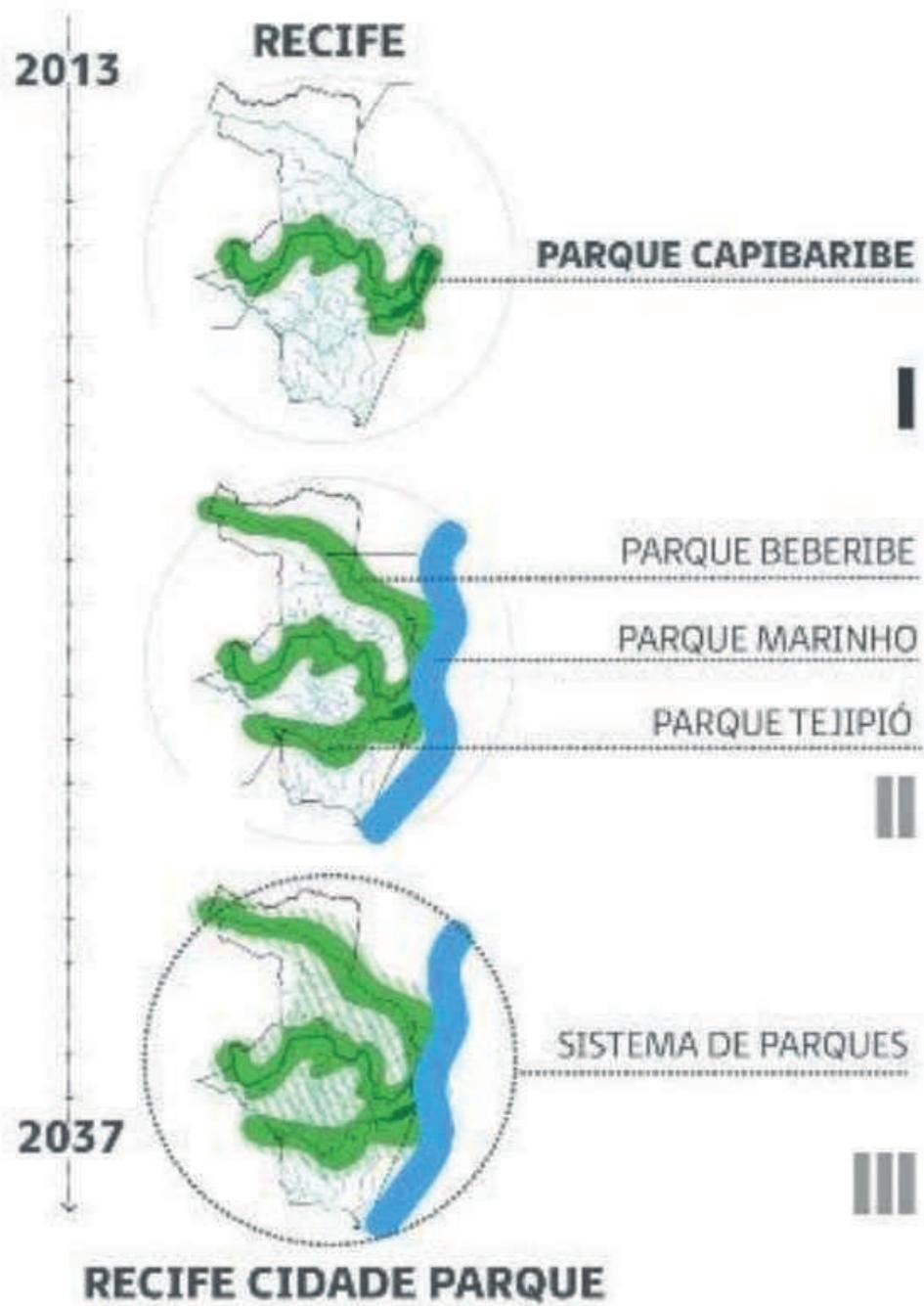


Figura 251
Linha do tempo para
implantação do PURA.
Fonte: PURA (2020).
pg. 94

CONTRIBUTO

Esta Parte III da investigação demonstra que a cidade do Recife está a se reinventar. Suas 7 *almas*, conceito definido por esta tese para agrupar as diferentes categorias de *movimentos da sociedade* nos últimos 30 anos do Recife, são exemplares da dimensão imaterial da cidade. A maneira, aqui proposta, de apreender como se comporta a cidade do Recife através da sua dimensão imaterial encontra reflexo nas teorias expostas pelos teóricos selecionados por esta investigação. A chave das questões propostas por esta investigação está na visão da ***cidade como organismo vivo de alma-e-corpo*** - conceito estrutural para determinar o formato de investigação proposto. Como organismo vivo composto de *alma* e *corpo*, a cidade é um sistema onde estes dois elementos se afetam transformando de maneira “orgânica” suas dimensões materiais e imateriais. Estas transformações permitem dizer que o organismo cidade tem uma dinâmica interna que a transforma ao longo de sua existência.

Um Recife que se reinventa confirma a ideia de que uma cidade é capaz de elaborar o projeto dela mesma - a cidade como projeto. As ***Almas do Recife***, portanto, ao longo dos últimos 30 anos anteciparam um projeto de cidade, em que ***Alma Patrimônio, Alma Empreendedora, Alma Combativa, Alma Poética, Alma Sábia, Alma Ecológica*** e ***Alma Política*** apontam para um *destino - visão*.

Um organismo não está fechado em si mesmo, muito pelo contrário, exposto também ao mundo externo, sofre seus impactos, se afeta e se transforma ao longo de sua existência. Os conceitos filosóficos trazidos nesta investigação, a exemplo de *conatus*, contribuem na compreensão do mecanismo de autodefesa a que a cidade está sujeita. A ***Alma Patrimônio*** da cidade do Recife, em permanente esforço para reconectar sua existência à essência que lhe constitui, demonstra movimento de se afirmar, de preservar suas raízes e sua identidade.

Seria difícil compreender os movimentos da ***Alma do Recife*** ignorando as marcas deixadas no seu corpo ao longo de quase 500 anos. Para apreender a cidade do Recife hoje, se fez necessário voltar ao passado, compreender de que maneira suas mudanças se sucederam e como elas se refletiram na materialidade da sua existência. Os corpos ***Paranambuco Berçário d'Águas, Atenas Estuarina, Amsterdam nos Trópicos, Lisboa nas Águas, Paris Atlântica*** e ***Manhattan Tentacular*** estão entranhados nessa cidade palimpsesta.

O Recife que reinventa seu sétimo *Corpo* traz consigo a *cidade como projeto* para fazer frente ao processo de colapso que vem se desenrolando há muitas décadas. Seu efeito atinge a todos, amedronta e ameaça a existência da cidade. A posição de 16ª hotspot mundial (IPCC, 2014) no ranking das cidades mais ameaçadas do planeta em relação ao aumento do nível do mar, se soma aos diversos fatores que fazem com que Recife clame por socorro, como no grito que dá início ao manifesto *Manguebeat*, movimento da ***Alma Poética***: “Emergência! Um choque rápido ou o Recife morre de infarto!”.

Não sem esforço, diversos movimentos entram em ação nos últimos trinta anos impulsionando a cidade a reagir ao seu colapso e disparar ações que permitam reverter os desafios e ameaças. As transformações em curso se comprovam na requalificação do centro histórico da cidade; nos planos de infraestruturas de integração; na reestruturação das diferentes frentes d'água articulando com os seus diferentes territórios; na criação de policentralidades artístico-culturais, no Carnaval, com a implementação de espaços públicos descentralizados; no sistema hídrico como base estruturante; na criação de um sistema de parques e na implantação de políticas públicas para viabilizar infraestrutura e equipamentos públicos integrados ao meio ambiente e inclusivos. A reconexão da cidade com sua natureza é a ideia central que está na base do sistema de parques revelado no *corpo da cidade em reinvenção*.

Movimento em processo que se concretiza no *Corpo* da cidade desde 2017, com a inauguração do Jardim do Baobá, o Projeto Parque Capibaribe (PPC) estrutura a transformação do Recife em um sistema de parques. Como contribuição para a realização desta visão de cidade, esta investigação revelou bases operativas estruturantes no PPC que têm como pilares cinco ações interdependentes: Investigar, Desenvolver, Encantar, Ativar e Sustentar (IDEAS), que tem como desafios, respectivamente os produtos:

- Investigar: o conjunto das pesquisas realizadas;
- Desenvolver: o plano urbanístico;
- Encantar: a definição do território estratégico como piloto para as ações projetuais;
- Ativar: o engajamento da sociedade no processo de co-criação;
- Sustentar: articulação e implementação de planos e projetos com prazos e metas.

IDEAS, portanto, são as bases metodológicas da *cidade como projeto*, laboratório vivo do habitat. Onde processo, produto e projeto permitem articular ideias convergindo numa visão de cidade, que é uma ideia. Uma ***cidade como organismo de alma-e-corpo*** carrega em si própria uma ideia de cidade com potencial de se reinventar.

PROJEÇÕES ABERTAS

IDEAS, sigla atribuída às ações Investigar, Desenvolver, Encantar, Ativar e Sustentar, sugerida para traduzir as bases operativas para o desenvolvimento da cidade como projeto, apresentada na Parte III desta investigação – Reinvenção – traz em sua grafia em inglês, o significado da palavra “ideias”, em português. E para introduzir uma reflexão no campo das ideias, apresenta-se aqui a discussão que gira em torno de um célebre ensaio do pensador da história das ideias russo/britânico, Isaiah Berlin, *O porco-espinho e a raposa*. Em sua introdução, o autor cita um verso do poeta grego Arquíloco, que diz: “a raposa sabe muitas coisas, mas o porco-espinho sabe uma grande coisa” (BERLIN, 1988, p.43). À primeira vista, o teor do verso parece não dialogar com o que esta investigação se propõe discutir mas, é no campo das ideias e, em particular, das cidades, que parece estar a chave das grandes questões que se apresentam como desafio neste momento para os seres humanos, não humanos e os demais componentes dos sistemas biológicos presentes neste planeta.

Nestas considerações finais, mais do que conclusões, revisitam-se os caminhos desta investigação, procurando respostas, sempre provisórias e assumidamente abertas – em projeção –, às questões inicialmente traçadas.

Cidades na urgência de se reinventar

Os grandes desafios que o mundo enfrenta hoje são resultado de relações assimétricas de exploração dos recursos e dos sistemas naturais, em que a produção social e econômica do urbano decorre de lógicas estruturalmente desiguais, concentrando a apropriação do valor e gerando movimentos de exclusão, fragmentação, desintegração e colapso, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista ecossistêmico.

A atividade humana é um processo que afeta a Terra, como sistema, capaz de mover, transformar, desagregar e dissipar matéria e energia. Segundo a matemática e filósofa Tatiana Roque, as mudanças que estão ocorrendo no planeta, bem como sua magnitude e sua velocidade, são inéditas. Em suas palavras: “O ser humano se tornou uma força planetária macrofísica.” E continua: “Para resumir, o sistema Terra está operando em um estado sem precedentes” (ROQUE, 2021, p. 230).

Segundo o documento das Nações Unidas, AR6 do IPCC, o Antropoceno é assumido como uma realidade estabelecida. Sua concepção envolve diferentes campos da ciência:

A ideia de Antropoceno se difunde tanto em comunidades de ciências naturais como sociais, fazendo com que dois tipos de problemas convivam: por um lado, as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, a poluição e demais questões ambientais; por outro, fatores sociais, como níveis de consumo, aumento das desigualdades e urbanização. O poder explicativo dessa noção está justamente em sua capacidade de unificar conceitos de áreas distintas a fim de mostrar que as condições

excepcionais do Holoceno – que favoreceram uma grande biodiversidade e o florescimento da civilização – estão se esgotando. (ROQUE, 2021, p. 232)

A relação estrutural do Antropoceno com as cidades coloca o foco nas interações entre sistemas sociais e biofísicos, entre humanos e não humanos. Além das importantes alterações climáticas, a extinção das espécies naturais e a modificação do uso do solo estão no foco da questão. “As cidades constituem os grandes palcos da transformação alargada das relações entre os sistemas humanos/sociotécnicos e os sistemas biofísicos” (FERRÃO, 2017, p. 293).

Algumas questões são colocadas perante a magnitude histórica dos fatos e de sua capacidade de mudar as ideias que ordenam o processo civilizatório atual. Há os que compreendem que estas mudanças são um caminho sem volta, que os seres humanos terão a capacidade de se adaptar às transformações, por mais desafiadoras que possam ser. Outros discordam e afirmam que é necessário imprimir, com urgência, mudança nos paradigmas que regem a relação dos seres humanos com o planeta. “Mas será que o conceito de Antropoceno tem a força política necessária para gerar engajamento, mobilizando as pessoas que terão suas vidas impactadas?”, pergunta Roque (2021, p.232).

Reforçando este pensamento, o físico e astrônomo Marcelo Gleiser reflete:

Vivemos numa época estranha. O que antes era confiável, agora é contestável. Falo da confiança que sempre tivemos do processo científico. A ciência funciona por consenso em que uma comunidade de especialistas julga hipóteses a partir de métodos preestabelecidos. A Beleza da ciência não está em sua infalibilidade, mas em seu poder de autocorreção. (...) A ciência nos diz que estamos comprometendo nosso futuro. Forças econômicas e políticas contestam, fatos se tornam opcionais. Verdades escolhidas como convém. No entanto, a terra esquentada, as florestas perecem, os peixes somem, as populações sofrem ainda mais. (GLEISER, 2021, Orelha do livro)

As cidades, onde se concentram a maior parte dos seres humanos são responsáveis por importantes impactos sobre os sistemas naturais e estão, particularmente, vulneráveis às transformações estruturais do ambiente. São precisamente as alterações climáticas globais as responsáveis por colocar Recife entre as cidades litorâneas mais ameaçadas no planeta pelo aumento do nível do mar. Desafios como esses, somados aos demais, descritos nesta investigação, apontam para uma cidade em processo de colapso e, portanto, com urgência em se reinventar.

Das hipóteses à tese: um processo, um produto, um projeto

A partir das três hipóteses levantadas nesta Tese, percorreu-se uma trajetória de investigação em busca de experienciar caminhos e iluminar soluções para cidades que necessitam se reinventar. Ao fim de tal trajetória, chegou-se às seguintes teses:

DAS HIPÓTESES À TESE

1 IDEAS

SÃO AS BASES METODOLÓGICAS PARA CIDADE COMO PROJETO.

2 A CIDADE COMO ORGANISMO VIVO DE ALMA-E-CORPO

CARREGA EM SI PRÓPRIA O POTENCIAL DE SE REINVENTAR.

3 A CIDADE COMO LABORATÓRIO VIVO

ARTICULA PROCESSO, PRODUTO E PROJETO.

NO RECIFE CONVERGE NA VISÃO DA **CIDADE PARQUE**.

Figura 252

Das Hipóteses à Tese

Os objetos de estudo – *Alma e Corpo do Recife* – após levantamento, detalhamento, análise, cotejamento com bases teóricas e instrumentos norteadores, juntos, revelam que o Recife está a se reinventar, tendo como ponto de partida o Projeto Parque Capibaribe, um sistema de parques, que tem como estrutura físico-territorial o sistema hídrico da cidade, mais precisamente o Rio Capibaribe e sua bacia.

Outras diferentes revelações se somam a esta espinha dorsal da reinvenção, são elas: a revitalização do centro histórico da cidade, zona portuária carregada de significado simbólico, não só por ser patrimônio natural e construído, mas por ser o berço que deu nascimento ao Recife; a reestruturação das diferentes frentes d'água a articular com os diferentes territórios na cidade; a elaboração de infraestruturas de integração da cidade; a criação de polos artístico-culturais descentralizados no Carnaval do Recife, com projeção para implementação de espaços públicos culturais descentralizados, e

os instrumentos legais que garantem a existência de zonas de interesse social e ambiental, e equipamentos públicos de redução das desigualdades sociais.

Após revelar o processo de reinvenção do Recife, que surge como contraponto ao seu processo de colapso, esta Tese revela bases operativas que foram utilizadas no Projeto Parque Capibaribe. Sob as diretrizes implícitas nas ações Investigar, Desenvolver, Encantar, Ativar e Sustentar, a cidade como projeto pode ter o IDEAS, como possível ferramenta operacional que visa abraçar as diferentes dimensões da Alma e do Corpo da cidade e, ao mesmo tempo, potencializar as dinâmicas e processos de ação, tendo como finalidade ser uma base metodologia operativa de visão, ampla, aberta, orgânica. Entre as ações interdependentes do IDEAS, a ação Encantar, que consiste na definição objetiva do território estratégico para receber as intervenções, igualmente estratégicas, iniciais do projeto, ganha destaque na medida em que o Corpo, com seu potencial de “afetar” e encantar a Alma do lugar, como debatido nesta Tese, faz gerar movimentos positivos necessárias para potencializar e levar adiante o conceito do projeto. Na abordagem do IDEAS o encantamento que o Corpo edificado provoca nas pessoas tem papel fundamental no processo de reinvenção, exatamente porque uma vez afetado positivamente o ser humano incorpora as mudanças e o processo de transformação ganha dimensão orgânica. É um processo de sublimação que se retroalimenta na simbiose constante entre o *Corpo* e a *Alma* da cidade.

Apostar no encantamento como estratégia no processo de reinvenção é pensar a cidade com base na visão sistêmica inerente à sua dinâmica: *alma* afeta *corpo*, *corpo* afeta *alma*, e assim sucessivamente, a cidade vai se movimentando e se transformando. A ação de Encantar como estratégia de transformação através do envolvimento da sociedade gera uma força que parte dos afetos e tem como componente estímulos sensoriais, estéticos, sagrados, que atuam no imaginário, no ânimo, no sentimento de pertencimento, entre outros. Assim, Encantamento é simultaneamente Produto, Processo e Projeto.

A experiência do Recife Cidade-Parque como visão integradora da reinvenção da cidade

Nesta investigação, foi observado que a Alma Política do Recife dá indícios de que várias ações pontuais propõem uma nova visão de cidade. A proposição de instrumentos que envolveram planos, normativas, legislação, a vislumbrar aspectos referentes à preservação de seu patrimônio natural e construído, ao planejamento da cidade em longo prazo, a exemplo do Plano Recife 500 Anos, a implementação da lei que estabelece as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), e seu *Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS)*, ou a implementação de equipamentos públicos de combate à desigualdade social e à violência, como o Compaz, cujas ideias fundadoras vêem o edifício como parte de espaços públicos, demonstram que o poder público se move sensível ao entendimento da necessidade de reinventar a cidade. Mas não é suficiente. O grande desafio é construir uma

política integradora das várias *Almas* (movimentos) da cidade com uma visão de cidade que seja uma política pública urbana. Para se alcançar os objetivos esperados até 2037, quando Recife será a primeira capital brasileira a completar 500 anos de fundação, que praticamente coincide com a realização do Habitat IV, no final de 2036, aproximadamente quatro gestões municipais deverão estar à frente do projeto.

Para tanto, a viabilização de planejamento com tamanha magnitude vai exigir que transcenda a natureza de um projeto de gestão para um projeto de estado, que exige a apropriação por parte da sociedade e de legislação que o torne política pública urbana de longo prazo a atravessar gestões. Este período é factível de acordo com a lógica da dinâmica das conferências da ONU-Habitat que prevê agendas globais com alcance de 20 anos. A lógica dos prazos para o planejamento das cidades precisa ser atrelada às questões sistêmicas globais as quais as cidades também estão inseridas. Por exemplo, as mudanças climáticas levantaram questões referentes ao tempo de medição das alterações do clima e das dinâmicas oceânicas com base em períodos de cem anos.

É importante destacar que o processo de reinvenção da cidade do Recife que já se iniciou com um sistema de parques em torno do Rio Capibaribe, com a implementação do Jardim do Baobá, da Praça Otávio de Freitas, e do primeiro trecho do Parque das Graças, traz consigo desafios que precisam ser enfrentados para atingir outras áreas da cidade, outras águas.

A implementação do Projeto Parque Capibaribe está em processo desde 2013 e vêm se concretizando a partir de 2017 (inauguração do Jardim do Baobá), mas é imprescindível registrar que sua realização está atrelada a um aspecto fundamental e que será determinante para sua ampliação e sustentação: o poder público. Só as políticas públicas com efetividade poderão garantir a expansão e continuidade do processo de reinvenção da cidade. A sua presença até aqui, através de convênio da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com a Prefeitura do Recife, foi decisiva para que o Projeto Parque Capibaribe e suas etapas pudessem se realizar.

Para implementar a Cidade-Parque, como sistema de parques, é necessário incorporar as bacias dos outros dois rios, Beberibe e Tejiú, assim como a frente marinha, que traz consigo a ameaça da cidade submergir às suas águas ainda neste século.

Na incorporação de outros territórios os desafios serão imensos, a exemplo da bacia do Beberibe, onde será necessário levar em consideração as Unidades de Conservação da Natureza (UCN), verdadeiras florestas urbanas residuais da Mata Atlântica que precisarão ser integradas em torno do sistema de parques da bacia. Diversos sítios que desenvolvem agricultura familiar no entorno do Beberibe precisarão ser estudados, assim como os morros, com ocupação densificada na Zona Norte e sujeitos aos deslizamentos de barreiras. No caso do sistema de parques em torno da Bacia do Rio

Tejipió será preciso considerar a existência de um dos maiores manguezais urbanos do país, que exerce a função de filtrar as impurezas das águas e conservar um berçário de flora e fauna fluvial e marinha. Bem como viveiros de peixes e crustáceos existentes na bacia. Também os morros na Zona Sul da cidade, com enorme concentração demográfica, que somados aos demais representam, aproximadamente, um terço da população da cidade. Ambas as bacias concentram palafitas em diversos setores de suas bordas, constituem bolsões de pobreza urbana desafiadores.

A expansão do sistema de parques para a frente marinha, que alimenta o estuário, possivelmente será a etapa mais desafiadora. Aproximadamente 10 km, adentrando da costa para o mar, é onde se concentra a maior riqueza da fauna e flora marinha da região, decorrente do depósito de substâncias orgânicas lançadas pelo estuário. O aumento do nível do mar, o avanço das águas nos bairros da frente oceânica, os arrecifes e sua superfície de corais precisarão ser especialmente considerados.

A ampliação do sistema de parques terá que ser desenvolvida com base numa visão sistêmica e, portanto, interdependente. No decorrer do projeto os diversos ecossistemas envolvidos no território das três bacias e da frente marinha estarão sujeitos aos impactos de quaisquer intervenções. Projetar a cidade com o desafio de reconhecer, proteger e conservar os ecossistemas envolvidos no território vai exigir novas sensibilidades.

Movimentos: forças a projetar uma visão de cidade

A compreensão dos movimentos da sociedade como forças capazes de projetar uma visão de cidade é central nesta investigação. É base para confirmação da hipótese de que a cidade, em permanente devir, a partir dos seus múltiplos movimentos revela a “cidade como projeto”.

É indispensável dizer que a proposta de entendimento da cidade como projeto e do projeto entendido como projeção partem do princípio que cada cidade tem Alma própria, isto é, a classificação dos movimentos da sociedade poderá ser diferente em cada cidade investigada. Também as transformações de seu Corpo, ao longo do tempo, possivelmente, revelarão sistemas físico-territoriais particulares.

A Alma Sábia do Recife, com o movimento Recife Exchange, em seu último Workshop, realizado em 2021, deixou como legado um manifesto intitulado “Carta do Recife do Futuro para o Recife 2021” (ver Anexo). Escrita do futuro para os dias de hoje, em primeira pessoa, o Recife conta da sua natureza “anfíbia”, dos males que a tormentam e do seus pesares, entre eles o de, por muito tempo, terem esquecido que as águas são sua essência. No texto, o Recife alerta que poderia ser a primeira cidade brasileira a sucumbir com o aumento do nível do mar, caso mudanças substanciais na forma de compreendê-la e reprojeta-la não acontecessem. O Recife do Futuro diz que “(...)

o grande desafio de todos foi aprender a pensar e agir de forma sistêmica”. E complementa:

Hoje, reconheço que minha reinvenção só foi possível quando as pessoas se organizaram em movimentos ambientais, econômicos, políticos e culturais na construção de uma nova ética diante do mundo. Força-motriz das transformações. Penso que a visão urbanística, traduzida em um projeto de cidade, sintetiza a materialidade e a imaterialidade presentes no clamor desses vários movimentos cidadãos, força motriz das transformações. (Carta manifesto lançada no RXN 2021. RECIFE EXCHANGES, MONTEZUMA, 2022, p. 307)

A carta foi escrita por grupo de profissionais pesquisadores na busca de encontrar caminhos para as cidades enfrentarem os desafios contemporâneos. Definindo-se como laboratório de experimentações, o Recife do futuro diz ainda em sua carta:

(...) observo que a convergência dos saberes científicos e populares revela a essência de uma cidade. Imagino-me servindo como laboratório de experimentações e inovações, capaz de contribuir com o planejamento das futuras gerações, articulado com uma rede colaborativa integradora do local com o global. E, assim, busco responder aos desafios de um mundo em convulsão, onde cidades podem ser compreendidas como células de um planeta em reinvenção. (Carta manifesto lançada no RXN 2021. RECIFE EXCHANGES, MONTEZUMA, 2022, p. 307).

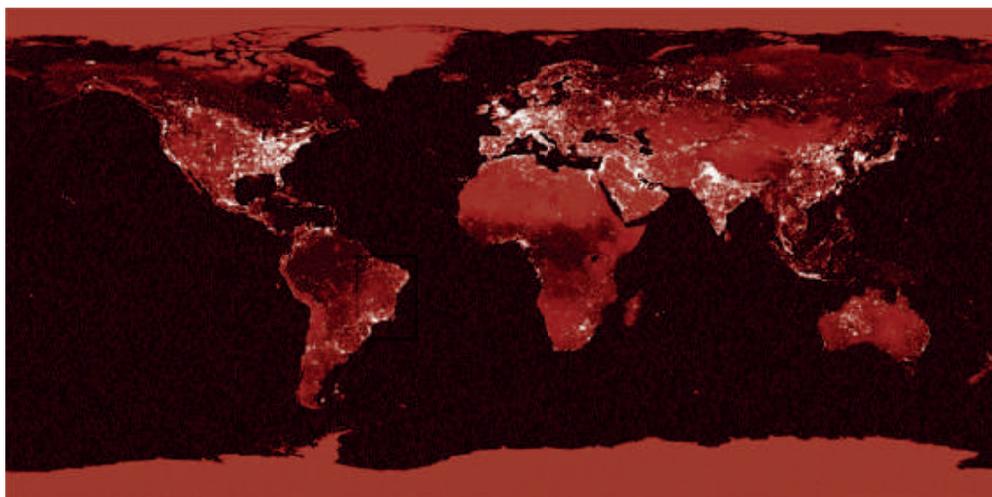
E o Recife do futuro conclui sua carta:

Eu, o Recife anfíbio, sou a cidade dos corpos de água, célula do planeta terra, planeta água, planeta-Mãe. Reaprendi a viver como sistema, entender-me como unidade e parte de um conjunto. Precisei realinhar-me, alinhar-me com outras cidades e, sobretudo, com a natureza, razão da minha existência. Por me constituir essencialmente de águas, reconheço-as como patrimônio. É precioso conservá-las!

Sou um corpo anfíbio e pulsante. Meu futuro depende de cada um de vocês no exercício contínuo do entendimento e respeito às condições do legado que a natureza nos deixou (Carta manifesto lançada no RXN 2021. RECIFE EXCHANGES, MONTEZUMA, 2022, p. 307).

Figura 253

Planeta de Cidades.
Fonte: Google Earth
com edições do autor.

Um Planeta de Cidades: luzes a iluminar mudanças ou a apagar esperanças

A visão do planeta Terra como sistema, e das cidades como subsistemas do planeta demonstram, nesse início de milênio, que a interligação e interdependência é imperativa nas transformações em curso. A cidade como organismo vivo pode ser entendida como tecido conjuntivo que articula seus vários componentes. O planeta, gigantesco organismo vivo, pode também ser entendido como tecido conjuntivo que articula as cidades. E tudo leva à compreensão que o que estará em jogo daqui para frente é que as decisões urbanísticas precisarão, ainda mais, levar em conta a relação das cidades com os desafios que o planeta enfrenta, sintetizados no Antropoceno.

Como se apresentou, o processo de transformação na cidade do Recife, iniciado com o sistema de parques, dependerá de inúmeros fatores para que tenha continuidade. Entre eles, a necessidade de compreensão pela sociedade de que mudanças de paradigmas precisam estar nas bases desse novo processo em curso na cidade.

Os extratos elencados *na Carta da Paisagem das Américas* são exemplos do quanto é importante considerar os aspectos imateriais de um território para melhor compreendê-lo. Dos cinco, quatro se referem à dimensão imaterial. Não por acaso este documento foi elaborado no início desse milênio (2018), quando diferentes campos do conhecimento buscam se conectar, ou se reconectar, em diálogos para interpretar e agir no mundo contemporâneo.

Na direção oposta à padronização crescente que o mundo tem assistido com o fenômeno da globalização, a observação da *alma* e do *corpo* das cidades pode ser considerada um esforço de resistência, de “escuta”, privilegiando o que é próprio, que carrega sentido histórico, que tem representação nas diferenças do local em relação ao global. É na cultura, nos modos de vida, nas ideias - identidade – que é possível extrair a *alma* das cidades.

A cidade do Recife propõe, ela mesma, um projeto de reinvenção através dos movimentos da sociedade, a projetar uma visão sistêmica impregnada pelas dimensões imaterial e material. A cidade, portanto, vista como organismo vivo, está em permanente mutação. A compreensão de que a cidade se constitui neste sistema sutil parece ser indispensável neste momento em que enfrentam as ameaças inerentes aos processos de colapso.

Algumas experiências no mundo, a exemplo de Barcelona, Singapura, Medellín, comprovaram que a transformação de uma cidade pode ser feita em uma geração. Mas, para que aconteça é imprescindível que a sociedade esteja envolvida no processo – cidadãos, academia, empresariado, poder público – incorporando saberes vernaculares e científicos, precisam ter este entendimento compartilhado, de forma que os interesses sejam acordados em torno de uma nova visão de cidade.

As evidências levam a crer que se está vivenciando momento histórico de mudança de paradigmas, em que o ser humano começa a perceber que é necessário ter uma visão sistêmica – interdependente. Possivelmente, este início de milênio propõe uma nova ética, tendo como base a natureza.

Uma nova “experiência do tempo” começou a acontecer. E esta Tese, no campo do urbanismo, vai em busca dessa experimentação. O desafio para o Recife, assim como as demais cidades que clamam por reinvenção, provavelmente passará pelo campo das ideias. As bases operativas, IDEAS, reveladas nesta investigação, são uma tentativa de captar as ideias (*almas*) da cidade.

ENCANTAR, ação operacional proposta no IDEAS é a síntese do que esta investigação encontra como corolário das hipóteses aqui lançadas. Uma cidade a se reinventar, a partir de sua Alma, é uma cidade com ideias. E que a ação de ENCANTAR, na atividade projetual, pode ser a chave ou instrumento que afeta as Almas e estimula a dinâmica da cidade como organismo vivo. Uma cidade com Alma é uma cidade que carrega em si a potencialidade de ter esperança, desde que retroalimentada de ENCANTAMENTO. Encantamento aqui entendido como os afetos que atingem a Alma e a fazem vibrar. Pode-se dizer que as ideias são a Alma da cidade. A Alma de uma cidade é um projeto de cidade - uma ideia em projeção.

No momento em que a humanidade precisa ter como base novos paradigmas o enfrentamento dos desafios dessa nova era parece implicar na substituição da equação:

[...] cidades como lugares + economia como crescimento contínuo + tecnologias como solução + políticas estatais e negociações intergovernamentais como resposta política' pela equação 'cidades como processos + desenvolvimento baseado não no crescimento econômico + novos modos de vida e de consumo sustentáveis + processos de decisão ascendentes (bottom-up) (...) (FERRÃO, 2017, p.296)

O que acima se traduz em equação, na prática vai exigir mudança radical na maneira de ver e de estar no mundo. Uma nova ética precisará se estabelecer para que mudanças tão substanciais se concretizem. Retornando ao parágrafo inicial desta conclusão: é no campo das ideias e no território das cidades que estarão as possíveis saídas para a encruzilhada que todos estão envolvidos. No novo caminho que precisa ser trilhado, possivelmente as soluções estarão além das inovações tecnológicas. Será necessário que a humanidade incorpore novos valores, estes sim, capazes de mudar os modos de vida e finalmente a relação dos seres humanos com Gaia, mãe terra.

Para finalizar, retorna-se ao verso do poeta grego Arquíloco, lançado para reflexão pelo historiador das ideias, Isaiah Berlin: “a raposa sabe muitas coisas, mas o porco-espinho sabe uma grande coisa”. Nesse contexto, Berlin identifica como ideias associadas ao porco-espinho aquelas que trazem uma visão central, a partir de um sistema coerente e articulado, princípio único e universal. À raposa, associa as ideias multifacetadas, flexíveis, que perseguem vários caminhos, sem compromisso em seguir um percurso único, muitas vezes sem relação mútua e, até mesmo, contraditórias. Neste momento, tudo parece indicar que para a humanidade superar e transcender as questões globais será necessário ser, simultaneamente, parte porco-espinho e raposa, para que, na seara do devir, seja possível a construção de uma nova forma de estar no mundo. E esta nova forma precisa começar nas cidades.

A Filosofia, a Ciência e a Arte são os grandes campos do conhecimento que a humanidade, com sua centralidade, contou para caminhar. Neste momento, diante dos desafios com que o planeta se depara, nomeadamente na multiplicação de eventos extremos, uma nova centralidade precisa ser formulada. Uma centralidade onde Natureza e ser humano estarão juntos. Só a partir de então, os três grandes pilares do conhecimento, de maneira integrada, poderão iluminar verdadeiros caminhos para a reinvenção.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro, n. 1, pp.79-90, 1999.

ALBUQUERQUE, Juliene. A luta dos movimentos sociais urbanos no Recife: criação e manutenção do PREZEIS. In: **Anais do II Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2006. p. 1.

ALBUQUERQUE, Igor; LACERDA, Norma. **Normas indutoras e interesse público**: o Porto Digital (Bairro do Recife) e a captura da coisa pública. In: Anais XVII Enanpur. São Paulo: 2017. Disponível em: < <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1543/1522> > Acesso em 25 de maio 2022.

ALENCAR, Anna. K. B.; FERRAZ, W. O Parque Capibaribe no Recife: Uma análise entre vulnerabilidade social e integração socioespacial dos espaços públicos verdes nas margens do rio. **Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 7, p. 163-185, 2018.

ALENCAR, Anna Karina Borges de; SÁ, Werther Lima Ferraz. **O Parque Capibaribe no Recife**: uma análise entre vulnerabilidade social e integração socioespacial dos espaços públicos verdes nas margens do rio. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, v. 7, n. 2, p. 163-185, 2018.

ALEXANDER, Christopher. **The nature of order**: the process of creating life. Book 2. Berkeley: Taylor & Francis, 2002.

ALMEIDA, Lutiane Queiroz de; CORRÊA, Antônio Carlos de Barros. Dimensões da negação dos rios urbanos nas metrópoles brasileiras: o caso da ocupação da rede de drenagem da planície do Recife, Brasil. In: **Geo UERJ**. Ano 14, nº. 23, v. 1, 1º semestre de 2012 p. 114-135.

ALOMAR, Jordi. O Direito à Cidade e a Nova Agenda Urbana da ONU: Perspectivas para a inovação urbanística no contexto do fortalecimento do neoliberalismo. São Paulo: **XVII ENANPUR**, 2017.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Antropoceno: a Era do colapso ambiental in Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ**, 2022. Disponível em: <<https://cee.fiocruz.br/?q=node/1106>>. Acesso em 20 de maio de 2022.

ANDRADE, Rafael Moura de. **A política multicultural no Carnaval do Recife**: democratização, diversidade e descentralização. 2016. Disponível em: < <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/20049/1/Rafael%20Moura%20de%20Andrade%20-%20Disserta%3%a7%-c3%a3o%20Vers%3%a3o%20Final%20.pdf> > Acesso em: 13 abr. 2022.

ANDRADE, Manuel Correa de. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. In: **Dossiê Desenvolvimento Rural**, Estud. av.

15 (43). 2001. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ea/a/PPc8qh-WrKp9V9jHwTbmWCmH/?lang=pt> > Acesso em: 10 de maio 2022

ANGEL, Shlomo ete a. **Atlas of Urban Expansion**. Disponível em: <<http://www.lincolninst.edu/research-data/data/atlas-urban-expansion>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

ANTONUCCI, Denise; BENATTI, Angélica; SILVANA, Alvin; VIOLA, Zioni; COSTA, Kato. **UN-Habitat: das declarações aos compromissos**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

AGÊNCIA RECIFE DE INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA (org.). **Recife 500 anos: plano estratégico de longo prazo para o desenvolvimento da cidade**. Recife: CEPE, 2 ed., 2022.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Carnaval do Recife: a alegria guerreira. **Estudos Avançados**. 1997, v. 11, n. 29.

ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e destino**. São Paulo: Ática - Coleção Temas, v. 71, 2000.

ARISTÓTELES. **Sobre a Alma**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2010.

AURELI, Pier Vittorio (ed.). **The city as a project**. Berlin: Ruby Press, 344 p., 2013.

AZEVEDO, Paulo Geraldo Fidelis de; SOUZA, Eduardo Antonio Barbosa de Moura; CADENA, Renata Amorim; “Um panorama do Movimento Ocupe Estelita: design gráfico político e possíveis conexões”, p. 6046. In: **Anais do 13º Congresso Pesquisa e Desenvolvimento em Design (2018)**. São Paulo: Blucher, 2019.

BALBIM, Renato. A nova agenda urbana e a geopolítica das cidades. In: Costa, Marco Aurélio; Magalhães, Marcos Thadeu Queiroz; Favarão, Cesar Buno. (Org.) A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação. **III Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III)**. Brasília, 2018. 16 p.

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Vida Inteira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

BARBOSA, Bartira Ferraz. **Parã-Nambuco: ocupação espacial e trabalho indígena na capitania de Pernambuco nos séculos XVI e XVII**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BARBOSA, Bartira Ferraz. **Paranambuco**. Poder e herança indígena. Nordeste – Séculos XVI e XVII. Recife: Editora da UFPE, 2007, 220 p.

BARBOSA, David Tavares; MACIEL, Caio Augusto Amorim. Pontes imaginárias sob o céu da manguetown: o manguebeat e os novos olhares sobre o Recife. **ParaOnde!?**, v. 6, n. 2, p. 6980, 2012.

BARLÉU, Gaspar. **História do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau, 1636-1644**. Recife: Cepe, 2018.

BARRETO, Alcina Magnolia Franca et al. Arrecifes, a calçada do mar de Recife, PE: importante registro holocênico de nível relativo do mar acima do atual. **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil**. Tradução. Brasília: CPRM, 2013. v. 3. Disponível em: <http://sigep.cprm.gov.br/sitio040/sitio040_impreso.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BERGEROT, Bernard. A cidade luz de Haussmann. In: **História Viva**. Ano II N. 20. 2005. p. 61-64.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERLIN, Isaiah. O porco-espinho e a raposa. In: **Pensadores russos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BEZERRA, Daniel Uchoa Cavalcanti. **Alagados, Mocambos e Mocambeiros**. Recife: Imprensa Universitária, 1965. 117 p.

BONAMETTI, João Henrique. A paisagem urbana como produto do poder. In: urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)**, v. 2, n. 2, p. 259-273, jul./dez. 2010.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local and Global: The Management of Cities in the Information Age**. London: Earthscan Publications Limited, 1997.

BOTELHO, Cristian do Nascimento. A formação do bibliotecário e as bibliotecas comunitárias. **Informe: Estudos em Biblioteconomia e Gestão da Informação**, Recife, v. 1, n. 1, p. 50- 64, 2012.

BRASILEIRO, Robson Soares. **A constituição de territórios-rede através de processos de re-existência da agricultura familiar na Mata Sul de Pernambuco**. Recife, 2012. 198 f. Tese (doutorado) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2012.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian Planetary urbanization. In: **Urban constellations**. Berlin: Jovis, 2011.

CARDOSO, Marianna Lyra; NASCIMENTO, Anamaria Melo do. Ocupar, Resistir: o movimento Ocupe Estelita na cidade do Recife. **Revista Três Pontos**, v. 15, n. 1, p. 28-35, 2018.

CARNEIRO, Ana Rita de Sá.; DUARTE, Mirela; MARQUES, Eliábi A. A Conservação da Paisagem na Perspectiva de um Sistema de Espaços Livres Públicos do Recife. **Paisagem E Ambiente**, n.26, p.127-142, 2009.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade**: rotinas e rupturas do Escravismo (1822-1850). Recife: Ed. UFPE, 2010.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos locais**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2004.

CASSIOLATO, José Eduardo; SZAPIRO, Marina. **Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Tradução Joana Angélica d'Ávila Melo. 1. Ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTRO, Josué de. **A cidade do Recife**: Ensaio de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: Casa Estudante do Brasil, 168 p., 1956.

CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos**. São Paulo: Editora Brasiliense Soc. An., 1967.

CENTRO SABIÁ. **Cartilha Agricultura Agroflorestal ou Agrofloresta**. 2008. Disponível em: <https://issuu.com/centrosabia/docs/agricultura_agrodlorestal_ou_agrofl>. Acesso em: 04 abr. 2021.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **Manguetown**. Rio de Janeiro: Chaos, 1994. Compact Disc. Digital Audio, 1 CD.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COLONNELLI, Marco V. C. **Poíesis, tékhne e mímesis em Aristóteles**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, 2009.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE PERNAMBUCO. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo: A metrópole da Região Metropolitana. Volume 1. **Articulista**: Jório Cruz. 2016. Disponível em: <<https://www.caupe.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/cadernos-1.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2021.

CORBOZ, André. “El territorio como palimpsesto.” In: Ramos, Angel Martin. **Lo urbano en 20 autores contemporáneos**. 25-34. Barcelona: Ediciones UPC, 1983.

CORDEIRO, Mariana Rodeio. **Arranjo produtivo local**: análise comparativa do caso do Porto Digital no Recife e do Distrito Criativo no Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

CORTIZO, Laura Buarque. **Cartografando controvérsias urbanas**: o Parque Capibaribe, o bairro das Graças e o exercício do direito à cidade no Recife. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/41652/1/DISSERTA%C3%87%-C3%83O%20Laura%20Buarque%20Cortizo.pdf>> Acesso em: 22 nov. 2021.

COSTA, Julie Hanna de Souza Cruz e. Itinerários de uma intervenção urbana: O movimento #Ocupe Estelita e a luta pelo direito à cidade no Recife. **Percursos**, v.2, n.1, 2016.

CRAVIDÃO, Fernanda et. al. **Espaços e tempo em Geografia** – Homenagem a Antônio Gama. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2017.

CRUTZEN, P.J.; STOERMER, E.F. (2000) The “Anthropocene”. **Global Change Newsletter**, n. 41, p. 17-18.

CRUZ, Jório. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**: A Metrópole da Região Metropolitana. Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU/PE); João Pessoa: Patmos Editora, 2016. 56 p. V.1.

DAMÁSIO, António. **Em busca de Espinosa**: prazer e dor na ciência dos sentimentos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DAVIDOFF, Paul. Advocacy and Pluralism in Planning. **Journal of the American Planning Association**, 1965.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2 Vol 1. Tradução Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011.

DESCARTES, René. **Ouvres de Descartes**. Paris: Vrim, 1996.

DI MAIO, Sara; BERENGO, Cecília. **Nós somos a paisagem**: como interpretar a Convenção Europeia da Paisagem. Guimarães. MAPa2012, 2011. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/documents/39726/0/N%C3%93S+SOMOS+A+PAISAGEM.pdf/44364e4a-11cf-48b3-a5fc-3df854b0f97f>> Acesso em: 10 set. 2021.

DIAMOND, Jared. **Colapso**: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro: Record, 2007.

DIDI-HUBERMANS, Georges. Quando las imágenes tocan lo real. In: Didi-Hubermans; G. Chéroux; C. Arnaldo, J. **Quando las imágenes tocan lo real**. Madrid: Circulo de Bellas Artes, 2013.

DINIZ, Paula. **Os Centros do Bem**. 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/os-centros-do-bem/>>. Acesso em: 04 maio de 2022.

DINIZ, Fabiano; ROCHA, Danielle; FERRAZ, Werther; ALENCAR, Anna Karina. **Na fonte das cidades, as águas e as pessoas**: a experiência do Projeto Parque Capibaribe no Bairro das Graças. 2016. Disponível em: <<http://parquecapibaribe.org/2018/03/02/na-fonte-das-cidades-as-aguas-e-as-pessoas-a-experiencia-do-projeto-parque-capibaribe-no-bairro-das-gracas/>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

DIRETORIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. 2018. Disponível em: <<https://dppc.recife.pe.gov.br/dppc>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

DOXIADIS, Constantinus. **Ekistics**: An Introduction to the Science of Human Settlements. New York: Oxford University Press, 1968.

ESPINOZA, Baruch. **Ética**. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1983.

ESTATUTO DA METRÓPOLE. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm>. Acesso em: 06 de maio 2022.

EQUIPE TÉCNICA DE ASSESSORIA, PESQUISA E AÇÃO SOCIAL (ETAPAS). **Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social** – Prezeis. 2017. Disponível em: <<http://etapas.org.br/plano-de-regularizacao-das-zonas-especiais-de-interesse-social-prezeis/>> Acesso em 2 de maio de 2022.

FERNANDES, Ana Suassuna. **Zeis e Moradia**: uma alternativa formosa para Brasília Teimosa? Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, CCSA. 2010.

FERNANDES, Claudio. **O que foi o Movimento Manguebeat? História do Mundo**, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/o-que-foi-movimento-manguebeat.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

FERNANDES, Fellipe Luís de Melo. **“Perigo! Área sujeita a ataque”**: a cidade do Recife no cinema contemporâneo. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco - Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2015.

FERNANDEZ, Cida; MACHADO, Elisa; ROSA, Ester. **O Brasil que lê**: bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores. Disponível em: <<http://cclf.org.br/project/o-brasil-que-ler-bibliotecas-comunitarias-e-resistencia-cultural-na-formacao-de-leitores/>>. Acesso em 20 fev. 2021.

FERRÃO, João. Antropoceno, Cidades e Geografia. In: CRAVI-DÃO et al. **Espaços e Tempos em Geografia**: homenagem a António Gama. Coimbra University Press, 287-302, 2017.

FIGUEIREDO, Carolina Dantas; CAVALCANTI, Juliana. The occupy estelita movement and silencing in pernambuco journalism. **Brazilian Journalism Research** (Impresso), v. 16, p. 104-121, 2020.

FISCHER, Brodwyn. A ética do silêncio racial no contexto urbano: políticas públicas e desigualdade social no Recife (1900-1940). **Anais do Museu Paulista**, vol.28, 2020. P.1- 45.

FLORIO, Wilson. **Croquis de concepção no processo de projeto em Arquitetura**. Exata: São Paulo, 2010.

FONSECA, Tatiana Cavalcanti; PASTICH, Elizabeth Amaral; DA SILVA, Héliida Karla Philippine. Zonas de Interesse Social e Meio Ambiente: o Caso de Brasília Teimosa. **V Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Belo Horizonte/MG**, 2014.

FORTUNA, Carlos. Cidade e Urbanidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença. **Plural de Cidade**: Novos Léxicos Urbanos. Coimbra: Edições Almedina Sa, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. 3a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GAIÃO, Brunno F. da Silva; LEÃO, André L. M. de Souza; MELLO, Sérgio C. B. de. A teoria do discurso do carnaval multicultural do Recife: Uma análise da festa carnavalesca de Recife à luz de Laclau e Mouffe RAM. **Revista de Administração Mackenzie (Online)**, v. 15, p. 149-171, 2014.

GALEANO, Eduardo. **Veias Abertas da América Latina**. L&PM, 392 p. 2010.

GAMEIRO, Rodrigo. O movimento Mangubeat na mudança da realidade sociopolítica de Pernambuco. **VI Congresso Português de Sociologia**: 2008. Disponível em: <<http://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/462.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

GASPAR, J. (1985). “A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e do desenvolvimento funcional”, in: **La ciudad hispanica durante los siglos XIII a XVI**, tomo I, Universidad Comptense, Madrid, p. 134-147.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GESTEIRA, Heloísa Meireles. O Recife holandês: história natural e colonização neerlandesa (1624-1654). In: **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 6-21, jan./ jun. 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 6ª ed. 2008.

GOMES, Geraldo. Arquitetura do açúcar. In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Org.). **Arquitetura na formação do Brasil**. Brasília: UNESCO, 2006.

GOMES, Paula. O novo cinema de Pernambuco. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 1, p. 58-60, mar. 2016. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 abr. 2022. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000100017>.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins, 2014b.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **The Crisis of Planetary Urbanisms**. Space and Culture, 2014. Disponível em: < <https://www.spaceandculture.com/2014/11/19/david-harvey-the-crisis-of-planetary-urbanisms/> >. 2014b Acesso em: 11 ago. 2021.

HERMÍNIO, Thiago. **ONG realiza projetos socioambientais no Recife para combater a insegurança alimentar em comunidades com baixo IDH**. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2021/10/ong-realiza-projetos-socioambientais-no-recife-para-combater-inseguran.html>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

HOLANDA, Armando de. **Roteiro para construir no Nordeste**; arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados. Recife: UFPE, 3 ed., 2018.

HOOIMEIJER, F. L. Exploring the relationship between water management technology and urban design in the Dutch polder cities. In: FEYEN, Jan; SHANNON, Kelly, NEVILLE, Matthew. **Water and Urban Development Paradigms: Towards an Integration of Engineering, Design and Management Approaches**. Londres: Taylor & Francis Group, 2009. 712 p.

IFLA-AMÉRICAS. **Carta da Paisagem das Américas**. Cidade do México, 28 set. 2018. Disponível em: <lali-iniciativa.com/cartas-de-paisaje/>. Acesso em: 13 out. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico: 1950**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1965**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1965.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Economia Informal Urbana 2020**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/setor-informal/9025-economia-informal-urbana.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 24 de maio 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. 2015. Disponível em: <www.ipea.gov.br> Acesso em: 10 de maio 2022.

IPCC. **Intergovernmental Panel on Climate Change. IPCC Press Release: climate change widespread, rapid, and intensifying**. 2021. Disponível em: <<<https://www.ipcc.ch/2021/08/09/ar6-wg1-20210809-pr/>>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

IPCC. **Intergovernmental Panel on Climate Change**. Alterações Climáticas 2014: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade. 2014. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/ar5_wg2_spmport-1.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2ed., 2011.

KOSTOF, Spiro. **The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History**. London: Thames and Hudson, 1991.

LANER, Izadora. **O Urbanismo Colaborativo como caminho de solução aos desafios da cidade**. 2017. Disponível em: <https://issuu.com/institutocourb/docs/artigo_courb_aeaulp>. Acesso em: 11 ago. 2021.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**. Salvador: Edufba, 2012.

LE, Tu Dam Ngoc. Climate change adaptation in coastal cities of developing countries: characterizing types of vulnerability and adaptation options. **Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change**, v.25, 739-761, 2020.

LEFÈBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LIRA, Paula. **A grande serpente**. Fundarpe: Recife, 2014.

LOVEGROVE, Sofia. Good practice: creating a conceptual framework as a guideline for urban redevelopment. **Agência de Patrimônio Cultural (RCE)**, Holanda, p. 1-4, 2020.

LOVELOCK, James. Gaia: um modelo para a dinâmica planetária e celular. In: Thompson, W.I (org.). **Gaia**. Uma teoria do Conhecimento. São Paulo: Gaia, p. 77-90, 1990.

MACCORD, Marcelo. Identidades étnicas, Irmandade do Rosário e Rei do Congo: Sociabilidades cotidianas recifenses – século XIX. **Revista Campos**, n.4, 2003.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 9, n.18, p. 248-285, 2007.

MACINTOSH, Andrew. Coastal climate hazards and urban planning: how planning responses can lead to maladaptation. **Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change**, v.18, 1035-1055, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 5ª ed., 2003.

MARTINS, Mariana; MOREIRA, Mariana. **O que a imprensa de Recife não conta sobre o Estelita**, 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/531849-o-que-a-imprensa-do-recife-nao-conta-sobre-o-estelita>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

MATSUURA, Oscar T. **Observatório no telhado**. Recife: Cepe, 2010

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A Árvore do Conhecimento**. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MEEROW, Sarah; NEWELL, Joshua P.; STULTS, Melissa. Defining Urban Resilience. **Landscape and Urban Planning**, v.147, p. 38-49, 2016.

MEIJSMANS, Nancy. **Designing for a Region**. Amsterdam: SUN Architecture, 2010.

MELO, Júlia Amorim de. **Mais além da Rua do Bom Jesus**: A revitalização do Bairro do Recife, a população e outros usos do local. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2003, 145 p.

MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e subdesenvolvimento**: o caso do Recife. Recife: Universidade Federal de PE/ Dep. de Ciências Geográficas, 1978, pp. 59 e 61.

MENDES, M.I.B.S.; NÓBREGA, T.P. Corpo, natureza e cultura: contribuições para a educação. **Revista Brasileira de Educação [online]**, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

MENEZES, José Luiz da Mota. **Atlas histórico cartográfico do Recife**. Recife: Massangana, 1988.

MESQUITA, Liana. Nassau nas origens do paisagismo brasileiro. In: **O Brasil e os holandeses. Realização do Banco Real**. Recife, 2000.

MILFONT, Magna Lícia Barros. **Caminhos das águas**: o transporte fluvial no Recife, 1835-1860. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2003.

MONTEIRO, Circe; VIEIRA, Luiz; MONTEZUMA, Roberto (Org.). **Parque Capibaribe**: a reinvenção do Recife cidade parque. Recife: Santa Marta, 2020.

MONTEIRO, Circe; VIEIRA, Luiz; MONTEZUMA, Roberto (Org.) **Parque Capibaribe**: a reinvenção do Recife cidade parque. Recife: Santa Marta, 2019. 166p.

MONTEZUMA, Mila Avellar. **O8 Membrana Amphibia**: Estratégias urbanas para a Cidade Amphibia 16º hotspot global. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2019, 250 p.

MONTEZUMA, Roberto; LEITE, Maria de Jesus de Britto. Futuro das cidades: visão de um projeto para reinvenção urbanística. In: **Pernambuco Além da**

Crise. Ebook Vol. 5, 2021a. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1YpuX2KTqHy8r6oruWstg4EMH-9v1hHoJ/view>> Acesso em: 29 jun. 2022.

MONTEZUMA, Roberto; LEITE, Maria de Jesus de Britto. Cidade como organismo vivo e a construção do conceito “alma-e-corpo”. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 24, n. 01, p. 246-265, 2021b.

MONTEZUMA, Roberto et al. **Recife Exchanges** - Amsterdam, Holland, Netherlands. Recife: Cepe, 2022.

MORAES, Demóstenes Andrade de. **Entre a subcidadania e o direito à cidade:** estudos críticos sobre a urbanização de favelas no Brasil e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no Recife-PE. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba. 2019.

MOREIRA, Fernando Diniz. Armando de Holanda: a tradição do morar bem. **Vitruvius**, n. 207, mar. 2019a. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/18.207/7294>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

MOREIRA, Fernando Diniz. Linha do tempo. In: MONTEIRO, Circe; VIEIRA, Luiz; CUNHA, Roberto Montezuma da. (Org.) **Parque Capibaribe:** a reinvenção do Recife cidade parque. Recife: Santa Marta, 2019b. 166 p.

MOREIRA, Fernando Diniz. Linha do tempo Recife 500 Anos. In: Circe Monteiro; Roberto Montezuma; Luiz Vieira. (Org.). **Parque Capibaribe:** a reinvenção do Recife Cidade Parque = Capibaribe Park: the reinvention of Recife Park City. 1 ed. Recife: Editora da UFPE, 2019c, v. 1, p. 266-271.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação.** Brasília: Senado Federal, 1998.

NOGUEIRA, Amanda Mansur Custódio. **O novo ciclo de cinema em Pernambuco:** a questão do estilo. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco - Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2009.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Existence, Space & Architecture.** New York: Praeger Publishers, 1971.

NUNES, Benedito. Poesia e filosofia: uma transa. In: PINHEIRO, Victor Sales. **Ensaio Filosóficos.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

OBSERVATÓRIO DO RECIFE. **O futuro do Recife.** 2012. Disponível em <<http://www.observatoriodorecife.org.br/o-futuro-do-recife/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

OBSERVATÓRIO DO RECIFE. **O Recife que precisamos.** s.d. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/estrutura-productiva-do-recife>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

OLIVEIRA, Denys Marques de; SOUZA, Ângela Cristina de. O consumo colaborativo no contexto socioeconômico de vulnerabilidade social: o caso das Comunidade Pequenos Profetas. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**: v.7, n.1, p. 303-316, 2021.

OLIVEIRA, Patricia Ataíde Solon de. **Entre invenção e memória**: arquitetos modernos e patrimônio histórico no Recife (1946-1979). Dissertação de Mestrado. Recife: Programa de pós graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

PAZ, Raissa Alves Colaço. **Preocupações artísticas**: o caso do Atelier Coletivo da Sociedade de Arte Moderna do Recife. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas – PPGH, 2015.

PEREIRA, Marinê de Souza. **Entre Bergson e Espinosa**: Eternidade ou Duração? Tese de Doutorado - Universidade Federal de Pernambuco - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2011.

PERNAMBUCO. **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Recife**. Recife, 2019.

PONTUAL, Virgínia Pitta. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 42, p. 417-434. 2001.

PORTO DIGITAL. **Plano de Revitalização do Bairro do Recife**. Disponível em: <<https://www.portodigital.org>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

PREFEITURA DO RECIFE. **Estrutura Produtiva do Recife**. s.d. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/estrutura-produtiva-do-recife>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

PREFEITURA DO RECIFE. **Plano Diretor do Município de Recife**. 2021. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-complementar/2021/1/2/lei-complementar-n-2-2021-institui-o-plano-diretor-do-municipio-do-recife-revogando-a-lei-municipal-n-17511-de-29-de-dezembro-de-2008>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

PREFEITURA DO RECIFE. **Planos de Manejo das Unidades de Conservação da Natureza do Recife**. 2021. Disponível em: <<http://meioambiente.recife.pe.gov.br/noticias/planos-de-manejo-das-unidades-de-conservacao-da-natureza-do-recife>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Plano diretor de drenagem e manejo de águas pluviais da Cidade do Recife**. 2015. Disponível em: <<https://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2020-12/PDDR%20-%20PLANO%20DIRETOR%20DE%20DRENAGEM%20DO%20RECIFE.pdf>>

Acesso em 23 de fev. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO BRASIL. **Informações Socioeconômicas**. 2010. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/informacoes-socioeconomicas>>. Acesso em: 13 de abr. 2022.

PURA. **Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Parque Capibaribe**. Recife: 2020. Disponível em: <<https://nuvem.riacho.info/index.php/s/MWw4y265x2PWG8L?path=%2FPURA%20%E2%80%93%20Plano%20Urban%C3%ADstico%20de%20Recupera%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental>> Acesso em: 15 jan. 2022.

RAMOS, Juliana Silva; NASLAVSKY, Guilah. Construindo com pouco no Nordeste Brasileiro: conexões Armando de Holanda-Aldo van Eyck. **Vitruvius**, 2020. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.245/7919>>. Acesso em 24 fev. 2022.

RECIFE EXCHANGES, 2021. **Carta do Recife do Futuro para o Recife do Presente: Águas como Patrimônio de uma cidade anfíbia em reinvenção**. Recife: UFPE, 2021. Disponível em: <http://recifeexchanges.com/wp-content/uploads/2021/11/CARTA-DO-RECIFE_PORT.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

REYNALDO, Amelia (Org). **Metrópole Estratégica - Região Metropolitana do Recife**. Agência CONDEPE-FIDEM. PROMETRÓPOLE. Recife, 2005.

REYNALDO, Amélia; MARQUES, Maria José; PEREIRA, Romero; BUARQUE, Sérgio. **Metrópole estratégica: região metropolitana do Recife**. Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco CONDEPE/FIDEM, 2005, 333 p.

REYNALDO, A. **Las catedrales siguen siendo blancas**. Un estudio sobre la política de tratamiento del centro antiguo de Recife. Tese de doutorado/ UPC. Barcelona, 1998.

ROCHA, Edileusa da (org.). **Guia do Recife: Arquitetura e Paisagismo**. Recife: Ed. dos Autores, 2004.

ROGGEMA, Rob. **The future of Sustainable Urbanism: a redefinition**. City, Territory and Architecture, v. 3, n. 22, 2016.

ROQUE, Tatiana. **O dia em que voltamos de Marte: uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente**. São Paulo: Planeta, 2021.

ROSA, Nathália Zaneratto; FUJINO, Asa. Bibliotecas comunitárias: espaços de informação e cultura em territórios de vulnerabilidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.17, p.1-25, 2021.

SAHUÍ, Alejandro. **Razón y espacio público**: Arendt, Habermas y Ralws. México: Ediciones Coyoacán, 2002.

SALES, Raissa Gomes de. **Paisagem Teimosa**: A construção social da Brasília Recifense e a (r)existência do seu amanhã. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

SANTO, Bianca Pessoa Guerra do Espírito; AMORIM, Helder Remigio de. Uma história dos manguezais do Recife: memórias e escritas de si no romance de Josué de Castro “Homens e Caranguejos”. **XIII Colóquio de História da UNICAP**, 2019.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo – SP: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo – SP: Edusp. 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de Movimentos Sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília. v.21, n.1, p.109-130, 2006.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE. **As Unidades Protegidas do Recife**: A cidade do Recife e seu patrimônio ambiental. Secretaria de Meio Ambiente e Diretoria de Políticas Ambientais, 2012. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/UNIDADES-DE-CONSERVA%C3%87%C3%83O-MUNICIPAIS.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO. **Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)**. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/dicionario/index/letra/z>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1999.

SEVERIEN, Pedro Loureiro. **Cinema de Ocupação**: uma cartografia da produção audiovisual engajada na luta pelo direito à cidade no Recife. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco - Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2018.

SEWELL JR, William H. **Lógicas da história**: teoria social e transformação social. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

SILVA, Aline de Figueirôa. **Jardins do Recife**: Uma história do paisagismo no Brasil (1872-1937). 1. ed. Recife: Cepe, 2016. 103 p.

SILVA, Leonardo Silva. A corte dos Reis do Congo e os Maracatus do Recife. **Ciência e Trópico**, v. 27, 1999.

SILVA, Luiz Henrique A. da. **Reflexões sobre a política de conservação ambiental e a criação de unidades de conservação na cidade do Recife: o Parque Natural Municipal dos Manguezais Josué de Castro**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2011.

SUASSUNA, A. **Jornal da Semana**, Recife, 20 mai. 1975.

TAINTER, Joseph A. **The Collapse of Complex Societies**. New York: Cambridge University Press, 1988.

TAYLOR, Marylin. Community Participation in the Real World: Opportunities and Pitfalls in New Governance Spaces. **Urban Studies**, v. 44, n. 02, 297–317. 2007 doi:10.1080/00420980601074987.

TELES, José. **Do frevo ao manguebeat**. São Paulo: Editora 34, 2012.

TELHADO ECO PRODUTIVO. **Pequenos Profetas**, 2016. Disponível em: < <http://pequenosprofetas.org.br/atividades-e-acoes/telhado-eco-produtivo/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

TESSER, Paula. Manguebeat: húmus cultural e social. **Logos 26: Comunicação e conflitos urbanos**, v. 14, n. 1, 2007.

TOURAINE, Alain. **O que é a democracia?** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

UNFCCC. A COP26 explicada. **United Nations Framework Convention on Climate Change**. Disponível em: <<http://ukcop26.org/wpcontent/uploads/2021/08/A-COP26-Explicada.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

UN-Habitat. **Nova Agenda Urbana**. Disponível em: < <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese.pdf> > Acesso em: 6 fev. 2021.

UN-Habitat (2017). **The City We Need 2.0**. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1damCg9xUi19Zi-3XKuglckUMJumZKrouc>> Acesso em: 6 fev. 2022.

VALENÇA, Marcelo M. O Memorial da Medicina de Pernambuco: um pouco de sua história. **Jornal Memorial Da Medicina**, v. 1 (1), 1–8. Recife: 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.37085/jmmv1.n1.2019.pp.1-8>>

VASCONCELOS, Ronald F. A.; BEZERRA, Onilda G. (Org.). **Atlas ambiental do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2000. 151. p.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: Velho, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VERAS, Lúcia M. de S. C. et al. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo: Cidade-Paisagem**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU-PE); João Pessoa: Patmos Editora, 2017a. 110 p. V.2.

VERAS, Lúcia M. de S. C. **Paisagem Postal**: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017b.

VERAS, Lúcia M. de S. C. Carta da Paisagem das Américas: um olhar sobre sua construção e desafios. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.14, n.01, 455-478, 2021.

VIANNA, Raphael Bezerra. Retornar à Terra no Antropoceno: estamos atrasados? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 42, 2017.

VIGANÓ, Paola. **O passado no presente**. [Entrevista concedida a] Eduardo Sombini. Folha de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/08/cidades-podem-reconstruir-a-natureza-afirma-urbanista-italiana.shtml>>. Acesso em: 17/11/2021.

WOLFRUM, Sophie; JANSON, Alban. **The city as Architecture**. Basel: Birkhäuser, 2016.

WRIGHT MILLS, C. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ZANCHETI, Sílvio Mandes; LACERDA, Norma. A Revitalização da Áreas Históricas como Estratégia de Desenvolvimento Local: Avaliação do Caso do Bairro do Recife. **Revista Econômica do Nordeste**, v.30, n.1, p.8-24, 1999.

ANEXO

CARTA DO RECIFE DO FUTURO

LETTER FROM THE RECIFE OF THE FUTURE

Sou a Cidade do Recife. Meu corpo tem história, repleto de marcas e memórias. Rio, mangue e mar foram os primeiros a me formar. Meu nome revela minha origem nas pedras dos arrecifes de arenito que brotam na soleira da porta do mar, ricas de corais, alguns deles só encontrados por aqui.

Sou a capital mais antiga do Brasil, aquela que implantou o primeiro Plano Urbanístico das Américas, como missão pioneira dos holandeses, no século XVII. Em 2037 completei 500 anos. Mas esta não é a minha verdadeira idade como lugar. Antes de chegarem os europeus, os nativos já me habitavam e me frequentavam como viveiro de peixes que fui.

Nasci aquática, da mistura de águas doces, salgadas e salobras. Sou fruto direto da relação com meus cursos e corpos d'água. Entretanto, com o tempo, essa relação se inverteu e foram me transformando numa cidade de costas para os rios. As minhas águas doces foram esquecidas e se transformaram em espaços residuais. Nesse processo, minha planície encharcada foi aos poucos secando pelos aterros recobertos de edificações. Esquecer das águas que me originaram trouxe grandes consequências. Eu seria a primeira cidade brasileira a sucumbir com o aumento do nível do mar, caso mudanças substanciais na forma de me compreender, e conseqüentemente, replanejar, reconstruir e reprojeter não acontecessem. Eu, Recife, era a 16ª cidade mais vulnerável do planeta, segundo o IPCC (ONU), em 2014.

Sempre carreguei uma feição hídrica, e alguns reconheciam isso. Não por acaso estudiosos como Josué de Castro e Valdemar de Oliveira, em meados do século XX, já me chamavam de “cidade anfíbia”. Embora algumas pessoas tivessem esse entendimento, era necessário que todos os meus habitantes se conscientizassem de que as águas são condição de minha existência, fazem parte de minha natureza e que, por isso, era necessário estabelecer

I am the City of Recife. My body bears my story, replete with marks and memories. River, mangrove and sea were the beginnings of my formation. My name underlies my origins in the sandstone reefs that stand at the seagate threshold, rich in corals, some of which are unique to this place.

I am the oldest State capital in Brazil, the one that implemented the first Urban Plan in the Americas, during the pioneering Dutch mission of the 17th century. In 2037 I am 500 years old, but this isn't my real age as a place. Before the Europeans arrived, I was already inhabited by the natives, who frequented me as the fishing lagoon I once was.

I was born aquatic, from the blend of fresh, salt and brackish waters. I am a child of my watercourses and waterbodies. However, over time, this relationship reversed and I became a city with my back to the rivers. My fresh waters were forgotten and turned into leftover spaces. All through this process, my waterlogged plain was gradually dried out by the landfills covered with buildings. Forgetting the waters at the core of my origins had major consequences. In the absence of substantial changes in the way I understood myself and consequent replanning, rebuilding and redesigning, I would be the first Brazilian city to succumb to rising sea levels. I, Recife, was the sixteenth most vulnerable city on the planet, according to the 2014 IPCC (UN).

I had always carried the mark of the waters, and some recognized that. It was no accident that scholars such as Josué de Castro and Valdemar de Oliveira, in the mid-twentieth century, already called me an “amphibious city”. Although some people had this understanding, all my inhabitants needed to be aware that the waters were the very condition for my existence – for they are part of my nature – and that it was thus necessary to establish a harmonious coexistence, in which protection and adaptation would be essential for my survival.

PARA O RECIFE DO PRESENTE

TO THE RECIFE OF THE PRESENT

And it was thinking about climate issues that several discussions began and gained strength through the 2000s. In 2011, an important movement called Recife Amsterdam Exchange (RXA), in which professionals from Brazil and The Netherlands gathered, took a huge step when, looking at me holistically, they managed to interpret me as The Recife Water Tree. Observing me from above revealed the shape of a tree, whose roots are the sea, whose trunk is the meeting of the river basins, whose branches are my rivers, and whose leaves and fruits are the people involved in social movements. From this vision, they concluded that I should be reinvented based on the understanding that nature – my rivers, mangroves, streams, sea and vegetation – needed to be accepted and embraced. Only from this starting point could my true transformation take place. My inhabitants realized that my waters were the condition for my existence and part of my nature, and that harmonious coexistence was needed, in which protection and adaptation would be essential for my survival.

It was also at this point that the idea of transforming me into a Park City emerged, starting with planning The Capibaribe Park, followed by The Beberibe Park, The Tejipló Park and The Marine Park, all with the goal of my process of reinvention being fully underway in 2037.

The second meeting, in 2019, called Recife Holland Exchange (RXH), reconceived my Historical Center as the center of the Park City. The third, in 2021, called Recife Netherlands Exchange (RXN), chose the theme “Water as Heritage: heritage strategies for the challenges of waters in Recife and The Netherlands”. Explicitly in this case, the emergence of these meetings began leading to reflections and studies on global warming and rising sea levels.

From the debates among researchers and technicians from both countries, people began to

uma convivência harmônica, onde proteção e adaptação seriam imprescindíveis para minha sobrevivência.

E foi pensando nas questões climáticas que várias discussões foram iniciadas e ganharam força nos anos 2000. Em 2011, um importante movimento chamado Recife Exchange Amsterdam (RXA), em que se reuniram profissionais do Brasil e dos Países Baixos, deu um enorme passo quando, a partir de uma visão holística sobre mim, conseguiram me interpretar como Recife Árvore D'Água. Ao me observarem numa vista aérea revelou-se a forma de uma árvore, onde as raízes são o mar, o tronco é o encontro das bacias hídricas, os galhos são meus rios, e as folhas e frutos são as pessoas inseridas em movimentos sociais. A partir dessa visão, concluíram que eu deveria ser reinventada com base no entendimento de que a natureza – meus rios, mangues, córregos, mar e vegetação – precisava ser aceita e acolhida. Só a partir disso, então, poderia acontecer a minha verdadeira transformação.

Foi aí também que nasceu a ideia de me transformarem em Cidade Parque, começando por planejar o Parque Capibaribe, somado ao Parque Beberibe, Parque Tejipló e Parque Marinho, com a meta de em 2037 eu estar em pleno processo de reinvenção.

O segundo encontro, em 2019, chamado de Recife Exchange Holland (RXH), repensou meu Centro Histórico como centro da Cidade Parque. O terceiro, em 2021, denominado Recife Exchange Netherlands (RXN), elegeu o tema “Águas como Patrimônio: estratégias patrimoniais para os desafios das águas no Recife e nos Países Baixos”. Nesse caso, explicitamente, a emergência desses encontros passou a conduzir as reflexões e estudos sobre o aquecimento global e o aumento do nível dos oceanos. A partir dos debates entre pesquisadores e técnicos dos dois países, passou-se a pensar em formas de me proteger e de me adaptar às águas que, historicamente, sempre me constituíram. As pessoas que aqui vivem começaram a se preocupar com o avanço

dos mares e em como este fenômeno poderia afetar suas vidas. E assim, em plena pandemia da Covid-19, o mundo se viu forçado a repensar seus modos de vida, o que exigiu profunda mudança na relação com o planeta.

Foi necessário me adaptar e me proteger. Mas para isso, meus habitantes tiveram que tomar algumas iniciativas. Consultei vários especialistas que estavam pensando em mim. Primeiro, entendi que as pessoas precisavam conhecer e compreender qual era o problema que me atingia. Um dos especialistas enfatizou que as mudanças climáticas são uma questão global, que traz consequências distintas para diferentes regiões do planeta, e que por isso, iniciativas precisavam ser tomadas de uma maneira sistêmica, respeitando-se as especificidades de cada região.

Pode-se dizer que o oceano funciona como um sistema de refrigeração para a região tropical e de aquecimento para a região temperada, e o que faz as trocas térmicas são as correntes oceânicas. O problema passou a existir pela desregulação desse sistema: retivemos mais calor, diminuindo o processo de transferência e, desta forma, sem controlar essa troca, o equilíbrio do sistema interconectado começou a falhar.

Uma particularidade é que estou localizada na região tropical, na borda oeste do Atlântico, num dos pontos chave em que se pode monitorar com mais exatidão o padrão de transporte de transferência de calor da região tropical para os pólos.

O que estava previsto para acontecer e o que vinha acontecendo, especialmente ao longo dos anos 2000, era a elevação do nível médio do mar e a ocorrência de chuvas extremas, que passaram a acontecer com mais frequência. O grande motor e a grande chave para resolver estas questões passam pelos oceanos. Não é à toa que a Organização das Nações Unidas considerou o horizonte 2021-2030 a década dos oceanos. O entendimento sobre eles, assim como sua proteção e sua conservação, tem importância muito grande: 2/3 de nosso planeta é recoberto pelos oceanos. E, para mim, as últimas previsões anunciavam dois horizontes preocupantes: que em 2050, o nível dos mares subiria cerca de 1,0m e, em 2100, essa cota de elevação chegaria a 2,0m, o que significava atingir toda a planície.

Entendendo minha situação, outros especialistas contaram quais seriam as possíveis soluções em curto, médio e longo prazo. Disseram-me que uma das ações em curto prazo seria diminuir os impactos das mudanças climáticas pela redução das ilhas de calor. Como toda grande cidade gera ilhas de calor, isso poderia ser amenizado com o plantio de mais vegetação, com a criação de mais

think about ways of protecting and adapting me to the waters that have always been my constitution. People who live here began to worry about the rising seas and how this phenomenon could affect their lives. And then, in the midst of the Covid-19 pandemic, the world was forced to rethink its ways of living, which required a profound change in humanity's relationship with the planet.

I needed to adapt and protect myself, but to that end, my inhabitants had first to take some initiatives. I consulted several experts who were thinking about me. First, I understood that people needed to know and understand what my problem was. One of the specialists emphasized that climate change was a global problem, which has different consequences for different regions of the planet, and that initiatives therefore needed to be taken in a systemic manner, respecting the specific characteristics of each region.

It can be said that the ocean works as a cooling system for the tropical region and a heating system for the temperate region, with the ocean currents carrying out the thermal exchanges. The problem came to exist because of the growing imbalance in this system: we began to retain more heat, reducing the transfer process and, with the consequent loss of control of this exchange, the balance of the interconnected system began to fail.

A particular feature is that I am located in the tropical region, on the western edge of the Atlantic, at one of the key points where the pattern of heat transfer from the tropical region to the poles can be more accurately monitored.

What was expected to happen and what had been happening, especially through the 2000s, was the rise in the average sea level and the more frequent occurrence of heavy rains. The great driving force and the big key to solving these issues relates to the oceans. No wonder the United Nations declared 2010-2020 The Ocean Decade. Understanding more about the oceans, their protection and conservation, is vitally important, since they cover two thirds of our planet. And the latest forecasts announced two worrying horizons for me: that by 2050, the sea level would rise by around 1 meter and, by 2100, this increase would reach 2 meters, which meant affecting my entire floodplain.

Understanding my situation, other experts proposed possible solutions for the short, medium and long terms. I was told that short-term action would include mitigating the impacts of climate change by reducing heat islands. As every big city generates heat islands, this effect

could be alleviated by planting more vegetation, creating more wooded public spaces, restoring natural watercourses, with more waterbodies to aid drainage, as well as reducing the burning of fossil fuels. It would also be important not to occupy the banks of rivers, streams and canals, to allow the water to spread out when necessary, in addition to not landfilling the mangroves, ecosystems that help to cushion the impacts of flooding. I have capillarity with my network of rivers, streams, canals and land that remained unsealed, resources that enabled my adaptation. Nevertheless, there was still a real risk of my submerging.

Long-term strategic suggestions were also pointed out to me: it would be necessary to give back to my waters the spaces that had previously belonged to them; it would be necessary to plan new buildings, taking into account the possible impacts of the rise in sea levels; it would also be necessary to create mechanisms for adaptation and coexistence with flooding and, finally, escape routes would be needed in case of extreme weather events. It was very important to know that scientists and technicians were studying my nature and the conditions of my existence. And also to learn about these care alternatives to enable my waters not only to be respected, but revitalized. It was good to understand that this whole environmental movement was pointing to the beginning of an awareness-raising process integrated with movements to combat social inequalities and the adoption of new economic paradigms, such as the green and circular economy.

The conversation with the experts showed me that we had reached a time when we could no longer think in a fragmented or individual way. Events had revealed that our responsibility had a global dimension, so the prospects for my existence also had a global dimension. This implies that what is done here contributes to the planetary situation and what happens on the planet is reflected here. The big challenge for everyone was to learn to think and act in a systemic way.

Today, I recognize that my reinvention became possible only when people organized themselves in environmental, economic, political and cultural movements in the construction of a new ethics towards the world. I think that the urban vision, translated into a city project, synthesizes the materiality and immateriality present in the yearnings of these various citizens' movements, the driving force behind transformation.

I can thus see that the convergence of scientific and popular knowledge reveals the essence of

espaços públicos arborizados, com a renaturalização de cursos d'água, com mais espelhos d'água para auxiliar a drenagem, bem como reduzindo a queima de combustível fóssil. Também seria importante não ocupar as margens dos rios, riachos e canais para permitir que as águas se espraiassem quando fosse necessário, além de não aterrar os manguezais, ecossistemas que ajudam a amortecer os impactos dos alagamentos. Tenho capilaridade com minha rede de rios, riachos, canais e solos ainda não impermeabilizados, condição que possibilitaria a minha adaptação. Mesmo assim, meu risco de submergir era real.

Sugestões estratégicas de longo prazo também me foram apontadas: seria preciso devolver às minhas águas os espaços que antes lhes pertenciam; seria necessário planejar novas edificações, levando-se em conta os impactos que poderiam acontecer com o aumento do nível do mar; também seria preciso criar mecanismos de adaptação e convivência com os alagamentos e, finalmente, seria necessário planejar rotas de fuga para o caso de eventos extremos. Foi muito importante saber que cientistas e técnicos estavam estudando sobre minha natureza e as condições de minha existência. E também conhecer essas alternativas e cuidados para que minhas águas fossem não só respeitadas, mas revitalizadas. Foi bom compreender que todo esse movimento ambiental estava apontando para o início de um processo de conscientização integrado aos movimentos de combate às desigualdades sociais e a adoção de novos paradigmas econômicos, a exemplo da economia verde e circular.

A conversa com os especialistas me mostrou que estávamos em um momento em que não nos era mais permitido pensar de modo fragmentado, ou individual. Os acontecimentos revelaram que nossa responsabilidade tem dimensão global. Assim, as perspectivas da minha existência também tinham dimensão global. O que implica afirmar que o que é feito aqui contribui para uma situação planetária e o que acontece no planeta tem reflexo aqui. O grande desafio de todos foi aprender a pensar e agir de forma sistêmica.

Hoje, reconheço que a minha reinvenção só foi possível quando as pessoas se organizaram em movimentos ambientais, econômicos, políticos, culturais na construção de uma nova ética diante do mundo. Penso que a visão urbanística, traduzida em um projeto de cidade, sintetiza a materialidade e a imaterialidade presentes no clamor desses vários movimentos cidadãos, força motriz das transformações.

Diante disso, observo que a convergência dos saberes científicos e populares revela a essência de uma cidade. Me imagino ser-

vindo como laboratório de experimentações e inovações capaz de contribuir com o planejamento das futuras gerações, articulado com uma rede colaborativa e integradora do local com o global. E assim, busco responder aos desafios de um mundo em convulsão, onde Cidades podem ser compreendidas como células de um planeta em reinvenção.

Eu, Recife anfíbio, sou a cidade dos corpos d'água, célula do planeta terra, planeta água, planeta mãe; reaprendi a viver como sistema, me entender como unidade e parte de um conjunto. Precisei realinhar-me, alinhar-me com outras cidades e, sobretudo, com a natureza, razão da minha existência. Por me constituir essencialmente de águas, reconheço-as como patrimônio. É preciso conservá-las!

Sou um corpo anfíbio e pulsante. Meu futuro depende de cada um de vocês no exercício contínuo do entendimento e respeito às condições do legado que a natureza nos deixou.

Recife Exchanges, 15 de outubro de 2021

RECIFE DO FUTURO

a city. I imagine myself acting as a laboratory for experiments and innovations capable of contributing to planning for future generations, interlinked with a collaborative network that integrates the local with the global. And so, I seek to respond to the challenges of a world in turmoil, where Cities can be understood as cells of a planet in reinvention.

I am Amphibious Recife, the city of waterbodies, a cell of Planet Earth, The Water Planet, The Mother Planet; I relearned how to live as a system, to understand myself as a unit and part of a whole. I needed to realign myself, align myself with other cities and, above all, with nature, the reason for my existence. As I am essentially made of water, I recognize my waters as my heritage. We must conserve them!

I am an amphibious, pulsating body. My future depends on each one of you in the continued practice of understanding and respecting the conditions of the legacy that nature has bequeathed us.

Recife Exchanges, October 15th 2021

RECIFE DO FUTURO

Para acessar o texto da *Carta do Recife do Futuro para o Recife do Presente*, use este QR code.



